



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MOEMA HOFSTAETTER

**TURISMO E PARQUES EÓLICOS NO LITORAL NORTE POTIGUAR:  
ESPAÇOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E DO  
APROFUNDAMENTO DAS VULNERABILIDADES**

NATAL  
JULHO/2021



MOEMA HOFSTAETTER

**TURISMO E PARQUES EÓLICOS NO LITORAL NORTE POTIGUAR:  
ESPAÇOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E DO  
APROFUNDAMENTO DAS VULNERABILIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Turismo.

Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

NATAL  
JULHO/2021



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Hofstaetter, Moema.

Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades / Moema Hofstaetter. - 2021.

313f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

1. Turismo - Tese. 2. Parques eólicos - Tese. 3. Vulnerabilidades - Tese. 4. Desenvolvimento territorial - Tese. 5. Planejamento turístico - Tese. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 338.48

Elaborado por Shirley de Carvalho Guedes - CRB-15/440



MOEMA HOFSTAETTER

**TURISMO E PARQUES EÓLICOS NO LITORAL NORTE POTIGUAR:  
ESPAÇOS DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E DO  
APROFUNDAMENTO DAS VULNERABILIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Turismo.

Natal, 05 de julho de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Presidente - Orientador

---

Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Examinadora Interna/PPGTur

---

Luziene Dantas de Macedo, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Examinadora Interna/UFRN

---

Marília Natacha de Freitas Silva, Dra.  
Universidade Federal de Rondônia/UNIR  
Examinadora Externa

---

Enrique Viana Suberviola, Dr.  
*British Red Cross*  
Examinador Externo

---

Jeffer Chaparro Mendivelso, Dr.  
*Universidad Nacional de Colômbia*  
Examinador Externo





*Dedico este trabalho às  
472.000 vítimas  
do genocídio instalado no Brasil  
(05 de junho de 2021),  
dentre as quais meu grande amigo  
Everlindo Henklein.*

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a todas as agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados, pesadcoras e pescadores, maricultoras, demais populações tradicionais e moradores de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, que são os sujeitos desse trabalho, pela atenção, paciência e disponibilidade. Sem a colaboração generosa de cada um de vocês, esse trabalho não iria além do campo das ideias.

Ao Professor Francisco Fransualdo de Azevedo, pela orientação e, acima de tudo, pela confiança, pela cumplicidade, pelo estímulo e pelo apoio seguro.

Ao programa de Pós-Graduação em Turismo, e todos os professores e professoras que contribuíram, a seu modo, com esse trabalho.

A CAPES, pela liberação da bolsa a partir do segundo ano do doutorado.

Às professoras Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Dra. Luziene Dantas de Macedo, Dra. Marília Natacha de Freitas Silva e ao professor Dr. Enrique Viana Suberviola que aceitaram compor essa banca.

Aos colegas da turma de 2017, de mestrado e doutorado, com ênfase ao grupo de estudos do doutorado, especialmente a Clébia Bezerra da Silva, Suellen Alice Lamas, Edson Domingos Nascimento e Maria Augusta Wanderley Seabra de Melo que, de formas diferentes, sempre estiveram presentes, contribuindo para a efetivação deste trabalho.

À professora Zoraide Souza Pessoa e aos demais colegas do Laboratório Interdisciplinar de Sociedades, Ambientes e Territórios (LISAT), que enriqueceram este trabalho com debates, artigos, registro de fotos e trabalho de campo, além do apoio financeiro para o levantamento de dados a campo recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada Edital Universal CNPq 2018, processo nº 437421/2018-0 (Projeto: Energias, riscos, vulnerabilidades e impactos socioambientais em cidades com empreendimentos energéticos renováveis no nordeste: o caso da energia eólica no Rio Grande do Norte).

Um agradecimento especial à equipe do Serviço de Apoio Rural e Urbano (SAR), na pessoa do Diácono Francisco Adilson da Silva, por ter facilitado às idas a campo, pelas conversas, e pelo aprofundamento das ideias.

De igual modo um agradecimento ao Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, na pessoa de Maria das Neves Valentim, e à todas as organizações e pessoas que o compõem e que contribuíram com valiosos momentos de reflexão e de aprofundamento das temáticas envolvidas na tese.

Este estudo não teria atingido o resultado aqui apresentado, sem as valiosas contribuições de Mariana Torres Correia de Mello Nobre e André Eduardo Becker Krein. A vocês dois, minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial a Katiana Barbosa, Maria Luziane Barbosa Ferreira, Manoel Messias Patricio de Freitas, Mikaely Thais Nunes de Freitas, Laércio Alves da Silva, Rafael Viu de Campos e Morgana Beatriz Souza da Silva, fundamentais em ações pontuais, mas estratégicas neste trabalho.

Às amigas e aos amigos de perto, Luísa, Eveline, Joana, Cimone, Marlizinha, Michelynne, Rosane e Haroldo e aos de longe, Teresinha, Regina, Lígia, Ivone, Renate, Denilson e Domingos, pelo afeto.

Aos meus pais, Dorlí e Remy, essenciais em cada etapa da minha caminhada. Aos meus irmãos, Marion e Rubens, que estão sempre comigo, me apoiando e incentivando. Ao pai dos meus filhos, Cesar Sanson, sempre presente, pontuando, acreditando, propondo leituras. Aos meus filhos, Tobias e Tomas, que sempre me apoiaram nas minhas escolhas. Um agradecimento especial ao Tomas que contribuiu na organização de parte dos dados. A Rebeca, minha filha, desculpa pelas ausências, com dias sem mãe e, outros de pouca atenção, mesmo compreendendo a importância desse tempo.

Meu mais sincero obrigado a todas e a todos, também aos que não foram citados nominalmente, mas que contribuíram para a concretização deste trabalho.

*É muito fácil falar de coisas tão belas,  
de frente pro mar, mas de costas pra favela.*

(Planet Hemp)

Hofstaetter, M. (2021). *Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: Espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, Brasil.

## RESUMO

No transcorrer do desenvolvimento desta tese, realizou-se uma investigação problematizadora do processo de desenvolvimento territorial a partir da chegada do turismo e dos parques eólicos, compreendidos como novos vetores globais de mudanças, no estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil. A partir da revisão da literatura, observou-se a inexistência de estudos que interseccionassem estes dois vetores e que aprofundassem a reflexão das suas relações com a manutenção das vulnerabilidades, impeditivas de um efetivo desenvolvimento das potencialidades territoriais. Partindo-se desta constatação, definiu-se investigar qual a interferência e a relevância destes vetores globais de mudanças no agravamento das vulnerabilidades já existentes, particularmente nos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, no litoral norte potiguar, com base no pressuposto de que estes vetores agudizam a vulnerabilidade, impondo novas lógicas no processo de reestruturação produtiva cujas implicações e nexos explicativos se dão numa perspectiva multiescalar. Em termos metodológicos, o presente estudo constituiu-se em uma pesquisa interdisciplinar, rompendo com a fragmentação disciplinar da ciência, numa tentativa da compreensão do todo, identificando-se, majoritariamente, com a metodologia qualitativa. Realizou-se pesquisa descritiva, interpretativa, bibliográfica e de campo. O universo da pesquisa de campo foi composto por uma amostra da população. Para sua realização, ela contou com i) aplicação de questionário (presencial e *online*); ii) realização de grupos focais (presencial e *online*) e, iii) realização de entrevistas semiestruturadas (presencial e *online*). A pesquisa bibliográfica acessou diversos artigos a partir da utilização da ferramenta *Knowledge Development Process - Constructivist (Proknow-C)*. Do ponto de vista da técnica de pesquisa e modelo de análise foi utilizada, na etapa empírica, a triangulação de métodos, com ênfase na Análise de Conteúdo, porcentagem e interpretação. Para auxiliar na visualização das informações e dados foram utilizadas figuras, gerados mapas e gráficos. A partir da compreensão inicial do lugar da fala da pesquisadora na tese, da elaboração do referencial teórico, da análise dos dados oficiais disponíveis e, da análise dos dados empíricos coletados na pesquisa de campo, os resultados observados permitiram a confirmação das hipóteses. Afirma-se que os vetores de desenvolvimento (o turismo e os parques eólicos) servem ao sistema capitalista e, portanto, reproduzem as relações de produção capitalista, fragmentando os lugares, apropriando-se dos espaços de forma desigual e combinada, através do seu uso seletivo, gerando mais desigualdades e aprofundando as vulnerabilidades já existentes, através da exclusão e da desapropriação das populações originárias dos seus territórios, de modo particular onde ambos se hegemonizam, especialmente enquanto propositores do crescimento econômico, com consequências que ampliam um processo de desenvolvimento econômico e social desigual. Afirma-se que o desenvolvimento de um território passará a ser uma realidade, na relação possibilidade-efetividade, quando houver interação dinâmica e criativa entre as capacidades das pessoas da localidade, as oportunidades do entorno e os recursos disponíveis e que o esforço e o entusiasmo do local têm um potencial para alterar o quadro de vulnerabilidades. Por fim, são apresentadas recomendações para uma mudança de caminho em busca de um efetivo desenvolvimento territorial, com potencial para o rompimento do ciclo de aprofundamento das vulnerabilidades.

**Palavras-chave:** Turismo, Parques Eólicos, Vulnerabilidades, Desenvolvimento Territorial, Planejamento.

Hofstaetter, M. (2021). *Tourism and wind farms on the north coast of Rio Grande do Norte state: Spaces for capital appreciation and deepening of vulnerabilities* (Doctoral thesis). Federal University of Rio Grande do Norte, Center for Applied Social Sciences, Natal, Brazil.

## ABSTRACT

In the course of the development of this thesis, a problematizing investigation of the territorial development process was carried out after the arrival of tourism and wind farms, understood as new global vectors of change, in the state of Rio Grande do Norte, northeast region of Brazil. From the literature review, it was observed the lack of studies that intersect these two vectors and that would further the reflection of their relations with the maintenance of vulnerabilities, preventing an effective development of territorial potentialities. Based on this finding, it was defined to investigate the interference and relevance of these global vectors of changes in the aggravation of existing vulnerabilities, particularly in the municipalities of São Miguel do Gostoso and Rio do Fogo, on the northern coast of the state, based on the assumption that these vectors intensify vulnerability, imposing new logics in the process of productive restructuring whose implications and explanatory nexos occur in a multiscale perspective. As far as methodology, the present study consisted of an interdisciplinary research, breaking with the disciplinary fragmentation of science, in an attempt to understand the whole, identifying itself, mainly, with qualitative methodology. Descriptive, interpretative, bibliographic and field research was carried out. The universe of field research was composed of a sample of the population. For its realization, it included: i) application of questionnaire (face-to-face and online); ii) conducting focus groups (face-to-face and online) and, iii) conducting semi-structured interviews (face-to-face and online). The bibliographic research accessed several articles using the Knowledge Development Process - Constructivist (Proknow-C) tool. From the point of view of the research technique and analysis model, the triangulation of methods was used in the empirical stage, with emphasis on Content Analysis, percentage and interpretation. To assist in the visualization of information and data, figures, maps and graphs were used. From the initial researcher's understanding, the elaboration of the theoretical framework, the analysis of the available official data and, the analysis of the empirical data collected in the field research, the observed results allowed the confirmation of the hypotheses. The development vectors (tourism and wind farms) serve the capitalist system and, therefore, reproduce the relations of capitalist production, fragmenting the places, appropriating the spaces in an unequal and combined way, through their selective use, generating more inequalities and deepening existing vulnerabilities, through the exclusion and expropriation of the original populations from their territories, in a particular way where both are hegemonized, especially as prescriptors of economic growth, with consequences that expand a process of unequal economic and social development. It is affirmed that the development of a territory will become a reality, in the possibility-effectiveness relationship, when there is dynamic and creative interaction between the capacities of the local people, the opportunities of the surroundings and the resources available and that the effort and enthusiasm of the community have a potential to change the situation of vulnerabilities. Finally, recommendations are presented for a change of path in search of an effective territorial development, with potential for breaking the cycle of deepening vulnerabilities.

**Keywords:** Tourism, Wind Farms, Vulnerabilities, Territorial Development, Planning.

Hofstaetter, M. (2021). *Turismo y parques eólicos en el litoral norte potiguar: Espacios de valorización del capital y de profundización de las vulnerabilidades* (Tesis de doctorado). Universidad Federal de Rio Grande do Norte, Centro de Ciencias Sociales Aplicadas, Natal, Brasil.

## RESUMEN

En el transcurso del desarrollo de esta tesis, se realizó una investigación problematizadora del proceso de desarrollo territorial a partir de la llegada del turismo y de los parques eólicos, comprendidos como nuevos vectores globales de cambios, en el estado de Rio Grande do Norte, región Noreste de Brasil. Con base en la revisión de la literatura, se observó la inexistencia de estudios que cruzaran estos dos vectores y que profundizaran la reflexión de sus relaciones con el mantenimiento de las vulnerabilidades, impidiendo un efectivo desarrollo de las potencialidades territoriales. Partiendo de esta constatación, se definió investigar cuál es la interferencia y la relevancia de estos vectores globales de cambios en el agravamiento de las vulnerabilidades ya existentes, particularmente en los municipios de São Miguel do Gostoso y Rio do Fogo, en el litoral norte potiguar, con base en el supuesto de que estos vectores agudizan la vulnerabilidad, imponiendo nuevas lógicas en el proceso de reestructuración productiva cuyas implicaciones y nexos explicativos se dan en una perspectiva multiescalar. En términos metodológicos, el presente estudio se constituyó en una investigación interdisciplinaria, rompiendo con la fragmentación disciplinaria de la ciencia, en un intento de la comprensión del todo, identificándose, principalmente, con la metodología cualitativa. Se realizó investigación descriptiva, interpretativa, bibliográfica y de campo. El universo de la investigación de campo estaba compuesto por una muestra de la población. Para su realización, ella contó con i) aplicación de cuestionario (presencial y *online*); ii) realización de grupos focales (presencial y *online*) y, iii) realización de entrevistas semiestructuradas (presencial y *online*). La investigación bibliográfica accedió a diversos artículos a partir de la utilización de la herramienta *Knowledge Development Process - Constructivist (Proknow-C)*. Desde el punto de vista de la técnica de investigación y modelo de análisis, se utilizó la triangulación de métodos en la etapa empírica, con énfasis en el Análisis de Contenido, porcentaje e interpretación. Para ayudar en la visualización de las informaciones y datos se utilizaron figuras, generados mapas y gráficos. A partir de la comprensión inicial de la investigadora en la tesis, de la elaboración del referencial teórico, del análisis de los datos oficiales disponibles y, del análisis de los datos empíricos recogidos en la investigación de campo, los resultados observados permitieron la confirmación de las hipótesis de que los vectores de desarrollo (el turismo y los parques eólicos) sirven al sistema capitalista y, por lo tanto, reproducen las relaciones de producción capitalista, fragmentando los lugares, apropiándose de los espacios de forma desigual y combinada, a través de su uso selectivo, generando más desigualdades y profundizando las vulnerabilidades ya existentes, mediante la exclusión y la expropiación de las poblaciones originarias de sus territorios, de manera particular donde ambos son hegemonizados, especialmente como proponentes del crecimiento económico, con consecuencias que amplían un proceso de desarrollo económico y social desigual. Se afirma que el desarrollo de un territorio pasará a ser una realidad, en la relación posibilidad-efectividad, cuando haya interacción dinámica y creativa entre las capacidades de las personas de la localidad, las oportunidades del entorno y los recursos disponibles y que el esfuerzo y el entusiasmo del lugar tienen un potencial para cambiar el cuadro de vulnerabilidades. Finalmente, se presentan recomendaciones para un cambio de rumbo en busca de un desarrollo territorial efectivo, con potencial para romper el ciclo de profundización de las vulnerabilidades.

**Palabra clave:** turismo, parques eólicos, vulnerabilidades, desarrollo territorial, planificación.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1:</b> Relação dos municípios turísticos classificados nas categorias A, B, C, D e E de acordo com a metodologia definida pelo Ministério do Turismo (2108) e os municípios geradores de energia eólica no Rio Grande do Norte..... | 30  |
| <b>Figura 2:</b> Fases da pesquisa, com seus procedimentos metodológicos.....                                                                                                                                                                 | 38  |
| <b>Figura 3:</b> Quadro da seleção de artigos publicados em meio eletrônico, relacionados à temática (composição do portfólio) .....                                                                                                          | 43  |
| <b>Figura 4:</b> Localização geográfica do estado do Rio Grande do Norte. ....                                                                                                                                                                | 49  |
| <b>Figura 5:</b> Localização geográfica dos municípios onde ocorrerá o trabalho de campo .....                                                                                                                                                | 50  |
| <b>Figura 6:</b> Registro dos grupos focais presenciais, em São Miguel do Gostoso. ....                                                                                                                                                       | 54  |
| <b>Figura 7:</b> Registro dos grupos focais <i>online</i> .....                                                                                                                                                                               | 54  |
| <b>Figura 8:</b> Evolução do PIB de 1939 a 2005 .....                                                                                                                                                                                         | 71  |
| <b>Figura 9:</b> PIB e Território.....                                                                                                                                                                                                        | 72  |
| <b>Figura 10:</b> Distribuição de bens nos domicílios brasileiros .....                                                                                                                                                                       | 73  |
| <b>Figura 11:</b> Fatores Sociais e Naturalidade dos Escravos.....                                                                                                                                                                            | 74  |
| <b>Figura 12:</b> Beneficiários do Programa Bolsa Família. ....                                                                                                                                                                               | 85  |
| <b>Figura 13:</b> América Latina (18 países): taxas de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, 2002-2019 - Em porcentagens (a) e milhões de pessoas (b). ....                                                                       | 86  |
| <b>Figura 14:</b> América Latina (18 países): taxas de pobreza e pobreza extrema, segundo a área de residência e diversas características sociodemográficas - Em porcentagens (a) e milhões de pessoas (b). ....                              | 87  |
| <b>Figura 15:</b> Rio Grande do Norte: Principais produtos e atividades econômicas.....                                                                                                                                                       | 91  |
| <b>Figura 16:</b> Localização da Capacidade Instalada no Brasil, da produção de energia eólica...                                                                                                                                             | 94  |
| <b>Figura 17:</b> Capacidade Instalada por Estado da região Nordeste, com total de usinas eólicas e fotovoltaicas .....                                                                                                                       | 95  |
| <b>Figura 18:</b> Capacidade instalada por estado.....                                                                                                                                                                                        | 96  |
| <b>Figura 19:</b> Interdições criadas pelas empresas nos lugares de produção de energia eólica, em São Miguel do Gostoso/RN.....                                                                                                              | 101 |
| <b>Figura 20:</b> Objetivos de Desenvolvimento sustentável .....                                                                                                                                                                              | 110 |
| <b>Figura 21:</b> Visão geral do desempenho no Brasil (2017).....                                                                                                                                                                             | 112 |
| <b>Figura 22:</b> Visão geral do desempenho no Brasil (2019).....                                                                                                                                                                             | 113 |
| <b>Figura 23:</b> Cenários de retomada do turismo internacional em 2021 no comparativo com as chegadas de 2020.....                                                                                                                           | 121 |



|                                                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 24:</b> Renda dos trabalhadores formais, informais e total, antes e durante a pandemia, que responderam ao questionário online da pesquisa “Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte”, entre os dias 14 e 22 de julho de 2020. .... | 124 |
| <b>Figura 25:</b> Atrativos turísticos na sede de São Miguel do Gostoso, configurando os espaços luminosos (Gostoso) e opacos (São Miguel). ....                                                                                                                  | 131 |
| <b>Figura 26:</b> Contrastes (São Miguel do Gostoso/RN), sem e com parque eólico. ....                                                                                                                                                                            | 133 |
| <b>Figura 27:</b> O uso desigual do território em áreas de produção de energia eólica, em São Miguel do Gostoso/RN. ....                                                                                                                                          | 135 |
| <b>Figura 28:</b> O uso desigual do território em áreas do turismo, em Rio do Fogo/RN. ....                                                                                                                                                                       | 135 |
| <b>Figura 29:</b> Comparativo IVS 2000 e 2010 (Brasil) ....                                                                                                                                                                                                       | 141 |
| <b>Figura 30:</b> Comparativo IVS 2000 e 2010 (Rio Grande do Norte) ....                                                                                                                                                                                          | 141 |
| <b>Figura 31:</b> O IDH 2010 no RN, com a identificação dos municípios com presença de turismo e de parques eólicos. ....                                                                                                                                         | 142 |
| <b>Figura 32:</b> O IVS 2010 no RN, com a identificação dos municípios com presença de turismo, de parques eólicos e IVS. ....                                                                                                                                    | 143 |
| <b>Figura 33:</b> Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Geração de energia elétrica) no mês de março/21 ....                                                                                                                          | 145 |
| <b>Figura 34:</b> Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Brasil (Alojamento e Alimentação) últimos 12 meses ....                                                                                                                                 | 146 |
| <b>Figura 35:</b> Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Brasil (Alojamento e Alimentação) no mês de março/21 ....                                                                                                                               | 146 |
| <b>Figura 36:</b> Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Alojamento e Alimentação) nos últimos 12 meses ....                                                                                                                           | 147 |
| <b>Figura 37:</b> Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Alojamento e Alimentação) no mês de março/21 ....                                                                                                                             | 148 |
| <b>Figura 38:</b> Registros do trabalho de campo – São Miguel do Gostoso/RN ....                                                                                                                                                                                  | 150 |
| <b>Figura 39:</b> Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para São Miguel do Gostoso .....                                                                                                                                                                      | 151 |
| <b>Figura 40:</b> Cédulas do Gostoso ....                                                                                                                                                                                                                         | 152 |
| <b>Figura 41:</b> Registros do trabalho de campo – Praias de Rio do Fogo e Zumbi, município de Rio do Fogo/RN ....                                                                                                                                                | 162 |
| <b>Figura 42:</b> Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para Rio do Fogo – RN ....                                                                                                                                                                            | 162 |
| <b>Figura 43:</b> Amostra de Confiabilidade e representatividade – para os Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil ....                                                                                                  | 171 |

|                                                                                                                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 44:</b> Gênero dos respondentes do questionário – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil.....                                                                  | 173 |
| <b>Figura 45:</b> Qual o lugar na família dos respondentes do questionário (público feminino e masculino) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil.....                  | 174 |
| <b>Figura 46:</b> Faixa etária dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil .....                                       | 175 |
| <b>Figura 47:</b> Raça dos respondentes do questionário (total da amostra) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil .....                                                | 176 |
| <b>Figura 48:</b> Estado civil dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....                                        | 176 |
| <b>Figura 49:</b> Tempo de moradia dos respondentes do questionário nos municípios (agregado e separado homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil..... | 178 |
| <b>Figura 50:</b> Relatório de categorização 2019/2021 Portal do MTUR (comparativo São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – RN/Brasil).....                                                                           | 178 |
| <b>Figura 51:</b> Quantitativo de parques eólicos em operação, com construção não iniciada e aguardando o DRO (São Miguel do Gostoso – RN/Brasil) .....                                                            | 179 |
| <b>Figura 52:</b> Quantitativo de parques eólicos em operação e com construção não iniciada (Rio do Fogo – RN/Brasil) .....                                                                                        | 179 |
| <b>Figura 53:</b> Uso do território de São Miguel do Gostoso pelo setor eólico, com a localização dos aerogeradores (em operação e ainda sem operar) .....                                                         | 180 |
| <b>Figura 54:</b> Uso do território de Rio do Fogo pelo setor eólico, com a localização dos aerogeradores (em operação e ainda sem operar).....                                                                    | 181 |
| <b>Figura 55:</b> Ocupação dos respondentes do questionário no município (homens e mulheres) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil.....                                               | 184 |
| <b>Figura 56:</b> Ocupação dos respondentes do questionário no município (homens e mulheres) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                                       | 185 |
| <b>Figura 57:</b> Ocupação formal e informal dos respondentes do questionário no município (amostra válida) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil....                                 | 186 |
| <b>Figura 58:</b> Ocupação formal e informal dos respondentes do questionário no município (amostra válida) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                        | 187 |
| <b>Figura 59:</b> Ocupação informal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil.....                                             | 188 |

|                                                                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 60:</b> Ocupação informal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                       | 189 |
| <b>Figura 61:</b> Ocupação formal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil.....                                 | 190 |
| <b>Figura 62:</b> Ocupação formal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                         | 191 |
| <b>Figura 63:</b> Total de funcionários ativos da administração direta .....                                                                                                                         | 192 |
| <b>Figura 64:</b> Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (formais e informais) – Município de São Miguel do Gostoso – Rio Grande do Norte – Brasil .....       | 193 |
| <b>Figura 65:</b> Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (formais e informais) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                 | 194 |
| <b>Figura 66:</b> Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil ..... | 195 |
| <b>Figura 67:</b> Extensão da renda dos respondentes do questionário nos municípios (total da amostra) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....      | 196 |
| <b>Figura 68:</b> Renda per capita dos respondentes que declararam receber até 1/2 salário mínimo – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN) .....                                                   | 196 |
| <b>Figura 69:</b> Renda per capita dos respondentes que declararam receber até 1 salário mínimo – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN) .....                                                     | 196 |
| <b>Figura 70:</b> Jornada de trabalho semanal dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....  | 197 |
| <b>Figura 71:</b> Renda extra dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                  | 198 |
| <b>Figura 72:</b> Acesso ao auxílio emergencial dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil..... | 200 |
| <b>Figura 73:</b> Acesso ao auxílio emergencial dos respondentes na fase da pesquisa online (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....    | 201 |

|                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 74:</b> Quantidade de filhos, idade dos filhos e pessoas idosas que vivem com os respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil. ....  | 203 |
| <b>Figura 75:</b> Anos de estudo dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                                                   | 204 |
| <b>Figura 76:</b> Condição da moradia em assentamentos e acampamentos rurais. ....                                                                                                                                                               | 206 |
| <b>Figura 77:</b> Condição da moradia dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                                   | 206 |
| <b>Figura 78:</b> Fotografias de Rio do Fogo (RN) .....                                                                                                                                                                                          | 209 |
| <b>Figura 79:</b> Lixão de São Miguel do Gostoso/RN .....                                                                                                                                                                                        | 210 |
| <b>Figura 80:</b> Montouros em São Miguel do Gostoso/RN .....                                                                                                                                                                                    | 211 |
| <b>Figura 81:</b> Condição da moradia (avaliação da vulnerabilidade ambiental e social) dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil ..... | 212 |
| <b>Figura 82:</b> Distância entre moradia e parque eólico dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                               | 213 |
| <b>Figura 83:</b> Proximidade do parque eólico com as moradias, em São Miguel do Gostoso....                                                                                                                                                     | 213 |
| <b>Figura 84:</b> Opinião sobre problemas causadas por parque eólicos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....                    | 215 |
| <b>Figura 85:</b> Opinião sobre melhorias trazidas por parque eólicos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....                    | 216 |
| <b>Figura 86:</b> Trabalha ou conhece alguém que trabalha nos parques eólicos (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                                           | 219 |
| <b>Figura 87:</b> Quais as melhorias trazidas pelo turismo, de acordo com os respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....                 | 223 |
| <b>Figura 88:</b> O turismo melhorou a vida das pessoas; (amostra válida) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil .....                                                                               | 224 |

|                                                                                                                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 89:</b> Grau de satisfação com a condição de vida dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Município de São Miguel do Gostoso – Rio Grande do Norte – Brasil.....                                         | 229 |
| <b>Figura 90:</b> Grau de satisfação com a condição de vida dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil ....                                                   | 230 |
| <b>Figura 91:</b> Participação social dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil ....                                                | 233 |
| <b>Figura 92:</b> Confiança e relação com representantes públicos, a partir da visão dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil..... | 235 |
| <b>Figura 93:</b> Avaliação da violência, por parte dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....                                  | 236 |
| <b>Figura 94:</b> Representação da comunidade, pela comunidade. ....                                                                                                                                                                         | 238 |
| <b>Figura 95:</b> Faixas de renda (S.M.) dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN).....                                                                                                                                   | 240 |
| <b>Figura 96:</b> Outras fontes de rendimento dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN).....                                                                                                                              | 242 |
| <b>Figura 97:</b> Situação de trabalho dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN) .....                                                                                                                                    | 244 |
| <b>Figura 98:</b> Níveis de confiança no Governo Local – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN).....                                                                                                                                       | 248 |
| <b>Figura 99:</b> Participação Social dos entrevistados em Associações ou Organizações Comunitárias.....                                                                                                                                     | 250 |
| <b>Figura 100:</b> Usos e abusos do território, São Miguel do Gostoso.....                                                                                                                                                                   | 252 |
| <b>Figura 101:</b> Uso desigual do território, São Miguel do Gostoso.....                                                                                                                                                                    | 253 |
| <b>Figura 102:</b> Uso desigual do território, Rio do Fogo/RN.....                                                                                                                                                                           | 253 |
| <b>Figura 103:</b> Placa de conscientização sobre o meio ambiente – Rio do Fogo (RN).....                                                                                                                                                    | 255 |
| <b>Figura 104:</b> Condição de moradia dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN).....                                                                                                                                     | 259 |
| <b>Figura 105:</b> Prêmio Green Destinations recebido pelo município de São Miguel do Gostoso (RN).....                                                                                                                                      | 261 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1:</b> Quadro de autores/obras para a construção do referencial teórico e conceitual da tese.....                                                                                                                                                          | 39  |
| <b>Tabela 2:</b> Combinação de termos da pesquisa, em português e inglês, para a identificação de artigos com alinhamento à proposta de pesquisa da tese. ....                                                                                                       | 45  |
| <b>Tabela 3:</b> Portfólio dos artigos para a construção teórica e conceitual da pesquisa.....                                                                                                                                                                       | 45  |
| <b>Tabela 4:</b> Portfólio de teses e dissertações para a construção teórica e conceitual da pesquisa. ....                                                                                                                                                          | 47  |
| <b>Tabela 5:</b> Ranking dos cinco primeiros colocados em capacidade de produção de energia eólica operando comercialmente (a potência instalada considerada contempla unidades com operação em teste e não contempla unidades com operação comercial suspensa)..... | 49  |
| <b>Tabela 6:</b> Perfil dos grupos focais .....                                                                                                                                                                                                                      | 53  |
| <b>Tabela 7:</b> Perfil dos entrevistados .....                                                                                                                                                                                                                      | 56  |
| <b>Tabela 8:</b> Impactos sociais e ambientais .....                                                                                                                                                                                                                 | 80  |
| <b>Tabela 9:</b> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais diretamente relacionados com a produção de energia a partir da fonte eólica.....                                                                                                                      | 103 |
| <b>Tabela 10:</b> Situação de domicílio, urbano e rural, da população com mais de 10 anos de idade – São Miguel do Gostoso – RN (2000-2010).....                                                                                                                     | 153 |
| <b>Tabela 11:</b> IDHM do município de São Miguel do Gostoso, RN – comparativo com RN e Brasil.....                                                                                                                                                                  | 154 |
| <b>Tabela 12:</b> Posição do PIB Per Capita (comparativo 2010 a 2018) .....                                                                                                                                                                                          | 155 |
| <b>Tabela 13:</b> Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, por situação de domicílios e classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (SM 2010) – São Miguel do Gostoso – RN .....                    | 155 |
| <b>Tabela 14:</b> Renda, pobreza e igualdade no município de São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                                                                                                         | 155 |
| <b>Tabela 15:</b> Quantidade de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e valores totais repassados – São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                                                     | 156 |
| <b>Tabela 16:</b> Perfis educacional, saúde e renda das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família/julho de 2020 e atualização cadastral – São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                   | 157 |
| <b>Tabela 17:</b> Habitação da população urbana no município de São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                                                                                                      | 157 |
| <b>Tabela 18:</b> Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x ano – São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                                                                           | 158 |

|                                                                                                                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 19:</b> Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – São Miguel do Gostoso – RN (%).....                                                                                                                         | 159 |
| <b>Tabela 20:</b> Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – São Miguel do Gostoso – RN.....                                                                                                                             | 160 |
| <b>Tabela 21:</b> Situação de domicílio, urbano e rural, da população com mais de 10 anos de idade – Rio do Fogo – RN (2000 – 2010).....                                                                                              | 163 |
| <b>Tabela 22:</b> IDHM do município de Rio do Fogo – RN – Comparativo com RN e Brasil ....                                                                                                                                            | 164 |
| <b>Tabela 23:</b> Posição do PIB Per Capita (comparativo 2010 a 2018) .....                                                                                                                                                           | 164 |
| <b>Tabela 24:</b> Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, por situação de domicílios e classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (2010) – Rio do Fogo – RN.....   | 164 |
| <b>Tabela 25:</b> Renda, pobreza e igualdade no município de Rio do Fogo – RN .....                                                                                                                                                   | 165 |
| <b>Tabela 26:</b> Quantidade de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e valores totais repassados – Rio do Fogo – RN .....                                                                                               | 165 |
| <b>Tabela 27:</b> Perfis educacional, saúde e renda das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família/julho de 2020 e atualização cadastral – São Miguel do Gostoso – RN.....                                                    | 166 |
| <b>Tabela 28:</b> Habitação da população urbana no município de Rio do Fogo – RN, em relação ao acesso aos serviços básicos .....                                                                                                     | 166 |
| <b>Tabela 29:</b> Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x ano – Rio do Fogo – RN .....                                                                                                                     | 167 |
| <b>Tabela 30:</b> Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – Rio do Fogo – RN (%).....                                                                                                                                   | 168 |
| <b>Tabela 31:</b> Índice de vulnerabilidade nos anos 2000 e 2010 – Rio do Fogo – RN .....                                                                                                                                             | 168 |
| <b>Tabela 32:</b> Qual a função exercida nos parques eólicos por conhecidos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.....   | 220 |
| <b>Tabela 33:</b> O que falta para a vida ser melhor, com base na compreensão dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil..... | 231 |

## LISTA DE SIGLAS

Agentes do Cuidado (AC)  
Área de Proteção Ambiental (APA)  
Área de Preservação Permanente (APP)  
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR)  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)  
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)  
Benefício de Prestação Continuada (BPC)  
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)  
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)  
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)  
Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA)  
Conselho Global de Energia Eólica (GWEC)  
Desenvolvimento Econômico Local (DEL)  
Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)  
Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental/Núcleo Rio Grande do Norte (FMCJSA/RN)  
Fórum Econômico Mundial (WEF)  
Fundação João Pinheiro (FJP)  
Gás Carbônico (CO<sub>2</sub>)  
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)  
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)  
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)  
Instituto Humanitas (IHU)  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)  
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)  
Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)  
Microempreendedor Individual (MEI)  
Minha Casa, Minha Vida (MCMV)



Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)  
Ministério do Turismo (MTUR)  
Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST)  
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)  
Organização das Nações Unidas (ONU)  
Organização dos Estados Americanos (OEA)  
Organização Mundial do Turismo (OMT)  
Partículas Finas (PM)  
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)  
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)  
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)  
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)  
Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS)  
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)  
Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE)  
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)  
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)  
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)  
Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)  
Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)  
Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)  
Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)  
Política Nacional do Turismo (PNT)  
Produto Interno Bruto (PIB)  
Plano de Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE)  
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)  
Renda Mínima Universal (RMU)  
Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA)  
Rio Grande do Norte (RN)  
Salário Mínimo (SM)  
Serviço de Apoio Rural e Urbano (SAR)  
Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDs, da sigla em inglês)  
Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Supremo Tribunal Federal (STF)

Taxa de acompanhamento da agenda saúde (TAAS)

Taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE)

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Termo de Consentimento Livre e Eclarecido (TCLE)

*United Nations Development Programme (UNDP)*

*World Tourism Organization (UNWTO)*

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                              |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                         | <b>24</b>  |
| 1.1 - <i>Contextualização da Problemática à luz do tempo histórico.....</i>                                                                                  | <i>24</i>  |
| <b>CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>                                                                                                              | <b>37</b>  |
| 2.1 - <i>Da análise teórica-conceitual .....</i>                                                                                                             | <i>38</i>  |
| 2.2 - <i>Da análise empírica .....</i>                                                                                                                       | <i>48</i>  |
| 2.2.1 - <i>Questionários para a população .....</i>                                                                                                          | <i>51</i>  |
| 2.2.2 - <i>Grupos Focais .....</i>                                                                                                                           | <i>53</i>  |
| 2.2.3 - <i>Entrevistas com pessoas-chave .....</i>                                                                                                           | <i>55</i>  |
| 2.3 - <i>Da análise das hipóteses .....</i>                                                                                                                  | <i>57</i>  |
| 2.4 - <i>Considerações Éticas da Pesquisa .....</i>                                                                                                          | <i>58</i>  |
| <b>CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O APROFUNDAMENTO DAS VULNERABILIDADES .....</b>                                                        | <b>60</b>  |
| 3.1 - <i>Crescimento Econômico e Desenvolvimento: tentativa de interpretação em perspectiva .....</i>                                                        | <i>60</i>  |
| 3.2 - <i>O contexto territorial brasileiro e sua relação com a ideia de desenvolvimento ou crescimento econômico.....</i>                                    | <i>69</i>  |
| 3.3 - <i>O Nordeste e suas múltiplas escalas de desenvolvimento territorial: uma análise a partir da Política nacional de Reordenamento Territorial.....</i> | <i>78</i>  |
| 3.4 - <i>Valorização do capital, manutenção da pobreza e aprofundamento das vulnerabilidades .....</i>                                                       | <i>82</i>  |
| <b>CAPÍTULO 4 - O TURISMO E A “INDÚSTRIA DOS VENTOS” VALORIZANDO O CAPITAL NO NORDESTE: O RIO GRANDE DO NORTE EM EVIDÊNCIA .....</b>                         | <b>89</b>  |
| 4.1 - <i>A energia a partir do vento.....</i>                                                                                                                | <i>93</i>  |
| 4.2 - <i>O Turismo: como prática social e consumo do espaço.....</i>                                                                                         | <i>104</i> |
| 4.2.1 - <i>Sustentabilidade do turismo ou turismo sustentável? .....</i>                                                                                     | <i>109</i> |
| 4.2.2 - <i>E os invisíveis dentro desta competição? .....</i>                                                                                                | <i>114</i> |
| 4.2.3 - <i>Os invisíveis na berlinda: onde ficou a resiliência e a expansão preconizada do turismo?.....</i>                                                 | <i>118</i> |
| <b>CAPÍTULO 5 – TURISMO, PARQUES EÓLICOS E O USO DO TERRITÓRIO: PENSANDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO .....</b>                                                       | <b>129</b> |
| <b>CAPÍTULO 6 – APROXIMANDO A LENTE: ESPAÇOS DE MUITAS CONTRADIÇÕES .....</b>                                                                                | <b>149</b> |
| 6.1 - <i>São Miguel do Gostoso: terra de ventos, onde céu e mar têm infinitos tons de azuis .....</i>                                                        | <i>149</i> |

|                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.2 – Rio do Fogo: Terra de pescadores, clamando pelo resgate da sua condição de paraíso ..... | 161        |
| <b>CAPÍTULO 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO: NEM TUDO É TÃO BELO DE FRENTE PRO MAR.....</b>         | <b>170</b> |
| 7.1 - Perfil Sociodemográfico.....                                                             | 172        |
| 7.1.1 - Gênero.....                                                                            | 172        |
| 7.1.2 – Posição na família .....                                                               | 173        |
| 7.1.3 – Faixa etária .....                                                                     | 175        |
| 7.1.4 – Raça com a qual se identificam.....                                                    | 175        |
| 7.1.5 – Estado Civil .....                                                                     | 176        |
| 7.1.6 – Naturalidade e tempo de moradia nos municípios .....                                   | 177        |
| 7.2 – Trabalho e Renda.....                                                                    | 182        |
| 7.2.1 – Ocupação (formal e informal).....                                                      | 182        |
| 7.2.2 - Renda .....                                                                            | 192        |
| 7.2.3 - Tempo de dedicação ao trabalho .....                                                   | 197        |
| 7.2.4 - Renda Extra.....                                                                       | 197        |
| 7.2.5 – Auxílio Emergencial .....                                                              | 199        |
| 7.3 - Capital Humano .....                                                                     | 201        |
| 7.3.1 - Quantidade de Filhos .....                                                             | 202        |
| 7.3.2 - Educação .....                                                                         | 203        |
| 7.3.3 - Condição da moradia .....                                                              | 205        |
| 7.4 - Infraestrutura Urbana .....                                                              | 207        |
| 7.4.1 - Vulnerabilidade Social a partir das condições da moradia .....                         | 207        |
| 7.5 - Questões específicas sobre parques eólicos.....                                          | 212        |
| 7.5.1 – Distância moradia do parque eólico .....                                               | 212        |
| 7.5.2 - Melhorias observadas após a implantação dos parques eólicos.....                       | 215        |
| 7.5.3 - Problemas causados pelos parques eólicos .....                                         | 216        |
| 7.5.4 - Trabalhadores dos parques eólicos .....                                                | 218        |
| 7.5.5 - Funções exercidas nos parques eólicos.....                                             | 220        |
| 7.6 - Questões específicas sobre o turismo.....                                                | 221        |
| 7.6.1 - Melhorias observadas a partir da chegada do turismo .....                              | 222        |
| 7.6.2 - Problemas causados pelos parques eólicos .....                                         | 222        |
| 7.6.3 - O turismo melhorou a vida das pessoas.....                                             | 223        |
| 7.6.4 - O turismo piorou a vida das pessoas.....                                               | 225        |
| 7.7 - Capital Social .....                                                                     | 227        |

|                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.7.1 - Satisfação com a condição de vida .....                                   | 228        |
| 7.7.2 - O que falta para a sua vida ser melhor .....                              | 230        |
| 7.7.3 - Participação social .....                                                 | 233        |
| 7.7.4 - Avaliação da Confiança .....                                              | 234        |
| 7.7.5 - Avaliação da Violência .....                                              | 235        |
| 7.8 - Carimbando Impressões Finais.....                                           | 236        |
| <b>CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO .....</b>                                               | <b>266</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                          | <b>274</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                            | <b>287</b> |
| <i>Apêndice A – Fornulário Google Forms para os moradores dos municípios.....</i> | <i>287</i> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                               | <b>310</b> |
| <i>Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Tcle.....</i>           | <i>310</i> |
| <i>Anexo B – Termo de Autorização para Gravação de Voz .....</i>                  | <i>313</i> |

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

*Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
São tão fortes as coisas!  
Mas eu não sou as coisas e me revolto.  
Tenho palavras em mim buscando canal,  
são roucas e duras,  
irritadas, enérgicas,  
comprimidas há tanto tempo,  
perderam o sentido, apenas querem explodir.<sup>1</sup>*

Esta tese tem seu foco numa investigação problematizadora do processo de desenvolvimento territorial que, a partir da chegada de novos vetores produtivos no litoral norte potiguar, onde se encontram territórios vulneráveis, tais vetores mantêm ou agudizam a vulnerabilidade já existente. Pretende-se investigar qual a interferência e relevância destes vetores globais de mudanças na manutenção ou no agravamento das vulnerabilidades já existentes. Para tal, a proposta busca compreender quais são as causas profundas que estão na base do ambiente que favorecem as vulnerabilidades, a partir da chegada destes vetores globais de mudanças, que impõem uma reestruturação produtiva aos territórios, especificamente no estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil.

Considerando este contexto, é que se constróem a problemática, os objetivos, a justificativa e as hipóteses dessa pesquisa que vislumbra colaborar com as áreas de conhecimentos correlatas e posteriores investigações técnicas, acadêmicas e científicas.

### *1.1 - Contextualização da Problemática à luz do tempo histórico*

O capitalismo contemporâneo vem passando por uma profunda reestruturação, provocando o surgimento de novas dinâmicas, processos, formas e conteúdos nos territórios. Essa reestruturação distingue-se por algumas características (Sanson, 2013; Hofstaetter 2016), como (i) o fortalecimento do capital frente ao Estado, manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; (ii) a erosão do Estado-Nação; (iii) a concorrência econômica global acompanhada pela descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; (iv) a saída do ciclo industrial e a forte entrada no ciclo de serviços, o que altera as relações de produção capitalista; (v) a formação de blocos econômicos e (vi) o papel e o lugar da política que sofrem um processo de fragilização, sobretudo quando se pontua as questões sociais e coletivas, entre outros.

---

<sup>1</sup> Trecho de Nosso tempo, poema de Carlos Drummond de Andrade.

Têm-se debatido em diversos ambientes acadêmicos, mas também em ambientes governamentais, que o mundo está experienciando não somente uma crise conjuntural, mas, principalmente, estrutural. Como relatado por Max-Neef (1993) *“no se trata de una crisis clara. De alguna manera, es una convergência de todas ellas pero que, en su agregacion, resulta en una totalidad que es más que la suma de sus partes”* (p. 23). Pode-se, portanto, afirmar que vivemos hoje pressionados por várias crises: econômica, cultural, ecológica, alimentar e energética, e que estas são, certamente, manifestações de uma tensão maior, ou seja, a crise do modelo de desenvolvimento imposta pelo capital mundializado.

Fortemente marcada pela ideologia do progresso, através do crescimento econômico e do uso desenfreado dos recursos naturais, a economia, na sociedade industrial, foi se afastando, gradativamente, da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado.

No Brasil, observa-se este movimento a partir da segunda metade do século XX, aprofundado no regime militar e governos seguintes. Nesse sentido, no Brasil,

A referida crise é fruto, de um lado, de fatores exógenos, dentre os quais se destacam os choques do petróleo de 1973 e 1979/80 e a consequente crise da dívida externa em decorrência das altas taxas de juros internacionais que passam a ser praticadas pelos países industrializados importadores de petróleo. Estes, assim, transferem para os países em desenvolvimento, sobretudo os dependentes desse insumo energético, o ônus de ajustar a economia aos novos padrões de relações econômicas e financeiras. De outro lado, os desafios e pressões dos fatores exógenos chegam ao Brasil no momento em que se constata o esgotamento do modelo desenvolvimentista, baseado na industrialização por substituição de importações, fortemente centrado no Estado, com o consequente desgaste da ordem político-institucional que sustentava esse modelo. (Santos, 1997, p. 1)

Já no início dos anos 2000, percebe-se claramente a ênfase no paradigma neoliberal, já em curso nas décadas anteriores, sobretudo no projeto econômico dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), conhecido como inserção subordinada à economia internacional. Na sequência, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) retomaram o modelo econômico nacional-desenvolvimentista, onde o Estado exerce um forte papel indutor do crescimento econômico, mas também atuando no âmbito social, com a implantação e/ou fortalecimento de políticas públicas em várias dimensões (redistribuição de renda, habitação, saúde, educação etc.). Segundo Azevedo (2016), esse período de redemocratização política “desencadeou avanços significativos no processo de construção da cidadania, por conseguinte na efetivação e ampliação de direitos sociais, civis e políticos” (p. 2).

Esse modelo chamado neo-desenvolvimentista brasileiro atua como (i) Estado financiador, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), induzindo ao crescimento econômico, fortalecendo grupos privados em setores estratégicos, como (ii) Estado investidor, responsável pelo investimento em grandes obras de infraestrutura

como a construção de hidrelétricas, a transposição do rio São Francisco, e investimentos em ferrovias, portos, saneamento, e mais tarde no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, tão importante quanto, como (iii) Estado Social, com seus programas de distribuição de renda e inclusão social (Sanson, 2013; Hofstaetter, 2016).

Fica claro, com o exposto acima, como afirmado por Przeworski (1995) que “há, no capitalismo, uma tensão permanente entre o mercado e o Estado” (p. 7), que esquece o indivíduo no processo de reprodução social. Esse projeto desenvolvimentista perdurou no Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e tem um retrocesso a partir do golpe institucional instaurado e da gestão de Michel Temer (2016-2018). A situação agrava-se a partir do pleito eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro para assumir o Governo em 2019. Conforme descrito por Brandão,

vão se desmantelando as esferas e os espaços públicos e suas bases democráticas, destituindo de falas e direitos, e mesmo invisibilizando, as forças populares nos centros de decisão. O arbítrio e a brutalidade passam a desarticular a construção de cidadania que vinha se estruturando a duras penas, provocando o ocaso das arenas e dos espaços de concertação e de diálogos. (Brandão, 2017a, p. 52)

Com a eleição de Jair Bolsonaro abre-se todo um novo período, radicalmente novo, difícil e desafiador, sob a hegemonia neoliberal, tanto na economia, quanto na política e, ultraconservadora nos costumes e práticas de modo geral. A nova lógica busca combater os avanços rumo a uma cidadania inclusiva e organizada, contrapondo-a a uma lógica excludente de elites meritórias. A nova (velha e atrasada no âmbito das ideias) elite no poder objetiva, portanto, fazer retroceder os direitos conquistados, anulando direitos adquiridos.

Esse é o resultado da articulação que conjugou dimensões de ruptura jurídica com a Constituição de 1988, com a ocupação do Estado por forças ultraliberais, com o protagonismo de forças conservadoras e fundamentalistas da sociedade. Como fica evidenciado, e concebido por Jessé Souza (2017), “a crise brasileira atual é também e antes de tudo uma crise de ideias” (p. 7). Desta feita é que então pode-se afirmar que esta nova elite é velha e atrasada no âmbito das ideias. É uma elite que preserva o atraso (ignorância) e que se mantém, pelo apoio de uma parcela da sociedade igualmente atrasada (ignorante), que a consensua.

Toda essa conjuntura política e econômica impõe consequências à reestruturação produtiva dos territórios. E é lá, no lugar, que são observadas falências de determinadas atividades econômicas e são redefinidas e reestruturadas outras, de modo particular no estado do Rio Grande do Norte (Azevedo, 2013). E cada vez mais, através da política ultraliberal, eliminam-se os meios de poder estatal, já que os meios de produção são privatizados, sendo que, cada vez mais, o poder é repassado ao mercado.

No entanto, o que chama a atenção no processo de reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos no Nordeste Brasileiro, e nesse contexto o que é objeto desta tese, é o



surgimento de “novas” atividades econômicas, como por exemplo, o turismo, já há mais tempo e, mais recentemente, o vetor da energia eólica (Hofstaetter, 2016). Atividades estas coincidentes ou concorrentes? Ao longo do texto pretende-se chegar à resposta, mas o que é certo, é que ambas se apresentam como instrumentos do projeto modernizante, e ambas afetam o território onde se desenvolvem, alterando principalmente a função social da terra e o meio ambiente. Chegam ao território, impondo novas lógicas no processo de reestruturação produtiva e, trazem consigo, as mazelas condicionadas pelo seu poder econômico, que seguem um determinado padrão e que, a depender da força do poder estatal, podem trazer mais ou menos prejuízos.

No mesmo momento histórico em que estas novas economias chegam ao Nordeste, é criada a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), a partir de agora citada como PNOT. Política muito esperada, como possibilidade de metas e ações fundamentais para os territórios brasileiros. Porém, não diferente do que se afirma acima, a PNOT também emerge num contexto histórico marcado pela força da mundialização do capital e da competitividade. Este processo dá-se sob o comando de grandes corporações, sobretudo privadas e de mudança da natureza do Estado, que deixa de ser o principal ator no planejamento e na execução de políticas territoriais. O Estado perde o poder sobre os meios de produção e, consequentemente, o poder estatal, o que interessa ao mercado. Hoje, seu papel deveria ser o de regular as atividades e sua distribuição no território, de modo a evitar a ampliação das desigualdades sociais e regionais, a partir da manutenção de algumas políticas públicas, sejam emancipatórias ou compensatórias (reconhecendo a vulnerabilidade existente, com o objetivo de compensar esta situação). Ao mesmo tempo, e pode-se dizer, de forma contraditória, o Estado continua a ser o principal financiador das iniciativas privadas, sem questionar a forma que estas iniciativas e estes projetos chegam nos territórios. Desta forma tem-se que, cada vez mais, o Estado está à serviço do capital.

É importante ressaltar que a discussão acerca das políticas públicas e modelos de gestão estão presentes no Brasil desde o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Segundo a PNOT (Ministério da Integração Nacional, 2006), “desde então vários programas foram elaborados e implantados, com maior ou menor sucesso” (p. 132).

Mesmo assim, dada a ausência de uma política de ordenamento territorial federal, a PNOT baseou sua análise nas políticas públicas existentes, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e a Política Nacional de Meio

Ambiente (PNMA) (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 133). Desta feita, tem-se a presença do seguinte quadro no Brasil, como segue abaixo.

A indústria e os serviços modernos no eixo São Paulo - Rio de Janeiro e nos seus prolongamentos para Belo Horizonte e Triângulo Mineiro como fator-chave, bem como em pequenas zonas do Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina. Mas a agricultura moderna e a agroindústria desempenham o mesmo papel no oeste do estado de São Paulo, no sudoeste do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Outro bloco com feições semelhantes, de menor dimensão, desenvolve-se entre o sul do Maranhão e o oeste da Bahia, principalmente por conta da expansão da soja (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 52). Em outras regiões, como é o caso do Rio Grande do Norte, observa-se a mineração, a fruticultura irrigada, a produção de sal (salinas), o turismo e a agricultura familiar.

No Nordeste, região onde se localiza o presente trabalho, o litoral é convertido em zona turística (Boullón, 1997), com adoção de políticas de desenvolvimento, evidenciadas na importância econômica atribuída a esta. A viabilidade da região Nordeste como pólo de atração turística é retratada através dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O turismo transforma-se, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço da região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 53). O turismo já nasce permeado por uma abordagem economicista e neoliberal, uma vez que é uma atividade econômica, ou seja, um vetor de valorização do capital. Como é possível pensá-lo (se é que seja possível) para além da natureza do capital, que se estabelece em favor do lucro, enquanto relação social?

Nota-se, segundo Cruz (2012), com excessão do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que foi um programa de gestão voltado para capacitar municípios interessados à gestão local da atividade turística, a maior parte dos demais documentos oficiais do Ministério do Turismo (MTUR) implicou na criação de infraestruturas para viabilizar, sobretudo, a fluidez de capital, embora tenham sido engendrados fluxos de diversas naturezas. Dentre outras infraestruturas, no Rio Grande do Norte citamos a Rota do Sol, facilitadora do fluxo de pessoas, “mas também, naturalmente, dos fluxos do capital interesseiro que se aproveita das economias externas constituídas pelo Estado, que cria as condições para a sua reprodução, numa espécie de Modo de Produção Estatista (conforme Lefèbvre)” (Cruz, 2012, p. 31). Não diferente de outros estados, a ampliação e a modernização da rede de transportes,

foi foco da ação pública federal sobre o território Potiguar, como estratégia de crescimento econômico através do turismo.

No entanto, não prevista na PNOT, nem como estratégia de crescimento e nem de desenvolvimento para o Nordeste, mas efetivada com a implantação do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), estimulado pelo Governo Federal, a partir da alteração da matriz nacional de combustíveis, no Nordeste e, principalmente, a partir da efetivação dos Leilões, investe-se na implantação de parques de energia eólica, criando novas dinâmicas econômicas e de ocupação nos municípios. Essa situação reflete-se também na dinâmica do turismo local (Hofstaetter, 2016). Segundo Macedo (2015), no final de 2009, ocorreram os Primeiro e Segundo Leilão de Energia Reserva<sup>2</sup> (LER), de comercialização de energia voltada exclusivamente para a fonte eólica. O 2º LER foi um sucesso com a contratação de 1,8GW e abriu portas para novos leilões que ocorreram nos anos seguintes.

Pode-se observar no mapa (Figura 1), os municípios turísticos categorizados como ‘a, b, c, d, e’, pela metodologia do Ministério do Turismo (2018) e a localização dos parques eólicos, no estado do Rio Grande do Norte. É importante observar como os vetores em pauta são coincidentes, nos mesmos municípios, no litoral norte, embora valha ressaltar que o vetor eólico chega, também, em municípios onde inexistente a prática do turismo, principalmente a partir do movimento de interiorização dos parques eólicos. Aqui é possível se observar uma primeira contradição. Nos municípios turísticos (especialmente onde ocorre o turismo de sol e mar) onde os vetores são coincidentes, os parques eólicos geradores de energia podem comprometer a “energia” do turismo, em função da alteração das paisagens e das vulnerabilidades reforçadas, com potencial de aprofundamento.

---

<sup>2</sup> LER – refere-se à contratação de energia para aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN.

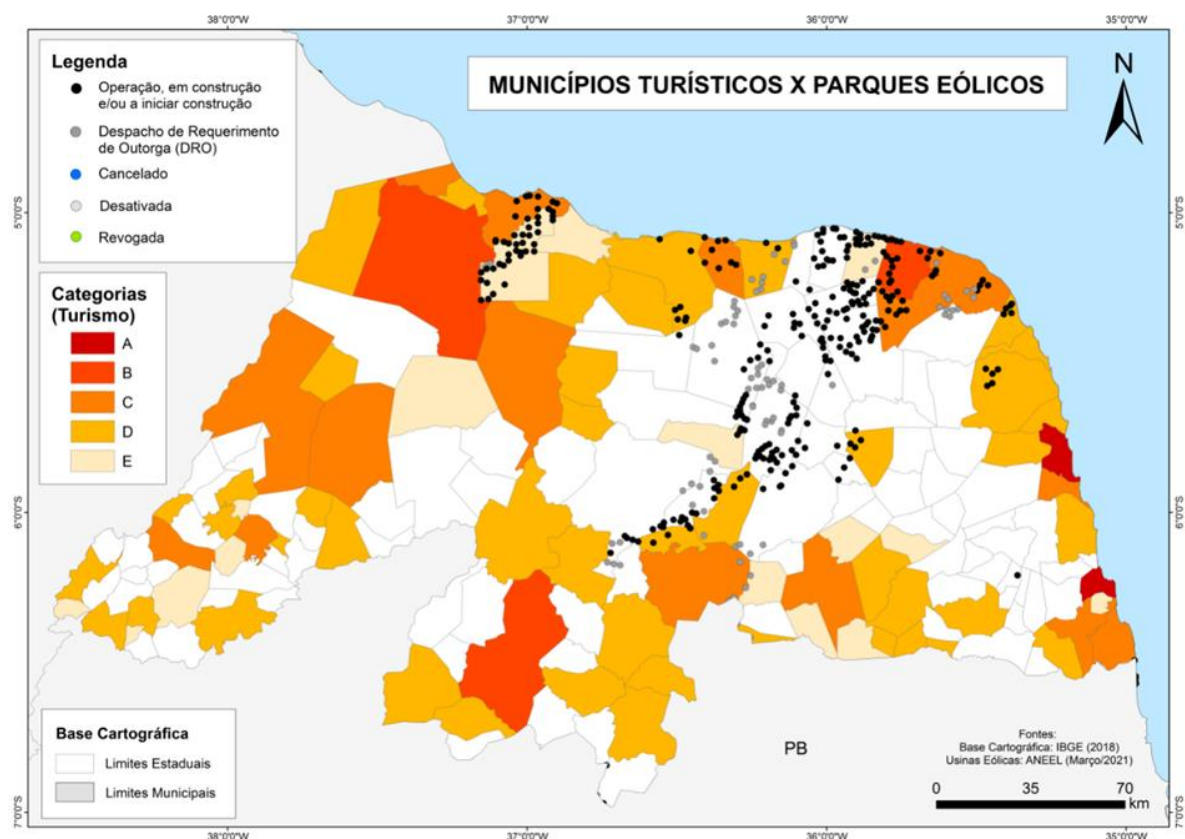


**Figura 1:** Relação dos municípios turísticos classificados nas categorias A, B, C, D e E de acordo com a metodologia definida pelo Ministério do Turismo (2108) e os municípios geradores de energia eólica no Rio Grande do Norte.

Fonte: Ministério do Turismo (2018); ANEEL (2018).

Elaboração Própria.

Em estudo realizado em 2016 por Hofstaetter, foi priorizado um olhar sobre os impactos sociais e ambientais dos parques eólicos nos territórios. Estes são bem similares aos impactos do turismo nos territórios, como já apontado por diversos autores, como Clarke & Ng (1993); Sharpley (2000); Krippendorff (2001); Domínguez (2001); Ruschmann (2001); Pires (2009); Costa (2009); Irving (2003, 2006); Irving, Bursztyn, Sancho, & Melo (2005), Azevedo (2013). Apenas para exemplificar, são observados baixo nível salarial, geração de subempregos, sazonalidade, crescimento desordenado, degradação ambiental, especulação imobiliária, exclusão da população nativa, ocupação desordenada dos espaços urbanos, mudança da função social da terra, prostituição, tráfico de drogas, entre outros. Conforme Aledo, Climent-Gil e Valejjos-Romero (2018), de acordo com a definição de Vanclay (2002):

*entendemos por impacto social cómo los procesos de cambio generados por una actuación, proyecto o política son sentidos, experimentados (físicamente) o percibidos (cognitivamente) directamente por los individuos. Por ello, los impactos pueden ser experimentados a nivel individual, otros a nivel familiar o de unidad doméstica, a nivel de organizaciones sociales, instituciones, comunidades o a nivel de sociedad en su conjunto. (Aledo et al., 2018, p. 155)*

Neste mesmo estudo (Hofstaetter, 2016), observa-se que o modelo de desenvolvimento, de uso e ocupação do solo, nos municípios receptores dos parques eólicos, que, no caso desta tese, são também os municípios cujo potencial econômico advém do turismo, privilegia a tomada de decisões do poder público e dos grandes empresários e fazendeiros locais, lembrando que os governantes, em muitas situações, conforme Silva (2017) “representam o empreendedor e esses ricos que aliam riqueza e poder, em prol de suas decisões” (p. 113).

Este modelo de desenvolvimento não considera devidamente a situação da população local, sua cultura, seus hábitos tampouco os possíveis impactos socioambientais, apenas levando em conta o crescimento econômico regional, pautado na reprodução do sistema capitalista mundializado. Portanto, segundo Vainer e Araújo (1992), estes “são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica” (p. 34).

E mais, aquilo que se observa nas ações, nas políticas e programas direcionados para o fomento do crescimento econômico são, de fato, ações governamentais, sobretudo dos governos estadual e municipal que estão longe de se pautarem num planejamento e gestão territoriais baseados em critérios de sustentabilidade social e ambiental. Como preconizado por Max-Neef (1993), “*el desafío consiste en que políticos, planificadores, promotores y, sobre todo, los actores del desarrollo sean capaces de manejar el enfoque de las necesidades humanas, para orientar sus acciones y aspiraciones*” (p. 38). Tem-se presente que o turismo no Brasil representava, em termos de PIB, 8,1% das riquezas nacionais, sendo responsável por 7,5% do número global de vagas no País (Brasil, 2019), percentual alterado com a pandemia da Covid-19. No entanto, a maior parte da população residente não tem participação efetiva nos benefícios decorrentes da dinamização do vetor turístico (Costa, 2009; Irving, 2003 & 2006; Irving, Bursztyn, Sancho, & Melo, 2005; Krippendorf, 2001; Clarke & Ng, 1993; Sharpley, 2000). Bem pelo contrário, o turismo contribuiu para a expropriação territorial e para a concentração de renda. Não é diferente o caminho trilhado pelas empresas produtoras de energia eólica. No entanto há de ser observado um diferencial entre ambos os vetores tratados nesta tese. A depender do tamanho do investimento, mesmo a lógica do investimento sendo propulsora de um projeto desenvolvimentista, capitalista e que tem por fim o lucro, no caso do turismo, que engloba sob este título diversificadas formas do fazer turístico, há a possibilidade e a oportunidade de um desenvolvimento turístico mais sustentável, mais comprometido com o território, quando a premissa de que o lugar onde ele acontece é também o lugar onde o empreendedor vive e que, portanto, o empreendedor tem interesse em que seu lugar de moradia seja aprazível. Com base nesta possibilidade, estudiosos e diversos documentos oficiais do

turismo preconizam que o turismo pode sim melhorar a qualidade de vida das populações, proteger o meio ambiente, defender o patrimônio dos povos, além de contribuir para a paz no mundo (UNWTO & UNDP, 2017; UNWTO & OEA, 2018).

Já em relação aos parques eólicos, essa premissa não cabe, uma vez que os detentores do capital, muitas vezes, sequer pisaram no território onde eles são instalados. Não há um compromisso com o território em questão, apenas o fato de o empreendedor usar seu chão.

Com esta tese, mais do que trazer à tona esta alteração regional, de ambos os vetores, urge compreender quais as causas profundas (Aledo, 2018) que permitem que ambos encontrem terreno fértil e agudizem as vulnerabilidades já existentes.

Fazem parte da problemática da tese as reflexões a seguir. Em que medida as dinâmicas do turismo e dos parques eólicos nas localidades contribuem ou não para a inclusão social e econômica dos habitantes? Por que alguns conseguem se inserir e outros não? Que fatores contribuem para essa inclusão e como ocorre? Uma vez que fatores de inclusão socioeconômicos tem notória relevância para a formulação de políticas públicas, como refletir sobre o papel do Estado na gestão e no planejamento das ações territoriais, tendo por prioridade o processo de desenvolvimento endógeno, pautado na inclusão social e no equilíbrio entre a economia e o meio ambiente? Ou de outro lado, o turismo contribui apenas para a expropriação territorial e para a concentração de renda, ou para a privatização do bem comum?

Para esta discussão, inspirando-se em Santos (2008), devemos compreender o território como o território usado, não o território em si. Segundo o autor, “o território usado é o chão mais a identidade” (p. 14). Trata-se do território usado por todos, incluindo o uso corporativo, por parte de empresas, instituições e firmas, muitas dessas estrangeiras, sobretudo no turismo e no setor eólico. Neste sentido, podemos complementar este pensamento, refletindo que,

na verdade, existem repercussões tanto em nível nacional, como regional, dos mecanismos diferenciados de reprodução do capital em nível internacional e dos interesses imperialistas, mas tais relações não são hoje externas a nós; elas nos atravessam. São constitutivas de nós; nós as reproduzimos. Não existe, portanto, o externo e o interno. (Albuquerque Júnior, 1999, p. 310)

Isto posto podemos arriscar que a **pergunta de partida desta tese** é: Qual a interferência e a relevância dos vetores produtivos turismo e vetor produtivo de energia eólica na manutenção ou no aprofundamento das vulnerabilidades já existentes nos territórios, particularmente nos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo?

A pergunta foi construída com base nas seguintes **premissas**:

- O turismo é uma atividade econômica, portanto, um vetor de valorização do capital;
- Existe um discurso social e ambiental hegemônico internacionalmente, que afirma ser a energia eólica uma energia limpa, portanto sustentável. Este adjetivo não se sustenta

ao se observar os impactos e as condições de vulnerabilidades criadas ou agravadas, desde a retirada dos metais e minerais para a construção de suas estruturas, até a instalação e funcionamento dos parques eólicos.

- Tanto o turismo, quanto o vetor produtivo eólico servem ao sistema capitalista e, portanto, reproduzem as relações de produção capitalista, desigualmente combinadas, fragmentando os lugares;

Desta arte, esta tese pretende comprovar as seguintes **hipóteses**:

- a) Os vetores produtivos do turismo e da energia eólica apropriam os espaços, mesmo que de forma desigual (no sentido de que, enquanto atividades econômicas e, considerando suas especificidades, ambos estabelecem uma forma de apropriação do espaço, cujo objetivo é o lucro, mas que a depender da envergadura do capital, a relação com o território conforma outras nuances, que podem configurar diferenças significativas), mantendo ou aprofundando as desigualdades já existentes nos territórios, através da exclusão, da desapropriação das populações dos seus territórios, da precarização do trabalho, agravando e (re)produzindo novas situações de vulnerabilidade;
- b) Sendo vetores de desenvolvimento modernizante, privatizam o bem comum (terra, ar, biodiversidade);
- c) É possível, ações participativas e horizontais, que apresentem novos arranjos locais, nos municípios turísticos e que minimizem, parcialmente, a vulnerabilidade.

Definida a pergunta de partida e as hipóteses a serem exploradas, tem-se que o **objetivo** da tese é analisar o processo de desenvolvimento territorial no litoral norte potiguar, pensando o dinamismo da formação socioespacial e a interferência e relevância que têm os vetores globais de mudanças, o turismo e a geração de energia eólica, na manutenção ou no agravamento das vulnerabilidades já existentes nestes territórios, em especial em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.

Para a análise do objetivo do estudo, têm-se que **os objetivos intermediários** são:

- (i) Explorar os conceitos, teorias e metodologias que envolvem as abordagens sobre desenvolvimento, desenvolvimento territorial e vulnerabilidades para, posteriormente, aplicá-los ao objeto de pesquisa proposto, buscando os elementos e fatores a serem incorporados neste contexto;
- (ii) Compreender, com base numa literatura interdisciplinar, quais as causas profundas que permitem o agravamento das vulnerabilidades, em territórios já vulneráveis, a partir da chegada dos vetores produtivos da energia eólica e do turismo, no estado do Rio Grande do Norte;

- (iii) Compreender os elementos estruturais que limitam a capacidade de resposta dos sujeitos diretamente atingidos por esta realidade, por meio de uma análise empírica junto a dois municípios categorizados como B e D, respectivamente, pelo Ministério do Turismo;
- (iv) Descrever o ambiente em dois municípios, de categoria B e D, no estado do Rio Grande do Norte, quais sejam, São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, respectivamente, demonstrando como se forjam historicamente as relações que comprometem uma maior participação da população nos processos políticos produtivos;
- (v) Compreender o papel do turismo e dos parques eólicos no processo de transformações socioespaciais nos dois municípios e,
- (vi) Realizar levantamento das vulnerabilidades existentes nos dois municípios turísticos e eólicos.

Ciente da expansão crescente de atividades modernas (turismo e vetor produtivo de energia eólica) em detrimento das atividades tradicionais no meio rural, no contexto do Rio Grande do Norte nos últimos anos, esta pesquisa **justifica-se** pela necessidade de aprofundamento da compreensão dos efeitos destas atividades no desenvolvimento das localidades e no bem-estar social da população, em dois municípios onde algum tipo de turismo é realidade (municípios turísticos caracterizados como B e D <sup>3</sup> no MTUR) e, concomitantemente, onde se encontra a crescente implantação de parques de energia eólica.

Partimos do pressuposto que, para um país dotado de uma riqueza natural e cultural, mas que é construído com base no biômio Casa-Grande e Senzala, e que enfrenta inúmeros problemas de ordem social e instabilidades políticas e econômicas, mas cuja região e estado desejam consolidar e desenvolver o turismo, é imprescindível o reconhecimento das limitações econômicas, ambientais, culturais, sociais e políticas de seus programas governamentais para que efetivem condições de vida sustentáveis e mais resilientes. Tendo presente que na sociedade de serviços, o turismo ganha papel central, e que ele poderia ser “cada vez mais, “lugar” privilegiado para enxergar, compreender e agir sobre as contradições sociais desse projeto de sociedade moderna” (Melo, 2018, p. 13), que é excludente, privatista, expropriadora, concentradora, precarizadora e, quiçá, poderia contribuir para delinear um outro projeto de sociedade que resgatasse a solidariedade humana (Dowbor, 2002).

Do ponto de vista pessoal, a curiosidade pelo objeto em análise iniciou há oito anos, quando a pesquisadora se deparou com uma paisagem de beleza única, sendo totalmente

---

<sup>3</sup> Quanto mais perto de A, maior fluxo turístico, maior número de empregos e maior quantidade de estabelecimentos no setor de hospedagem.



modificada, com a invasão de torres de energia eólica, estruturas totalmente artificiais, que tomaram conta e poluíram a beleza desse cenário litorâneo.

A pesquisadora motivou-se a compreender o processo pelo qual um estado, que tem como base econômica o turismo, permitiu tal feita. Um argumento válido é a euforia do rápido crescimento econômico preconizado, desconsiderando a preocupação com possíveis impactos provocados por esta atividade exógena. Há de se considerar que, se é verdade que há pessoas que chegam ao estado para conhecer estas estruturas estranhas ao lugar, arrisca-se a afirmar que a maioria das pessoas, se pudesse escolher, optaria pelas paisagens tomadas apenas pela natureza, ainda mais se fosse público e universal o conhecimento de que processos como estes, conhecidos como ambientalmente verdes, sustentáveis, escondem práticas socialmente injustas, insustentáveis e nada verdes, ao longo da sua cadeia produtiva (Hofstaetter, 2021).

Desta inquietação foi possível caminhar, por dois anos, junto ao Departamento de Políticas Públicas e Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, efetivando um trabalho de mestrado que demonstrou os impactos sociais e ambientais deixados no território pela produção de energia eólica, resultados que estarão presentes por todo o trabalho de tese, uma vez que esta realidade dialoga intrinsicamente com o turismo. Neste processo, foi possível observar que praticamente todos os impactos sociais e ambientais provenientes deste vetor produtivo (parques eólicos) eram também observados nos territórios com a presença do turismo, provocados pelo fazer turístico. E, com muita presença, especialmente em territórios que já são vulnerabilizados.

O caminho trilhado nos quatro anos de doutoramento foi o da compreensão e da problematização acerca da responsabilidade e interferência dos vetores globais de mudanças, turismo e geração de energia eólica, no agravamento das vulnerabilidades já existentes nestes territórios, especialmente no litoral norte potiguar, apontando indicações para um modelo de gestão participativa, com medidas eficazes de implementação de políticas públicas locais com inclusão social, que visem o combate às injustiças junto à população marginalizada, orientada e motivada pela fala de Freire (1996), de não ser uma observadora

“acizentadamente” imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele (Freire, 1996, Primeiras Palavras).

Neste sentido, a realização desta pesquisa foi orientada por um espírito científico, crítico, objetivo, racional, mas também emocional, já que é condicionada e justificada pela história de vida da pesquisadora, que sempre primou pela “formação científica, correção ética,

respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente” (Freire, 1996, Primeiras Palavras).

É possível afirmar, frente ao exposto, que o objeto de estudo proposto embasa a originalidade e o ineditismo desta pesquisa, tendo-se ciência de que existe uma quantidade considerável de pesquisas sobre os efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais do turismo nos territórios, assim como recentemente foram desenvolvidos trabalhos sobre os impactos da energia eólica nos territórios, mas não existe trabalho que interseccione ambos os vetores e que aprofunde a reflexão das suas relações com a manutenção das vulnerabilidades, impeditivas de um efetivo desenvolvimento das potencialidades territoriais.

Isto posto, finalizando esta introdução, quanto à estrutura, esta tese terá oito capítulos, incluindo esta introdução (contextualização, pergunta, hipóteses, objetivos, justificativa). A mesma está organizada da seguinte forma: (i) Introdução; (ii) Percursos metodológicos (iii) A evolução do capitalismo no Brasil e o aprofundamento das vulnerabilidades; (iv) O turismo e a indústria dos ventos valorizando o capital no Nordeste: o Rio Grande do Norte em evidência; (v) Turismo, parques eólicos e o uso do território: pensando o espaço geográfico; (vi) Aproximando a lente: espaços de muitas contradições, (vii) Resultados e discussão: nem tudo é tão belo de frente pro mar e, (viii) Conclusão.

Por último, é necessário esclarecer que esta pesquisa está estruturada, normatizada e formatada de acordo com mesclas de normas da (i) APA, para citações, figuras, tabelas e referências e da (ii) ABNT, para trabalhos acadêmicos, normas estas, orientadas pelo Programa de Pós-graduação em Turismo.

## CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

Em termos metodológicos, o presente estudo constituiu-se de uma pesquisa interdisciplinar, rompendo com a fragmentação das particularidades, numa tentativa de compreensão do todo. Igualmente relevante é salientar que o campo de estudo tem inspiração geográfica (territorial) como bem definido por Milton Santos (1991).

O ponto de vista aqui adotado é, sobretudo, o de nosso campo de estudo, isto é, o do espaço territorial, espaço humano. Mas a interdependência, ao nível global, dos fatores atuais de construção do mundo deve assegurar às propostas aqui avançadas um certo interesse no que toca às demais ciências sociais. Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. (Santos, 1991, p. 7)

Portanto, nesta pesquisa, a interdisciplinaridade se configura em premissa básica e fundamental, conforme Iwana *et al.* (2016), uma vez que a sua temática-se configura em um objeto de estudo multifacetado que exige olhares que rompam com as particularidades disciplinares. Sobre isso, Alves (2014) afirma que a interdisciplinaridade numa pesquisa,

ocorre sempre que se reconhece que um objeto ou problema em estudo é multifacetado e que é preciso ultrapassar os limites da especialização disciplinar, explorar novos terrenos técnicos, metodológicos, teóricos e por vezes filosóficos ou políticos. Frequentemente, tais problemas e objetos se situam em terrenos inexplorados, sem mapas, em que tentam se posicionar atores dos campos das ciências naturais, das ciências sociais, das técnicas e das agências de financiamento (Alves, 2014, s/p.).

A natureza do estudo identifica-se, prioritariamente, com uma abordagem metodológica qualitativa, cuja opção deu-se em função de possibilitar compreender, a partir do entendimento e percepção dos atores locais e de atores externos, mas também através da análise de dados e porcentagens, as relações em torno da temática dos vetores do turismo e das energias renováveis, especialmente o vetor produtivo eólico inserido no desenvolvimento territorial, cujos estudos relacionados ainda são recentes, com pouca apropriação da intersecção desses fenômenos que vêm impondo novas dinâmicas, compondo uma nova realidade, principalmente no Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, a escolha qualitativa coloca-se, de acordo com a perspectiva proposta por Bauer e Gaskell (2002) pela necessidade de correlacionar pontos de vista diferentes sobre uma mesma problemática, ou seja, "o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista" (p. 70).

Em linha de raciocínio semelhante à destacada, Richardson (2008) acredita que, a partir da contextualização histórica e da construção social dos fenômenos existentes, a pesquisa do tipo qualitativa possibilita a investigação e a análise crítica dos fenômenos sociais e ambientais.

É sabido que os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha dos métodos adequados e teorias convenientes, nas diferentes perspectivas de análises em

detrimento de seus participantes e diversidades, do caráter de reflexividade (crítica) do pesquisador e da pesquisa; e da variedade de abordagens e métodos (Flick, 2009).

No que diz respeito ao método de pesquisa, ou seja, o conjunto de técnicas a serem utilizadas em uma investigação (Gil, 2008), as técnicas de coleta de dados indicadas para este estudo foram, (i) a pesquisa bibliográfica e documental, que permitiram tanto a apreensão teórica e conceitual como documental do objeto de estudo, compondo a primeira fase da pesquisa e, sendo responsáveis pela obtenção de dados secundários; (ii) os grupos focais (que foram realizados de forma presencial e *online*), (iii) as entrevistas para obtenção de dados primários (Dencker, 2001), e (iv) o questionário aplicado junto à população (presencialmente, no período anterior à Pandemia Covid-19, tendo sido adaptado com o uso da ferramenta *google forms*, para a finalização das entrevistas, no período da Pandemia Covid-19).

Posto isto, o processo de construção desta pesquisa foi composto pelos procedimentos metodológicos apresentados conforme Figura 2.

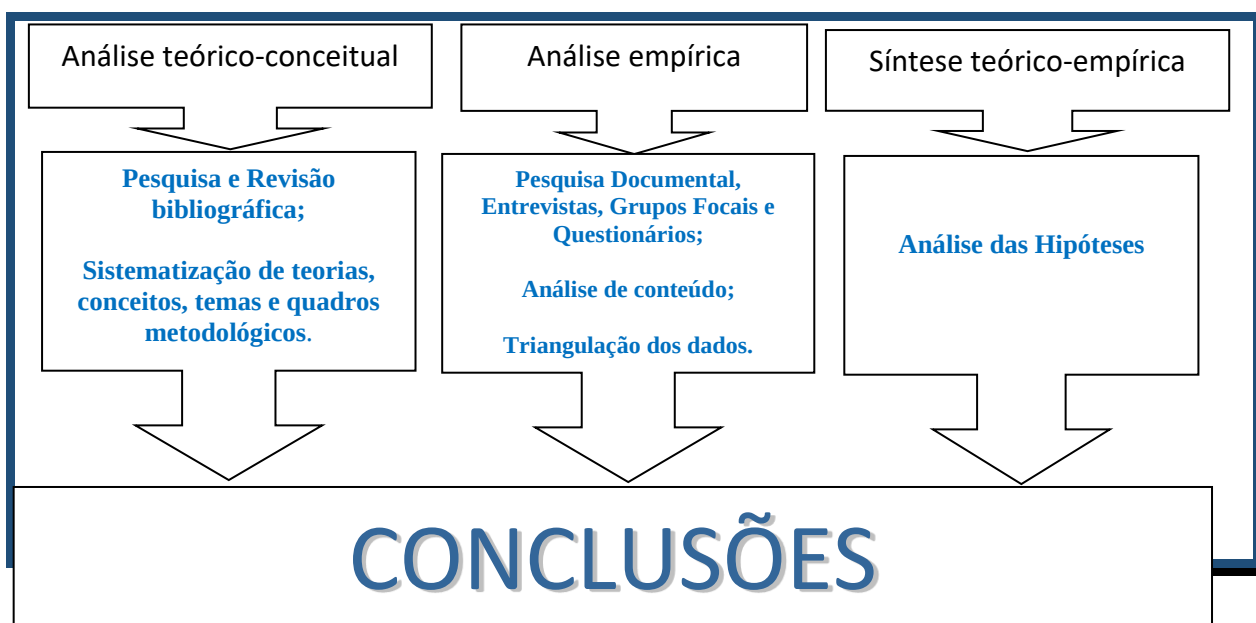


**Figura 2:** Fases da pesquisa, com seus procedimentos metodológicos.  
Elaboração Própria.

### 2.1 - Da análise teórica-conceitual

Na primeira fase da pesquisa, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica incluindo consulta a livros, periódicos (nacionais e internacionais) e publicações técnicas e acadêmicas que tratam dos temas relacionados ao objeto teórico da pesquisa.

Com o objetivo da composição de parte do referencial teórico da tese, foram lidos diversos autores e obras, os quais colaboram para compreender o contexto da relação entre o

turismo e o vetor de energias renováveis, dentro do território, por meio da explicação dos conceitos que permeiam esta discussão.

A escolha das obras e dos respectivos autores ocorreu após a leitura de artigos relacionados à problemática e objeto de estudo da pesquisa, mas também das sugestões bibliográficas obtidas a partir das disciplinas cursadas no programa de doutorado em turismo (Tabela 1).

**Tabela 1:** Quadro de autores/obras para a construção do referencial teórico e conceitual da tese.

| <b>Obras e Autores</b>     |                                                                                                                                    |                                                             |                                                                    |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| <b>Autores</b>             | <b>Obras</b>                                                                                                                       | <b>Tema</b>                                                 | <b>Enfoque Selecionado</b>                                         |
| David Harvey               | Condição pós-moderna (2003)                                                                                                        | Pós-modernidade, desenvolvimento e sustentabilidade         | Conceitos e características da sociedade pós-moderna.              |
| Bauman                     | Modernidade Líquida (2001)                                                                                                         | Pós-modernidade e, desenvolvimento                          | Conceitos e características da sociedade pós-moderna.              |
| Paulo Freire               | Pedagogia do Oprimido (1968)                                                                                                       | Dialética da sociedade brasileira                           | Dialética opressor x oprimido                                      |
| Jessé Souza                | A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato (2017)                                                                                | Construção cultural do Brasil atual                         | Causas Profundas                                                   |
| Florestan Fernandes        | Sociedade de classes e subdesenvolvimento (1968)                                                                                   | Construção social do Brasil                                 | Causas Profundas                                                   |
| Caio Prado Júnior          | A revolução brasileira (1978)                                                                                                      | Construção e história social do Brasil                      | Causas Profundas                                                   |
| Cristóvam Buarque          | A revolução nas prioridades; da modernidade técnica à modernidade ética. (1993)                                                    | Construção cultural do Brasil atual                         | Conceitos e características da sociedade moderna.                  |
| Boaventura de Souza Santos | <i>Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social</i> (2006)                                                        | Crítica ao capitalismo e o combate ao pensamento hegemônico | Emancipação política e social, alternativas e possibilidades.      |
| Uriely                     | <i>The Tourist Experience: Conceptual Developments.</i> (2005)<br><i>Backpacking Experiences: A Type and Form Analysis.</i> (2002) | Pós-modernidade e turismo                                   | Características da pós-modernidade, experiência e consumo.         |
| Pine                       | Personalizando produtos e serviços – Customização Maciça (1994).                                                                   | Turismo e experiência                                       | Que experiência o turista deseja.                                  |
| Paul Singer                | Desenvolvimento e Crise (1968)                                                                                                     | Crescimento, Desenvolvimento e Crise                        | Dicotomia Crescimento e Desenvolvimento, novas relações produtivas |
| Anthony Giddens            | As Consequências da Modernidade (1991).                                                                                            | Pós-modernidade, desenvolvimento e sustentabilidade         | As consequências da modernidade e sua característica reflexiva     |

|                    |                                                                                                                                                 |                                                                          |                                                                                            |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ulrich Beck        | A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. (1997)<br>Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. (2011).      | Pós-modernidade, desenvolvimento e sustentabilidade                      | A problemática ambiental, a “modernização reflexiva” e a construção social de riscos.      |
| Ignacy Sachs       | Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado (2002)                                                                                     | Desenvolvimento e sustentabilidade                                       | O conceito de “ecodesenvolvimento” e as dimensões do desenvolvimento sustentável           |
| Enrique Leff       | Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. (2000);                           | Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e democracia participativa | Racionalidades do desenvolvimento sustentável e da democracia participativa.               |
| Munt               | <i>The ‘Other’ Postmodern Tourism: Culture, Travel and the New Middle Class.</i>                                                                | Turismo, globalização e sustentabilidade                                 | Desafios do turismo no contexto da sustentabilidade.                                       |
| Swarbooke          | Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental (2000)                                                                                       | Turismo e sustentabilidade                                               | Conceitos e impacto ambiental.                                                             |
| Sharpley           | <i>Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide (2000)</i>                                                             | Turismo e desenvolvimento sustentabilidade                               | Turismo e desenvolvimento.                                                                 |
| Bramwell e Sharman | <i>Collaboration in Local Tourism Policy Making (1999)</i>                                                                                      | Turismo e Políticas Locais                                               | Planejamento do turismo.                                                                   |
| Jamal e Getz       | <i>Collaboration theory and community tourism planning (1995).</i>                                                                              | Turismo Comunitário e Planejamento                                       | Turismo Comunitário e Planejamento                                                         |
| Amartya Sen        | Desenvolvimento como liberdade (2000)<br><i>The possibility of social choice (2005)</i>                                                         | Desenvolvimento e sustentabilidade                                       | Os fins e os meios de desenvolvimento e a privação de capacidades. Vulnerabilidade social. |
| Kaztman            | <i>Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social (2000)</i>                                                                               | Vulnerabilidades                                                         | Avaliação da vulnerabilidade social.                                                       |
| Moser              | <i>The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies (1998)</i>                                                 | Vulnerabilidades                                                         | Estratégias de avaliação e redução da vulnerabilidade.                                     |
| Silva              | Turismo e Desenvolvimento: Uma Proposta para medição e avaliação da Vulnerabilidade Social nos Territórios Turísticos. Tese de doutorado (2019) | Turismo e vulnerabilidade                                                | Medição e avaliação da vulnerabilidade social                                              |
| Max-Neef           | <i>Desarrollo a Escala Humana (1993)</i>                                                                                                        | Os invisíveis, os vulneráveis                                            | Os fins e os meios de desenvolvimento e a                                                  |

|               |                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                              |                                                                                                    |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|               | <i>La Economía Descalza</i> (1986)                                                                                                                                                                                                                                                        |                                              | privação de capacidades. Vulnerabilidade social.                                                   |
| Lefebvre      | O direito à cidade (1991).<br>A vida cotidiana no mundo moderno (1991)                                                                                                                                                                                                                    | Consumo dirigido, espaço fragmentado         | Os fins e os meios de desenvolvimento e a privação de capacidades. Vulnerabilidade social.         |
| Krippendorff  | Sociologia do Turismo (2009)                                                                                                                                                                                                                                                              | Compreensão crítica do lazer e viagens       | Entendendo o turismo e os impactos do turismo, categorias do turismo, alternativas para o turismo. |
| Cohen         | Sociologia do Turismo                                                                                                                                                                                                                                                                     | Compreensão crítica do lazer e viagens       | Turismo como fenômeno social.                                                                      |
| Velasco       | <i>Governanza del Turismo: retos y estrategias de las redes de destinos turísticos</i> (2010).                                                                                                                                                                                            | Turismo e governança                         | Governança e redes.                                                                                |
| Milton Santos | A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. (1997/2012).<br>Da totalidade ao Lugar. (2012)<br>O dinheiro e o território. (2007)<br>Por uma outra globalização (2003)<br>Metamorfoses do Espaço Habitado (2008[1988])<br>Da Política dos Estados À Política Das Empresas (1997) | Território, Espaço, Tempo, lugar, totalidade | Categorias de análise relacionadas ao território. A globalização como fábula.                      |
| Cruz          | Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil. (1999)<br>Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares. (2012)                                                                                                                              | Desenvolvimento do Turismo                   | Turismo no Nordeste, geografia e políticas do turismo.                                             |
| Brandão       | Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na Escala Nacional do Brasil. (2017).<br>Por uma geoeconomia política do Brasil no contexto do Sul. (2017)                                                                                  | Neoliberalismo e conjuntura                  | Características e perspectivas no Brasil                                                           |
| Furtado       | O Mito do Desenvolvimento Econômico (1985/1998)<br>Cultura e desenvolvimento em época de crise (1984).                                                                                                                                                                                    | Subdesenvolvimento Desenvolvimento           | Características do desenvolvimento e do subdesenvolvimento                                         |

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da busca pela literatura nos acervos das bibliotecas de universidades e instituições de ensino, foi utilizada a pesquisa *on-line* para obtenção de produções científicas e técnicas-acadêmicas.

Para a sistematização das bibliografias publicadas no meio eletrônico foi utilizado o processo *Knowledge Development Process/Constructivist* ou *ProKnow-C* para auxiliar a identificação das produções alinhadas ao tema da pesquisa em questão (Esslin, Esslin, & Pinto, 2010). Salienta-se que, em 2012, o *ProKnow-C* consolida-se como processo para mapeamento do conhecimento, segundo as delimitações, percepções do tema e motivações do pesquisador (Afonso, Souza, Ensslin, & Ensslin, 2012; Bortoluzzi, Ensslin, Ensslin, & Valmorbidia, 2011; Bruna Jr., Ensslin, & Ensslin, 2012; Ensslin, Ensslin, & Pacheco, 2012; Lacerda, Ensslin, & Ensslin, 2011, 2012; Rosa, Ensslin, Ensslin, & Lunkes, 2011; Tasca, Ensslin, Ensslin, & Alves, 2010). As fases para a composição do portfólio bibliográfico, estão descritas na Figura 3.



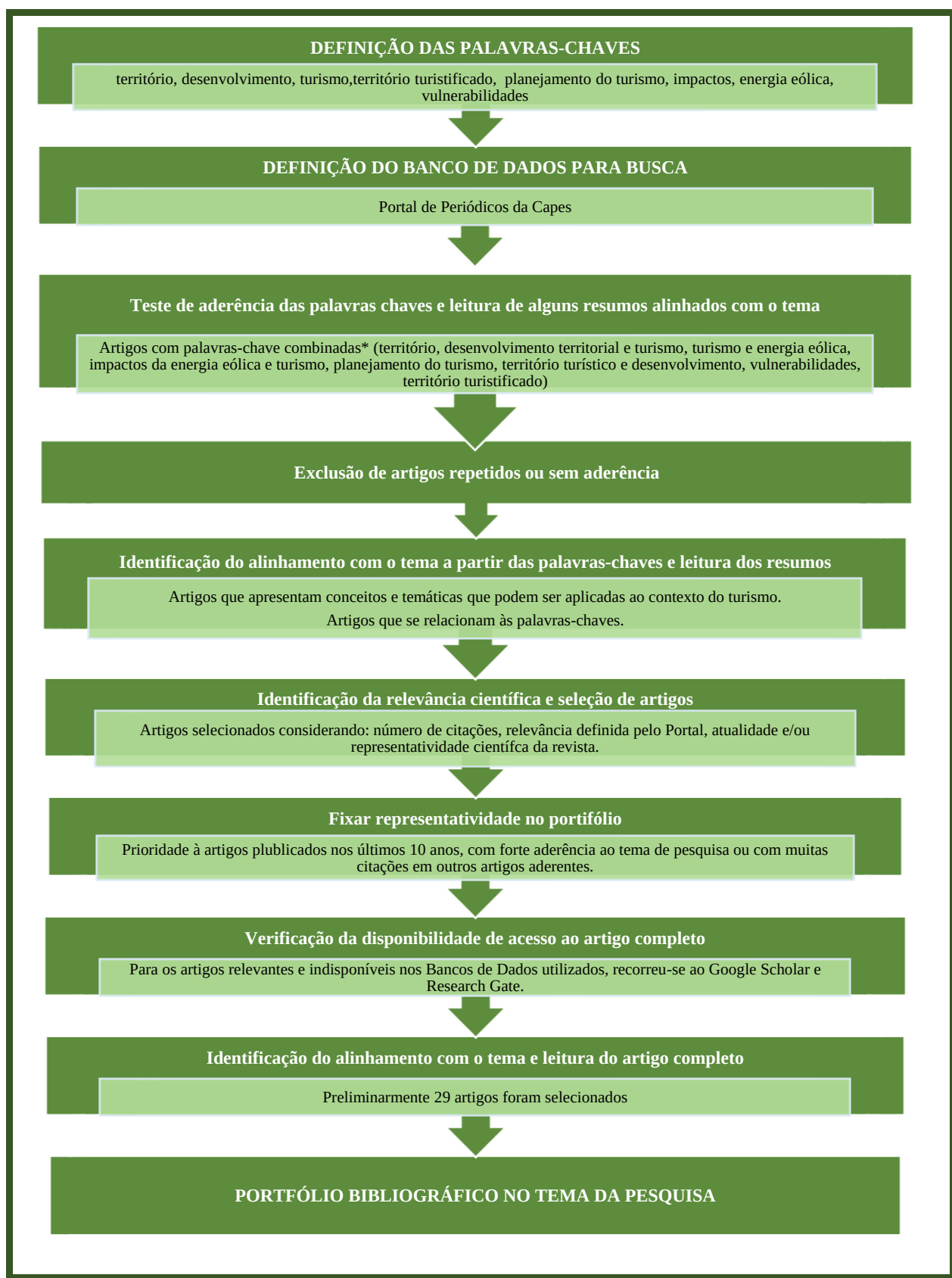


**Figura 3:** Quadro da seleção de artigos publicados em meio eletrônico, relacionados à temática (composição do portfólio)

Fonte: Adaptado pela autora, com base no *PROKNOW* "C".

A composição do portfólio de artigos propiciou a identificação daqueles que estavam relacionados com a pesquisa de acordo com a percepção e delimitações impostas pela pesquisadora, como recomendado por Afonso et al. (2011), e compreendeu três fases: a) triagem dos artigos nas bases de dados que compõem o Banco de Artigos Bruto; b) filtragem dos artigos selecionados baseada no alinhamento da pesquisa e, c) teste de representatividade do portfólio.

O universo da pesquisa buscou compreender os seguintes temas principais que permeiam as questões referentes ao objeto de estudo da tese: (1) o crescimento econômico x desenvolvimento na perspectiva da pós-modernidade; (2) o território e suas inter-relações; (3) vulnerabilidades e capacidade de resposta, como abordagem metodológica para análise da complexidade dos vetores globais de produção, turismo e energia eólica; e (4) o arranjo institucional de planejamento do território.

As palavras-chave foram definidas conforme os temas, tanto em português quando em inglês, ora palavras simples, ora combinadas, ou ainda simples e combinadas, mas sempre duas por vez. Com mais de duas palavras, a resposta do site não era satisfatória.

Para a composição do portfólio o banco de dados escolhido foi o do Portal de Periódicos Capes por ser uma metabase que dá acesso gratuito a outras 506 bases. A busca foi executada incluindo *Directory of Open Access Journals – Doaj*, *Scopus (Elsevier)*, *Sage Journals Online*, *Sage Open*, *OpenDoar*, *Taylor & Francis Online*, *SciELO Cuba - Scientific Electronic Library Online*, *SCOPUS (Elsevier)*, entre outros. Foi realizada a pesquisa em toda a base de dados, ou seja, não foi restrita à área de Turismo ou Ciências Sociais Aplicadas por ser entender que o tema abordado tem relação com várias áreas do conhecimento.

Desta forma, a busca no Portal de Periódicos Capes foi efetuada com base nos seguintes critérios: (i) combinação de palavras-chave presentes no título do artigo, (ii) artigos revisados por pares; (iii) artigos publicados entre 2009 e 2019, e (iv) artigos nos idiomas português e inglês.

O teste de aderência foi executado com a escolha de 7 artigos, aleatoriamente, com o intuito de saber se havia necessidade ou não, de incluir/modificar as outras palavras-chave, o que se mostrou desnecessário.

Conforme Afonso et al. (2011), ponderou-se os seguintes aspectos: (i) presença de artigos repetidos, (ii) alinhamento dos títulos dos artigos com o tema da pesquisa, (iii) reconhecimento científico dos artigos, (iv) alinhamento dos resumos com o tema e, (v) disponibilidade na íntegra dos artigos. Foram identificados 876 artigos para a análise de alinhamento (leitura) de títulos com o tema da tese (Tabela 2).

**Tabela 2:** Combinação de termos da pesquisa, em português e inglês, para a identificação de artigos com alinhamento à proposta de pesquisa da tese.

| Termos Combinados                                                                   | Periódicos CAPES- CAFE |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--------|
|                                                                                     | Português              | Inglês |
| Território e Desenvolvimento<br><i>Territory and Development</i>                    | 99                     | 224    |
| Desenvolvimento territorial e turismo<br><i>Territorial development and tourism</i> | 4                      | 21     |
| Turismo e energia eólica<br><i>Tourism and wind energy</i>                          | 1                      | 1      |
| Impactos energia eólica e turismo<br><i>Impacts of wind energy and tourism</i>      | 0                      | 29     |
| Planejamento do turismo<br><i>Tourism planning</i>                                  | 61                     | 416    |
| Território turístico e desenvolvimento<br><i>Tourist territory and development</i>  | 1                      | 14     |
| Turismo e Vulnerabilidades<br><i>Tourism and Vulnerabilities</i>                    | 1                      | 1      |
| Território turistificado<br><i>Touristic Territory</i>                              | 0                      | 3      |
| Total Geral                                                                         | 167                    | 709    |

Fonte: Elaborado pela autora.

Na fase de filtragem, foram excluídos os artigos repetidos ou que não atendiam aos critérios de busca, bem como os artigos indisponíveis na íntegra.

Após o alinhamento dos títulos, dos resumos e da disponibilidade do artigo na íntegra, chegou-se a 29 artigos. Procedeu-se o download dos artigos válidos, via Portal de Periódicos Capes ou Google Acadêmico.

O passo seguinte foi identificar o grau do reconhecimento científico das publicações por meio de quantidade de citações de cada um dos trabalhos, no Google Acadêmico. Após esta identificação e leitura do total de artigos, foram incorporados no referencial teórico, os relacionados na Tabela 3, totalizando 11 artigos.

**Tabela 3:** Portfólio dos artigos para a construção teórica e conceitual da pesquisa

| Artigos para análise                                                                                                                                 | Autores                               | Revistas ou similares | Número citações                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------|
| <i>Advantages of combined application os sea with esla in strategic planning for sustainable territorial development os tourism destinations</i>     | Nenković-Riznić, Maksin, istić (2015) | SPATIUM               | 5 citações                                  |
| <i>The illusion os proximity in territorial construction, as approach to tourism development via social networks in Sierra de Albarracín (Spain)</i> | Yubero, Chevalier (2018)              | European Countryside  | Diversos artigos relacionados, sem citações |
| <i>Developing a Territory Balanced Scorecard approach to manage projects for local development: Two case studies</i>                                 | G Ioppolo, G Saija, R Salomone (2012) | Elsevier              | 46 citações                                 |

|                                                                                                                                                                                  |                                                                                                     |                                              |                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------------|
| <i>From comprehensive planning to the integration of both, territory and landscape: the State and the creation of touristic areas in coastal environments</i>                    | LMV Montes, AM Ruiz (2008)                                                                          | Elsevier                                     | 45 citações                                 |
| <i>Barriers to stakeholder involvement in the planning of sustainable tourism: the case of the Thrace region in Turkey</i>                                                       | Hatipoglu Alvarez, Ertuna (2016)                                                                    | Elsevier                                     | 58 citações                                 |
| <i>Integrated Coastal Zone Management in small islands: A comparative outline of some islands of the Lesser Antilles -</i>                                                       | P Saffache, P Angelelli (2010)                                                                      | Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone | 18 citações                                 |
| A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense                                                           | V Giannella, AÉP Callou (2011)                                                                      | Cadernos EBAPE                               | 4 citações                                  |
| <i>Moving territory in the rural settlement Sul Bonito in Itáquirai/MS: touristic usages at Praia da Amizade</i>                                                                 | Da Silva, EC Moretti (2011)                                                                         | Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo    | Diversos artigos relacionados, sem citações |
| <i>Vulnerabilities in the management of tourism entities</i>                                                                                                                     | Calota, Traian-Ovidiu (2014)                                                                        | Romanian Economic and Business Review        | Diversos artigos relacionados, sem citações |
| Uma leitura da Política Territorial a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e do Índice de Condições de Vida (ICV) no Território Rural Lençóis Maranhenses / Munim | Itaan de Jesus Pastor Santos, José Sampaio Mattos Junior, Carlos Augusto de Oliveira Furtado (2017) | REDES                                        | Diversos artigos relacionados, sem citações |
| <i>Imaginarios sociales y rítmicas culturales del desarrollo territorial. Patrimonio, turismo y producción agropecuaria en el Sudoeste Bonaerense, Argentina</i>                 | Gonzalo Iparraguirre (2016)                                                                         | Resúmenes de tesis doctorales                | Diversos artigos relacionados, sem citações |

Fonte: Elaborado pela autora.

Para fins de complementar o aporte teórico conceitual e buscar um estreitamento entre teoria (conceitos e modelos) e prática (aplicação dos modelos) no contexto deste trabalho, julgou-se pertinente a consulta de algumas publicações que criam diretrizes e orientam ações, com o apoio de organizações mundiais, como *Transforming Tourism: The 2030 Agenda for Sustainable Development*, Guia de desenvolvimento do turismo sustentável (OMT, 2003); *World Tourism Organization (UNWTO)*, *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017 e 2019* – Fórum Econômico Mundial (WEF) e nacionais, como os documentos oficiais do Ministério do Turismo (Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NE, Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em todos esses sites, encontrou-se materiais que foram consultados para a revisão da literatura, tais como artigos, tese, publicações prescritivas, livros. O Sistema de Bibliotecas da UFRN também foi utilizado como local físico e virtual de busca de fontes bibliográficas como livros sobre turismo, desenvolvimento, vulnerabilidades e metodologia científica, dentre outros.

Ainda foram encontradas algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado que demonstraram significativa aderência ao escopo de análise da pesquisa e objeto de estudo. Assim, incluem-se no referencial bibliográfico as dissertações e teses, conforme Tabela 4.

**Tabela 4:** Portfólio de teses e dissertações para a construção teórica e conceitual da pesquisa.

| <b>Teses</b>                                                                                                                                                                                       | <b>Autores</b>                     | <b>Ano</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------|
| O Espelho das Concessões turísticas em parques nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades                                                                                         | Paula Normandia Moreira Brumatti   | 2020       |
| Turismo e Desenvolvimento: Uma Proposta para medição e avaliação da Vulnerabilidade Social nos Territórios Turísticos                                                                              | Marilia Natacha de Freitas Silva   | 2019       |
| A Produção do espaço geográfico e o turismo: Testuras, Polifonia e Interditos na Costa do Dendê, Bahia.                                                                                            | Anderson Gomes da Epifania         | 2019       |
| Solvitur Ambulando: uma viagem rumo à autodeterminação popular. Análises da turitificação da existência e modernização dos territórios como componentes da Metanarrativa capitalista               | Thiago Sebastiano de Melo          | 2018       |
| O turismo de massa e a cidade: processos de integração versus segregação socioespacial em capitais nordestinas (Recife-PE e Natal-RN) a partir de registros (ULOGS) de viagem de turismo doméstico | Michel Jairo da Silva              | 2017       |
| Turismo e comunidades de praia: São Miguel do Gostoso no caminho do mar e na direção dos ventos                                                                                                    | Marcelo da Silva Taveira           | 2015       |
| Produção de energia elétrica por fonte eólica no Brasil e aspectos de seu impacto na região Nordeste e Rio Grande do Norte                                                                         | Luziene Dantas de Macedo           | 2015       |
| Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira: Instâncias de Governança e Desenvolvimento nos Municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará                                     | Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega | 2012       |
| A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo                                                                                | Aginaldo Cesar Fratucci            | 2008       |
| Territórios Conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná                                                                                                                                         | Márcia da Silva                    | 2005       |
| Políticas públicas, espaço e turismo. Uma análise sobre a incidência espacial do 'Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte                                                    | Maria Aparecida Pontes da Fonseca  | 2004       |
| <b>Dissertações</b>                                                                                                                                                                                | <b>Autores</b>                     | <b>Ano</b> |
| O turismo e a aquisição da produção rural familiar e da pesca pelos serviços de alimentação em São Miguel do Gostoso (RN)                                                                          | Anna Laurytha Carlos Gonçalves     | 2018       |
| Turismo e Território em São Miguel do Gostoso (RN): a participação de estrangeiros no processo de turistificação                                                                                   | Salichôa Cunha de Oliveira         | 2017       |

|                                                                                                                                                                                        |                                       |      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------|
| A Digital Geográfica do Turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em geografia | Christiano Henrique da Silva Maranhão | 2017 |
| “Aqui se faz gostoso”: uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso/RN. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da UFRN.                    | Paulo Gomes de Almeida Filho          | 2014 |
| O turismo de Sol e Praia e o Circuito Inferior da Economia Urbana: Um Estudo a partir da Paraia de Ponta Negra – Natal/RN                                                              | Thiago Belo de Medeiros               | 2014 |
| <i>Risk, Vulnerability and Tourism in Developing Countries – The Case of Nepal</i>                                                                                                     | Martina Shakya                        | 2009 |
| Implicações Socioambientais da Construção de um parque eólico no município de Rio do Fogo-RN                                                                                           | Rafaella Lenoir Improta               | 2008 |

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise teórica-conceitual e metodológica, pretendeu-se obter uma sistematização dos elementos estruturais fundamentais que incorporam o quadro de análise do desenvolvimento territorial em municípios que têm a participação do vetor do turismo, a fim de beneficiar a proposição metodológica da análise empírica.

## 2.2 - Da análise empírica

Na sequência, foi realizada a segunda fase, que diz respeito à realização de entrevistas com pessoas-chave, os grupos focais, e à realização das entrevistas com a população, constituindo-se num processo de obtenção de informações in loco.

Antes de explicarmos os movimentos acima referidos, é importante ressaltar em que localidades ocorreu o trabalho de campo. O foco foi o estado do Rio Grande do Norte, conforme Figura 4, que é o primeiro colocado em capacidade instalada de energia eólica no Brasil, conforme Tabela 5.

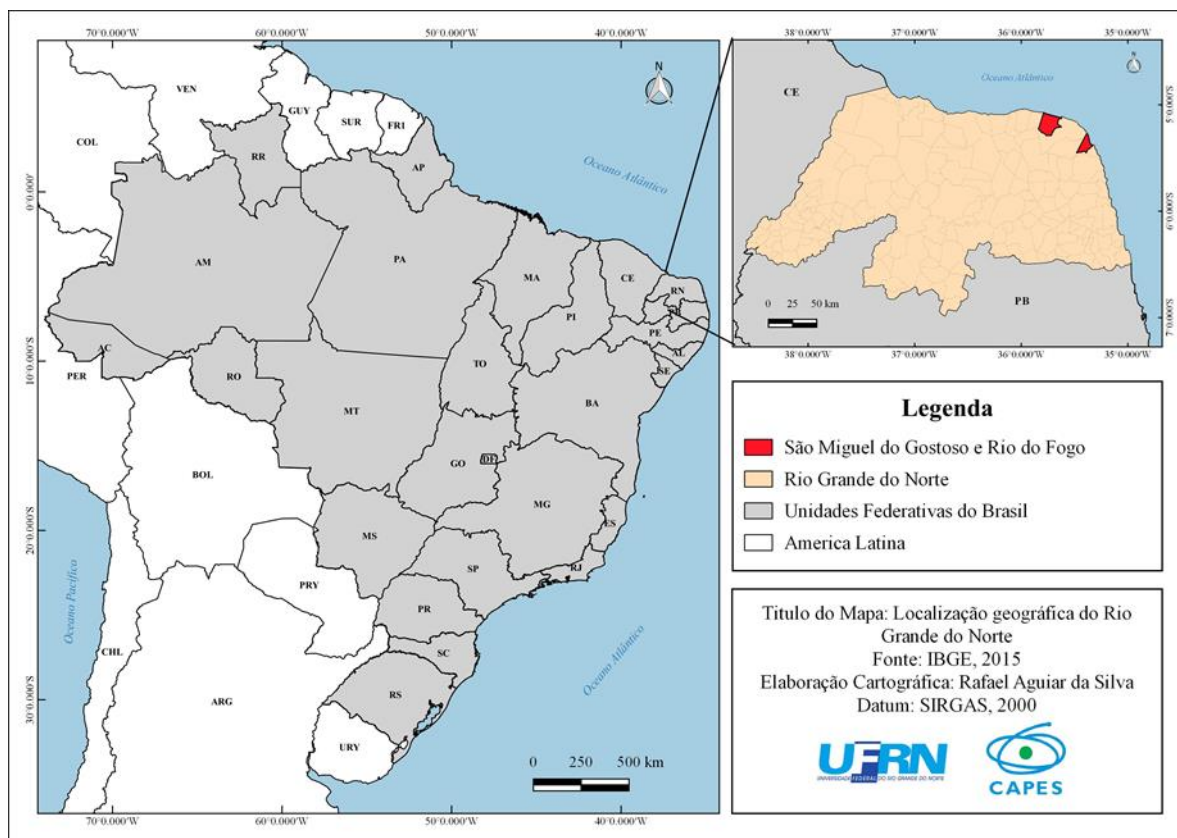


**Figura 4:** Localização geográfica do estado do Rio Grande do Norte.

Fonte: IBGE, 2015.

**Tabela 5:** Ranking dos cinco primeiros colocados em capacidade de produção de energia eólica operando comercialmente (a potência instalada considerada contempla unidades com operação em teste e não contempla unidades com operação comercial suspensa)

| UF   | Número de parques <sup>4</sup> |                  |                            |     | Potência <sup>5</sup><br>instalada |
|------|--------------------------------|------------------|----------------------------|-----|------------------------------------|
| Fase | Em<br>operação                 | Em<br>construção | Construção<br>não iniciado | DRO |                                    |
| RN   | 173                            | 37               | 84                         | 88  | 9,7 GW                             |
| BA   | 187                            | 54               | 70                         | 104 | 9,0 GW                             |
| PI   | 74                             | 14               | 30                         | 24  | 3,8 GW                             |
| CE   | 90                             | 2                | 9                          | 23  | 2,6 GW                             |
| RS   | 81                             | 3                | 0                          | 2   | 1.9 GW                             |

Fonte: Boletim Mensal de Geração Eólica/Aneel/março de 2021

Elaboração Própria.

Considerando o estado do Rio Grande do Norte, delimitaram-se, como recorte territorial deste estudo, dois municípios, sendo um categorizado como B e outro como D, pelo Ministério do Turismo, respectivamente, São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, conforme Figura 5, para o trabalho de campo.

<sup>4</sup> Dados de 17 de março de 2021

<sup>5</sup> Dados de 25 de março de 2021, disponível em <https://www.aneel.gov.br/siga>.

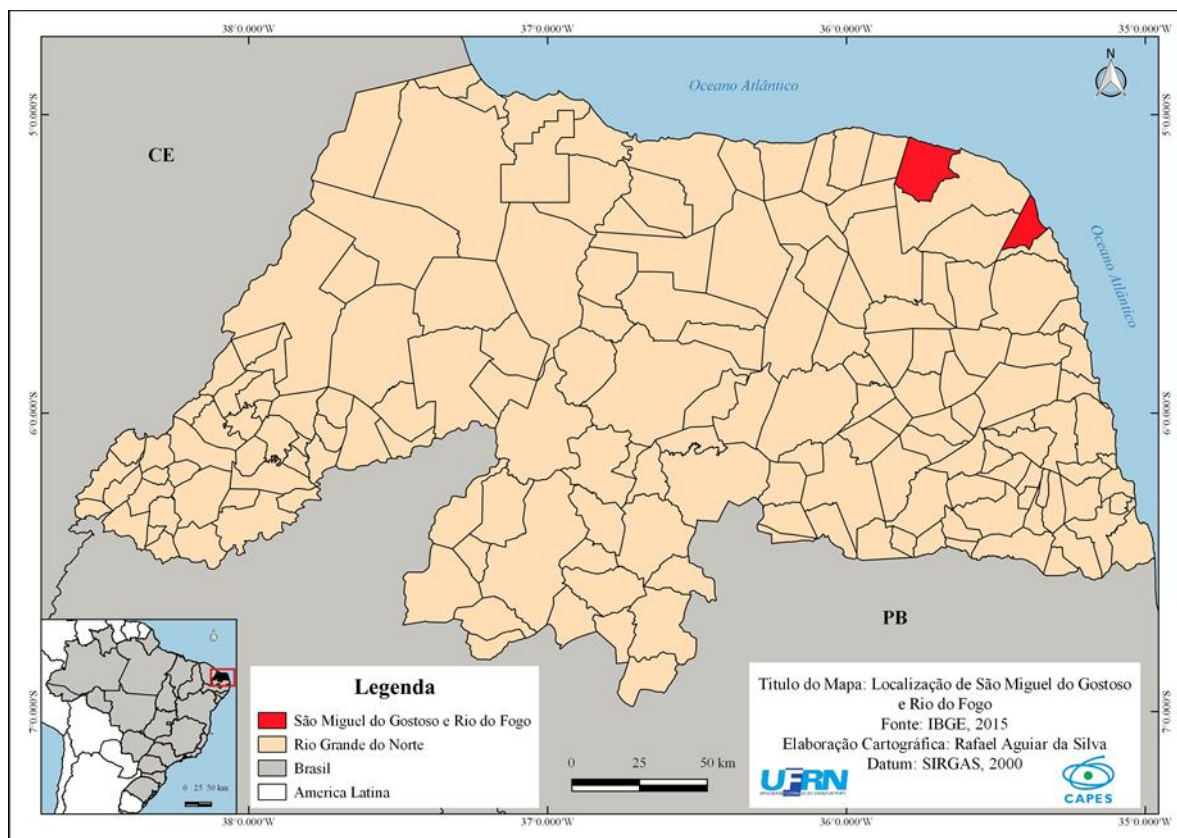


**Figura 5:** Localização geográfica dos municípios onde ocorrerá o trabalho de campo  
 Fonte: IBGE, 2015.

No Brasil, os municípios são classificados pelo Ministério do Turismo, a partir das variáveis-chave que estabelecem o Mapa do Turismo Brasileiro, um instrumento para a sua regionalização, de acordo com a seguinte classificação: I – número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego); II – número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego); III – estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/Ministério do Turismo); e IV – estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional (Brasil, 2015).

Os municípios brasileiros que possuem atividade turística são classificados em cinco diferentes categorias: A, B, C, D e E, sendo a última a que possui os menores índices nas variáveis indicadas. Dos 5.561 municípios brasileiros, 3.285 estão presentes no mapa do turismo do Brasil em 2018 (Ministério do Turismo, 2018). É importante lembrar que esta nova metodologia tem por objetivo aprimorar os critérios de definição de políticas públicas para o setor do turismo e permitir a tomada de decisão de acordo com o desempenho da economia do turismo de cada localidade.



A partir do Mapa do Turismo, em escala nacional, podemos estabelecer que quanto maior a concentração de objetos técnicos relacionados ao turismo de um município, maior será a sua densidade técnica (Santos, 1979) neste município relacionada à atividade do turismo, de acordo com a classificação de Knafou, Bruston, Deprest, Duhamel, Gay e Sacareau (1997), servindo como ferramenta inicial para o pesquisador identificar o fenômeno do turismo no lugar, podendo ir de um território pouco ou parcialmente usado pelo turismo a um território onde o seu uso e existência estão diretamente relacionados ao turismo.

O principal objetivo do Mapa do Turismo é “subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho da economia do turismo” (Brasil, 2015). Porém, destacamos que a análise geográfica do fenômeno do turismo no lugar, deve ir além da perspectiva desenvolvimentista de que o turismo pode trazer para o território.

#### 2.2.1 - Questionários para a população

Foi realizada, no mês de dezembro de 2019, uma visita de conhecimento da realidade, nos respectivos municípios, e realizadas conversas com pessoas referência, que foram importantes para a base da orientação de elaboração do formulário das entrevistas à população.

Tendo por base a ideia da importância da avaliação e do conhecimento empírico, indispensáveis para o conhecimento da realidade local, bem como para a proposição de políticas públicas que visem a promoção do desenvolvimento social dos grupos locais que vivem nos territórios, tomou-se por referência, para a construção do formulário aplicado (Apêndice A), que gerou os resultados que são apresentados no capítulo 7, a adaptação do framework AVEOT (Silva, 2019). Vale ressaltar que o framework AVEOT é uma metodologia que tomou como referência os quadros “Capability approach” de Amartya Sen, “Assets and vulnerability” de Moser (1998) e “Activos, Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades (AVEO)” de Kaztman (2000). Neste sentido, foram propostas algumas variáveis e subvariáveis do AVEOT, como exemplo, capital humano, capital social, trabalho e renda, dados específicos do turismo, além da adição de dados específicos sobre a temática das energias eólicas.

O formulário em questão (Apêndice A) possibilita, portanto, analisar a heterogeneidade socioespacial apresentada pelas famílias nos territórios, baseando-se na relação dialética entre as estruturas de oportunidades e a condição dos indivíduos de melhorar suas situações de bem-estar, a partir da articulação em torno das seguintes categorias analíticas: 1) os Ativos: entendidos como posse, controle ou mobilização de recursos materiais e simbólicos que

permitem ao indivíduo desenvolver-se na sociedade; 2) a Estrutura de Oportunidades: responsável pela alocação de recursos e representada pelo Estado, Mercado e Sociedade; e 3) as Estratégias: consistindo na diversidade de maneiras pelas quais indivíduos e/ou famílias mobilizam ativos, conforme proposto por Silva (2019), a partir das variáveis e subvariáveis adaptadas do AVEOT.

O pré-teste do formulário foi realizado num terceiro município, Areia Branca, em função de uma agenda de pesquisa vinculada ao Laboratório Interdisciplinar de Sociedade, Ambientes e Territórios (LISAT) no dia 22 de novembro de 2019, tendo completado 28 entrevistas. A partir deste pré-teste, que suscitou questões importantes para a complementação do formulário da entrevista, foi realizada uma nova versão do formulário, que consta nos anexos da tese.

O início das entrevistas no município de Rio do Fogo ocorreu de forma presencial, anterior à Pandemia Covid-19, no dia 11 de março, tendo sido realizadas 30 entrevistas presenciais. No dia 17 de março foi decretada a finalização das atividades presenciais no Rio Grande do Norte. Os decretos estaduais e municipais foram necessários para conter a transmissão comunitária do vírus Covid-19 e o colapso no sistema de saúde. A partir da nova realidade global, imposta pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Covid-19, foi necessário repensar a metodologia, especialmente a coleta de dados de campo, que aconteceria, na íntegra, de forma presencial.

O formulário foi então adaptado para a ferramenta *Google Forms*, com linguagem acessível aos habitantes dos municípios, garantindo as respostas sem a presença de um entrevistador. Para a maioria das perguntas havia as alternativas de respostas e, em outras, a possibilidade de o respondente relatar em um campo aberto situações não previstas nas respostas disponibilizadas. As perguntas referiram-se (i) aos dados demográficos, (ii) renda e trabalho, (iii) capital humano, (iv) questões específicas sobre os parques eólicos, (v) questões específicas sobre o turismo, e (vi) capital social.

Com esta nova realidade, a metodologia para a aplicação das entrevistas, dentro dos territórios, também sofreu alterações. Não seria mais possível definir uma entrevista a cada 10 casas, como previsto inicialmente. Para viabilizar o número previsto das entrevistas, adotou-se, então, a metodologia ‘bola de neve’ (*snowballsampling*), em que um respondente(a) indica o(a) outro(a) (Vinuto, 2014). Adotou-se esta metodologia uma vez que ela possibilita a efetivação das entrevistas pelo meio *online*. Os primeiros respondentes foram pessoas-chave, chamadas de ‘sementes’ na metodologia bola de neve, que tinham contatos de outros moradores locais. Assim, as ‘sementes’ dispararam o questionário online via redes sociais e *whatsapp*, solicitando

que cada respondente fizesse o mesmo, ou seja, divulgasse o questionário nas suas redes pessoais e, assim, sucessivamente. A pesquisa esteve aberta ao recebimento das respostas, entre os dias 16 de novembro de 2020 e 07 de fevereiro de 2021.

Retornaram 144 respostas, via formulário *Google Forms*, do município de São Miguel do Gostoso e 92 respostas do município de Rio do Fogo. Este retorno garante o alcance de uma amostra confiável e representativa da realidade de ambos os territórios, uma vez que, considerando-se uma maior heterogeneidade da população em São Miguel do Gostoso e a homogeneidade da população em Rio do Fogo, segundo a Comento, para efeitos de cálculo amostral de pesquisa, com 90% de confiança e até o limite de 7% de margem de erro, para ambos os municípios (considerando a população estimada para 2020).

Importante ressaltar que o questionário foi estruturado com linguagem acessível aos moradores dos locais, garantindo as respostas sem a presença de um entrevistador. Para a maioria das perguntas havia as alternativas de respostas, mas com a possibilidade de o respondente relatar em um campo aberto outra situação de resultados não previstos nas alternativas disponibilizadas. O público ao qual o questionário destinou-se foram os moradores de ambos os municípios, independente de relação direta com os vetores turístico e eólico.

### 2.2.2 - Grupos Focais

Em relação aos grupos focais, a previsão inicial era a ocorrência de seis grupos (Tabela 6). O advento da pandemia Covid-19 prejudicou a execução de três deles. Desta forma, foram realizados três grupos (Figura 6) presenciais, sendo um no dia 28 de fevereiro de 2020 e dois no dia 04 de março de 2020, em São Miguel do Gostoso. Um quarto, previsto para este município, foi transformado em duas entrevistas (Sujeitos 03 e 09). Os dois planejados para o município de Rio de Fogo foram substituídos por dois grupos focal *online* (Figura 7), com a participação de lideranças de diversos municípios da região do Mato Grande, que ocorreram no dia 15 de setembro de 2020 e no dia 31 de maio de 2021, em função do período de isolamento social imposto pela pandemia Covid-19.

**Tabela 6:** Perfil dos grupos focais

| Sujeitos da pesquisa | Perfil grupal/individual                                                                |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| GF 01                | Assentamento Nossa Senhora Aparecida – São Miguel do Gostoso                            |
| GF 02                | Associação de Mulheres, Jovens e Produtores da Tabua – São Miguel do Gostoso            |
| GF 03                | Rede Xique-Xique – São Miguel do Gostoso (transformado em entrevistas, Sujeito 03 e 09) |

|       |                                                                            |
|-------|----------------------------------------------------------------------------|
| GF 04 | Comunidades atingidas pelos parques no litoral norte ( <i>online</i> )     |
| GF 05 | Associação de Lancheiros Nativos – Rio do Fogo ( <i>online</i> )           |
| GF 06 | Representantes de comunidades assediadas por parques eólicos – Mato Grande |

Fonte: Elaborado pela autora através de dados da pesquisa (2021).



**Figura 6:** Registro dos grupos focais presenciais, em São Miguel do Gostoso.

Fonte: Arquivo pessoal.

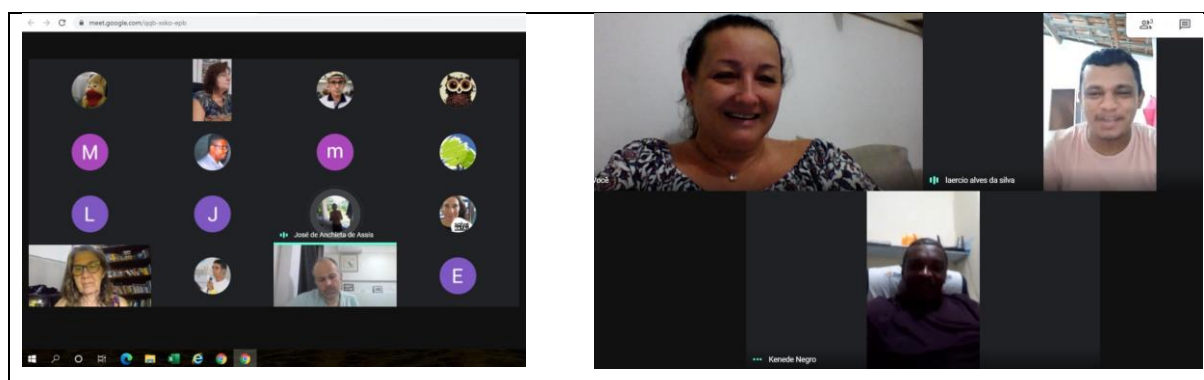


**Figura 7:** Registro dos grupos focais *online*.

Fonte: Arquivo pessoal.

A opção pelos Grupos Focais deu-se, com o objetivo de conhecer e debater as impressões do conjunto dos atores envolvidos no desenvolvimento da realidade em análise. A metodologia dos Grupos Focais proporciona uma discussão estruturada para obter informações de um grupo, considerando os sentimentos, valores e ideias das pessoas, a partir da interação entre os participantes, não tendo a preocupação de obter consenso nem de tomar decisões.

O Grupo Focal é uma técnica de pesquisa social que, de acordo com Cruz et al. (2002), consiste em analisar um determinado objeto a partir de elementos fornecidos por participantes de um mesmo grupo que, estimulados pelo pesquisador, debatem, em conjunto, suas impressões acerca de um tema proposto. O objetivo é recolher informações a partir da provocação de um debate por meio da verbalização das reflexões dos participantes do grupo em análise. Segundo Flick (2004), ele deve ser organizado num grupo de 6 a 12 pessoas, para que haja participação e interação de todos de maneira ordenada. De forma combinada ou isolada, a técnica é preferencialmente adotada em pesquisas avaliativas, podendo ser a principal fonte de dados (Trad, 2009). Nas palavras de Damasceno (2014),

o grupo focal não é uma condição de entrevista grupal, mas um ambiente de discussão onde o grupo esclarece pontos de vista, analisa, infere, critica, cria perspectivas diante da problemática para a qual foi convidado a conversar coletivamente. A importância encontra-se sobre a interação do grupo e não sobre as perguntas e respostas entre moderador e membros do mesmo, pois o interesse não é somente sobre o que pensam as pessoas envolvidas, mas o que expressam, como pensam e expressam e por que pensam e expressam de tal maneira. (Damasceno, 2014, p. 58)

Como pesquisadora, a função durante a realização do grupo focal foi, como sugere Coimbra (2003, p. 220), a de uma moderadora, fornecendo o tópico e deixando os participantes falarem, interrompendo minimamente, apenas para dar continuidade ao assunto. A discussão nos grupos focais foi orientada com base em questões referentes (i) à renda e trabalho, (ii) capital humano, (iii) questões específicas sobre os parques eólicos, (iv) questões específicas sobre o turismo, e (v) capital social.

A título de informação, é importante declarar que os grupos focais foram definidos após diálogo com lideranças locais dos dois municípios.

### 2.2.3 - Entrevistas com pessoas-chave

Concomitantemente, foram realizadas entrevistas com pessoas-chave, todas gravadas e autorizadas, com atores institucionais de municípios e estado, agentes sociais assim como sujeitos-referência.

As entrevistas concretizadas foram do tipo semiestruturada, sendo que termos de consentimentos utilizados estão disponíveis nos anexos. Elas consideram a máxima de

Richardson (2008), de que a entrevista semiestruturada é uma estratégia que busca obter, do entrevistado, o seu ponto de vista acerca de um determinado objeto em avaliação.

As entrevistas seguiram ainda o modelo não diretivo, em que o entrevistador lança um questionamento (Quais as contribuições de ambos os vetores produtivos, objetos da pesquisa, no desenvolvimento do território) e o entrevistado explora a resposta da forma que lhe convier. O entrevistado a define como quiser, sem submeter-se a qualquer estruturação pré-determinada. A entrevista não diretiva, segundo Minayo (2011) proporciona uma coleta de informações mais profunda, já que considera a percepção das significações das falas, que são carregadas de afetividades.

A definição de quem deveria ser entrevistado se deu em função dos trabalhos dos sujeitos estarem relacionados ao objeto da tese.

Foram designados, por fim, códigos para cada sujeito da pesquisa. A nomenclatura GF refere-se à fala que ocorreu dentro do grupo focal. As entrevistas levam a nomenclatura Sujeito e o número, conforme a Tabela 7.

**Tabela 7:** Perfil dos entrevistados

| Sujeitos da pesquisa | Perfil individual                                                             |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Sujeito 01           | Representante da Secretaria de Turismo de São Miguel do Gostoso               |
| Sujeito 02           | Representante da Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Miguel do Gostoso |
| Sujeito 03           | Representante da Rede Xique-Xique                                             |
| Sujeito 04           | Representante da Associação de empreendedores de São Miguel do Gostoso        |
| Sujeito 05           | Pedagoga de São Miguel do Gostoso                                             |
| Sujeito 06           | Representante do Idema                                                        |
| Sujeito 07           | Representante da Secretaria de Turismo de Rio do Fogo                         |
| Sujeito 08           | Representante da Secretaria de Meio Ambiente de Rio do Fogo                   |
| Sujeito 09           | Representante do Serviço de Apoio Rural e Urbano (SAR)                        |
| Sujeito 10           | Representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Energético do RN            |
| Sujeito 11           | Empresária do turismo em São Miguel do Gostoso                                |
| Sujeito 12           | Liderança comunitária de Rio do Fogo                                          |

Fonte: Elaborado pela autora através de dados da pesquisa (2021).

É importante, por fim, ressaltar que a pesquisa de campo estava prevista para ocorrer entre os meses de janeiro/2020 e maio/2020, totalizando cinco meses de atividades, onde se buscava vivenciar o campo de estudo, colhendo as informações para a avaliação dos resultados. Com a pandemia Covid-19, o campo foi interrompido em março, tendo ocorrido apenas

parcialmente de forma presencial, sendo retomado apenas em setembro de 2020, de forma *online*. O processo de entrevistas e grupos focais *online* perdurou até maio de 2021.

### 2.3 - Da análise das hipóteses

Do ponto de vista da técnica e modelo de análise, foi utilizada a triangulação de métodos como proposto por Minayo, Assis e Souza (2005), a qual sugere que a análise “processa-se por meio do diálogo de diferentes métodos, técnicas, fontes e pesquisadores” (p. 199).

De acordo com o que propõem Minayo, Assis e Souza (2005) “é fundamental se adotar uma classificação, criando categorias de estudo que permitirão a análise dos resultados, com base nos objetivos da pesquisa” (p. 186). Com base nesse pressuposto, foram definidas categorias para análise dos dados da pesquisa, conforme Silva (2019): 1) os Ativos: entendidos como posse, controle ou mobilização de recursos materiais e simbólicos que permitem ao indivíduo desenvolver-se na sociedade; 2) a Estrutura de Oportunidades: responsável pela alocação de recursos e representada pelo Estado, Mercado e Sociedade; e 3) as Estratégias: consistindo na diversidade de maneiras pelas quais indivíduos e/ou famílias mobilizam ativos para alcançar mobilidade social ascendente ou reduzir a mobilidade social descendente.

Para maior efetividade de interpretação das entrevistas, foi realizada a leitura através da análise de conteúdo e interpretação, de acordo com o proposto por Minayo, Assis e Souza (2005), ou seja, “na análise de conteúdo busca-se ir além da descrição realizada, utilizando-se de uma decomposição dos dados e informações, relacionando-os. Na interpretação busca-se o sentido nas falas e ações dos entrevistados” (p. 203).

As bases da interpretação, adquiridas nos grupos focais e nas entrevistas foram analisadas em conjunto, questionadas, buscando uma compreensão das falas, na tentativa de encaixá-las nas categorias pré-determinadas, tendo presente que, a partir da interpretação das falas, elas se tornam bivocais. Bakhtin (2004) explica que:

as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais. O único que pode diferenciar-se é a relação de reciprocidade entre essas duas vozes. A transmissão da afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último revestimos terceiras de nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (Bakhtin, 2004 [1929], p. 223)

Feita a categorização, com base nas variáveis e subvariáveis do AVEOT (Silva, 2019) a análise do conteúdo ficou facilitada. Ainda segundo Minayo, Assis e Souza (2005), as entrevistas foram organizadas de modo que cada entrevistador recebeu um código para garantir

o anonimato. As palavras foram transcritas na íntegra, assim como os nomes mencionados pelos entrevistados registrados somente com um número, também para assegurar o anonimato.

Para concluir, é essencial informar que os dados de IVS, IDH e as categorias dos municípios turísticos, bem como os parques eólicos, foram espacializados em sistemas de informações geográficos. Para esta espacialização foi utilizado o software ArcGIS 10.

#### *2.4 - Considerações Éticas da Pesquisa*

Esta pesquisa prezou pelo rigor do método científico. No entanto, a escolha realizada da abordagem qualitativa, que permitiu maior aproximação com o mundo experiencial dos participantes e com a sua riqueza de significados, nem sempre é bem aceita. Não raro, a abordagem qualitativa enfrenta resistência de alguns setores acadêmicos. A incerteza dos dados, as subjetividades, requereram da pesquisadora o constante diálogo da teoria com a prática, para que a aproximação da realidade fosse a mais autêntica possível e não houvesse deturpação dos dados.

Mesmo assim, acredita-se que a pesquisa qualitativa pode trazer contribuições significativas para a ciência, assim como a quantitativa. Não há uma negação da pesquisa quantitativa frente à qualitativa (até porque foram analisados muitos dados), e sim uma escolha circunstancial para cada pesquisa, com o objetivo de buscar caminhos para diminuir as suas fragilidades.

Neste sentido, ressalta-se que as entrevistas permitiram coletar informações em profundidade, os Grupos Focais permitiram aprofundar determinados pontos, o questionário online possibilitou o alcance de várias pessoas, sem o contato físico, postura essencial numa pandemia. A análise de conteúdo orientou a análise dos dados. A definição da amostragem de forma transparente também contribuiu para a ética e rigor da investigação científica da pesquisa (Fontanella et al., 2011).

A postura ética, nesta pesquisa, foi adotada desde a definição do problema, que se entende ser significativo para outras pessoas e organizações, além de o ser para a pesquisadora, até a análise final dos dados e a conclusão da tese.

A postura ética também se materializou como a descrição dos propósitos da pesquisa aos participantes, explicações sobre confidencialidade, além de outras informações tal qual expresso no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e demais termos de autorização para coleta de dados.

Cabe informar que esta pesquisa está dentro da área de Ciências Humanas e Sociais, e de acordo com a Resolução 510 de 2016 que rege as pesquisas da área. Não houve necessidade



de registro e avaliação pelo sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), pois não há a identificação dos participantes. Essa pesquisa formou um banco de dados, cujas informações foram analisadas de forma agregada, sem possibilidade de identificação individual.

Portanto, a análise dos dados realizou-se de modo a preservar o anonimato dos participantes.

Todas as reflexões e ações foram embasadas na postura ética assumida pela pesquisadora no decorrer de toda a pesquisa.

## CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O APROFUNDAMENTO DAS VULNERABILIDADES

*E continuamos. É tempo de muletas.  
Tempo de mortos faladores  
e velhas paralíticas, nostálgicas de bailado,  
mas ainda é tempo de viver e contar.  
Certas histórias não se perderam.*<sup>6</sup>

Considerando que esta tese é interdisciplinar e que está localizada num espaço e tempo definidos, iniciar-se-á com o desenvolvimento de uma análise do contexto em que ela se insere. Portanto, esta reflexão tem presente que

A história deve deixar de ser apenas um discurso sobre o passado ou sobre o futuro, para se debruçar sobre o presente, descobrindo este presente como multiplicidade espaço-temporal, pensando os vários passados que se encontram em nós, e os vários futuros que se pode construir. (Albuquerque Júnior, 1999, p. 311)

Para a aproximação das respostas à pergunta de tese, é fundamental discorrermos sobre os conceitos de Desenvolvimento e Crescimento Econômico no contexto das relações que se estabelecem no processo de valorização do capital na sociedade capitalista. Na sequência, será apresentada a nova dinâmica socioespacial existente no Nordeste, em geral, e no Rio Grande do Norte, em particular discutindo, na sequência, o turismo, o veor produtivo eólico e o território usado, o turismo e o planejamento territorial, o vetor eólico e o planejamento territorial, finalizando o texto desta seção com a apresentando dos dois municípios onde o trabalho de empiria ocorreu.

### *3.1 - Crescimento Econômico e Desenvolvimento: tentativa de interpretação em perspectiva*

É muito comum encontrar, na literatura especializada, a associação entre a expansão dos vetores produtivos num determinado lugar e o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da região. Favareto e Moralez (2014) apontam que, no entanto, existem limites no debate científico. A este respeito, segundo os mesmos autores, ao discutir especialmente a produção de energia, a literatura

se restringe, preponderantemente, a pensar nos requisitos de produção de energia para garantir o crescimento econômico e a expansão das bases materiais das sociedades humanas. Isto é, um tratamento do tema no qual a ideia de desenvolvimento é tomada como sinônimo de crescimento econômico. (Favareto e Moralez, 2014, p. 67)

Ao se pensar qualquer outro vetor produtivo, pode-se arriscar fazer a mesma reflexão. A importância do turismo, por exemplo, é sempre associada ao PIB, como se o fato de gerar

---

<sup>6</sup> Trecho de Nosso tempo, poema de Carlos Drummond de Andrade

divisas garantisse o desenvolvimento da localidade, com melhoria do estado de bem-estar social da população local.

Neste capítulo, vamos aprofundar o debate sobre o do conceito de desenvolvimento para demonstrar que, mesmo com o avanço da concepção de desenvolvimento como expansão das liberdades humanas, de Amartya Sen, o conceito é correntemente associado à ideia de crescimento econômico. Tal abordagem dá-se, principalmente, a partir do período pós-guerra, o que restringe pensar a possibilidade da evolução das sociedades humanas por outra via que não pela expansão do sistema econômico.

Favareto e Moralez (2014) defendem que a ideia de desenvolvimento passou, ao longo de séculos, por quatro etapas, com continuidades e rupturas, a depender do portador dos discursos e das explicações que a envolvem. As quatro etapas são (Favareto e Moralez, 2014):

- 1) Da gênese ao evolucionismo, que subsiste até a virada do século XIX para o XX;
- 2) Da evolução ao crescimento, ao longo do século XX até meados do século XXI. É marcada pela crescente institucionalização do campo científico e de muitas de suas disciplinas;
- 3) Do crescimento econômico ao desenvolvimento econômico (diferente de crescimento econômico), especialmente após a Era de Ouro do Capitalismo (1945-1973);
- 4) Do desenvolvimento econômico ao ecodesenvolvimento (em 1972), ao desenvolvimento sustentável (1987).

Os autores chamaram ‘da gênese ao evolucionismo’, a fase em que, tanto o entendimento de evolução quanto a compreensão de desenvolvimento estão presos à ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade que comporta sentido, em boa medida pré-destinada. Esta fase perdurou até os fins do século XIX. Com o racionalismo e o empirismo, ambas serão assimiladas à ideia de progresso que serviu “de antessala do rapto da ideia de desenvolvimento pela economia [...] com a redução da evolução ao progresso e do progresso ao crescimento” (Favareto e Moralez, 2014, p. 21).

Uma próxima fase, chamada pelos autores ‘da evolução ao crescimento’ a partir do abandono dos problemas relativos às dinâmicas de longo prazo em benefício de problemas específicos e tidos como de maior urgência e atualidade, é que no século XX, a ideia de evolução se dissocia da ideia de desenvolvimento, principalmente a partir dos processos desencadeados pela Revolução Industrial e a expansão que ela gerou. Neste período, “as interdependências entre a economia e as ciências econômicas, e entre estes dois campos e a política vão se tornar mais e mais estreitas” (Favareto e Moralez, 2014, p. 24). Neste período, as perspectivas do desenvolvimento sempre foram olhadas como crescimento econômico. No

entanto, aos poucos se começa a perceber que, não necessariamente, o crescimento econômico contribui para o bem-estar do conjunto da população, em razão da capacidade de concentração ou reconcentração da riqueza, da acumulação desigual e da não distribuição igualitária dos resultados da capacidade produtiva do trabalho.

Segundo Veiga (2005), “foram pelo menos três decênios de intensos debates sobre a necessidade de se entender o crescimento econômico como um meio para atingir o desenvolvimento, e não como sinônimos” (p. 11). O fato de “não haver qualquer indicador além do PIB per capita para que ele pudesse ser medido” (Veiga, 2005, p. 11), referindo-se ao desenvolvimento, contribuiu para a compreensão de ambos os conceitos como sinônimos.

No entanto, foi observado em diversas situações, que mesmo onde o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era satisfatório, as condições de vida daquela população não melhoravam, bem pelo contrário, pioravam. Isso era observado, segundo Veiga (2005), mesmo em países que haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Observou-se então que não se poderia continuar entendendo o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

Segundo Diegues (1992), o conceito de desenvolvimento, na era moderna, está atrelado ao conceito de progresso da sociedade, herdado do positivismo. Dentro desta concepção de progresso, o desenvolvimento equiparia-se aos níveis de produção e consumo material, agregado da noção de evolução como transformação gradual e constante. A equação vislumbrada é de que, quanto mais crescimento econômico maior a acumulação de riqueza e, por conseguinte, maior desenvolvimento das sociedades (Sunkel & Paz, 1970 *apud* Diegues, 1992). O autor acredita que o desenvolvimento pode ser uma possibilidade, mas não uma consequência certa e absoluta do crescimento econômico.

Entretanto, a ideia e a crença no progresso linear e constante de crescimento econômico transformou os processos de produção autolimitados diante dos problemas da escassez de matérias-primas e da crise energética instaurada, assim como do intenso crescimento populacional, sob más condições distributivas de recursos, acesso à informação e tecnologia que, por sua vez, favoreceram condições para o aumento da pobreza e a polarização do desenvolvimento dos e nos países bem como o reconhecimento da incapacidade da ciência instrumental em resolver problemas de ordem social e natural, transformando riscos locais, em riscos globais.

Importante refletir sobre as propostas que surgem desta reflexão, como o ecodesenvolvimento, conceito presente na quarta fase exposta por Favareto e Moralez (2014), onde haveria uma necessidade de compatibilizar o crescimento econômico e a manutenção dos processos ecológicos.

Segundo Sachs (2004), o objetivo deste conceito era promulgar o bem estar de todos, por meio de princípios éticos de justiça social e de solidariedade, habilitando cada ser humano “a manifestar suas potencialidades, talentos e imaginação [...] mediante empreendimentos individuais e coletivos [...] suprimindo necessidades básicas da vida – comida, abrigo e roupas - numa variedade de cenários – famílias, redes, comunidades” (Sachs, 2004, p. 35). A estratégia proposta baseava-se na descentralização das tomadas de decisões e na solidariedade com as gerações futuras, as quais permeariam 7 (sete) dimensões para transcender o sentido econômico de desenvolvimento, quais sejam, as dimensões (i) social, com homogeneidade social, distribuição de renda justa, igualdade de acesso a recursos e serviços sociais; (ii) cultural, com equilíbrio entre tradição e inovação, autonomia na elaboração de projetos nacionais integrados e abertura ao mercado global associado a autoconfiança; (iii) ecológica, com preservação do capital natural para produção de recursos renováveis e limitação no uso dos recursos não renováveis; (iv) territorial, com equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais, melhoria do ambiente urbano e das estratégias de desenvolvimento regional; (v) econômica, com equilíbrio econômico intersetorial e modernização dos meios produtivos para promoção da ecoeficiência; (vi) política, com compromisso ético e democrático dos governos, com investimento em projetos nacionais e internacionais para a promoção da paz e da cooperação e, (vii) ambiental, com respeito aos ecossistemas naturais e suas capacidades suporte .

Ao mesmo tempo que Sachs (2004) trouxe importantes contribuições para delinear alternativas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, a sua ideia fundamentava-se na compatibilidade econômica e ecológica, num cenário mais otimista de possibilidades.

Por sua vez, o conceito promulgado pela ONU, de desenvolvimento sustentável, era um pouco mais audacioso. No relatório *Brundtland* (Brundtland, 1988), o desenvolvimento sustentável estaria comprometido a priorizar as necessidades das camadas mais pobres das populações e a reconhecer as limitações da tecnologia da época e da organização social impostas sobre o meio ambiente, introduzindo uma questão ética e política num projeto de mudança social, que exigira transformações econômicas e sociais (Diegues, 1992). Sendo assim, a dimensão ética do desenvolvimento atingiria a dimensão política, no sentido de dar atenção às classes mais pobres e reduzir problemas distributivos.

Entretanto, as críticas sobre o conceito de desenvolvimento sustentável são diversas. Leff (2000) questiona a racionalidade produtiva da natureza e da cultura da sociedade capitalista, abarcando aspectos importantes das dimensões ecológica, ambiental, cultural e econômica. Para Leff (2000), a sustentabilidade emerge de um contexto de globalização econômica em que a crise ambiental trouxe questionamentos sobre conceitos que legitimaram

o crescimento econômico, negando a natureza e, portanto, surgiria como “um critério econômico de reconstrução da ordem econômica” (p. 261). Neste sentido, a Conferência das Nações Unidas, em 1992 (conhecida como Eco 92), foi importante para a consolidação de um discurso e uma política global para a sustentabilidade, mas a generalização, a adjetivação conceitual e a prática decorrente desse processo, foram incapazes de unificar suas vias de transição, dificultando inclusive a eficácia dos instrumentos jurídicos.

Amartya Sen (1999) propõe um redirecionamento do olhar sobre aspectos humanos, sociais e políticos essenciais para uma transição do desenvolvimento. Para Sen, deveriam ser propostos outros indicadores para a avaliação de desenvolvimento e de equidade social, transcendendo os critérios monetários, como o PIB e a renda *per capita*.

Amartya Sen (1999) faz uma crítica à tendência de considerar o PIB como um índice de avaliação do desenvolvimento. Ele aceita que o PIB pode influenciar a melhoria das condições de vida das pessoas, mas não é o parâmetro mais adequado para mensurar o desenvolvimento. Para tanto, deve-se levar em consideração os níveis de produção e renda, e fazer uma comparação da influência destes níveis na diminuição da pobreza e da miséria, mensurando a satisfação das necessidades básicas da população. Segundo Sen (1999), os indicadores econômicos continuam a ser utilizados para definir o grau de desenvolvimento dos países, sendo que as análises econômicas acabam não refletindo a realidade.

Esse entendimento mais complexo, mesmo que normativo, do conceito de desenvolvimento, ganha força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano divulgado em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e obtém maior consistência nas palavras de Amartya Sen em 1996 e 1997, com a noção apresentada no livro ‘Desenvolvimento como Liberdade’ (Sen, 1999), de modo que só poderia ocorrer se fossem garantidos, a todas as pessoas, os seus direitos individuais, que efetivariam a sua liberdade.

Assim, ao conceito de desenvolvimento foi incorporando uma série de aspectos sociais, na perspectiva de Sen (1999), tais como: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, equidade, demografia entre outros. Sen (1999) consegue fazer novas perguntas, como por exemplo, se o desenvolvimento não se reduz ao crescimento, então quais são suas dimensões empíricas fundamentais? Quais dimensões são meio para atingir o desenvolvimento? Segundo Favareto e Moralez (2014), Sen assinala quatro afirmações, quais sejam, (i) desenvolvimento não se reduz a crescimento, (ii) uma das questões fundamentais é a desigualdade, (iii) desigualdade de quê? (iv) a desigualdade de renda, pode não ser a mais importante dentre as

diversas formas de desigualdade. Portanto, a medida da desigualdade depende da escolha da variável, que pode ou não, ser a renda.

Assim, "liberdade em nenhum momento poderia restringir-se e ser entendida como renda per capita, devendo abranger questões culturais, sociais, entre outras" (Veiga, 2005, p. 33). Essa é a noção que mais se aproxima das discussões atuais sobre o desenvolvimento sustentável, tendo grande importância nesse processo de transformação.

Trata-se, como afirma Sen (2000), de ampliar as liberdades substantivas (individuais e grupais) de diferentes tipos podendo, as pessoas, escolher uma vida que seja por elas valorizada. Isto posto, o desenvolvimento humano pode ser definido como a expansão de capacidades humanas básicas (oportunidades reais) que os indivíduos têm para efetivar seus objetivos. Ou seja, o desenvolvimento está, portanto, no que as pessoas podem fazer, muito mais do que naquilo que pode ser feito por elas. E é exatamente este exercício da ampliação das liberdades que a grande parte da população, oriunda do escravismo, não teve a oportunidade de exercitar. Como pensar nesta expansão, se o mesmo modelo, com outra roupagem, ainda permanece? Como pensar esta expansão, ampliando as liberdades quando, na realidade,

a ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. (Freire, 1996, Primeiras Palavras).

É importante trazer presente que a expansão das liberdades reais ou possibilidades de escolha dos indivíduos, conforme aborda Sen (2000), só ocorrerá se forem garantidas três premissas básicas: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e gozar de um nível de vida adequado. Para atingir estas possibilidades urge sair da inércia, urge superar o fatalismo. É preciso trazer à tona a necessidade de uma práxis que supere a relação dialética entre opressores e oprimidos (Freire, 1996). Freire (1996) afirma ainda que “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (p. 29), estando Freire e Sen em sintonia. Para que ocorra a libertação, é necessário primeiro ter a consciência da alienação. Neste processo, prescinde superar a ignorância, para então superar a desigualdade.

Mesmo porque, é na desigualdade que se observam as vulnerabilidades, como os baixos níveis educacionais e a baixa qualidade da inserção no mercado de trabalho. A desigualdade é uma variável explicativa da ineficiência do sistema econômico. Para a Cepal (2019), reduzir a desigualdade é proporcionar condições para a sustentabilidade do crescimento econômico. Neste sentido tem-se que,

a igualdade é eficiente, em primeiro lugar, porque gera instituições mais inclusivas, o que por sua vez aumenta as oportunidades de obter um melhor aproveitamento das capacidades criativas e produtivas do conjunto da população de um país e fortalece os mercados, ao ampliar a demanda interna, através da expansão do poder de compra de vastos setores da população. A igualdade de acesso a capacidades e oportunidades é especialmente importante ante a revolução tecnológica, que implica a necessidade de contar com maiores e melhores níveis de educação e formação técnica em etapas críticas do ciclo da vida, coordenação e cooperação entre atores para incorporar as novas tecnologias e dar forma a novos setores econômicos e produtivos e um sistema de proteção social universal e inclusivo, capaz de assegurar um nível de bem-estar para todas as pessoas durante o processo de mudança” (Cepal, 2019, p. 8; Cepal, 2018b).

A partir do desenvolvimento do conceito de Sen (2000), foi então construído um índice composto por três variáveis relativamente simples: (i) longevidade, avaliada pela expectativa de vida ao nascer; (ii) educação, considerando a média de anos de escolaridade da população e os anos de escolaridade esperados, e (iii) a renda, valor dado pelo rendimento nacional bruto per capita. Surge, assim, uma medida ajustada ao conceito de desenvolvimento: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, quando medido no âmbito municipal, é chamado de IDH-M. Com esse índice, qualquer país, região ou local pode ser avaliado segundo suas realizações medidas em três dimensões básicas do desenvolvimento, como já relacionado, (i) a longevidade, (ii) a educação e (iii) a renda.

Refletindo a partir destes autores, é possível depreender que, se o processo de modernização amplia as condições para o individualismo e para a democracia (descentralização hierárquica), que se concretiza num cenário de imprevisibilidades, seria plausível concordar com Sen que, se há realmente uma intenção global de favorecer à equidade social e reduzir a pobreza e a desigualdade, o desenvolvimento deveria ser compreendido como uma forma de liberdades constitutivas e instrumentais. As pessoas dispõem de meios para atender os seus objetivos (fins que almejam), que quando acessíveis e ampliados, conduziriam não somente à qualidade de vida das pessoas, mas incrementariam as habilidades produtivas e o tão almejado crescimento econômico de base compartilhada. Neste sentido, os fins do desenvolvimento não deveriam se ater aos resultados materializados, como as variáveis de renda ou posse de bens e capitais, mas privilegiar os meios e modos que os indivíduos dispõem para enfrentar as possíveis adversidades (capacidade de resposta) em seu contexto geográfico, político e social, diante das incertezas (Sen, 2000). Ampliar-se-iam, portanto, as suas capacidades pela extensão das oportunidades.

Dessa maneira, a atenção estaria voltada mais para uma questão de “*entitlements*” (dotações), relacionadas ao direito e alternativas de acesso aos ativos e recursos, do que para a questão de disponibilidade. Em sua obra, o autor colabora em elucidar as liberdades instrumentais essenciais para, de forma interligada, ampliar as capacidades individuais,



coletivas e institucionais para o desenvolvimento, dentre elas, as liberdades políticas (direitos e liberdades de escolhas), as facilidades econômicas (meios e modos de uso dos recursos para consumo, produção e troca), as oportunidades sociais (provimento de serviços de saúde, educação, etc..), a garantia de transparência ( fator de coesão social e confiança) e segurança protetora ( garantia de condições mínimas para a qualidade de vida).

Para Sen (2000), esses direitos e oportunidades contribuiriam para aumentar a capacidade dos indivíduos como agentes do processo de desenvolvimento, no sentido de capacidade para dar respostas, inclusive. Em sintonia com esta reflexão, Paul Singer (2003<sup>7</sup>), de forma muito elucidativa apresenta a sua compreensão sobre desenvolvimento. Ele associa o desenvolvimento ao fomento de novas forças produtivas que implicam em novas relações de produção, com preservação da natureza e com distribuição do resultado do crescimento econômico aqueles que estão à margem do processo social. Singer afirma que a competição tecnológica entre os empreendimentos que visam lucro é uma realidade. Mas, de igual forma, é também uma realidade a existência de empreendimentos que não visam apenas o lucro. O autor afirma que o desenvolvimento almejado deve, gradativamente, moldar a relação de forças entre os tipos de empreendimentos ou seja, os que visam apenas o lucro e os que não visam apenas o lucro, sendo mais favorável aos últimos. Ele se refere aos empreendimentos de economia solidária, individuais e familiares e autogestionários e, arrisca dizer que quando estes forem mais hegemônicos, o sentido do progresso tecnológico será também outro, tendo seu produto não mais a ênfase na competição capitalista, passando a dar prioridade para a satisfação das necessidades priorizadas pela maioria. São assim reforçados valores ambientais, de inclusão social e de autogestão. É uma luta de forças, ambígua em diversos âmbitos, seja político, tecnológico e de valores, como na dicotomia competição versus cooperação. A proposta implica em reforçar valores como trabalho associativo, autogestão, cooperação, reciprocidade, solidariedade, ecologia integral, em oposição ao trabalho alienado, à exploração, à acumulação, à desigualdade, entre outros.

O que importante entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. (Singer, 2002, p. 10)

Esta reflexão dialoga diretamente com a proposta da Economia de Francisco que, aqui no Brasil, é conhecida como Economia de Clara e Francisco, com base na compreensão

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://paulsinger.com.br/desenvolvimento-significado-e-estrategia-paul-singer-2008/>

inovadora, de que só haverá mudança de paradigma, se o feminino for incluído no centro do debate da economia. Diz o texto da Carta do Brasil para o Encontro Mundial de Assis, que a visão da economia

puramente material e produtivista só distorceu o sentido do bem-estar social, produzindo iniquidade e infelicidade. Queremos novos paradigmas: da competição para a colaboração; da exploração para a sustentabilidade; da acumulação para a distribuição; do desequilíbrio nas relações entre pessoas e países para o comércio justo; do consumo desenfreado ao consumo consciente [...] isso implica fortalecimento dos Estados e estruturas comunitárias, colaborativas, confederativas e multilaterais para a elaboração e aplicação de políticas públicas. Políticas públicas de qualidade, inventivas, universais. Todas as pessoas merecem, estejam em que canto do mundo for. A boa educação, a boa morada, a saúde integral, o tempo para o lazer, a cultura, o esporte, o direito à comunicação honesta, verdadeira e respeitosa. A livre circulação e mobilidade, o ar limpo, a boa água. O direito à dignidade, enfim. A proposta é de realmar a economia, no sentido de dar uma alma a ela (s/p).

Assim como compreender os pensamentos descritos acima, é fundamental dialogar com a reflexão de Manfred Max Neef que afirma que “crescimento não é o mesmo que desenvolvimento, e o desenvolvimento não precisa necessariamente de crescimento”, em entrevista a Revista IHU *online*, em 08 de junho de 2016 (Instituto Humanista Unisinos, 2016). Do que adianta crescer, se os benefícios deste crescimento não geram desenvolvimento, não atingem o conjunto da população? Produzimos mais para consumir mais e assim produzir mais. Muitas vezes há consumo desnecessário, apenas para publicizar o consumo e demonstrar uma posição diferenciada por isso. Muitas pessoas consomem viagens apenas para demonstrarem maior poder aquisitivo. Diz Max Neef, na mesma entrevista, “que acabamos por comprar aquilo do que não precisamos, com o dinheiro que não possuímos, para impressionar aqueles que não conhecemos” (Neef, 2016, s/p.).

Neef (2016) apresenta cinco postulados fundamentais e um princípio de valor que deveriam sustentar um novo sistema econômico, quais sejam: (i) a economia deveria existir para servir as pessoas e não as pessoas servirem à economia; (ii) o desenvolvimento tem a ver com as pessoas e a vida, não com objetos; (iii) crescimento não é o mesmo que desenvolvimento, e para que tenhamos desenvolvimento não necessariamente precisamos de crescimento; (iv) nenhuma economia deveria ser possível à margem dos serviços que prestam os ecossistemas e (v) a economia deveria ser considerado um subsistema de um sistema maior e finito que é a biosfera, portanto, crescer infinitamente é impossível. E mais, o princípio de valor irrenunciável defendido por ele é que nenhum interesse econômico, sob nenhuma circunstância, deveria estar acima da reverência à vida.

De diferente modo, mas fundamental para o debate, não podem ser esquecidos os pensadores pós desenvolvimentistas, para os quais o desenvolvimento não passa de uma invenção do mundo ocidental, muito útil para o direcionamento dos rumos das sociedades mais

pobres. Pode-se citar, sob esta compreensão, Rist (2001), que define desenvolvimento como “crença ocidental”, defendendo que o conceito ‘desenvolvimento’ é uma ideia construída para manter a relação hegemônica com os espaços de dominação colonial. Já Rahnema (1997), define desenvolvimento como “ilusão do mundo moderno”. Rahnema (2010 [1997]), afirma que “o desenvolvimento tem sido, desde o início, nada mais do que uma miragem enganosa. Agiu como um fator de divisão, exclusão e discriminação, em lugar de ser um fator de libertação de qualquer tipo” (s/p.).

Igualmente, é importante citar Douglas North (1990) que pensa o crescimento econômico como decorrência da pressão demográfica, destacando a importância do papel da regulação e do Estado na organização dos mercados.

Posto isto, compreender o processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea e dos sistemas por ela criados, requer o reconhecimento de que a desigualdade social molda a história da América Latina, do Brasil e do Nordeste, tendo em mente que,

há padrões socioculturais fortemente arraigados no entremeado de eixos estruturantes da desigualdade que, ao operarem de maneira conjunta, conformam os cimentos que subjazem a matriz da desigualdade social vigente: cultura de privilégios, associada e alimentada por uma cultura patriarcal violenta, o racismo e os estereótipos baseados na classe social, na idade e no lugar de residência das pessoas (Cepal, 2018, p. 26).

Considerar a perspectiva, não apenas do crescimento econômico, mas do desenvolvimento que cria bases para combater as vulnerabilidades, requer um olhar crítico sobre as ideologias e sobre a racionalidade instrumental na orientação de objetivos e finalidades da sua sustentabilidade (do desenvolvimento), bem como sobre seus mecanismos políticos, sociais, tecnológicos, econômicos e ambientais, que têm implicação na capacidade da sustentabilidade do desenvolvimento.

### *3.2 - O contexto territorial brasileiro e sua relação com a ideia de desenvolvimento ou crescimento econômico*

Para compreender a relação dicotômica no contexto brasileiro, de ambas os conceitos (desenvolvimento e crescimento econômico), parte-se de uma afirmação realizada por Brandão (2017b), de que continuar-se-á desta forma, não conseguindo explicar o Brasil como a 10ª economia do mundo (crescimento econômico) ao mesmo tempo em que figura como o 10º país em pior distribuição de renda (desenvolvimento). Vale a observação de que o Brasil acaba de ser rebaixado para a 12ª economia do mundo (Agência de Classificação de Risco Austin Rating, 2021). Ou como dito por Sanson (2018), “o grande paradoxo do país é estar entre as maiores

economias do mundo, quando se utiliza o critério do Produto Interno Bruto (PIB), e os piores quando se utiliza o critério do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)” (p. 23).

Quais são as razões ou as causas profundas desta dicotomia? O Brasil é um grande produtor de alimentos, exportador de *commodities*, possui um vasto parque industrial e detém tecnologia de ponta em setores estratégicos como a agricultura, a mineração, a aviação, o petróleo. Para além do parque industrial, o Brasil tem riquezas naturais, biodiversidade, além da maior reserva de água doce e abundância vento e de sol. Por que a leitura destes índices é então tão diferente?

Para compreender esta dualidade, ou paradoxo, é necessário entender o que escreve Florestan Fernandes (1968), Caio Prado Júnior (1978) e Celso Furtado (1984, 1998). A história da colonização e exploração do Brasil pela colônia portuguesa, responde parte desta pergunta. A outra parte é respondida por Caio Prado Júnior (1978) ao afirmar que

deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a ‘casa grande e senzala’ do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céus; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique [...] O sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante [...] Somos hoje o que nós éramos ontem. (Prado Júnior, 1978, p. 239-240)

Ou como bem sintetizado por Sanson (2018), “a lógica de uma economia assentada no tripé trabalho escravo, monocultura e latifúndio, subordinada ao capital externo se perpetuou mesmo na sofisticação capitalista brasileira” (p. 24).

É importante ressaltar que o capitalismo se instalou tardiamente no Brasil. Até 1930, nosso modelo de desenvolvimento era o modelo agrário exportador que, a partir de 1930 é substituído, em parte, pelo modelo da industrialização via substituição de importações. A afirmação de que a substituição se deu em parte, deve-se ao fato de que a industrialização está a serviço da grande propriedade, da monocultura e da apartação social (características do modelo agrário exportador), como veremos adiante.

Deve-se ter presente, que esta modernização brasileira, a partir do Estado Novo<sup>8</sup>, ocorre em um regime ditatorial, de repressão aos movimentos que se opõem a este modelo. Esta observação é importante para compreender as causas profundas (Aledo, 2018) que explicam as violações e as vulnerabilidades que presenciamos hoje nos territórios, uma vez que nas poucas tentativas de ruptura do modelo vigente, na perspectiva da construção de outro modelo, as elites reagiram com violência (Sanson, 2018). Como exemplo, tem-se o Golpe de 1964, o Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018.

---

<sup>8</sup> Regime político implantado por Getúlio Vargas em 1937 e que perdurou até 1946.

Pode-se colocar, no mesmo patamar, a manutenção do atual presidente Jair Bolsonaro, mantido pelas elites (política, financeira, industrial e do agronegócio).

Junto a isto, tem-se na história da industrialização e modernização do País, que a saúde, a educação, a moradia, o saneamento e a estrutura agrária não avançaram no mesmo ritmo da modernização. O País cresce, mas de forma desigual. A desigualdade “está assentada numa matriz produtiva [...] pouco diversificada e numa cultura do privilégio que é um traço histórico das sociedades da região<sup>9</sup>” (Cepal, 2019, p.6). Passa-se a ampliar a concentração de renda em algumas regiões, onde também se produziu pobreza e miséria. A isto se chama de modernização conservadora.

Fundamental neste momento, dialogar com as contribuições de Théry e Mello-Théry (2015), quando afirmam que

o Brasil ainda é o produto de um “modelo de desenvolvimento” moldado durante os anos de chumbo da ditadura, embora alguns de seus traços fundamentais tivessem sido desenhados anos antes, sob o regime autoritário de Getúlio Vargas. Esse modelo privilegiou a rodovia (e não a ferrovia), as grandes culturas de exportação (e não a agricultura familiar), os bens de consumo destinados às classes mais abastadas (e não aqueles que poderiam ser dirigidos à massa da população), o apoio às regiões centrais (e não a correção das deficiências na periferia). Essas opções aprofundaram ainda mais as disparidades, tanto espaciais como sociais, que marcam o País em todas as escalas: nacional, regional, local e intra-urbana (Théry e Mello-Théry, p. s/n).

Ao analisar-se a produção de riqueza no país, medida pelo indicador Produto Interno Bruto (PIB), é possível, de acordo com a evolução histórica apresentada pelos autores (2012), verificar-se a disparidade no território nacional, conforme Figura 8.

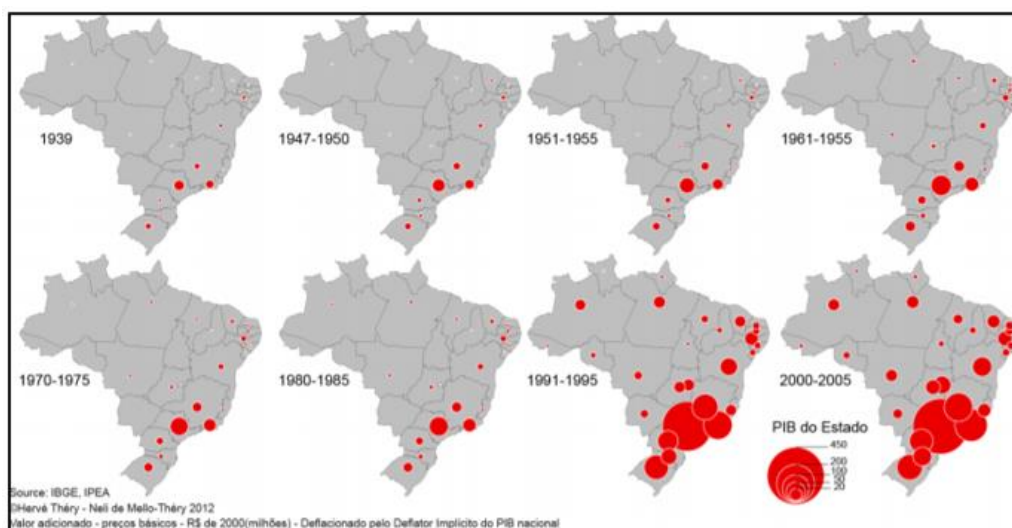


**Figura 8:** Evolução do PIB de 1939 a 2005

Fonte: Théry & Mello-Théry, 2012, p. 73

<sup>9</sup> Referindo-se à América Latina.

Enquanto a representação em terceira dimensão “destaca” literalmente as principais metrópoles e especialmente São Paulo, estabelecendo-se a proporção do PIB por quilometro quadrado, vê-se primeiramente que a maior concentração ocorre no grande bloco formado pelos municípios das regiões sudeste e sul, seguido por todos aqueles localizados na costa brasileira, desde o estado do Ceará até o arroio Chuí. (Mello-Théry, 2012, p. 74),

Na Figura 9, de mesma autoria, é possível visualizar a informação descrita acima.

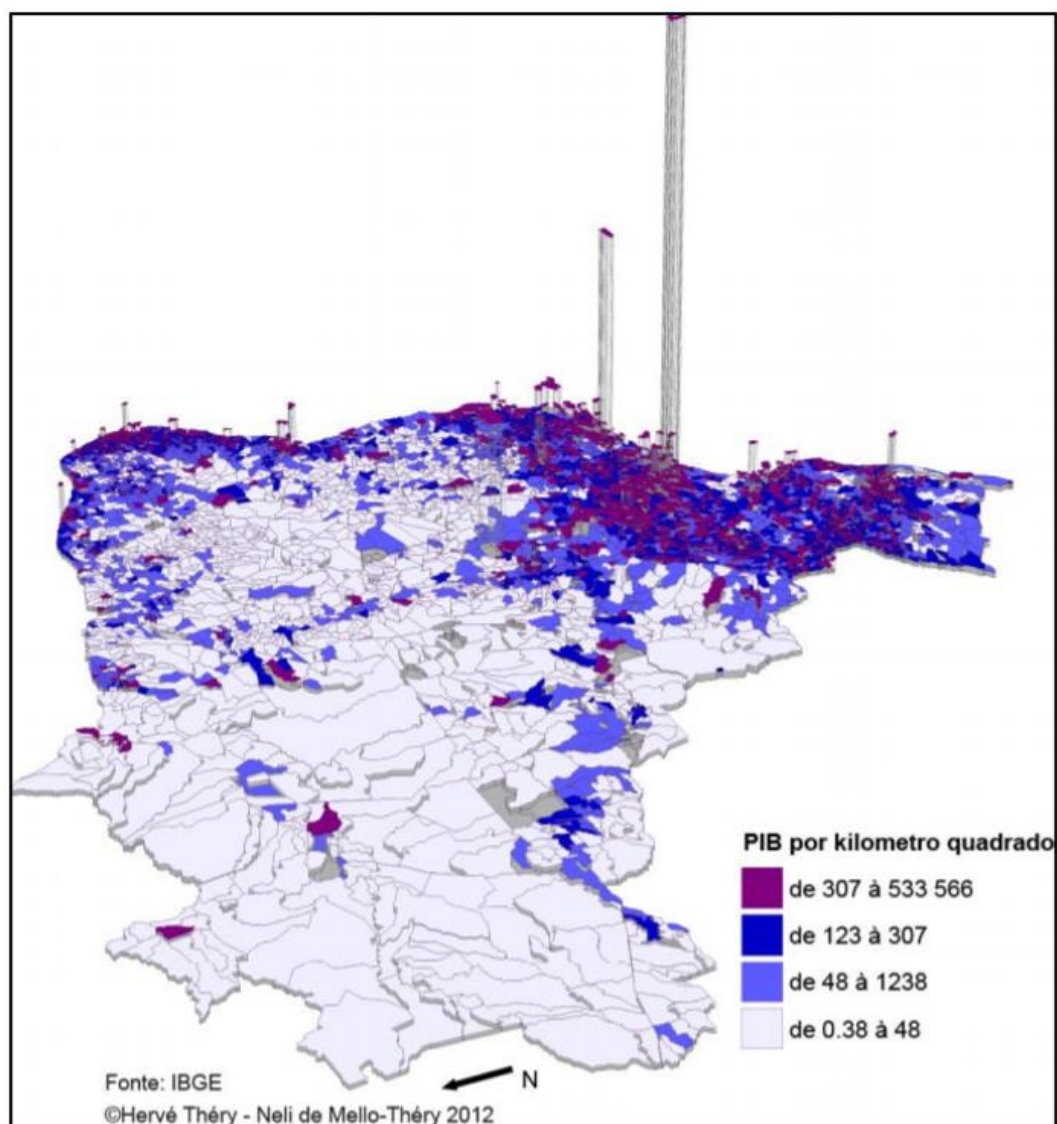


**Figura 9:** PIB e Território

Fonte: Théry & Mello-Théry, 2012, p. 74

Os autores ainda apresentam, a partir dos dados do Censo do IBGE 2010, o mapeamento da distribuição de bens presentes nos domicílios brasileiros<sup>10</sup> (Figura 10).

<sup>10</sup> As variáveis escolhidas foram presença do rádio, televisão, máquina de lavar roupa, geladeira, microcomputador, microcomputador com internet, motocicleta para uso particular, automóvel para uso particular - adotou-se quatro categorias (menos equipado que a média, menos equipado que a média exceto motocicleta, um pouco mais equipado que a média, especialmente geladeira e motocicleta e, finalmente, mais equipado que a média, exceto motocicleta) (Théry & Mello-Théry, 2012, p. 75).

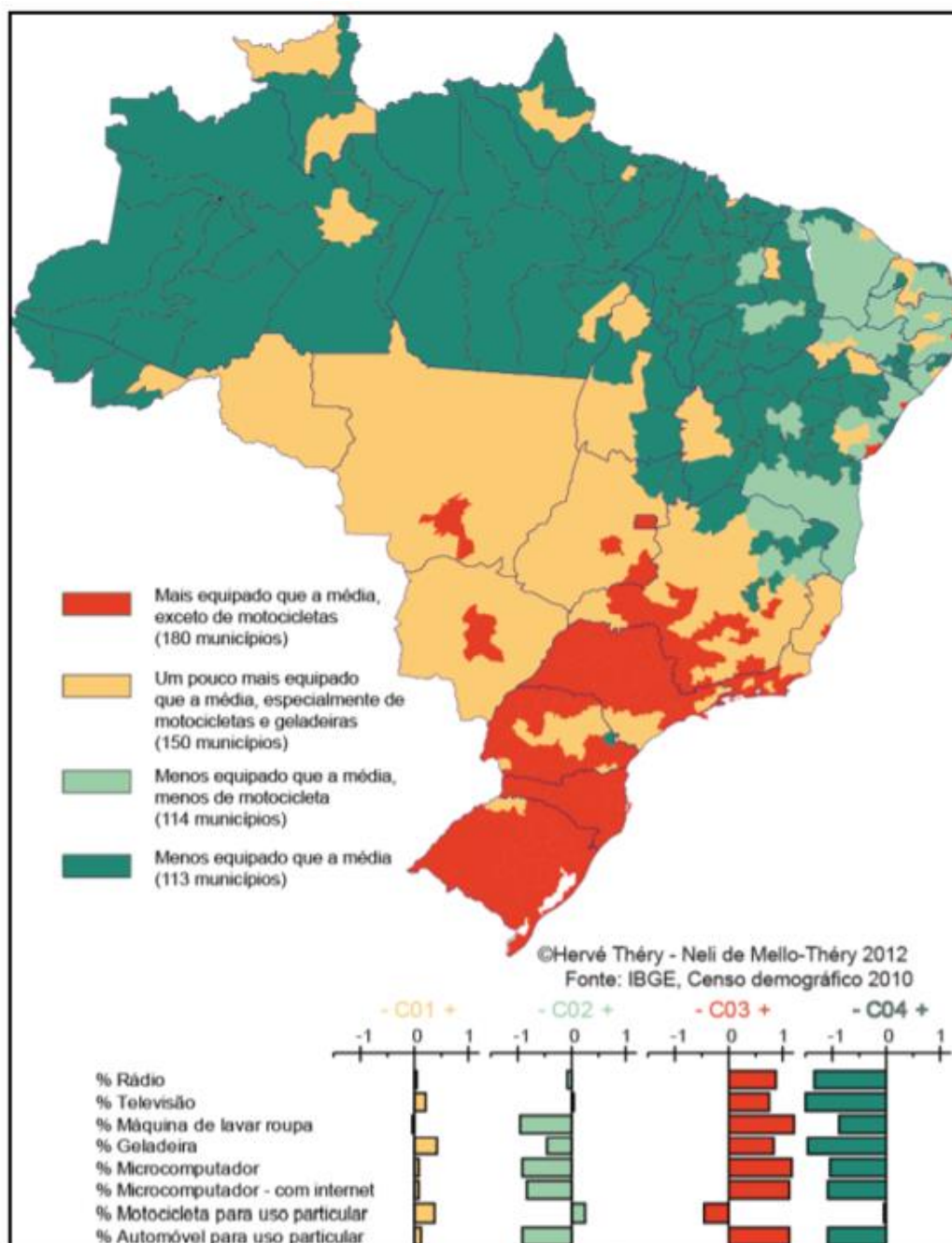


**Figura 10:** Distribuição de bens nos domicílios brasileiros

Fonte: Théry & Mello-Théry, 2012, p. 76

O abismo social amplia-se a partir da abertura ao capital transnacional, ocorrido na década de 1990. No Brasil, as periferias incham e os problemas sociais se avolumam principalmente na região do ABC paulista (grande São Paulo), para onde migra um operariado jovem (Sanson, 2018), sendo a grande maioria oriunda do nordeste do Brasil. Cabe trazer presente que o jovem nordestino deixa sua terra em busca da promessa da terra prometida e, muitas vezes, sujeita-se às péssimas condições de vida. Segundo o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, o mapa de vulnerabilidade ao aliciamento, mostra que “é alta a coincidência entre as



zonas de elevado índice de vulnerabilidade e os lugares onde nasceram os trabalhadores libertados de situação de escravidão (naturalidade), principalmente no Nordeste, de onde é proveniente a maior parte dos casos conhecidos” (Théry, Mello, Hato, & Girardi, 2009, p. 66). Na Figura 11, é realizado o cruzamento do índice de vulnerabilidade à escravidão relacionados aos fatores sociais e ao lugar de nascimento dos escravos.

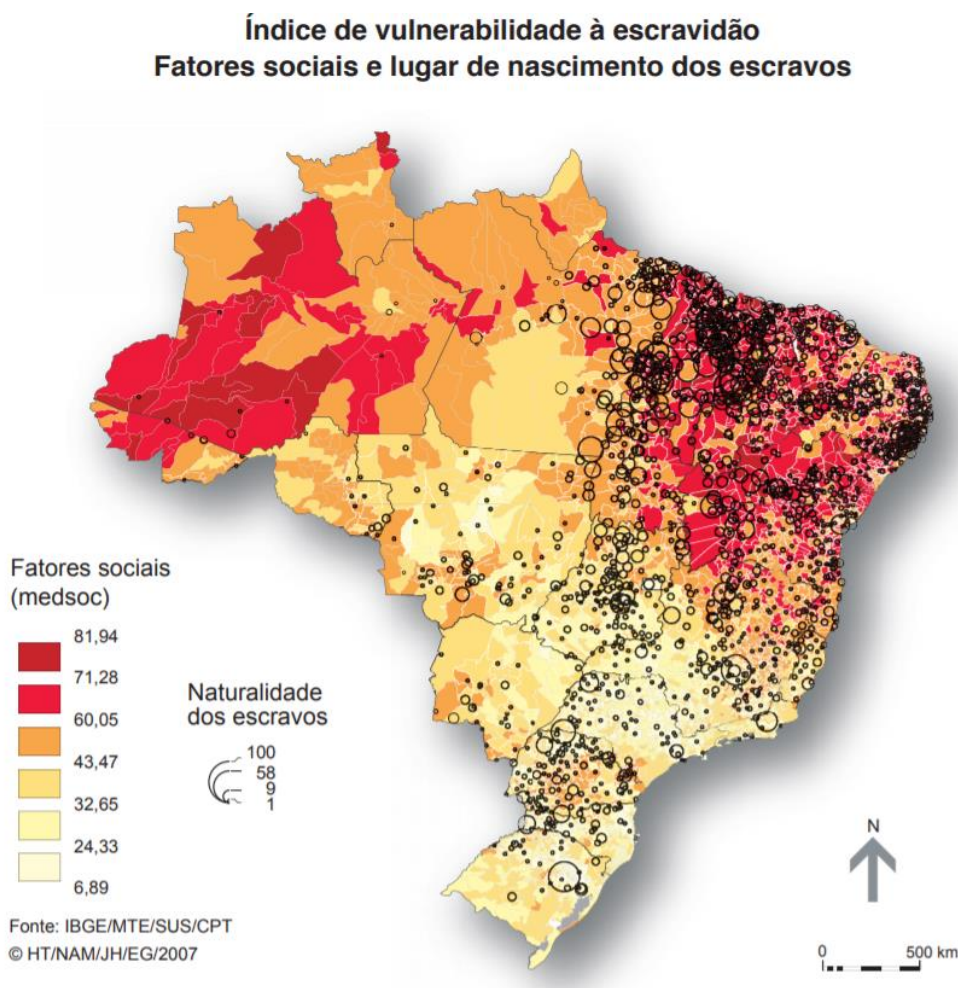


**Figura 11:** Fatores Sociais e Naturalidade dos Escravos

Fonte: Théry, Mello, Hato, & Girardi, 2009, p. 67

Neste tempo histórico, surge uma forte oposição ao atual modelo concentrador de renda, a partir de setores da sociedade brasileira (operários, camponeses e estudantes regem), rapidamente reprimida,

numa contrarreação ao movimento social brasileiro que emerge da modernização conservadora, setores do capital nacional e transnacional com o apoio dos militares e sob a escusa do perigo do comunismo articularão o golpe militar que mergulhará o país numa violenta repressão. O golpe é uma reação à força da sociedade civil organizada, sobretudo, entre os operários, camponeses e estudantes. (Sanson, 2018, p. 27)



Os militares têm a concepção de que o inimigo é interno e precisa ser combatido. A repressão aos movimentos sociais é forte no período, com desrespeito aos direitos humanos e perdura o modelo de apartação social, uma das causas profundas que perduram ao longo da história brasileira.

A partir dos anos 1990, as políticas implementadas no Brasil democratizaram a política, mas sem mudar as prioridades socioeconômicas. Num primeiro momento, com Fernando Collor de Mello, que adotou este ideário. Com Fernando Henrique Cardoso, é consolidado o modelo neoliberal, a partir da política macroeconômica implementada, que agravou ainda mais a concentração de renda e, na sequência, com Luiz Inácio Lula da Silva, com o modelo neodesenvolvimentista, que corrigiu algumas distorções sociais, mas deixou de realizar as reformas estruturais tão necessárias.

Em 2016 ocorre o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a gestão de Michel Temer, após o golpe institucional de 2016 e, a ocupação do Estado por forças ultraliberais, com o protagonismo de forças conservadoras e fundamentalistas da sociedade, com a eleição de Jair Bolsonaro, após a prisão e situação de inelegibilidade de Lula em 2018.

O Brasil chega, ao final do século XX, como um país que praticamente não viveu uma democracia de fato, nem política e tampouco social e econômica. Durante todo esse período, o Estado brasileiro funcionou de forma autoritária e foi responsável por uma série de erros que culminaram na profunda desigualdade social, conforme sintetiza Buarque (1993), resumido a seguir:

- 1) a implantação de uma política de substituição de importações de bens industriais, sem modificação na estrutura da propriedade da terra, que continuou baseada em latifúndios voltados às exportações;
- 2) a industrialização com base em uma opção por técnicas desadaptadas aos recursos, às características culturais, às necessidades sociais e ao potencial econômico do Brasil;
- 3) a ditadura, que impediu uma revisão de prioridades e correção de erros - não permitiram as necessárias reformas sociais, nem a reorientação dos propósitos da modernidade brasileira.
- 4) a concentração de renda;
- 5) o endividamento, que comprometeu o futuro da sociedade, buscando recursos externos para financiar grandes obras de infraestrutura, compra de técnicas, realizar investimentos e compra de serviços;
- 6) ênfase nas exportações em lugar da construção de um mercado interno. Bem-sucedida a engenharia, do ponto de vista técnico, porque fez do Brasil um dos maiores

exportadores de alimentos, mas com agravamento dos problemas sociais internos, mantendo a fome interna.

- 7) prioridade à infraestrutura econômica. O mito do desenvolvimento econômico formou a ilusão de que, através da realização desses desejos, todos os demais objetivos sociais seriam atendidos automaticamente;
- 8) a cartorização, a corporativização e a concentração;
- 9) implantação de um sistema de produção do saber e de comunicação social voltados aos interesses individuais, à dinâmica do mercado e à alienação cultural, sem compromisso educacional, nem sintonia com a cultura nacional.

Mesmo sendo esta rápida tentativa de descrever as dicotomias brasileiras, percorrida até aqui, com base em Cristóvam Buarque (1993), Caio Prado Júnior (1978), Florestan Fernandes (1968), Celso Furtado (1984,1998) e Cesar Sanson (2018) real, ela não explica a semente, causa mais profunda do que se vive no Brasil hoje.

Para tal compreensão é essencial trazer presente a profunda reflexão de Jessé Souza (2017), que aponta a escravidão e suas novas formas, como semente mais profunda do Brasil que se vive hoje. Souza (2017) aponta diversas questões que orientam um novo caminho de reflexão. Primeiramente ele descreve que há um distorcido conflito entre as classes sociais no Brasil, que vem sendo substituído também por um distorcido, ou falso conflito dicotômico entre (i) Estado corrupto e patrimonial e (ii) mercado virtuoso. Temos de ter presente que “a questão do poder é a questão central de toda a sociedade” (Souza, 2017, p. 11). É preciso saber quem manda e quem obedece. E talvez uma das questões mais importantes levantadas pelo autor é de que, existe uma elite corrupta, não apenas abrigada pelo Estado, mas fora dele, e que se empenha, dia e noite, no sentido de desqualificar o Estado, com o único interesse de privatizar a riqueza social brasileira para si. Como já preconizado na introdução desta tese, a transferência do poder sobre os meios de produção, através das privatizações, elimina o poder estatal. E este movimento é de interesse do capital. Esta elite absorve o discurso das perfumarias até então hegemônicas contadas na história do Brasil, reafirmando o amadorismo do Estado brasileiro, ou a corrupção estatal brasileira, sendo, esta elite corrupta, que se utiliza das influências que têm no Estado, os manda-chuvas da real corrupção. Segundo Souza (2017), as “ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repasse empresas estatais e nossas riquezas do subsolo a baixo custo para nacionais e estrangeiros que se apropriam privadamente da riqueza que deveria ser de todos” (p. 12).

E aqui podemos citar vários exemplos, como a venda da Vale do Rio Doce, a naturalização ao se falar da entrega da Petrobrás para os estrangeiros, o que seria melhor do que

a mesma ser consumida por políticos brasileiros corruptos (vide discurso hegemônico vinculado a ação da operação Lava-Jato<sup>11</sup>), ou as terras dos assentamentos rurais da região nordeste serem tomadas por parques eólicos, muitas vezes de empresas estrangeiras, já que o povo nordestino é pejorativamente associado a ‘preguiçoso e que não produz’, ou o litoral também da região nordeste ser invadido por hotéis e empreendimentos turísticos transnacionais, financiados pelos recursos nacionais, na mesma ideia de que, antes este recurso ser apropriado pelo setor empresarial internacional, do que ser consumido por políticos nacionais corruptos.

E, mais importante, é a reflexão do mesmo autor que sinaliza nossa inquietação inicial, de quais são as causas profundas que agudizam as vulnerabilidades e similaridades nos territórios. E aqui podemos afirmar, por qualquer vetor produtivo, em qualquer região do Brasil. Diz Souza (2017) que “o racismo culturalista passa a ser uma dimensão não refletida do comportamento social, seja na relação entre os povos, seja na relação entre as classes de um mesmo país” (p. 19). As idéias dominantes mandam

em nossas ações e nossos pensamentos ainda mais pelo fato de nunca sequer termos jamais refletido acerca de sua influência no nosso comportamento diário e na nossa vida como um todo. Sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre nosso comportamento, somos todos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação (Souza, 2017, p. 21)

E, desta forma, vai se forjando o que chamamos de ‘vira-lata’ (Buarque, 1993), sendo criado o estereótipo da identidade nacional brasileira, que traz um grande orgulho nacional, mas que não é natural, nem essencial, instalando-se uma dicotomia binária, que opõe dois contrários, a partir da exarcebação da sexualidade, da emotividade, da hospitalidade (Freyre, 1977; 1978), mas também da improdutividade, da desonestidade, do atraso, da pobreza, em contraposição às virtudes americanas e européias da razão, do trabalho, da honestidade, da incorruptibilidade, da impessoalidade, da divindade, do progresso e da riqueza.

Essa versão vira-lata, agudizada por Buarque, legitima o culturalismo racista (Souza) e vem de encontro aos interesses econômicos e políticos da elite econômica que manda no mercado e a quem interessa desmontar o Estado, apropriando-se do território, dos meios de produção e da força de trabalho. “O mercado é divinizado pela mera oposição com o Estado definido como corrupto” (Souza, 2017, p. 33). Segundo o mesmo autor, este culturalismo racista e liberal conservador é a única teoria explicativa abrangente e totalizadora que o Brasil possui e que deve ser revista. É possível observar que este culturalismo está na base do que seriam as

---

<sup>11</sup> A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações, algumas controversas, realizadas pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Tornou Lula inelegível na eleição de 2018.

causas profundas das vulnerabilidades vividas nos territórios do Nordeste, do Brasil e da América Latina. Ele desvela os padrões socioculturais estruturantes da matriz da desigualdade social brasileira.

### *3.3 - O Nordeste e suas múltiplas escalas de desenvolvimento territorial: uma análise a partir da Política nacional de Reordenamento Territorial*

No tocante à compreensão do território nordestino, propõe-se o aprofundamento de alguns conceitos essenciais, a partir da PNOT, como exposto a seguir.

Sugere-se, primeiramente, compreender o conceito de gestão do território, que corresponde à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definidas pelo conjunto da sociedade nacional. A nível regional e local, é prioritária para a gestão, a participação da população e do saber locais na formulação e na execução de estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas. A gestão do território, portanto, coloca em prática propostas de desenvolvimento pactuadas em diferentes escalas (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 187).

Assim como, é fundamental a compreensão do conceito de desenvolvimento regional, visto na PNOT qual seja “um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam ao bem-estar social e à redução de desigualdades” (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 187). Quanto ao planejamento territorial, “entende-se que é um conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas, com vistas a alcançar um ordenamento e uma dinâmica espacial desejados” (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 187).

A PNOT também deixa evidente que, assim como para o planejamento territorial, para a execução da gestão territorial, com vistas ao desenvolvimento regional, é necessária a concertação política. Especificamente sob a ótica de gestão, “o ordenamento territorial constitui-se de políticas públicas concertadas, ações que visam ao “equilíbrio” regional e organização física do espaço com o objetivo de criar uma nova racionalidade visando maior competitividade” (Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 189).

Observa-se que a PNOT objetiva a competitividade e não a colaboração ou a solidariedade, ou a eliminação da vulnerabilidade. Atenção para as consequências da competitividade nos lugares, bem apontadas por Santos, ao afirmar que a “competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (Santos, 2003, p. 85).

Assim sendo, qualquer debate ou prioridade local está fora de cogitação. A ação destas empresas raramente é coordenada com o poder público, afora os interesses pessoais, e muito dificilmente gera melhorias na vida local.

É possível observar uma contradição entre o conceito de gestão do território que, ao nível regional e local, preconiza a priorização da participação da população e do saber local na formulação e na execução de estratégias, mas que, na concertação, através do ordenamento territorial, marcado por uma maior competitividade, desconsidera as antigas solidariedades (Santos, 2003). Os gestores ‘cedem’ às migalhas recebidas, atuam a serviço da ideia de um desenvolvimento e de um enriquecimento indireto próprio, permanecendo na velha política (ignorância perseverante), e a população vulnerável consente, sem reação, induzida, segundo Freire (1996), pela

ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal [...]. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora (Primeiras Palavras).

Temos instituído, assim, um novo meio geográfico, chamado por Santos (2013) de meio técnico-científico-informacional, caracterizando-se como a “nova cara do espaço e tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais” (Santos, 2013, p. 41), a partir do uso dos territórios subdesenvolvidos, com o fim de acumulação de capital.

Neste novo espaço e tempo é que “as instituições supranacionais e as empresas multinacionais usam os territórios subdesenvolvidos no intento de acumular suas riquezas, satisfazendo os interesses dos agentes hegemônicos do capital global em detrimento dos interesses das nações” (Araújo, 2019, p. 44).

Para além desta conformação de um novo meio geográfico que transforma determinados lugares em lugares mundiais (Santos, 2013), é possível observar que o Estado-nação brasileiro, assim como os mais diversos espaços regionais no País, têm muita dificuldade de pensar o seu planejamento e a gestão territorial de forma integrada. Via de regra, ambos ocorrem de forma fragmentada e segregacionista. Observamos que muitas vezes esta dificuldade de pensar o espaço regional na integralidade gera processos fragmentados e, como consequência, vemos a ampliação de desigualdades e a segregação até mesmo dentro dos estados, o que evidencia limites da política territorial e da própria PNOT. Partindo desta reflexão, também o território nordestino está muito longe de efetivar um planejamento e uma gestão territorial, pensando um

desenvolvimento regional que seja promotor de processos socioeconômicos que reduzam as desigualdades, como previsto na PNOT. Basta observar a forma como chega o vetor produtivo eólico e os desafios que esta nova realidade coloca para o território nordestino, em especial. O mesmo ocorre com o turismo de massas.

Constata-se, com a chegada do vetor produtivo eólico, um processo de exclusão social e de alteração da paisagem litorânea e até mesmo da *hinterland*, promovendo alterações na dinâmica e estrutura das cidades, apontando para a necessidade de um conhecimento mais preciso desta nova realidade para subsidiar as políticas públicas, especialmente àquelas vinculadas ao turismo de sol e praia, conforme Tabela 8.

**Tabela 8:** Impactos sociais e ambientais

| Impactos sociais                                                                               | Consequência no sentido da vulnerabilidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>a) Segregação de comunidades</b>                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Alteração de rotas e limitação da circulação                                                   | Interrupção de estradas de acesso a partir do cercamento dos parques<br>Alteração de rotas das comunidades pesqueiras<br>Interrupção de acesso ao mar (pescadores)                                                                                                                                                                                 |
| Redução do território                                                                          | Alteração da demarcação do roçado e de áreas para criação de animais                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Sombreamento causado pelas torres                                                              | Redução da área para plantação e criação de animais                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Arrendamento das terras                                                                        | Gera renda para a família e assentados, mas<br>Gera conflitos e desmobilizações entre s assentados, entre os assentamentos, nas comunidades<br>Gera determinismo na herança dos loes, ampliando o conflito de gerações (falta de escolha e alternativas para a juventude)<br>Gera conflito entre os assentados e os grandes proprietários de terra |
| Mudança da condição social                                                                     | Perda da condição e do reconhecimento de segurado especial (INSS) para agricultores e pescadores                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>b) Custos econômicos</b>                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Mercado imobiliário                                                                            | Inflação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Aumento dos valores dos produtos e serviços                                                    | Aumento do custo de vida                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Emprego local                                                                                  | Mas que não aparece como solução para a pobreza<br>Os trabalhos são sazonais e de baixa remuneração (em geral no período da construção dos parques)                                                                                                                                                                                                |
| Promessa de melhoria de vida (ilusão apresentada pelo atravessador)                            | Contratos diferenciados, entre empresas e dessas com as comunidades<br>Abandono da comunidade por parte da empresa<br>Sentimento de que “fomos enganados” pelo atravessador, pois a sua promessa não se confirmou                                                                                                                                  |
| Aumento da arrecadação fiscal                                                                  | Insatisfação por parte da comunidade atingida, por ausência de debate com o poder público sobre onde aplicar o recurso (perfuração de poços, as~ude, educação, saneamento)                                                                                                                                                                         |
| <b>c) Saúde individual e coletiva (já relatada e comprovada pela literatura internacional)</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Alargamento de uso de entorpecentes                                                            | Aumento da violência (principalmente furtos e roubos), gerando conflitos comunitários                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aumento da exploração sexual infanto-juvenil                                                                                                                                                                     | Aumento de DST/AIDS, gerando conflitos individuais e familiares<br>“Os filhos dos ventos” e o desamparo e a falta de assistência por parte do pai                                                        |
| Problemas relacionados à saúde oriundos do ruído: motores e trânsito num primeiro momento/ dinâmico (geradores) e aerodinâmico (pás) no funcionamento, e da iluminação dos aerogeradores (efeito estroboscópico) | Dor de cabeça<br>Insônia<br>Uso de remédio controlado<br>Stress<br>Aumento de solicitação de exames de alta resolução<br>Problemas estes que afetam a vida individual e familiar                         |
| <b>Impactos ambientais</b>                                                                                                                                                                                       | <b>Consequência no sentido da vulnerabilidade</b>                                                                                                                                                        |
| <b>a) Intrusão visual</b>                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                          |
| Intrusão e interferências visuais                                                                                                                                                                                | Descaracterização da paisagem com cortes de dunas, aterramento de lagoas, alteração do desenho do litoral, descaracterização da paisagem (terra e mar)<br>Invasão de APAs e APPs                         |
| <b>b) Efeito sobre os solos</b>                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                          |
| Abertura de novas estradas/alteração do traçado das estradas                                                                                                                                                     | Desmatamento com perda da vegetação nativa<br>Aumento da erosão, causada pela modificação da drenagem<br>Asfaltamento de dunas                                                                           |
| <b>c) Pressão sobre a diversidade biológica</b>                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                          |
| Alteração da migração de espécies                                                                                                                                                                                | Alteração da rota migratória de espécies<br>Desaparecimento das arribações<br>Perda das áreas de abrigo da fauna                                                                                         |
| Baixa produção animal                                                                                                                                                                                            | Preocupação com a subsistência das famílias<br>Sentimento de insegurança alimentar<br>Preocupação com a diminuição do pescado (parques <i>offshore</i> )<br>Diminuição da produção de mel (Serra do Mel) |
| <b>d) Sobre as águas</b>                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                          |
| Efeitos sobre as águas superficiais                                                                                                                                                                              | Impermeabilização e retenção da água superficial                                                                                                                                                         |
| Alteração do nível hidrostático do lençol freático                                                                                                                                                               | Terraplanagem<br>Alterações no abastecimento de água                                                                                                                                                     |
| <b>e) Sobre o lixo</b>                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                          |
| Resíduos sólidos (metais, minerais e outros materiais)                                                                                                                                                           | Materiais estranhos ao local que vão gerar futuros conflitos com a população, com as comunidades, municipalidades, órgãos de licenciamento e empresas                                                    |

Fonte: Adaptado de Hofstaetter (2016).

Neste cenário de relações complexas que envolvem a expansão crescente do desenvolvimento do vetor de geração de energia eólica no mundo e nos contextos nacional, regional e local, importa compreender o modo como se dá o planejamento territorial, especialmente a partir das ações governamentais, dos governos estaduais e municipais com vistas ao desenvolvimento territorial.

Veremos adiante, que,

mesmo sendo uma atividade que não se traduz em muitos ganhos coletivos e duradouros para os lugares [...] a crise econômica que tem acossado o estado e seus municípios nos últimos anos faz com que os gestores públicos relativizem as críticas feitas pela população local e concedam benefícios às empresas, como a redução dos tributos cobrados. Apesar de o recurso eólico adequado para produção de energia elétrica ser encontrado apenas em poucos e seletivos lugares, o poder da política das empresas no Brasil

e, por conseguinte, no Rio Grande do Norte, é tão colossal que o Estado se torna refém de seus interesses (Araújo, 2019, p.314).

São inúmeras as denúncias dos impactos que estes novos usos têm provocado nos territórios, no meio ambiente assim como junto à população local. Da mesma forma, observa-se que estes vetores de desenvolvimento, uma vez que estão a serviço do capital, e que têm por fim o lucro, acabam por ampliar e agudizar as vulnerabilidades já existentes nos territórios onde se instalam, vulnerabilidades estas que ficam sombreadas, ofuscadas pelo reconhecimento daquele território como espaço de valorização do capital.

### 3.4 - Valorização do capital, manutenção da pobreza e aprofundamento das vulnerabilidades

A partir deste momento, antes de entrar na problemática do Rio Grande do Norte e dos dois municípios onde a empiria ocorreu, é necessário aprofundar a compreensão do conceito de vulnerabilidade.

O enfoque de vulnerabilidade adotado nesta tese remete

*a um estado de los hogares que varía en relación inversa a sua capacidade para controlar las fuerza que modelan se próprio destino, o para contrarrestar sus efectos sobre el bienestar. En el marco particular del enfoque que aqui se plantea, la noción de vulnerabilidad se centra en los determinantes de esas situacionais, las que se presentan como resultado de um desfase o assincronía entre los requerimientos de acceso de las estructuras de oportunidades que brindan el mercado, el Estado y la sociedade y los activos de los hogares que permitirían aprovechar tales oportunidades. Lo qué se observa es que los desfases que se producen vis a vis las estructuras de oportunidades del mercado derrivan en un aumento de las situaciones de precariedade e instabilidade laboral. Y que los desfases con respecto a las estracturas de oportunidades del Estado y de la comunidade resultan en un aumento de las situaciones de desprotección e inseguridad. Es justamente la sinergia negativa que surge del acoplamiento histórico de ambos processos la que ha puesto de relieve los problemas de exclusión y marginalidade, cuya incorporación a un espacio tradicionalmente dominado por los desafios de la erradicación de la pobreza está produciendo un desplazamiento del eje de la cuestión social'*<sup>12</sup> (Kaztman, 2000, p. 281)

O enfoque proposto da vulnerabilidade é essencial para a definição de estratégias úteis para o enfrentamento da pobreza, compreendendo-a como uma multiplicidade de privações. Essa ideia (Kaztman, 2000) propicia a reflexão muito além das dimensões da renda e do acesso

---

<sup>12</sup> “um estado dos lares (famílias) que varia inversamente com sua capacidade de controlar as forças que moldam seu próprio destino ou de neutralizar seus efeitos sobre o bem-estar. No quadro particular da abordagem aqui proposta, a noção de vulnerabilidade centra-se nos determinantes dessas situações, que surgem como resultado de um descompasso ou assincronia entre os requisitos de acesso das estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, o Estado e a sociedade e o patrimônio das famílias que permitiriam o aproveitamento de tais oportunidades. O que se observa é que as defasagens que ocorrem em relação às estruturas de oportunidades de mercado reduzem o aumento das situações de precariedade e instabilidade de emprego. E que as defasagens com relação às estruturas de oportunidades do Estado e da comunidade resultam no aumento das situações de desproteção e insegurança. É precisamente a sinergia negativa que surge do acoplamento histórico de ambos os processos que tem evidenciado os problemas da exclusão e da marginalidade, cuja incorporação num espaço tradicionalmente dominado pelos desafios da erradicação da pobreza está produzindo uma mudança no eixo da pobreza” (tradução livre)



a serviços. Neste enfoque, com igual força, são consideradas as dimensões de valores, atitudes, identidades, aspectos estes relacionados às relações sociais, tanto familiares quanto comunitárias.

Até a proposição de Sen (1999), geralmente, as abordagens que relacionavam pobreza e vulnerabilidade, focavam as suas análises no acesso ou não a bens e serviços, com foco nas condições de moradia, infraestrutura, educação e saúde. Com Sen, para além destas condições, temos o enfoque das capacidades como algo novo, compreendido como capacidade para ser e fazer. Diz respeito a um olhar, com lente aumentada, sobre onde se encontra a destituição, muito além de um estado de privação de recursos econômicos. Pode-se citar as capacidades como dignidade, capacidade de organização, respeito, autoestima, sentimento de pertencimento. É uma aposta, uma opção em termos de valores (Singer, 2003), que para o seu desenvolvimento, potencializador do rompimento do fatalismo e da imobilidade (Freire, 1996), necessitam de difusão permanente e de educação ideológica, como partes integrantes de uma estratégia de desenvolvimento (Singer, 2003).

Segundo Marandola e Hogan (2006), a ideia de vulnerabilidade considera três elementos, quais sejam, (i) a exposição ao risco; (ii) a capacidade de reação e; (iii) o grau de adaptação diante da materialização do risco, compreendido como uma situação de perigo ou a possibilidade de perigo (Umbelino, 2006). O risco pode ser natural, ambiental, social, tecnológico, político, financeiro ou material, entre outros.

Tanto a capacidade de reação quanto o grau de adaptação ao risco remetem à capacidade de respostas aos riscos. “Estes elementos que promovem a absorção do impacto do risco/perigo podem ser entendidos em termos de capacidade de resposta, que é um dos principais elementos componentes da vulnerabilidade” (Marandola Jr.; Hogan, 2006, pg. 34).

A capacidade de resposta está intrinsecamente ligada a fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, ambientais e estão relacionados à condição de pobreza da população atingida (Mendonça, 2004). Segundo Acselrad *et al.* (2009),

a condição de destituição de certos grupos sociais é um elemento-chave a favorecer a rentabilização de investimentos em processos poluentes e perigosos [...] é cada vez mais clara a fusão entre risco ambiental e insegurança social” (Acselrad *et al.*, 2009, p. 147)

Geralmente, a população mais pobre é mais vulnerável por ser mais carente de organização, de apoio institucional, entre outros e, portanto, de menor capacidade de reação. No entanto, o Estado e a proteção social, através de programas públicos, podem ser elementos essenciais no fortalecimento da capacidade de resposta e, portanto, na redução da vulnerabilidade.

É nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle de depósito de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho (Acseirad *et al.*, 2009, pg. 8).

Portanto, mesmo que a relação entre pobreza e vulnerabilidade não seja direta, é sabido que elas estão relacionadas, uma vez que os pobres são mais vulneráveis, já que possuem menos quantidade e variedade de elementos para enfrentar os riscos e, portanto, menos capacidade de resposta a estes riscos. Pessoa (2012), em análise sobre territórios urbanos e metropolitanos, destaca que,

estar vulnerável é atônica central da contemporaneidade, decorrente de incertezas, riscos e ameaças que são cada vez mais diversificados e interferem no equilíbrio das formas de vida, seja no ambiente natural, seja no social (Pessoa, 2012, pg. 19).

Pode-se afirmar que a vulnerabilidade é aprofundada quando existem baixos níveis educacionais, quando há baixa inserção da população no mercado de trabalho, quando o acesso à saúde é precário, entre outros. Neste sentido, cabe aferir que a desigualdade é um fator agudizador ou potencializador da vulnerabilidade.

Ao observar a Figura 12, é possível visualizar a relação da pobreza com a vulnerabilidade, dada a concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família numa mesma região (os nove estados do Nordeste), além de pontos específicos no mapa. Esta realidade só será alterada e,

esta política só terá sido uma vitória se dentro de alguns anos esse esforço resultar em outras condições de desenvolvimento humano, com maior assistência à saúde, menor dependência da população, redução das condições de analfabetismo funcional e melhores condições de renda para a maioria dos cidadãos (Théry & Mello-Thery, 2012, p. 79).

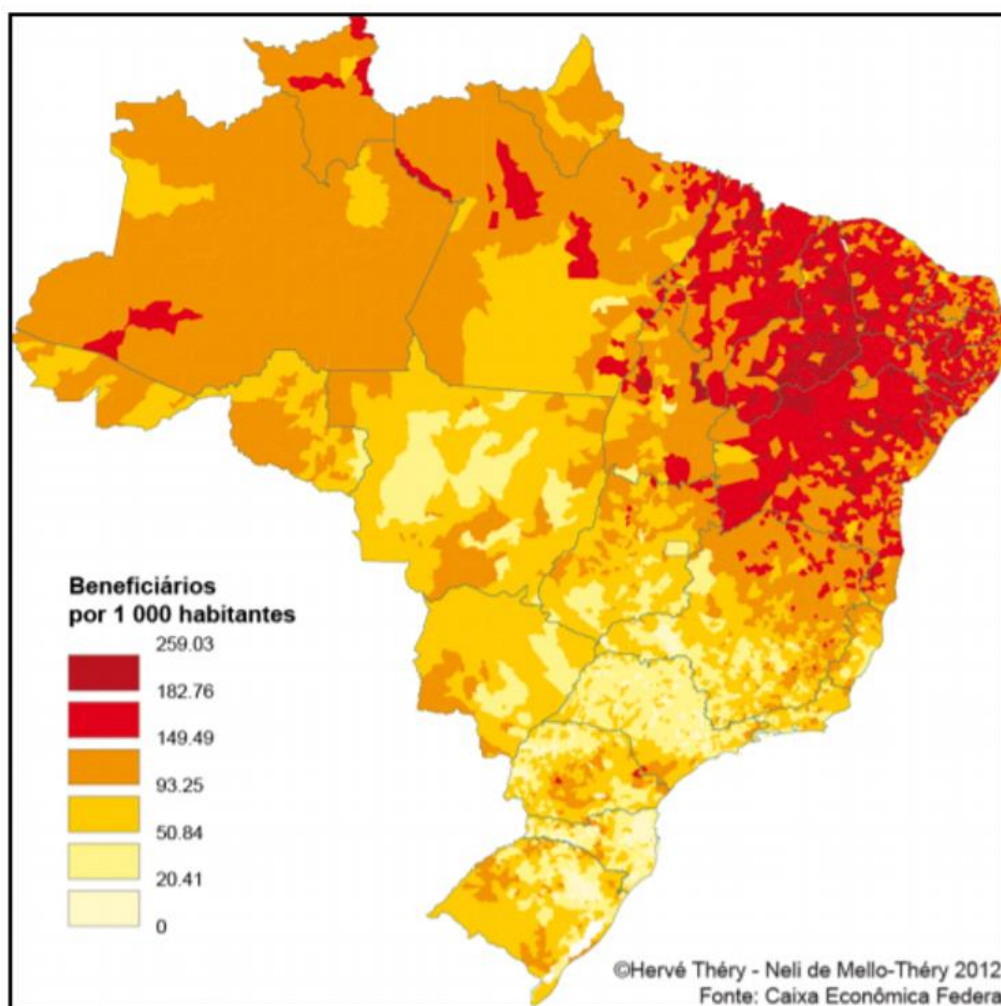


**Figura 12:** Beneficiários do Programa Bolsa Família.

Fonte: Théry & Mello-Théry, 2012, p. 76.

O grau de vulnerabilidade a que estão expostas as famílias e as comunidades é determinado pela (i) estrutura de oportunidades, compreendidos aqui como o conjunto de recursos, de bens e serviços e de acesso à programas (fatores exógenos), assim como pelos (ii) ativos e a capacidade de resposta (fatores endógenos), compreendido como presença ou ausência de poder, esperança ou desesperança, pobreza crônica, baixa auto-estima, baixo ou alto protagonismo, capacidade de autonomia ou subordinação, entre outros. Como se vê, o grau de vulnerabilidade está permeado por questões objetivas, mas também por questões subjetivas (Kaztman, 2000).

Depreende-se do exposto, que o empoderamento (*empowerment*) para a ação é essencial para a diminuição do grau de vulnerabilidade aos quais estão expostas famílias e comunidades. Assim, como é fundamental compreender que para que o empoderamento ocorra é essencial a ruptura com o comodismo, com o fatalismo, com a imobilidade e com o isolamento social. É essencial o acesso à informação, o reconhecimento da sua identidade, enquanto grupo social, o

sentimento de pertencimento, a organização. Mas isto só não basta. Urge que ocorram mudanças substanciais nas formas de organização social e econômica.

Singer (2003) propõe a democracia participativa e a desconcentração do capital, o que exigiria a democratização da política econômica e o controle financeiro pela sociedade, dialogando muito bem com a defesa da igualdade que, segundo a Cepal (2018; 2019),

gera instituições mais inclusivas, o que por sua vez aumenta as oportunidades de obter um melhor aproveitamento das capacidades criativas e produtivas do conjunto da população de um país e fortalece os mercados, ao ampliar a demanda interna, através da expansão do poder de compra de vastos setores da população. A igualdade de acesso a capacidades e oportunidades é especialmente importante ante a revolução tecnológica, que implica a necessidade de contar com maiores e melhores níveis de educação e formação técnica em etapas críticas do ciclo da vida, coordenação e cooperação entre atores para incorporar as novas tecnologias e dar forma a novos setores econômicos e produtivos e um sistema de proteção social universal e inclusivo, capaz de assegurar um nível de bem-estar para todas as pessoas durante o processo de mudança (Cepal, 2019, p. 8; Cepal, 2018).

Do outro lado da moeda, no entanto, ao fitar o olhar para o quadro geral da América Latina, a Cepal afirma que, apesar de entre os anos de 2002 e 2014 ter ocorrido um importante processo de redução da pobreza e da pobreza extrema, a partir de 2015 os níveis de pobreza, principalmente a extrema, aumentaram (Figura 13).

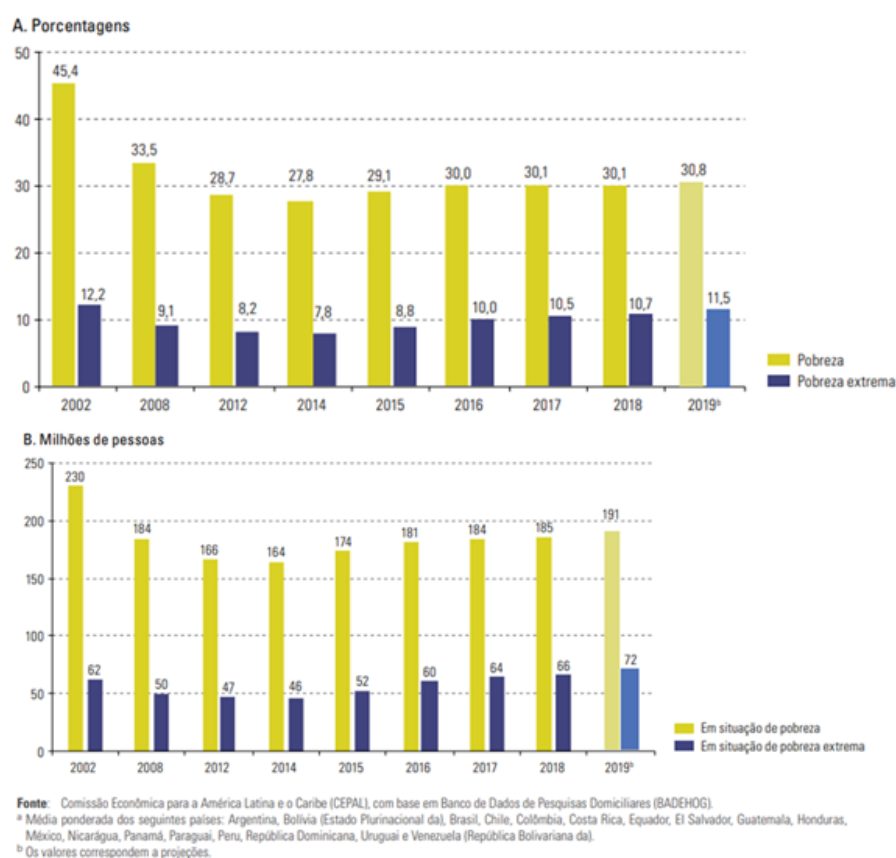


**Figura 13:** América Latina (18 países): taxas de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, 2002-2019 - Em porcentagens (a) e milhões de pessoas (b).  
 Fonte: Cepal, 2019, p. 9.

A pobreza é resultado de dinâmicas que diferem entre os países, mas a responsabilidade pelo aumento da pobreza no período 2015 a 2019 (este último com dados parciais) é do Brasil e da Venezuela, que tiveram aumento efetivo na mesma.

De acordo com a Cepal, se analisarmos os dados de 2014 e 2018, considerando (i) afrodescendentes e (ii) não indígenas nem afrodescendentes, vê-se um aumento das taxas de pobreza (Figura 14).

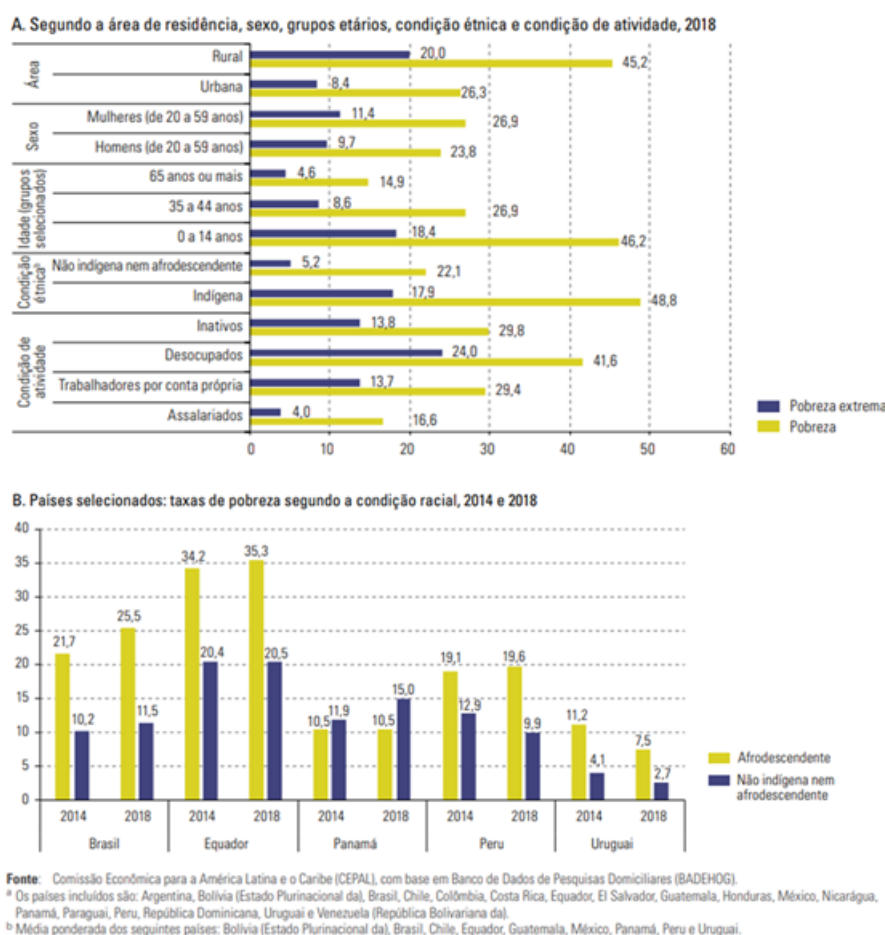


**Figura 14:** América Latina (18 países): taxas de pobreza e pobreza extrema, segundo a área de residência e diversas características sociodemográficas - Em porcentagens (a) e milhões de pessoas (b).

Fonte: Cepal, 2019, p. 11.

No Brasil, até 2014, segundo a Cepal (2019), o aumento da renda a partir da diminuição do desemprego, o aumento da assalarição e a formalização do trabalho, foram responsáveis pela diminuição da pobreza. No entanto, após 2014, onde a pobreza aumentou, a queda dos rendimentos do trabalho foi o fator que mais incidiu na contração da renda dos domicílios de baixo recursos.

A pobreza e a desigualdade continuam sendo fenômenos estruturais no Brasil e na América Latina, com um atual cenário econômico menos favorável do que em períodos anteriores. Podemos sintetizar afirmando que:

a estrutura e as dinâmicas dos mercados de trabalho nos países da América Latina seguem caracterizando-se por altos déficits na sua capacidade de gerar empregos produtivos e de qualidade e trabalho decente, associado a significativas desigualdades de gênero, raça, etnia, idade e território, que constituem um obstáculo para que a inserção do trabalho possa transformar-se em uma alavanca de desenvolvimento e mecanismo de inclusão. Fazer-lhes frente é prioritário para a garantia de um desenvolvimento social inclusivo (Cepal, 2018, p.33).

Considerando que a ocupação e a renda são chaves mestras para a igualdade, por conseguinte, o não acesso à renda e à precarização do trabalho são fatores responsáveis pelo aumento da pobreza e consequentemente pelo agravamento da vulnerabilidade. No decorrer do trabalho serão analisados estes elementos, em ambos os vetores, de forma comparativa. Mas antes, cabe um olhar para o Nordeste e, especialmente, para o Rio Grande do Norte.

## **CAPÍTULO 4 - O TURISMO E A “INDÚSTRIA DOS VENTOS” VALORIZANDO O CAPITAL NO NORDESTE: O RIO GRANDE DO NORTE EM EVIDÊNCIA**

Até a metade do século XX, pode-se afirmar que a economia potiguar era essencialmente rural, destacando-se a produção da cana-de-açúcar, do algodão, além das culturas alimentares de subsistência como o milho, o feijão e a mandioca. No sertão, os potiguares também fomentavam a pecuária, assim como o extrativismo também tinha relativa importância, por exemplo, da cera de carnaúba, a mineração de xelita, entre outros e, no litoral norte e oeste do estado, desde há muito a cultura salineira é realidade (Azevedo, 2013). Mesmo aquelas com economias já integradas ao mercado externo, a exemplo do algodão, da cana-de-açúcar, da mineração e do sal, definiam as configurações socioculturais e políticas das regiões e do estado, reforçando os valores locais, o coronelismo e seus desdobramentos. A referência realizada aqui diz respeito às atividades desenvolvidas nos engenhos de cana-de-açúcar, as fábricas de óleo do algodão, as oficinas de carne de sol, os curtumes e as casas de farinha (Felipe, 1986). Neste período, a maioria da população concentrava-se no espaço rural.

Foi a partir da industrialização do algodão que tivemos, no Rio Grande do Norte, o avanço do processo de urbanização em vários municípios, além da atividade mineradora (Azevedo, 2013). E foi também a partir daí, década de 1970, que houve uma

diminuição significativa no percentual de população economicamente ativa do estado, ora em virtude da incapacidade de absorção de mão de obra no setor agrícola, que “expulsava” a população para as cidades, aumentando o número de desempregados e subempregados, ora por causa da não absorção de trabalhadores no setor terciário. (Azevedo, 2013, p. 117)

A crise que então assola o estado, território já tão vulnerabilizado, é agravada pelo período de estiagem, que comprometeu a agropecuária. Houve intervenções da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) insuficientes para arrefecer a crise. Para amenizar a mesma, o governo dissemina as frentes de emergência, que beneficiam as oligarquias regionais, criando a conhecida indústria da seca (Raimundo Moreira, 1979; Manuel Correia de Andrade, 1986; Francisco de Oliveira, 1987; Carvalho, 1988; Tânia Barcelar, 2000 e Celso Furtado, 2005). Segundo Azevedo (2013), “a população abrangida por essa medida era facilmente manipulada e controlada quanto ao exercício dos direitos civis e políticos, a exemplo do ato de votar, referendando, assim, o poder coronelista e oligárquico até hoje hegemônico no estado e em boa parte da região” (p. 118).

Com base no exposto, é possível observar que, no Nordeste, em geral, e no Rio Grande do Norte em particular, as últimas décadas do século XX foram marcadas por diversas transformações na estrutura produtiva, portanto, na configuração territorial, processo esse intrínseco à reestruturação produtiva do capital em escala global. Recordando que, como

definido por Santos (2003), “a configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele” (p. 83).

Assim, no fim do século XX, nota-se “tanto a falência de determinadas atividades produtivas, quanto o surgimento, redefinição e dinamização de outras, com a emergência de novas materialidades, novas formas, novos objetos e novos conteúdos técnicos, políticos e sociais no território” (Azevedo, 2013, p. 116), configurando novas ausências e novas emergências (Santos, 2010).

Se até meados de 1960 tínhamos a prevalência de atividades no espaço rural, seguidos pela industrialização do algodão que foi o gatilho para a maior urbanização no Rio Grande do Norte, período que culminou com uma grande crise, a partir de 1990, tem-se que os investimentos, tanto públicos quanto privados, são voltados para a modernização do estado. Na esteira desta modernização é que, no litoral oriental, passa-se a desenvolver o turismo e, mais tardiamente, nos últimos 10 anos, a produção de energia eólica.

É importante trazer presente que, nesta reestruturação produtiva do estado (conforme Figura 15), que tal processo também reorganiza o território. Destarte, além do turismo e da produção de energia eólica, neste momento, no litoral norte, capital e entorno, tem-se:

a agricultura irrigada no Vale do Açu [...], petróleo e gás no litoral norte, parte do noroeste e Vale do Açu, sal também no litoral norte e parte do oeste, a pecuária leiteira no Seridó e parte do Agreste, comércio e serviços na capital e nas principais cidades que se constituem como centros regionais, construção civil em Natal e Mossoró, dentre outros vetores representativos local ou regionalmente. (Azevedo, 2013, p. 118)



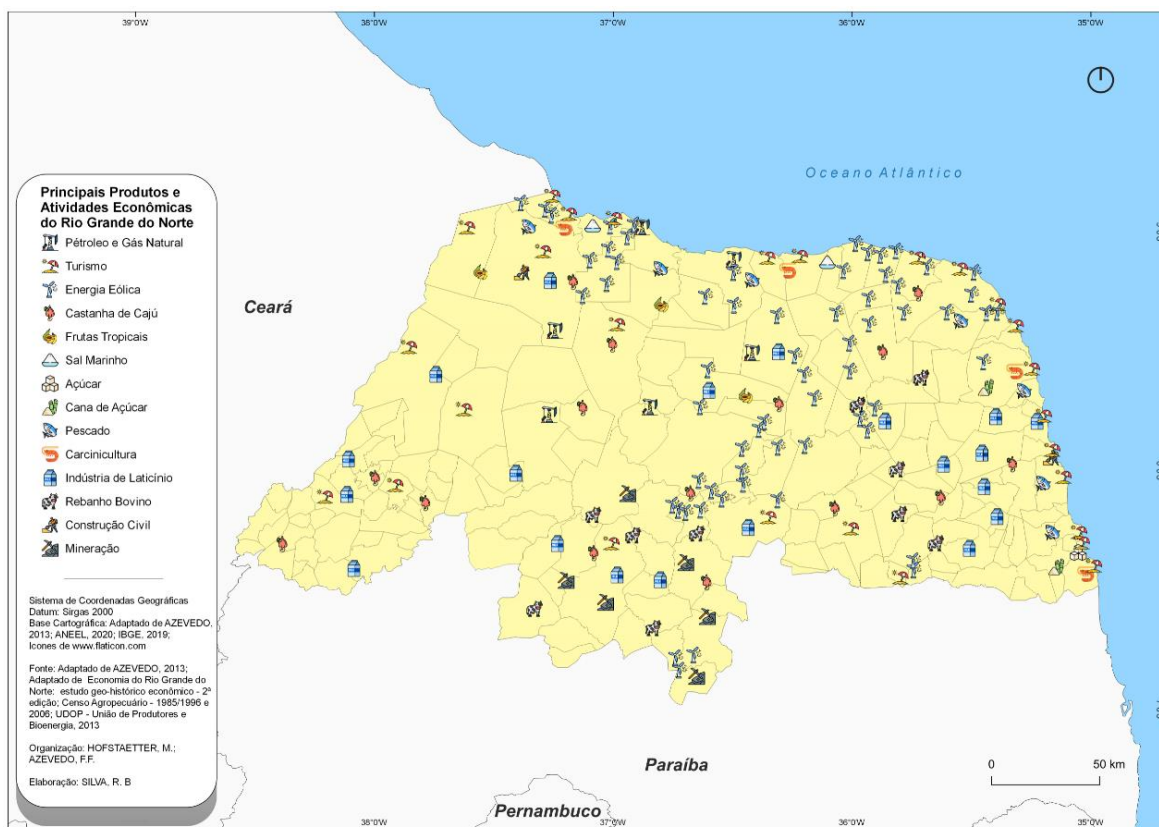


**Figura 15:** Rio Grande do Norte: Principais produtos e atividades econômicas  
Fonte: Adaptado de Azevedo (2013).

Tanto o Banco Mundial, mais recentemente através do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável até 2018 e agora, através do Programa Governo Cidadão, quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizam empréstimos para a modernização da economia local, estimulando o crescimento econômico, mas não necessariamente pensando no desenvolvimento do território, com inclusão social, distribuição de renda e equidade social, embora o discurso de ambos os Bancos retrate outro cenário.

Uma afirmação, no entanto, é certa. A pobreza no Nordeste e no Rio Grande do Norte “não é fruto das condições naturais da região, embora não se possa negar que tais condições agravam os efeitos da pobreza bem como constituem, ao mesmo tempo, dificuldades conjunturais à sua superação” (Cruz, 2006, p. 340). Até porque é sabido, que em todo o país, mesmo em regiões com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhor, há bolsões de pobreza e, portanto, vulnerabilidades. A pobreza no Nordeste e no Rio Grande do Norte é uma decisão (Cruz, 2006), quiçá a única opção permitida, decisão esta, humana, marcada por um viés essencialmente político cuja tessitura advém dos donos do poder.

Posto isto, e corroborando com as reflexões trazidas por Brandão (2017a), é preciso compreender o padrão de desenvolvimento ou subdesenvolvimento do Brasil e do Nordeste.

A partir da década de 1950, alguns estudiosos começam a analisar as possíveis causas (Aledo, 2018) que explicariam o subdesenvolvimento econômico do Brasil e do Nordeste e, dentre os autores, destaca-se Celso Furtado (1984), ora atribuindo o subdesenvolvimento à falta de uma política de distribuição de renda, ora apontando para a falta de uma política tecnológica ou de inovação tecnológica eficiente e amplamente difundida e consolidada.

Para Furtado (2001 [1984]), as origens do subdesenvolvimento estão relacionadas (i) à ausência de base técnica, instrumentos rudimentares; (ii) ao baixíssimo índice de produtividade e competitividade; (iii) à dinâmica de fora para dentro, e (iv) à economia cêntrica e de subsistência. Nesse sentido, Fiori (2000) assinala que

o subdesenvolvimento se caracteriza por uma situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico. Produto de uma situação histórica – gênese e reprodução de um sistema centro-periferia – e de uma vontade política – a modernização de padrões de consumo. (Fiori, 2000, p. 37)

Ao se referir à natureza do subdesenvolvimento, dando sequência ao debate das suas origens, entende-se que,

captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões, e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais' que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia. (Furtado, 1998, p. 17)

Furtado (1998) pergunta-se sobre a possibilidade de pensar em uma universalização do desenvolvimento econômico. E ele mesmo responde a sua pergunta, argumentando ser impossível universalizar o desenvolvimento econômico e, caso ocorresse associado a este a universalização do padrão de consumo, pelo simples fato de que o aumento do consumo iria pressionar ainda mais os recursos naturais, em geral não renováveis, o que, como consequência, traria impactos do ponto de vista dos resíduos entre outros.

Segundo Furtado (1998), “a evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (p. 12).

Interessante observar, a partir da reestruturação produtiva do litoral do Rio Grande do Norte, até mesmo em se tratando da diversificação da matriz energética, a partir da ênfase em fontes renováveis de energia, intimamente relacionada com o debate do desenvolvimento sustentável, observamos esses processos de degradação do meio físico. Afinal, produzimos

energia para um maior consumo, o que amplia o valor econômico para alguns, em detrimento de outros e do meio físico em geral.

Em se tratando das fontes renováveis de energia, o que precisamos observar é se esse movimento, pela incursão de fontes renováveis de energia nas matrizes mundial e nacional, dialoga com o debate do desenvolvimento sustentável nos territórios ou se o crescimento econômico é a premissa principal da sua ação. Este é o ponto. Este novo vetor produtivo, a geração de energia eólica, dialoga com a estratégia do desenvolvimento dos territórios? No caso do Nordeste, em geral, e do Rio Grande do Norte em particular, além do aumento de acesso aos serviços básicos para a população, ela dialoga com o turismo, economia de forte impacto no litoral nordestino? Há este olhar dos gestores e governantes? Ou a lógica do dinheiro e do lucro sobressai? Segundo Veiga (2005) “crescimento só engendra desenvolvimento se seus frutos prolongarem a vida e o nível educacional das populações desfavorecidas pelo menos” (p. 7). Pode-se afirmar que, o vetor eólico é uma força centrífuga (Santos, 1996), que chega ao território como um fator de desagregação já que retira da região os elementos do seu próprio comando, que ocorre distante dali, assim como, pode-se afirmar que o turismo, nos municípios em debate é uma força centrípeta, de agregação, de convergência? Aprofundar-se-á este debate a seguir.

#### *4.1 – A energia a partir do vento*

Desde a década de 1970, o Brasil, em se tratando do debate e da preocupação com os recursos naturais, preservação do meio ambiente e sua relação com a produção de energia, já era referência mundial na produção de energia com fontes renováveis a partir da hidroeletricidade e, nas décadas seguintes, tornou-se pioneiro na produção de biocombustíveis.

Segundo a *Global Wind Energy Council* (GWEC, 2019), o Brasil é o país líder da América Latina e o oitavo maior do mundo em produção de energia eólica. É possível observar na Figura 16, o quantitativo visual dos parques eólicos no Brasil.

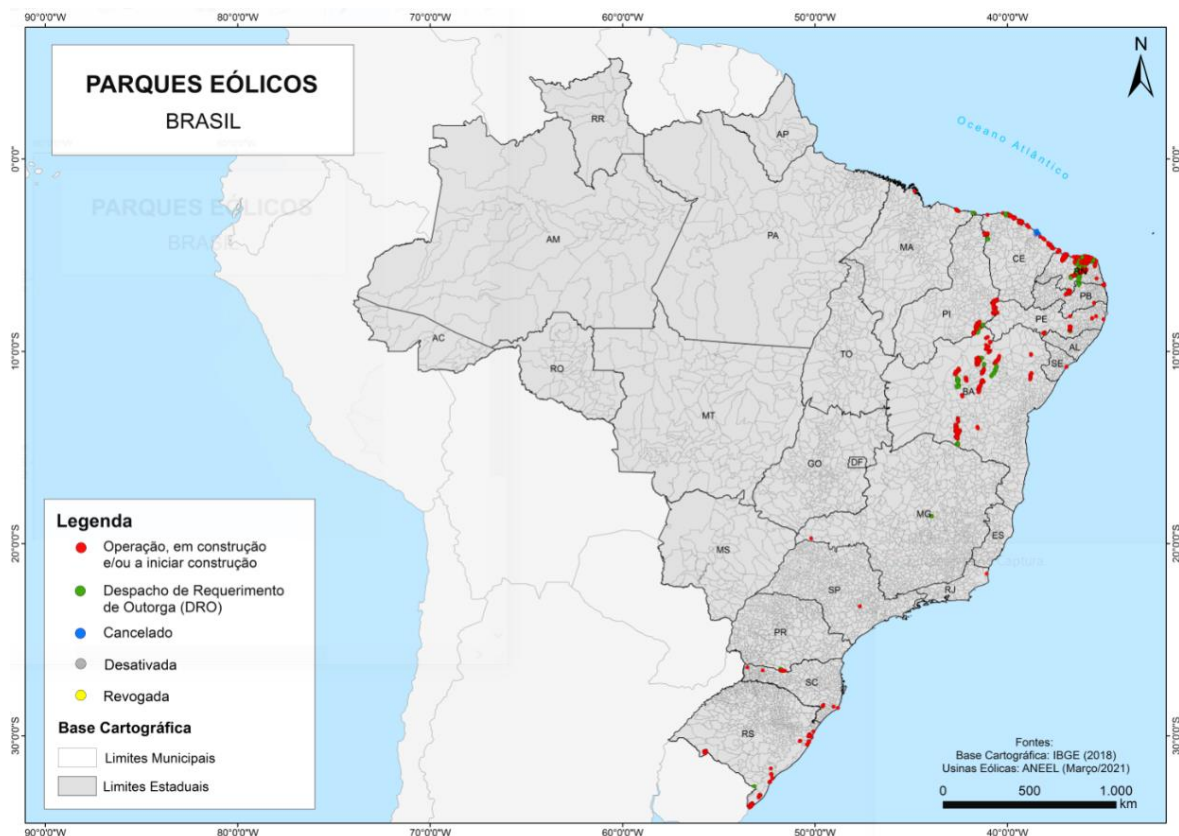


**Figura 16:** Localização da Capacidade Instalada no Brasil, da produção de energia eólica  
 Fonte: Aneel, Capacidade Instalada, 25/03/2021.  
 Elaboração Própria.

A entrada do Brasil e, por extensão, do Nordeste, na rota do circuito produtivo de energia eólica deveu-se, principalmente, à reestruturação do sistema elétrico nacional, promovida em 2003, a partir da implantação de um novo marco regulatório para o setor elétrico.

O estabelecimento desse novo marco regulatório ocorreu após um período crítico da história do Brasil marcado por apagões e racionamentos, resultados dos anos de ausência de planejamento energético, de redução dos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, da proibição das estatais em investir no setor, do elevado risco no qual os investidores privados estavam submetidos e, por último, da diminuição do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. (Araújo e Azevedo, 2017, p. 5)

O que dizer, então, dessa nova dinâmica territorial da região Nordeste (ver Figura 17), no contexto da reestruturação produtiva e territorial contemporânea, quando se avalia a chegada e expansão dos parques eólicos?

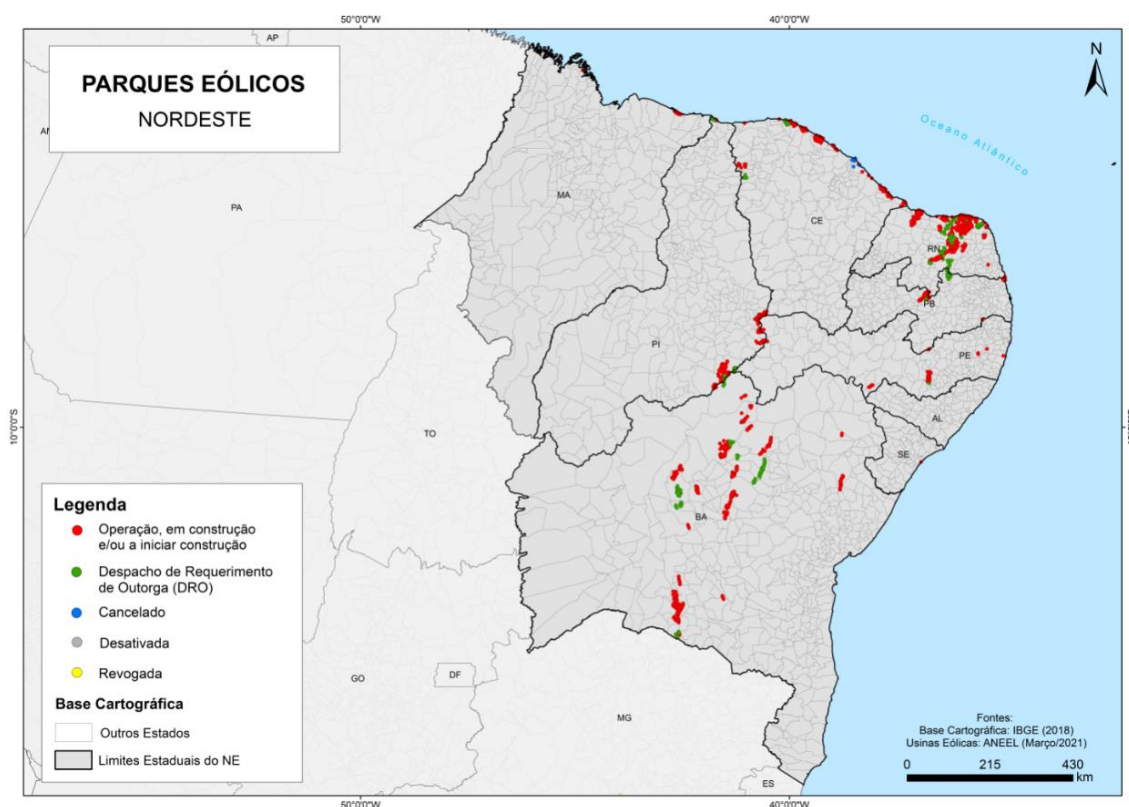


**Figura 17:** Capacidade Instalada por Estado da região Nordeste, com total de usinas eólicas e fotovoltaicas

Fonte: Fonte: Aneel, Capacidade Instalada, 25/03/2021.

Elaboração Própria.

Essa nova realidade experimentada pela região, mais especificamente pelos municípios litorâneos, remete ao conceito de destruição criativa de Harvey (2010), de que o novo tem de ser construído a partir das cinzas do antigo (paisagens bucólicas). Mesmo que, enquanto produto final, a fonte eólica é considerada como fonte de baixa emissão de gases do efeito estufa, não se podendo ignorar que seu processo produtivo não é limpo (Sovacool, 2020; Hofstaetter, 2016), sendo caracterizado pela geração de impactos socioambientais (Oliveria, 2012; Hofstaetter e Pessoa, 2015; Gorayeb et al, 2018), agravando as condições de vulnerabilidade já existentes nos territórios e de suas populações (Hofstaetter e Pessoa, 2015; Hofstaetter, 2016). As tendências culturais e produtivas seculares rompem-se, abruptamente, sem considerar os saberes locais, a vida local, os invisíveis (Max-Neef, 1993). Ou como preconizado por Soja (1993), as tendências culturais e produtivas seculares rompem-se no sentido “de uma freada, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (p. 193).

Fica evidente que o capitalismo executa suas ações em função do lucro, produzindo novos espaços, novas tecnologias, lançando novos produtos, vendendo uma nova paisagem

(Harvey, 2010) ou, como criticado por Hall (2001), trazendo consigo uma racionalidade técnica baseada em critérios meramente econômicos, apropriando-se de espaços e paisagens (Mirasgedis et al, 2014; Hofstaetter, 2016), gerando concomitantemente riqueza e pobreza portanto, agravando o cenário de desigualdade socioespacial e territorial.

Como o direcionamento de tal prática capitalista se dá pela lógica do lucro, o custo de vida se amplia e consequentemente reduz o padrão de vida dos mais pobres (fato observado nas áreas analisadas). Dessa forma, elementos que há um certo tempo tinham em seu valor a preponderância do valor de uso, a exemplo da linha costeira no que diz respeito às faixas de praia, a partir da apropriação privada de grupos hoteleiros e da prática da vilegiatura marítima, têm seu valor direcionado prioritariamente para o valor de troca, como o caso do turismo massivo realizado em pontos da orla atlântica brasileira, favorecendo o processo de especulação imobiliária e pressionando as populações tradicionais a emigrarem interna e externamente. (Epifania, 2019, p. 25)

Assim como o turismo, bem caracterizado acima, o vetor de geração da energia eólica também chega ao Nordeste de forma verticalizada, criando espaços isotópicos (Lefebvre, 1999), a partir de uma nova racionalidade, que cerceia condutas e acessibilidades, sendo que as “barreiras físicas e culturais impostas nestes espaços tendem a cercear o diverso” (Epifania, 2019, p. 40), ou seja, as heterotopias (Lefebvre, 1999).

Posto isto, é fundamental analisar as inter-relações entre a atividade turística e a implantação de parques eólicos no litoral nordestino brasileiro, no sentido de perceber como o planejamento territorial vem ocorrendo, com vista ao desenvolvimento regional. E mais importante ainda, é observar que não é mais possível planejar a atividade turística no Nordeste, sem considerar a ocupação da paisagem litorânea pelo vetor produtivo eólico, hoje fortemente presente em praticamente todos os estados da região, com maior expressividade nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará (Figura 18).

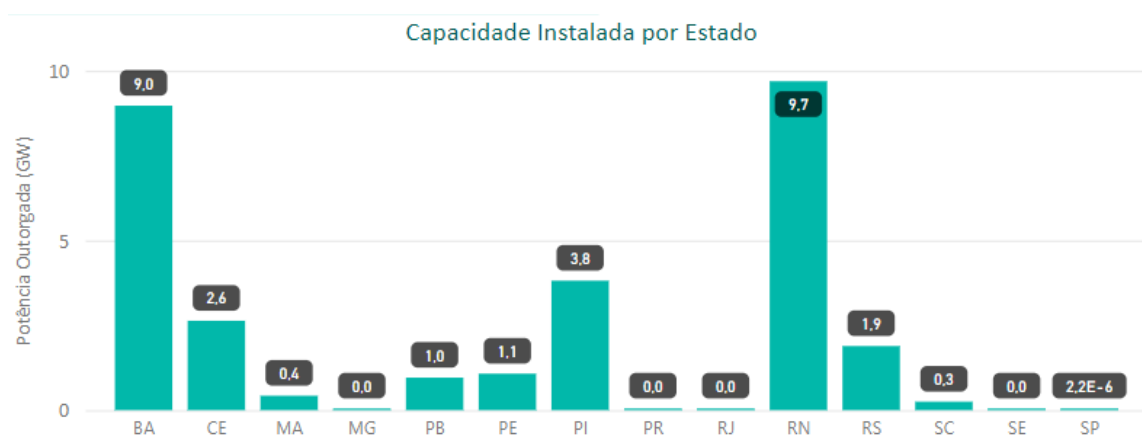


**Figura 18:** Capacidade instalada por estado

Fonte: Aneel, Capacidade Instalada Eólica por Estado, 25 de março de 2021.

A instalação e disseminação desses empreendimentos de produção de energia eólica, no território nordestino, estabelecem novos contextos de relações sociais de uso e ocupação do espaço, impondo processos novos de interação, mas também de potencial conflito e tensão entre os diversos atores sociais envolvidos nesta nova dinâmica territorial que se impõe, quais sejam, (i) as populações nativas e/ou tradicionais que comportam pescadores, posseiros, agricultores, assentados, quilombolas; (ii) as instituições estatais diretas e indiretas que operam no território e, (iii) as corporações do capital estatal, privado nacional e transnacional, que são as responsáveis diretas pela implantação dos parques eólicos (Hofstaetter, 2016).

Urge, portanto, compreender qual o planejamento pensado para este território, que até então tinha como captação de divisas o turismo, prioritariamente o de sol e mar, com paisagens cênicas que são agora alteradas pelas torres de geração eólica.

Observa-se que esse processo está intimamente ligado ao que o economista francês François Chesnais intitulou de mundialização do capital, ou seja, são os auspícios da mundialização do dinheiro e das forças produtivas capitalistas. A técnica da informação liga todas as áreas e produz um mundo, e o dinheiro aparece como o “elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história” (Santos, 2008, p. 17). O dinheiro chega nos lugares com a força e o poder das empresas nacionais e estrangeiras, modificando a atividade produtiva em territórios de agricultura familiar, pesca e turismo. Impacta diretamente na paisagem e na vida das pessoas. O montante em dinheiro, que para as empresas representa muito pouco, geralmente representa muito para as famílias de agricultores familiares e pescadores, famílias empobrecidas do Brasil, em geral e, do Nordeste, em particular, que vivem da agricultura de subsistência (Hofstaetter, 2016). Mas há também situações em que, para estas, não lhes restou nada, nem o pouco dinheiro, pois as empresas conseguiram apropriar-se da riqueza presente no território, especialmente da matéria-prima dos ventos, através da instalação dos parques eólicos, sem gerar benefícios consistentes para as comunidades. No Rio Grande do Norte há vários exemplos dessa natureza, do litoral ao sertão, que apontam para o fato de que “vivemos na ditadura da informação e do dinheiro, e essa não seria possível sem aquela. Esse é um sistema ideológico que desempenha um papel na produção da materialidade e na existência das pessoas” (Santos, 2008, p. 18).

Os itens abaixo têm por base o trabalho de campo, no Estado do Rio Grande do Norte, realizado em dissertações e teses, além da escuta através de grupos focais junto ao público atingido por esta nova realidade, nos dias 15 e 22 de setembro 2020, juntamente com reuniões organizadas pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental/Núcleo RN (FMCJSA/RN), uma delas coincidindo com um dos grupos focais desta pesquisa.

1. Constata-se a inexistência de um marco regulatório, passando pelas situações de impactos ambientais aos quais estão expostos os ecossistemas, paisagens de dunas, a reprodução da avifauna, a obstrução de rotas migratórias, perda de habitat e da biodiversidade em locais especiais, assim como situações de impactos sociais que reforçam as vulnerabilidades, mais especificamente em relação à saúde das pessoas do entorno (Pedersen, Wayne, 2007; Pires, 2011; Delicado, 2013), às tradições e a culturas locais, interferindo na posse da terra, através da espoliação e da expropriação da terra e na segurança alimentar de um grande contingente de pessoas.
2. O discurso hegemônico das empresas é de que criarão empregos e aumentarão a renda das pessoas, contribuindo para o crescimento econômico regional. O parque em si, entretanto, gera empregos de baixa remuneração e sazonais, apenas na construção dos parques (Hofstaetter, 2016; Gorayeb et al, 2018). Há a propaganda da ampliação da oferta de emprego, que ocorre no processo de instalação, com empregos muito restritos à área da construção civil, mas que não se consolidam na etapa de funcionamento dos parques. Há, portanto, a promessa não cumprida de geração de empregos (Hofstaetter, 2016; Gorayeb et al, 2018).

O fato é que territórios carentes e vulneráveis são iludidos de que, dessa vez, a economia será potencializada, que chegou a solução para a pobreza. Sem esquecer que a pobreza é uma das facetas do processo de exclusão social, que possui raízes históricas (Schneider, 2005). Igualmente grave é a não incidência de tributos em favor do Estado-Produtor de energia (Art. 155, §2, X. “b”, da CF/88), o que inviabiliza recursos para o Estado investir em políticas sociais. Ficamos apenas com o ônus.

3. O não reconhecimento do território da pesca das comunidades tradicionais e a importância do uso do seu espaço para vida (moradias), trabalho (acesso a locais de pesca artesanal), estão sendo negados pelas empresas de energia eólica, afetando as tradições e a identidade dessas comunidades.
4. Estão ocorrendo questões relacionadas à privatização das terras, problemas que ocorrem, principalmente devido à precariedade fundiária, com a falta de posse segura das terras pelas comunidades tradicionais.
5. O risco da mudança sociocultural das comunidades, uma vez que a cultura dos povos e comunidades tradicionais se baseia no extrativismo, na caça, na coleta, na pesca, nos plantios de roça e na criação em área comunitária. A ideia de “desenvolvimento” embutida nos processos de implantação das eólicas não consideram essas características e as diversidades culturais das comunidades.



6. Há uma negação aos modos de vida das comunidades e territórios camponeses (extrativismo, pesca, cultura alimentar). É reforçada, por esta concepção de desenvolvimento, que o espaço rural é “um vazio” onde só existe pobreza, atraso e ignorância.
7. Estudos (Migraine, 2004; Hofstaetter, 2016) registraram um conjunto comum de efeitos adversos à saúde de pessoas que vivem próximas aos aerogeradores, tendo presente que grande parte dos parques eólicos no Nordeste brasileiro distam de 100 a 500 metros das casas. Esses sintomas começam após o funcionamento das usinas eólicas, incluindo (i) no sistema nervoso central: fadiga, insônia, distúrbios do sono e descanso; (ii) no psiquismo: problemas de desempenho, perda de concentração, nervosismo, opressão, agressividade, estresse ou ansiedade, e, globalmente, alterações emocionais e cognitivas; (iii) no sistema nervoso autônomo: efeitos sobre o equilíbrio, os ritmos respiratórios e cardíacos, o sistema digestivo (náuseas), problemas presentes em caso de exposição prolongada e confirmado por artigos como o *Journal of Low Frequency Noise, Vibration and Active Control*, publicado pela *Multi-science Publishing Co Ltda*.

Mas talvez mais grave, neste território já tão vulnerabilizado, seja o aumento da violência e da prostituição infanto-juvenil (Hofstaetter *et al*, 2105; Hofstaetter, 2016), esta última confirmada no GF 2, já existindo com a presença do turismo, mas ampliada a partir da chegada dos parques eólicos.

Em termos de síntese, pode-se afirmar que, sob a perspectiva social, o que se registra com a chegada dos empreendimentos eólicos são promessas não cumpridas e o aumento de problemas sociais, sendo que a nova dinâmica instalada contribui para a ampliação da desigualdade social, com alterações negativas na dinâmica sociocultural local.

Sob a perspectiva ambiental, o resultado é também pouco promissor, pois o investimento tem deixado um passivo ao deslocar comunidades e/ou pessoas residentes, sem a devida compensação financeira e/ou produtiva, ao intensificar o uso do solo, muitas vezes sem deixar espaço para o desenvolvimento de outras atividades de subsistência, ao alterar a paisagem, ao abrir estradas sem a preocupação com o acesso das pessoas as suas localidades, descaracterizando o espaço construído pelas famílias e, de igual forma, sem a preservação da fauna e da flora (Barros, Magalhães, Rui, 2015; Ferreira, 2019; Kunz et al, 2007; Zoellner et al, 200; Kikuchi, 2008; Carrete et al, 2012; Lucas et al, 2011, Hofstaetter, 2016).

Ainda se constatou a ociosidade de muitas estruturas de apoio, após a retirada da mão de obra especializada para a instalação dos parques eólicos (Hofstaetter, 2016), como restaurantes e pousadas, confirmando que aos mercados importam o menor lugar, para manter

o poder, cego, porque não olha ao redor, individualista, egoísta. “Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas” (Santos, 2008, p. 19).

Observa-se, como conceituado por Santos (2006), que estes espaços, a partir desta nova dinâmica socioespacial, vivem à mercê de um “fascismo territorial”, como bem explicado por Brandão (2017a). O território vê-se controlado de fora para dentro, através das forças centrífugas (Santos, 1996), sendo a autonomia das instituições e dos seus habitantes violentada, a partir deste espaço nacional da economia internacional (Santos, 2003) de interesses extravertidos (Santos, 1996). Conforme afirmado por Santos (2003), as empresas exigem adaptações de tudo e de todos “às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (p. 85). No entanto, é importante ter presente que estas exigências são autorizadas pelo poder estatal local, que se prestam à realização e à efetivação de projetos que lhes são estranhos. É o que Santos (2008) chama de práxis invertida, ou seja, uma inversão de propósitos, num território alienado, que inverte o propósito da construção livre e autônoma do território, promovendo a expansão e o fortalecimento dos nexos capitalistas.

A partir desta nova realidade, o conteúdo dos territórios nacional e nordestino tem passado por mudanças significativas com mudanças também nos lugares e nas paisagens<sup>13</sup>.

Segundo Santos (2008), a ditadura do dinheiro (presença de empresas globais no território) dificulta a regulação interna do território em questão. É um fator de desorganização, de desagregação. Não vivemos uma nova forma de colonização? Ou será a mesma colonização com uma nova roupagem? No que efetivamente as dinâmicas do vetor do turismo e dos parques eólicos têm contribuído para o desenvolvimento regional? A geração de empregos locais, no caso dos parques eólicos é ínfima, apesar da propaganda do governo e das empresas, pois neste último, a mão de obra especializada e bem remunerada vem de fora, geralmente de outros estados com base tecnológica mais aprimorada. Infelizmente, os dados sobre o emprego gerado por este vetor não são disponibilizados, e na PNAD eles estão agrupados. Neste sentido, Brandão (2017a) lança mão de um desafio. Diz ele,

É importante realizar uma investigação minuciosa sobre a natureza da reprodução da força de trabalho hoje (...) o mercado de trabalho se reestruturou e ampliou sua formalização, embora em termos qualitativos tenha deixado a desejar, gerando, em sua maioria, postos de baixa remuneração em serviços domésticos, construção civil, segurança privada, dentre outros. (Brandão, 2017a, p. 50)

---

<sup>13</sup> “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (Santos, 2008, p. 67).

Esta nova dinâmica territorial, conforme relatado em diversos estudos e confirmado pelos grupos focais, traz consigo alterações na paisagem, alterações nas dinâmicas dos lugares e dos territórios, alterando o modo de vida da população, haja vista a instalação de cercas demarcando os parques eólicos (Figura 19), mudanças nos caminhos dos agricultores familiares, pescadores, portanto, da população autóctone, circulação e/ou fixação de objetos técnicos que causam ruído e estranhamento aqueles que ali vivem, bem como alteração na dinâmica territorial marcada pela circulação de técnicos e operários das corporações que passaram a fazer uso do território, apropriando-se da riqueza que a natureza oferece.



**Figura 19:** Interdições criadas pelas empresas nos lugares de produção de energia eólica, em São Miguel do Gostoso/RN.

Fonte: Morgana Beatriz Souza da Silva

Ademais, outros problemas têm surgido, tais como, o aumento do uso de entorpecentes, o aumento da exploração sexual, considerando que são gerados e deixados nos lugares os “filhos dos ventos”<sup>14</sup> (consequências da dinâmica de fora para dentro e da deserção), a perda da condição de segurados especiais na previdência dos arrendatários agricultores familiares, a ampliação do desmatamento, fomenta a fuga de espécies nativas, leva ao soterramento de lagoas dunares, aos efeitos negativos sobre a saúde humana e, aos poucos, à privatização das terras dos agricultores (Hofstaetter, 2016). Muitas dessas situações foram verificadas nos municípios com a presença do turismo, onde surgem condomínios de luxo, mas também favelas, assim como locais de entretenimento, mas também assentamentos.

---

<sup>14</sup> filhos que nascem e nascerão sem conhecer seus pais, que passaram pelo município por ocasião da construção dos parques eólicos, em alusão aos filhos do pinus, mesmo fenômeno ocorrido no Vale do Ribeira/PR (Hofstaetter, 2016).

Assim como os recursos dos royalties do petróleo, por exemplo, têm resultados limitados, pois a contrapartida é insuficiente para a melhoria dos índices de desenvolvimento humano das comunidades (Monteiro Neto, Brandão & Castro, 2017), os recursos arrecadados a partir do vetor produtivo eólico também são insuficientes, no mesmo sentido. Ao observarmos os índices oficiais do município de Guamaré, que é sede da Petrobrás, é evidente o subdesenvolvimento da sociedade local. No caso do vetor eólico, o pagamento pelo arrendamento da terra é um recurso importante para as famílias que vivem da subsistência, mas é um recurso que chega descaracterizando as atividades relacionadas ao uso do solo, destruindo as suas formas tradicionais de vida e desmatando as matas nativas (Neri et al, 2019). E assim como os resultados limitados dos royalties do petróleo, os impostos arrecadados provenientes do vetor eólico também são limitados, uma vez que não há gerência sobre os mesmos pelo conjunto das partes interessadas, muitas vezes com interesses divergentes, no desenvolvimento territorial. É importante ressaltar que o estado produtor de energia não recebe recursos oriundos da tributação. A tributação gerada, a partir da produção oriunda dos parques eólicos, ocorre no estado consumidor. Está em pauta, no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA) a discussão do pagamento de *royalties* como retribuição/compensação do uso do patrimônio estatal, ainda distante de ser uma alternativa implementada.

Até mesmo a compensação ambiental não é cobrada devidamente, uma vez que não há um entendimento único sobre a natureza jurídica da compensação ambiental. Este problema nunca foi enfrentado, nem mesmo por ocasião da discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O parâmetro utilizado pela legislação brasileira opera com a captação de recursos, mas a sua destinação dificilmente será alocada para o custeio de medidas para recomposição direta do impacto causado (Costa, 2017). Quanto à compensação social, quando muito, realiza-se uma obra aqui ou acolá, de forma desordenada e com critérios confusos, muito mais a título de responsabilidade social empresarial.

Ou seja, os benefícios são globais (energia sustentável), mas os prejuízos são locais. Desta feita, observa-se que apenas as migalhas restam às comunidades locais, como um novo telhado no posto de saúde, um novo equipamento de ‘raio x’, a promessa de um novo telhado na escola, que nunca se realiza, entre outras similares. Não é visualizado nenhum resultado concreto que indique a consolidação de um processo de desenvolvimento territorial efetivo.

Em se falando de energia fontes de energia sustentáveis, importante o diálogo com a Plataforma Agenda 2030 e seus 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do Milênio que combinam equilibradamente as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Vale observar a Tabela 9 que apresenta o ODS 7 e suas metas 7.a, 7.b, 7.1 e 7.2, respectivamente, que apresentam o que é chamado de energia ‘limpa’, como meio para o desenvolvimento dos territórios e do Brasil. Ainda é possível observar abordagens transversais à energia renovável, em outros objetivos e metas.

**Tabela 9:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais diretamente relacionados com a produção de energia a partir da fonte eólica

| ODM                                                                                                                        | Metas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 7 - Energia Acessível e Limpa: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos | 7.a - Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa                                                             |
|                                                                                                                            | 7.b - Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio |
|                                                                                                                            | 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                            | 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: Plataforma Agenda 2030 .  
Elaboração Própria.

No entanto, o discurso do governo converte-se, na prática, apenas em crescimento econômico (mesmo que no discurso fale-se em desenvolvimento e em desenvolvimento sustentável). Mas não basta crescer, precisamos desenvolver. E ambos os vetores produtivos analisados nesta tese, assim como o petróleo, o agronegócio, a mineração, a construção civil, os serviços, dentre outros vetores econômicos continuarão gerando dividendos ao estado, mas, sobretudo, às empresas e corporações que fazem usos e abusos do território nacional nesses contextos, sem que se efetive um processo de distribuição de renda de modo a amenizar as desigualdades sociais e regionais, com vistas a diminuir as vulnerabilidades a que a maior parcela da população está submetida.

Brandão (2017a) realça que um diagnóstico atual das novas dinâmicas regionais e urbanas deveria primar pela compreensão dos impactos econômicos, sociais e ambientais de inúmeras obras inacabadas. No entanto, pensa-se que é fundamental diagnosticar, senão antever os impactos econômicos, sociais e ambientais também dos projetos acabados, e que podem até

promover o crescimento econômico, mas que dificilmente deixam desenvolvimento e acesso a bens e serviços, de modo a ampliar a qualidade de vida para a maioria da população local.

Quando se pensa no avanço dos parques eólicos sobre o território nordestino em geral, e potiguar em particular, a primeira etapa do pensar deveria ser identificar onde e por que estes parques se materializam num determinado ponto e momento do espaço geográfico, e não em outro ponto ou momento. Ou seja, por que eles se materializam exatamente no mesmo espaço geográfico já ocupado pelo turismo? Nesta intersecção, há perdas e ganhos? Quem ganha e quem perde?

#### *4.2 - O Turismo: como prática social e consumo do espaço*

Com a Revolução Industrial, o mundo experimentou uma realidade onde os meios de produção estavam intrinsecamente ligados ao trabalho, que organizavam relações lineares das linhas de montagem (Hardt & Negri, 2005), onde o trabalho mecânico do operário era suficiente para a realização da sua atividade. Esta forma de organização do trabalho estendia-se a todos os setores econômicos. O conhecimento, a comunicação e a cooperação, que são marcas da próxima revolução, como relacionados na sequência, não têm valor. O que importa é a execução do trabalho mecânico. Esta forma de organização do trabalho influencia o conjunto das atividades econômicas, inclusive o jeito de se fazer turismo.

É neste contexto, da Revolução Industrial, que o turismo mundial se desenvolve de forma mais intensa. Fala-se do turismo enquanto fenômeno social único, crescente em todo o mundo, agregando múltiplos serviços e produtos na sua cadeia produtiva e gerando empregos (mesmo que precarizados e sazonais) e renda.

Como os demais setores econômicos, neste momento, o turismo também é concebido como um sistema racionalizado e automatizado de produção para o consumo de massas (Harvey, 1993). Evidência-se que há resistências, alternativas ao turismo de massa em todos os continentes, como o turismo de base comunitária, o turismo rural, entre outros. Pode-se afirmar que o turismo é um instrumento dicotômico de desenvolvimento do capitalismo, que gera desequilíbrios, mas também equilíbrios?

Considerando que o turismo surge como uma prática social de consumo do espaço, inserida na lógica de acumulação capitalista, influenciada pelas leis de mercado, historicamente faz uma distinção de classes. De um lado tem-se o turista, com uma determinada condição de renda, com tempo livre remunerado e, de outro, o trabalhador do turismo, mal remunerado, com o regime de trabalho precarizado, sem tempo livre. Não é incomum conversar com os trabalhadores do turismo da grande Natal e arredores e constatar que a maior parte deles nunca

esteve em Pipa, que dista 80 km de Natal, ou nunca atravessou o Rio Ceará Mirim, em Barra do Rio, que dista apenas 15 km de Natal. Uriely (2005) sugere que, como em todas as outras atividades sociais, o turismo e o lazer também estão sujeitos a processos de dominação de classe, etnia e gênero, que impõem restrições ao grau de liberdade associado à experiência do turista. Segundo Harvey (1993), “somos dependentes das superfícies e aparências”. Sendo assim, compreende-se que “o lazer e a viagem são transformados em mercadoria para uma determinada parcela da sociedade de consumo, que tem liberdade para dela usufruir” (Hofstaetter, 2020, 2021). Ou como preconizado por Lefebvre (1991), estamos diante da sociedade burocrática do consumo dirigido.

Nas palavras de De Masi (2000), “a pedagogia da idade industrial ensinava a separar as duas coisas: trabalho era trabalho, diversão era diversão. Hoje, ao contrário, trabalho e lazer se misturam e se potencializam reciprocamente. De toda forma, o tempo livre, propício ao lazer, predomina” (p. 259).

A partir do que se conheceu como terceira revolução, ou seja, a Revolução Informacional, ou a Era da Informação (Castells, 1999), os meios de produção não estão mais ligados ao trabalho e, sim, ao capital. E é sabido que quem domina os meios de produção tem o poder.

Importam o conhecimento, a comunicação e a cooperação que, diferentemente da sociedade industrial, passam a ser os principais recursos demandados ao sujeito do trabalho. Não é mais suficiente o trabalho mecânico realizado pelos operários. Essa nova lógica permeia o conjunto das atividades produtivas na sociedade pós-revolução industrial.

Hardt e Negri (2005) apresentam o conceito de trabalho imaterial que “tende a transformar a organização da produção, das relações lineares da linha de montagem às inúmeras e indeterminadas relações das redes disseminadas” (Hardt e Negri, 2005, p. 155-156). Ainda conforme estes mesmos autores,

os sistemas técnicos de produção correspondem estreitamente a sua composição social: de um lado, as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham. Essa correspondência define a nova topologia do trabalho e também caracteriza as novas práticas e estruturas de exploração. (Hardt e Negri, 2005, p. 155-156)

Se antes o trabalho era material, ou seja, já estava pré-determinado, com a terceira revolução, ele precisa ser criado e recriado a todo o momento e, por isso, é imaterial. Essa mudança na forma de organizar o trabalho é um dos reflexos de uma mudança de paradigma. Há uma mudança de valores, de prioridades, que afetam também o turismo, enquanto possibilidade de lazer.

Segundo Carmo (2007), “o prazer e o lazer, que antes eram considerados inimigos da laboralidade capitalista, desempenham papel indispensável no mundo contemporâneo” (p. 159). Tem-se, a partir de então, que é no domínio do lazer que surge o turismo moderno, quando o lazer se tornou uma conquista social, historicamente construída.

Mesmo se, conforme defendido por Lefebvre (1991), o turismo é produto de um consumo dirigido, temos, a partir da última década, de observar que há um retorno do consumidor referente ao seu consumo e que, o retorno do consumidor e do consumo exige mudanças rápidas na engenharia da produção, no sentido de que a decisão do que será produzido não é mais monopólio somente da empresa, como no modelo fordista, mas o consumidor tem também um papel na decisão do que consumir (Sanson, 2009).

À medida que novos valores de uso – manifestados em gostos, sabores e desejos intencionalmente e minuciosamente produzidos pelo marketing, ciência, bancos, fábricas etc, - são planejados e difundidos no mundo, novos produtos abandonam sua forma natural e adentram no processo de circulação sob a forma de valor de troca, isto é, na condição de mercadorias aptas a serem cobiçadas e permutadas (Araújo, 2019, p. 48).

Como já discutido no IHU *online*, “podemos aqui nos referir ao consumo dentro de um destino pré-estabelecido pelo capitalismo, já que esta análise parte do princípio de que o turista não tem autonomia e gerência sobre os destinos turísticos. Ele compra, dentre os pacotes oferecidos, aquele que lhe melhor convém” (Hofstaetter, 2020), mas sim, dentre estes, ele tem um papel de decisão na materialização do imaginário do consumidor. É um processo dialético. Segundo Marx (2011, p.46), “a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos”. O capitalismo é protagonista na escolha do produto a ser ofertado, ao mesmo tempo em que o gosto, a materialização do imaginário, os desejos do consumidor, moldam o contorno do capitalismo. “Um aparece como meio do outro; é mediado pelo outro; o que é expresso como sua dependência recíproca; um movimento em que são referidos um ao outro e aparecem como mutuamente indispensáveis, mas ainda se mantêm exteriores entre si” (Marx, 2011, p.49). Segundo Swarbrooke (2000), são os turistas, “seus desejos, escolhas e comportamentos que determinam o impacto final que o turista causa no mundo” (p. 65).

Pode-se dizer que o trabalho imaterial está a serviço da materialização do imaginário, dos gostos, dos desejos do consumidor, não produzindo apenas mercadorias, mas relações e sensações. Neste sentido, a importância da experiência do “mundo da vida” (Habermas, 1999) interessa cada vez mais às empresas. E, em dois sentidos, quais sejam (i) a experiência de conhecimentos maturados fora do local do trabalho ou do ofício executado, adquiridos na vida



cotidiana, para dialogar com uma primeira ideia do conceito de experiência, e (ii) a experiência que o consumidor quer realizar para além da vida cotidiana, enquanto consumidor que deseja, sonha, realiza.

Como se vê em Castells (1999), a partir da década de 1970, em função principalmente desta nova era da informação, aliada a outros fatores, como a crise econômica do capitalismo que se reestruturou, produziu-se “uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social), que acabaram produzindo uma nova sociedade” (Ruíz, s/d).

Castells (1999) apresenta as características desta nova sociedade, que ele chama de Sociedade de Rede, regida por uma economia informacional global que cria uma nova cultura, da virtualidade real. Neste sentido é que se pode dialogar com o conceito de trabalho imaterial de Negri (2003), que está na base desta sociedade de rede (Castells, 1999), uma vez que temos, a partir da revolução informacional, uma descontinuidade da base material da economia, da cultura e da sociedade.

Castells (1999) salienta que, pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta no sistema de produção capitalista. Importam a criatividade, a experiência e a inovação. O aqui e agora, o imediato, a realização das sensações, é o que importa. Vivemos na modernidade líquida (Bauman, 2001), onde nada é perene, tudo é imediato, liquefeito. Se a qualidade importa, a intensidade importa ainda mais. É instituído aqui o conceito de subjetividade (Bauman, 2001; Uriely, Yonay, & Simchai, 2002) ou, como escreve Harvey (1993), “as revoluções na força produtiva, na tecnologia, na ciência abrem novos panoramas para o desenvolvimento e a autorrealização humanos” (p. 106). “A natureza é um mero objeto” (Harvey, 1993, p. 106), à serviço da satisfação do desejo humano. Este (o desejo humano), é muito bem percebido pelo capitalismo.

Neste sentido, Cohen (1972) sugere cinco modos de experiência turística, que vão desde a busca, numa extremidade, por mero prazer, à busca de significados, na outra extremidade. Disso decorre que existe uma variedade de experiências na prática do turismo (Cohen, 1972; Krippendorf, 2001 [1984]). Já para Harvey (1993), o sucesso de um projeto estará garantido se for um espetáculo, tiver brilho superficial, prazer participativo transitório, exibição e efemeridade. Para qualquer uma das variedades de experiência, na sociedade pós-industrial, é cada vez mais imprescindível articular a experiência de capacidade técnica dos colaboradores, com a experiência que o consumidor quer realizar. De outro ponto de vista, há autores que acreditam que, no mundo pós-industrial, o turista busca a autenticidade da experiência, ou seja, procura o autêntico, apela para o natural (Munt, 1994).

Desta monta, considerando a diversidade das possibilidades de experiências a serem vividas, há quem defenda que o turismo, enquanto um produto, necessita atentar-se para a produção de customização ao que o turista deseja. E aqui contam a experiência e a criatividade (recursos internos fundamentais) para corresponder à experiência que se deseja ter (oportunidades).

Pine (1994) introduziu o termo ‘economia da experiência’, como um modelo econômico distinto do binômio menor custo, menor preço. Ele está se referindo à customização de produtos que proporcionem as sensações que o turista quer na sua experiência. Sensações estas, não disponíveis em outra opção, em outro destino. Fala-se aqui da interação e da comunicação com o cliente, da necessidade de avaliar as preferências individuais e surpreendê-lo. Coelho, Ribeiro e Fontes Filho (2007) afirmam que “esse processo de interação com os compradores do produto ou serviço é que se transformará em vantagem competitiva para a empresa, posto que as ofertas criam um sentido de necessidade, justificando o valor mais alto, em troca de uma experiência memorável” (p. 7). Cohen (1972) preconizava que a experiência é viver algo distinto da vida cotidiana, potencializando as sensações e a intensidade das experiências. Mas fala-se tanto em competitividade e com ausência da solidariedade, ou segundo Santos (2000) ausência de compaixão em relação às populações locais, que têm suas vidas alteradas por mais este vetor produtivo.

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão... Comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas são, afinal, uma das bases da sociabilidade atual (Santos, 2000, s/p.)

Esse é o novo contexto de onde urge pensar o turismo. E, cada vez mais, ao se pensar o turismo de forma ampla, para além da valorização da criatividade humana, da importância da experiência dos conhecimentos maturados na vida cotidiana que qualificam a capacidade técnica, da criatividade, da inovação, a partir da experiência dos colaboradores, o que interessa, é a comunicação e o entendimento de qual experiência o consumidor deseja e sonha realizar. Mas e a vontade da população autóctone? E os sonhos e os desejos destas pessoas?

Deve-se ter presente nesta análise, no entanto, “duas características intrínsecas ao turismo que o diferenciam de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço, seu principal objeto de consumo” (Cruz, 2006, p. 338). E ambas as características trazem presente a população local que tem contato com os turistas nesta prática social realizada num espaço comum.

Em se pensando o turismo sustentável (aprofundado na sequência), já que o ano de 2017, ainda tão próximo, foi definido pela ONU como o ano do turismo sustentável, poderia ter sido mister planejar o destino turístico envolvendo a população local, através da geração de renda, da melhoria das estruturas da cidade, como estradas, serviços de saúde, entre outros. Ou ao menos ter-se pensado o turismo além de uma perspectiva setorial, mas com ações integradas de forma a planejá-lo num processo articulado com outros arranjos produtivos locais e regionais, desenhando novas redes e fluxos.

Nesse sentido, os gestores deveriam estar cientes desse novo momento e das exigências que se colocam. Como diz Harvey (1993) “os planejadores podem se comunicar com um grupo distinto de clientes de maneira personalizada, no mesmo tempo que talham produtos para diferentes situações, funções e “culturas de gosto”” (p. 78). Com base nisso, no conhecimento da conjuntura, da experiência que se busca e nos atributos reconhecidos ao Brasil, é possível planejar o turismo?

Isto posto, é fundamental discorrer sobre a avaliação do Brasil nos Relatórios de Competitividade de viagens e turismo 2017 e 2019 (World Economic Forum, 2017 e 2019). Quando nos relatórios manifesta-se a intenção de elencar ferramentas para o desenvolvimento sustentável do turismo, a intenção é a promoção do turismo sustentável ou elencar indicadores que garantam a sustentabilidade do turismo? Na sequência, será possível responder à pergunta.

#### 4.2.1 - Sustentabilidade do turismo ou turismo sustentável?

O relatório de competitividade de viagens e turismo, realizado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), tem sua primeira versão em 2009. A ideia do relatório é criar um índice de competitividade de viagens e turismo das economias de todo o mundo, com o objetivo de ser uma ferramenta estratégica para medir o conjunto de fatores e políticas que permitam o desenvolvimento sustentável do setor de viagens e turismo, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento e competitividade de um país (World Economic Forum, 2017).

Logo na primeira leitura, chama a atenção que o objetivo do relatório é a criação de um índice de competitividade que contribua para o desenvolvimento sustentável do setor. Parece contraditório ou no mínimo irresponsável, pensar na construção ou na contribuição para o desenvolvimento sustentável, a partir de um índice de competitividade. Mantém a meta narrativa capitalista, da competição. Ao aprofundar a leitura, a partir dos quatro subíndices, relacionados na sequência, observa-se que a solidariedade com as populações locais inexistente. E, desta forma, não se pode anunciar políticas que permitam o desenvolvimento sustentável,

mas apenas o desenvolvimento do setor de viagens e turismo, ou a sustentabilidade do turismo, no sentido de ele se sustentar, manter-se em longo prazo.

Vale destacar que, na Agenda 2030, o turismo sustentável aparece como meta em três dos objetivos, quais sejam,

8.9. Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais”; “12.b. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”; “14.7. Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo” (ONU BR, 2015).

Como já citado anteriormente, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável de forma ampla, preconiza a luta contra a desigualdade, a erradicação da pobreza e a busca por sociedades mais justas e inclusivas, com maiores níveis de bem-estar (Cepal, 2019), conforme Figura 20.



**Figura 20:** Objetivos de Desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015), disponível em: <https://nacoesunidas.org/>, recuperado em 1 novembro de 2019.

Segundo o Ministério do Turismo (2016), para o turismo ser adjetivado como sustentável, ele deve considerar as dimensões ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional, na tentativa de compatibilizar a atividade turística com a manutenção da diversidade dos recursos naturais e culturais, preservar e fortalecer a identidade local, assegurar um desenvolvimento economicamente eficaz, e firmar parcerias entre diferentes atores (Mtur, 2016). A sustentabilidade no turismo, por sua vez, relaciona-se à manutenção da atividade no longo prazo, o que não necessariamente se dará segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável (Körössy, 2008).

Segundo Lamas *et al* (2018), ambos os conceitos são distintos e “a sustentabilidade do turismo só virá ao encontro do conceito de turismo sustentável quando contemplar para além da questão econômica, as questões sociais e ambientais” (p. 97).

Por esta razão é fundamental a realização de um planejamento, não de curto prazo, e apenas como uma oportunidade de mercado. Quando é assim, prioriza-se o lucro imediato e as belezas naturais não são valorizadas, o que acaba por gerar uma demanda acima da capacidade de carga. É fundamental, neste debate, que se tenha um compromisso com a preservação, o que só é possível através de um planejamento que desenhe, a longo prazo, estratégias perenes e sustentáveis.

O relatório em questão compreende quatro subíndices, quais sejam, (i) ambiente favorável (ambiente de negócios segurança, saúde e higiene, recursos humanos e mercado de trabalho, preparação para as TIC), (ii) condições de habilitação das políticas de viagem e turismo (priorização de viagens e turismo, abertura internacional, competitividade de preços, sustentabilidade ambiental), (iii) infraestrutura (infraestrutura do transporte aéreo, porte da infraestrutura, infraestrutura de serviços turísticos) e (iv) recursos naturais e culturais (recursos naturais, recursos culturais e viagens de negócios).

Estes quatro subíndices e seus 14 pilares, conforme ilustrado na Figura 21, desmembram-se em 90 indicadores individuais. Na mesma figura, pode-se ver a *performance* do Brasil em 2017, nos 14 pilares. O texto a seguir, que apresenta este desempenho do Brasil, é um aprofundamento do debate realizado por ocasião da apresentação de um artigo (Hofstaetter *et al.*, 2020) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), em 2020, cujo resumo foi publicado nos anais do evento.

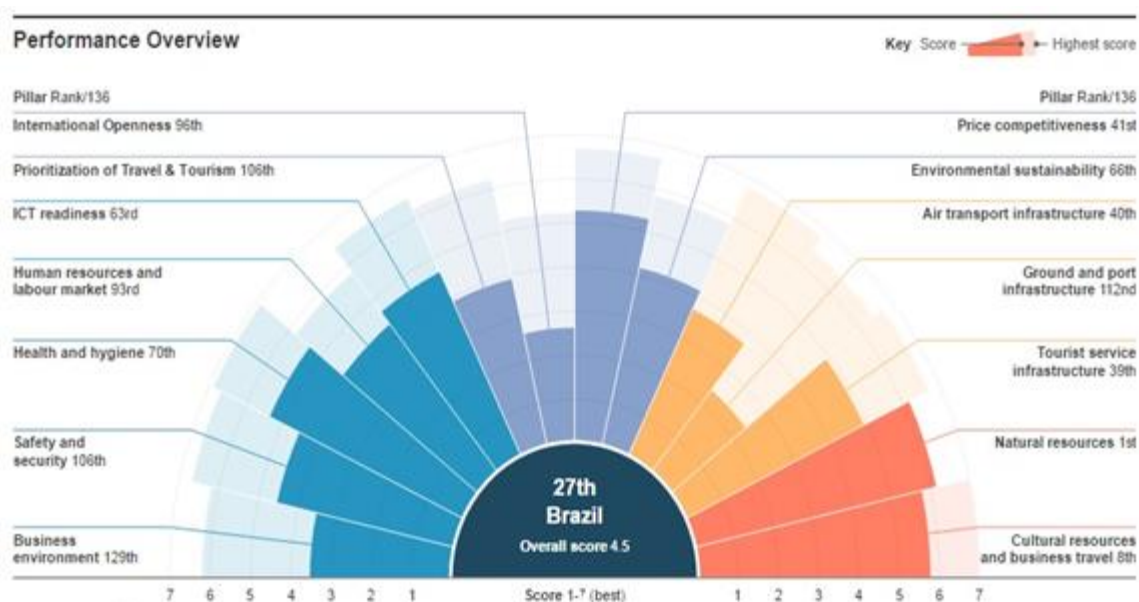


**Figura 21:** Visão geral do desempenho no Brasil (2017)

Fonte: World Economic Forum (2017, p. 110).

O relatório de competitividade de viagens e turismo (World Economic Forum, 2017), versão de 2017, que tem por título ‘Abrindo o caminho para um desenvolvimento mais sustentável’, apresenta o posicionamento de 136 países, sendo que o Brasil aparece em 27º lugar em competitividade do turismo, no mundo. Há de se considerar, no entanto, que no pilar recursos naturais, o Brasil figura em primeiro lugar e, em oitavo, em recursos culturais e viagens de negócios.

O Brasil, segundo o mesmo relatório, desenvolveu relativamente boa infraestrutura de serviços turísticos (39ª) e conectividade aérea (40ª). Além disso, a competitividade dos preços melhorou em relação ao relatório anterior (41ª). No entanto, o contexto da segurança agravou-se em relação ao relatório de 2015, o que contrabalançou os efeitos positivos do aumento da competitividade. E por que se agravou a violência? Qual a parcela de responsabilidade do turismo e da falta de planejamento e gestão dos territórios? Por que a infraestrutura chega nas localidades para desenvolver o turismo e não se discute o desenvolvimento do território com equidade social para exatamente não existir esta violência? É fundamental que estas perguntas sejam respondidas. Observa-se que não se pensa no desenvolvimento territorial e sim na acumulação de capital a partir da implementação de uma estrutura produtiva, o que carrega consigo impactos negativos, como a violência, por exemplo.

Da mesma forma, continua sendo mal avaliado o desempenho dos recursos humanos, a qualificação da força de trabalho e o atendimento ao cliente. Em termos de política ambiental, mesmo sendo o primeiro lugar em recursos naturais, precisa proteger a sua biodiversidade (66ª).

Notadamente, ocorreram alguns esforços para reduzir as emissões de poluentes, assim como diminuir a concentração de partículas finas, conhecidas como PM 2,5<sup>15</sup> (24º) mas, em relação ao desmatamento, os progressos realizados em 2014 foram neutralizados com a retomada da atividade madeireira em 2015, o que enfraquece a proteção aos ativos, situação esta que provavelmente ficará pior após a assinatura do Decreto 9.142 extinguindo a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), publicado em 22 de agosto de 2017 no Diário Oficial da União, assim como a possibilidade real da privatização do Aquífero Guarani em negociação avançada, além dos inúmeros retrocessos da nova gestão do Governo Federal, que culminou com votação, aprovada em primeira instância, no mês de maio de 2021, da flexibilização da Lei de Licenciamento Ambiental.

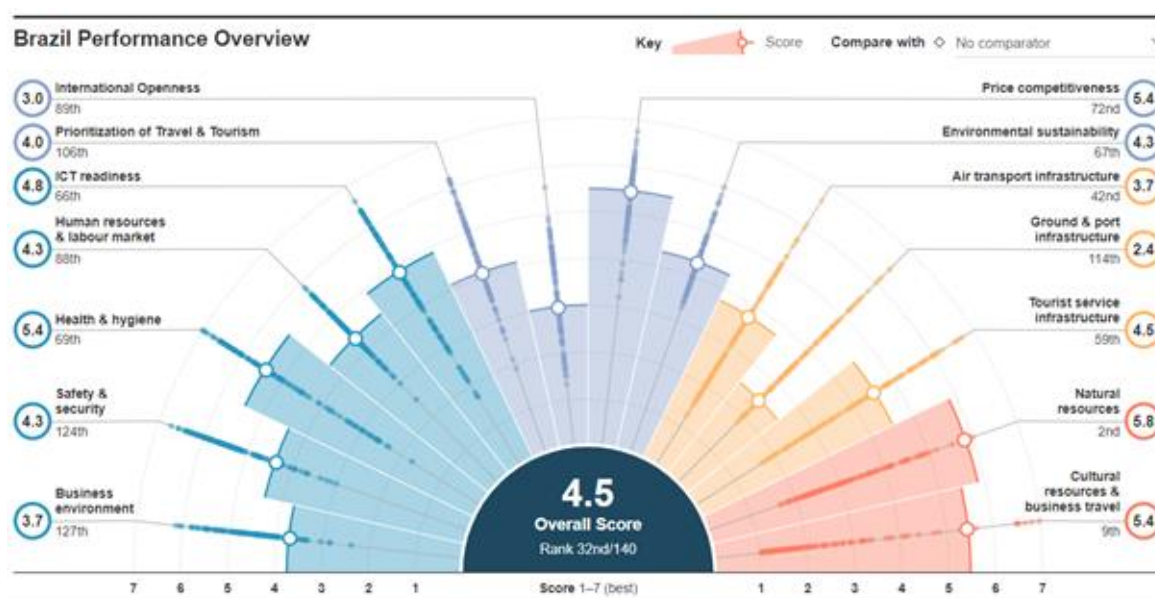


**Figura 22:** Visão geral do desempenho no Brasil (2019)  
Fonte: WEF (2019, p. 63).

De acordo os dados apresentados no relatório WEF 2019, intitulado ‘Viagens em ponto crítico’, o Brasil manteve o escore de 4,5 ficando, dentre 140 países, na posição 32 (Figura 22). No entanto, não figurou mais como primeiro colocado em recursos naturais (2º). Neste subíndice, o Brasil perdeu uma posição. Segundo o mesmo relatório, o Brasil caiu 20 posições relativamente a infraestrutura de serviços turísticos (39ª/2017-59ª/2019) e praticamente manteve-se na conectividade aérea (40º/2017-42º/2019). Além disso, a competitividade dos preços piorou em relação ao relatório anterior (41º/2017-72º/2019). Como influenciadores do

<sup>15</sup> As PM 2,5 são um tipo de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 2,5 micrometros (µm) e constituem um elemento de poluição atmosférica.

resultado, portanto, podem ser apontadas, a piora na infraestrutura de serviços, a competitividade de preço e o quesito segurança e proteção, além da restrição de recursos humanos. Também pode-se considerar que, tanto o mercado de trabalho (sazonal e informal) quanto a infraestrutura terrestre, são pouco desenvolvidas, o que também influenciou o resultado da avaliação.

O relatório também apontou para a necessidade de reunir esforços para a garantia da preservação dos bens naturais, em função do crescente aumento de visitas turísticas. Neste sentido, o relatório de 2019 conclui, assim como em 2017 que, apesar das melhorias nas percepções médias globais da sustentabilidade, o desmatamento, a poluição do ar e a existência de espécies ameaçadas continuam e apontam para lacunas potenciais entre a política e a efetividade de ações para a resolução destes problemas.

Conclui-se que os relatórios (ambas as versões acima apresentadas) são de competitividade do turismo, que estão longe de apresentar indicadores para o turismo sustentável, ou mesmo de pensar ações para efetivar o desenvolvimento sustentável dos territórios dos quais se apropria. Vale lembrar que a natureza do capital é esta. A empresa capitalista visa lucro. O Estado tem um papel fundamental para amenizar a força do capital em favor da valorização dos espaços. Urge que estes conceitos sejam bem definidos nos documentos, para que se diga ao que se veio, não criando ilusões textuais.

Certamente o relatório, que é construído a cada dois anos, apresentará um cenário bem diferente, a partir da realidade do cenário atual da pandemia Covid-19, com um retrocesso de décadas em 2 ou 3 anos, com o reforço negativo da gestão federal do atual governo, que agrava a imagem do Brasil no cenário geopolítico mundial.

#### 4.2.2 - E os invisíveis dentro desta competição?

Em 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, como anteriormente informado, reconhecendo a importância do turismo internacional para “promover uma melhor compreensão entre os povos em todo o mundo, levando a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações” (ONU, 2017). De acordo com o relatório emitido na 22 Assembleia Geral da *World Tourism Organization* (UNWTO), realizada em setembro de 2017 em Chengdu, na China, o turismo pode e deve ocupar um papel de liderança na distribuição de melhores condições para as pessoas e para o planeta, considerando seu potencial econômico para o desenvolvimento, que já contribui com 10% de impactos na economia global (movimenta cerca de US\$7.6 trilhões), 30 % em serviços exportados, sendo que a cada 11 empregos gerados no



mundo, 1 corresponde ao setor turístico, através do movimento internacional de mais de 1 bilhão de pessoas (World Economic Forum, 2017).

No entanto, um conjunto de organizações não-governamentais internacionais, no documento *Transforming Tourism: Tourism in the 2030 Agenda* (2017) reconhece que, ainda, as instituições envolvidas com o desenvolvimento do turismo, como investidores, governos e, inclusive a OMT, enaltecem a capacidade econômica do setor, porém não se engajam em procurar ações mais efetivas para a minimização dos efeitos negativos, sociais e ambientais da atividade, nem no empenho por melhores condições de bem-estar para o conjunto da população, nos lugares.

Entendido como uma atividade produtiva do sistema capitalista e influenciada pelas leis de mercado, transformou o lazer e a viagem em mercadoria para uma sociedade de consumo, como já preconizado na seção anterior. A difusão do capitalismo de livre mercado, a abertura das fronteiras, a privatização, a desregulamentação da economia e as tecnologias integradoras conferiram ao setor a oportunidade de comercialização em massa da natureza, da cultura e da paisagem, que repercutiu na acumulação de riqueza, especulação imobiliária, segregação de espaços, degradação do meio ambiente e exploração do trabalho (Mowforth & Munt, 2003; Brumatti, 2014).

Entretanto, seria reducionista considerar que os problemas e desafios associados ao seu desenvolvimento sejam associados a padrões exclusivos do setor turístico, uma vez que a exigência ou a necessidade de alguma sustentabilidade também não lhe é uma exclusividade. O turismo é um produto da sociedade capitalista e, portanto, os paradigmas também recaem sobre suas reflexões e decisões.

Mowforth e Munt (2003) defendem que o processo de globalização, de caráter econômico, cultural e político, repercutiu no modo como o turismo mundial apresenta-se, tanto na definição de núcleos emissores e receptores (aspectos de distribuição) como na construção de novos produtos e serviços (formas de turismo) e de discursos e ideologias sobre a sustentabilidade e desenvolvimento. Cruz (2006), no entanto, lembra

que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social. Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo. (Cruz, 2006, p. 340)

Segundo Budowski (1976), há uma considerável produção científica que aponta o turismo como fator de mudança dos padrões econômicos e culturais das localidades e alerta a necessidade de evitar as situações catastróficas, que relacionou a política do turismo *laissez-faire*, a perigos inerentes.

Desse modo, o turismo que poderia ser um instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos territórios, passa a configurar como um meio de apropriação e comoditização da natureza e da cultura que, sobre bases elitistas, acentuou as diferenças entre Norte-Sul, classe média urbana-populações tradicionais, de riqueza e de poder, que por sua vez, contribuíram para aumentar os conflitos pelo uso dos territórios e dos recursos naturais, as diferenças econômicas e os choques culturais (Mowforth & Munt, 2003; Cater, 2006), além de agravar as vulnerabilidades existentes.

Diegues (2001) relata um estudo de Ghimire, em 1993 no Nepal, que identifica que essas populações não compreendiam que suas atividades de subsistência fossem consideradas prejudiciais à natureza quando se permitiu a implantação de hotéis e equipamentos turísticos para usuários de fora da área, ao mesmo tempo em que o orçamento advindo do turismo foi usado para a fiscalização e repressão e, muito pouco, para melhorar as condições de vida destas populações. Mowforth e Munt (2003) elucidam que os governantes que convictamente discursavam sobre a prioridade de proteção dos tesouros naturais e culturais de suas nações (Terceiro Mundo) eram os mesmos que assinavam acordos com as corporações transnacionais para a viabilização da construção de hotéis e complexos turísticos, os quais não se comprometiam com os impactos ambientais, sociais e culturais que os mesmos causavam (Brumatti, 2020).

O exemplo acima, mas muito mais próximo da nossa realidade, é a experiência vivenciada em São Miguel do Gostoso que dialoga com a definição de distopia de Lefebvre (2000), especialmente quando tanto aqui, mas também em diversos lugares mundo afora, é possível perceber que, em vários destinos turísticos, a pobreza e a miséria visivelmente acabam se tornando “atrativos” a quem os visita. É como se os turistas, inseridos numa lógica de atividade classista que é e, com a opulência que o *status quo* possibilita, sentem prazer e regozijo por se sentirem superiores (embora na essência possam não o ser, pelo endividamento nas diferentes formas de acesso a crédito, muitas vezes condição para a realização das viagens) e poderem usufruir do poder aquisitivo de que dispõem (diferenciado das realidades locais), causando-lhes prazer, regozijo e satisfação, exatamente por estarem num cenário marcado e rodeado de pobreza e vulnerabilidade.

A complexidade atual sobre a compreensão da totalidade amplifica as relações materiais e imateriais presentes no contexto do espaço/tempo e nas conexões dos processos, possibilitando tramas contíguas e/ou reticulares, culminando na necessidade de considerar a multiescalaridade das práticas sociais em grande parte dos processos. A própria compreensão dos elementos constituintes ultrapassa a sua materialidade enquanto visibilidade direta, colocando-se como textualidade e discursividade, carregando marcas históricas, criando realidades próximas ou distantes no processo de reinvenção da realidade, redefinindo novos conteúdos, funcionalidades e materializações no movimento de produção do espaço (Epifania, 2019, p. 124).

Tem-se assim o retrato de um cenário distópico (Lefebvre, 2000) que pode ser alterado a depender das políticas e das ações implementadas, a partir da percepção do visível e do interesse em desvelar o que está invisibilizado. Pode-se falar da dialética entre presenças e ausências. Fato é que as fronteiras, menos ou mais visíveis, porosas ou concretas, dispõem as localidades, com seus usos e abusos aos turistas globais, em detrimento da exclusão dos locais que continuam a sobreviver com suas mazelas (Bauman, 1999).

Nos documentos, nas leis, na teoria, a preocupação com o desenvolvimento social, assim como para a inclusão social, aparece junto aos gestores, das diversas esferas governativas. No entanto são pouco observados nos processos de implantação. Na PNOT, por exemplo, está escrito que a atividade turística pode capitaniar mudanças sociais e econômicas em favor dos mais pobres e, por isso, o turismo é importante para o Nordeste. “O turismo se transforma, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo à serviço da Região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional” (Ministério da Integração Nacional, 2006, p.53). E para além da lei, na prática, isso é visível?

Para exemplificar que na teoria existe esta preocupação, que acaba por não se efetivar em ações concretas, veremos os principais documentos referentes ao turismo no Brasil:

- a) Plano Nacional de Turismo 2007-2010 intitulado “Uma viagem de Inclusão”, onde encontramos a seguinte afirmação:

O turismo, sobretudo, vai cumprir sua função social. Chegou a vez do turismo de inclusão. Uma inclusão na mais ampla acepção da palavra: inclusão de novos clientes para o turismo interno, inclusão de novos destinos, inclusão de novos segmentos de turistas, inclusão de mais turistas estrangeiros, inclusão de mais divisas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro. Inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos. (Brasil, 2007, p. 08)

- b) A Política Nacional do Turismo (PNT) estabelecida pela Lei 8.181/91 e pelo Decreto 448/92, teve como finalidade promover e incrementar a atividade como fonte de renda, de geração de emprego, qualificando os recursos humanos envolvidos, diminuindo as desigualdades regionais, e incluindo moradores como participantes nos benefícios do setor (Tasso, 2014).
- c) Política Nacional do Ecoturismo, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

IIBAMA) entende que as potencialidades naturais podem contribuir para o estímulo à identificação do ecoturismo como atividade econômica viável para as comunidades locais.

- d) Programa Nacional de Municipalização do turismo (PNMT), o que mais se aproxima das comunidades, através da mobilização das mesmas para a gestão e participação nos processos decisórios locais.

Destes, o que investiu em capacitação foi apenas o PNMT, os demais centraram suas ações em projetos de infraestrutura. Mais recentemente, o MTUR cria os “Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo”, “Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas”, que apoia a formulação e a implementação de projetos de desenvolvimento local e geração de renda, em áreas com baixos índices de desenvolvimento humano e “Fomento ao Turismo de Base Comunitária”.

Todos estes programas buscam agregar valor e competitividade aos destinos, tendo como objetivo a inserção das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo (Brasil, 2014). No entanto, na prática, pouco se efetiva.

O conjunto destas ações, no entanto, propiciou uma nova realidade espacial.

O transbordamento do processo em direção ao litoral norte implicou na emergência de uma intensa dinâmica imobiliária nos municípios [...] O baixo valor das terras e das edificações, comparativamente ao mercado europeu, além da ausência de problemas relacionados à segurança, constituíram os principais fatores que explicam a atração de tais investidores, que passam a ver novas oportunidades de negócios, com altas taxas de lucratividade, em áreas tropicais, até então, periféricas do sistema econômico (Fonseca *et alli*, 2015, s/p.).

Neste sentido, a partir de então, os municípios do estudo, que estão situados no litoral norte potiguar, vivem esta nova dinâmica.

Especialmente, o município de São Miguel do Gostoso tem um perfil de pequenos e médios empreendimentos (pousadas) que, na grande maioria, têm perfil familiar, de empreendedores que vieram do sudeste do Brasil ou da Europa. Este conjunto de características representa grande oportunidade de um desenvolvimento turístico mais sustentável. Vê-se, mais adiante, se ele configura, de fato, oportunidades para a melhoria da qualidade de vida para a população local.

#### 4.2.3 - Os invisíveis na berlinda: onde ficou a resiliência e a expansão preconizada do turismo?

Dado o atual contexto mundial de pandemia, faz-se necessário, dentro desta reflexão sobre os invisíveis, um parêntesis contextualizado neste novo espaço-tempo. Esta reflexão foi

iniciada numa entrevista ao IHU *online*<sup>16</sup> e, mais tarde, numa live sobre os trabalhadores do turismo em tempos de covid que, foi publicada como capítulo de livro em maio de 2021<sup>17</sup>. As reflexões são aqui aprofundadas.

No final de 2019, mas com mais ênfase, em 2020, os quatro cantos do mundo globalizado são surpreendidos por uma Pandemia causada por um vírus popularizado como Covid 19 (Novo coronavírus ou Sars-Cov-2). Após esta única experiência surgem diversas perguntas.

Será que as pessoas sairão diferentes desta pandemia? Existirá uma forma de repensar o capitalismo? Será que passaremos a olhar com mais cuidado e atenção para as pessoas a nossa volta? Será que passaremos a olhar com mais cuidado para o meio ambiente? Será que nossa liberdade será menos individualista?

Inicia-se a reflexão recuperando os relatórios da competitividade do turismo, citados em seção anterior, que têm o objetivo primordial de alcançar uma indústria<sup>18</sup> de *Travel and Tourism* forte e sustentável capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico internacional. Disso, é possível depreender que a sustentabilidade no turismo se relaciona à manutenção da atividade no longo prazo, o que não necessariamente se dará segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável (Körössy (2008)<sup>19</sup>.

Ambos os relatórios<sup>20</sup> afirmam que o crescimento da indústria do turismo superou o crescimento da economia global, mostrando a resiliência do setor diante das incertezas geopolíticas globais e da volatilidade econômica. O turismo tem visto uma expansão contínua, ao longo do tempo, apesar de choques ocasionais demonstrando a força e a resiliência do setor (Segundo informação retirado do *International Tourism Highlights 2019 Edition* da UNWTO). Resiliência e expansão estas que, de acordo com o que se têm observado nos últimos meses, ficam abaladas, com o surgimento de um vírus conhecido por Covid 19.

A OMT aponta o setor turístico como a segunda maior atividade econômica do mundo em geração de divisas e empregos, atrás apenas da indústria do petróleo e derivados. Em 2019, 1,5 bilhão de chegadas de turistas internacionais foram registradas globalmente, de acordo com o Barômetro Mundial de Turismo da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2020)<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598053-o-turismo-em-tempos-de-covid19-nada-sera-como-antes-amanha>

<sup>17</sup> <https://editorasertaocult.com/10-35260-87429939-2021/>

<sup>18</sup> Termo utilizado em ambos os relatórios para se referir ao vetor produtivo do turismo.

<sup>19</sup> Körössy, N. (2008). Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8 (2), 56-68.

<sup>20</sup> World Economic Forum. (2017 e 2019).

<sup>21</sup> Recuperado de <https://www.unwto.org/taxonomy/term/347>.

“Este resultado comemora o décimo ano consecutivo de crescimento, mesmo que mais lento do que os anos de 2017 e 2018, em função da incerteza em torno do Brexit, o colapso da Thomas Cook, as tensões geopolíticas e sociais e a desaceleração da economia global” (Hofstaetter 2020, 2021)<sup>22</sup>. Este mesmo documento aponta a perspectiva para o futuro (ano de 2020, que não se confirmou em razão da pandemia), com um crescimento para o setor de 3 a 4 %, principalmente em função dos grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos de Tóquio e eventos culturais como a Expo Dubai, em compasso de espera.

O setor do turismo que contribuiu, em 2016, com US\$ 7,6 trilhões para a economia global (10,2% do PIB Global), gerou 292 milhões de empregos (1 em cada 10 empregos no planeta)<sup>23</sup>, e seguiu num crescente, entra em colapso pela mobilidade de um vírus.

O que precisa ser dito, sobre essa mobilidade, é que o vírus surge e se adapta ao ser humano, no país que há mais de meia década vem se consolidando como a liderança dos mercados emissores do turismo, atingindo um número que superou os Estados Unidos. Cerca de 10% dos 1,4 bilhões de habitantes da China viajou internacionalmente no último período anterior a pandemia. Até 2027, espera-se que o número de portadores de passaporte atinja 300 milhões ou 20% da população chinesa.<sup>24</sup>

Não é novidade observar que, assim como no mundo, no Brasil, a importância do turismo é sempre associada ao PIB, como se o fato de gerar divisas garantisse o desenvolvimento da sociedade, com melhora das condições de vida de toda uma população. O IDH e o IVS precisam fazer parte destes números.

Mas e agora, o confinamento prolongado para conter o vírus, coloca a economia em xeque-mate. E, sem a economia tão promulgada pelo capitalismo, sem a geração de divisas, o que resta? Vive-se uma primeira contradição. Se a pós-modernidade permitiu às pessoas viver a liberdade de forma mais intensa (o que não é uma realidade para todos), através da mobilidade dos fluxos e da conexão global, esta mesma liberdade lhes é tirada, através dos mesmos fluxos e conexão global, pela mobilidade de um vírus. Todos estão conectados e não só virtualmente.

---

<sup>22</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598053-o-turismo-em-tempos-de-covid19-nada-sera-como-antes-amanha> e <https://editorasertaocult.com/10-35260-87429939-2021/>

<sup>23</sup> Segundo informação retirada do *International Tourism Highlights 2019 Edition* da UNWTO.

<sup>24</sup> Segundo informação retirada do *International Tourism Highlights 2019 Edition* da UNWTO.

Os dados do Barômetro Mundial de Turismo da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2021)<sup>25</sup> afirmam que, após a queda sem precedentes no turismo internacional registrada em 2020 (73%) sob o impacto da pandemia COVID-19, a demanda por viagens internacionais permaneceu muito fraca no início de 2021. Com 32% dos destinos em todo o mundo apresentando fechamento total das fronteiras no início de fevereiro e, outros 34% com fechamento parcial, a OMT prevê que as chegadas de turistas internacionais diminuam cerca de 85% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2019 (anterior à pandemia).

A OMT traçou dois cenários para o ano de 2021. O primeiro deles (pontilhado verde na Figura 23) aponta para uma recuperação em julho, propiciando um aumento de 66% nas chegadas internacionais para o ano de 2021, em comparação com as mínimas históricas de 2020. Nesse caso, as chegadas ainda estariam 55% abaixo dos níveis registrados em 2019 (anterior a pandemia). O segundo cenário (pontilhado laranja na Figura 23) aponta para uma retomada em setembro, levando a um aumento de 22% nas chegadas em relação ao ano passado. Ainda assim, estariam 67% abaixo dos níveis de 2019 (anterior a pandemia).

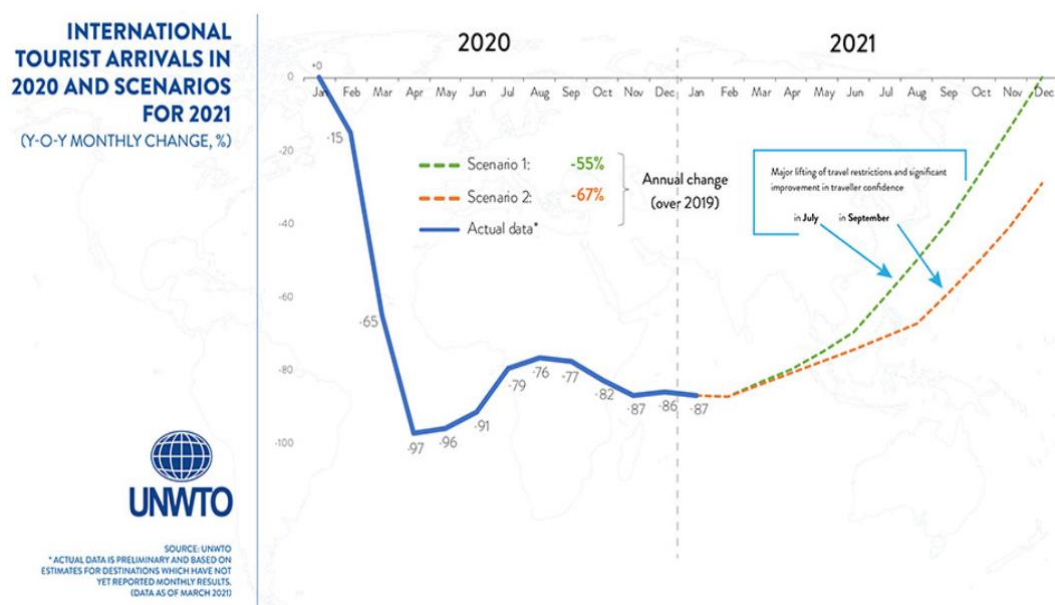


**Figura 23:** Cenários de retomada do turismo internacional em 2021 no comparativo com as chegadas de 2020.

Fonte: UNWTO World Tourism Barometer e anexo estatístico, março de 2021.

<sup>25</sup> UNWTO World Tourism Barometer e anexo estatístico, março de 2021 UNWTO World Tourism Barometer (versão em inglês) Vol 19, No 2, disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/wtobarometereng.2021.19.1.2>

Gilles Lipoversky (2020)<sup>26</sup>, criador do conceito de hipermodernidade, afirma que a Covid19 é um sintoma da hipermodernidade, ou como outros atores chamam, da pós-modernidade. “Esta mesma pós-modernidade tendo como uma das suas principais características a exacerbação do individualismo que, associado aos avanços tecnológicos, permite que as pessoas usufruam da sua liberdade, de forma inquestionável. No entanto, ela é usada numa perspectiva individualista, sem a preocupação com o todo” (Hofstaetter, 2020, 2021)<sup>27</sup>. Ou seja, usufrui-se do mundo sem qualquer responsabilidade coletiva, e aqui refere-se ao meio ambiente, ao aquecimento global, ao direito das minorias, à liberdade do povo local, aos invisibilizados. Chega-se a mais uma contradição. O mundo está à disposição das pessoas (não de todas) do ponto de vista das facilidades dos fluxos, mas estas mesmas pessoas usufruem do mundo sem responsabilidade coletiva. E esta falta de responsabilidade coletiva está na base da cultura, conforme observado pela indiferença de parte da população por ocasião dos cuidados necessários para conter a promulgação do vírus. Há uma completa ausência de responsabilidade coletiva que é uma das características da hipermodernidade. Lipoversky (2020) afirma inclusive, que a grande maioria das pessoas que realiza um turismo alternativo, o faz numa perspectiva individualista.

Nesta crise gerada pelo Covid 19, os bugueiros, os guias, os trabalhadores diaristas, os ambulantes, estão todos sem renda, pelo tempo que durar a pandemia. Os hotéis e *resorts*, muitos fecharam as portas, muitos desassistiram seus funcionários, mesmo que os representantes em cargos de chefia se desdobrassem para evitar as demissões, com efeitos desastrosos na realidade social, nos lugares, na cotidianidade, não obstante as formas de resiliências.

A partir da provocação de Ramos Filho (2020)<sup>28</sup> cabem as seguintes perguntas:

Será que a burguesia capitalista, com a crise, percebe que o capital imobilizado em máquinas, equipamentos, estoques, não gera riquezas? Será que esta classe irá perceber, com a Covid19, que sem o trabalho dos empregados o capital é inútil? É certo que percebe, caso contrário esta burguesia capitalista não lotaria as ruas com seus carrões, pedindo o fim da quarentena. Vão às ruas exigir que os governos assegurem os seus direitos, mesmo que em detrimento das vidas. Estes capitalistas que ficam protegidos em suas casas, não aceitam que seus lucros e capitais sejam comprometidos por decisões estatais que impõem o isolamento social, o que demonstra a essência do capitalismo, com trabalhadores descartáveis, substituíveis<sup>29</sup>(s/p.).

---

<sup>26</sup> Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597016-o-coronavirus-e-um-sintoma-da-hipermodernidade-entrevista-com-gilles-lipovetsky> e <https://editorasertaocult.com/10-35260-87429939-2021/>

<sup>27</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598053-o-turismo-em-tempos-de-covid19-nada-sera-como-antes-amanha> e <https://editorasertaocult.com/10-35260-87429939-2021/>

<sup>28</sup> Recuperado de <https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/nudez-por-wilson-ramos-filho>

<sup>29</sup> Idem.



Parte destes trabalhadores são invisíveis. Suas vidas não têm valor, a não ser que tragam privilégios aos detentores do capital. Do outro lado, vê-se muitos trabalhadores saindo do confinamento porque precisam sobreviver, já que se fala a partir do Sul do Mundo, do Sul Global, da América Latina, do Brasil e do Nordeste, onde a maioria das pessoas (sobre)vive na informalidade. Trabalham hoje, para comer hoje. Fala-se de um lugar onde não existe um estado de bem-estar social, e de um lugar onde, a partir do atual governo, há um retrocesso sem precedentes dos direitos conquistados, com anulação de direitos adquiridos.

Duas pesquisas realizadas no período da pandemia, sendo uma de abrangência nacional intitulada “Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as” (Lamas, Silva e Nascimento, 2020) e outra regional, intitulada “Os trabalhadores do Turismo no Rio Grande do Norte, no contexto da Pandemia Covid-19” (Sanson, Myrrha e Hofstaetter, 2020), apontam a informalidade e a precariedade em que se encontram os trabalhadores do turismo.

Segundo a pesquisa “Os trabalhadores do Turismo no Rio Grande do Norte, no contexto da Pandemia Covid-19” (Sanson, Myrrha e Hofstaetter, 2020), o impacto maior (referindo-se ao mês de junho de 2020) ficou entre os trabalhadores informais, em que 57,3% ficaram sem nenhuma renda (Figura 24). O dado é alarmante quando comparado com o percentual anterior à pandemia. A chegada da pandemia também impactou a renda dos trabalhadores com carteira assinada. Se anteriormente 78,9% ganhavam acima de 1 salário mínimo, esse contingente reduziu-se a 32,7%. Além disso, 23,1% dos formais declararam não ter nenhuma renda, durante a pandemia.

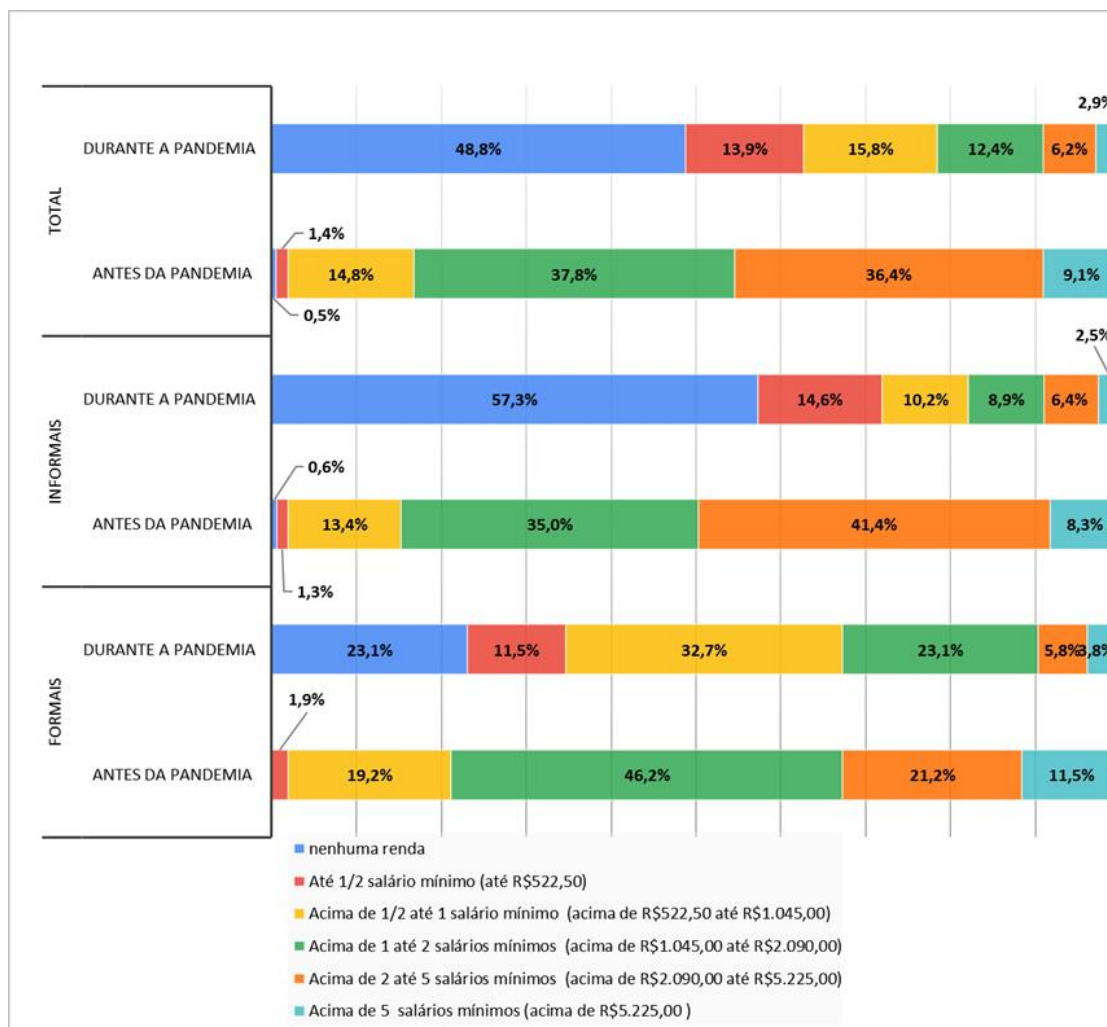


**Figura 24:** Renda dos trabalhadores formais, informais e total, antes e durante a pandemia, que responderam ao questionário online da pesquisa “Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte”, entre os dias 14 e 22 de julho de 2020.

Fonte: Pesquisa online Trabalhadores do Turismo e a Covid-19 no Rio Grande do Norte (Sanson, Myrrha e Hofstaetter, 2020).

Já é de conhecimento universal que a economia de mercado cria necessidades para realizar os lucros esperados, sem os quais ela desmorona. Essa ideia dialoga com o acesso à liberdade alardeada pela pós-modernidade.

É importante trazer presente, na reflexão, que o potencial econômico das atividades turísticas desde antes da pandemia, não foi acompanhado apenas por efeitos positivos e sim por inúmeros efeitos negativos. Pode-se afirmar que as práticas turísticas, em comunidades, não trouxeram sempre os potenciais prometidos às populações locais. Com elas, também chegam muitas mazelas.

O abandono da ideia da solidariedade está por trás do entendimento da economia competitiva e conduz ao desamparo em que vivemos hoje. Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas

estrutural, típica do nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender, de maneira mais adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes no cotidiano de todos (Santos, 2000, s/p.).

Não seria hora de dar vazão ao que se chama de turismo pós-industrial, com o retorno de valores e de imagens de sociedade, ou seja, uma demanda existencial? (Zaonal, 2006)

Por que a América Latina, o Brasil, o Nordeste precisam copiar o modelo internacional, universal, de turismo? Não é possível pensar e propor um novo modelo a partir do Sul do Mundo, do Sul Global, que seja incluyente, solidário, sustentável, não para garantir a sustentabilidade do turismo, enquanto manutenção da atividade, mas um turismo sustentável, que contribua para a sustentabilidade da vida? Não é possível pensar o turismo dentro da estratégia de desenvolvimento do local, com a participação efetiva das pessoas como sujeitos e atores do processo e, para tal, como afirma Amartya Sen (2000), viabilizando a superação das privações de liberdades que limitam as capacidades de escolhas e as oportunidades das pessoas? Fala-se aqui de todas as pessoas, não de algumas poucas. Tem algum sentido a população de um determinado destino ser empurrada para o interior, cada vez mais, para que as pousadas, os hotéis e os turistas, estes últimos que apenas passam por ali usufruindo das belezas naturais, antes privilégio das comunidades locais e originárias? Qual o sentido de o sistema público, gratuito de saúde, em uma determinada localidade, dar um atendimento de excelência para o turista que está de passagem pelo local e negligenciar o atendimento à população de um assentamento local, para exemplificar, porque parte da população não é originária dali (da mesma forma que o turista não o é), e porque o endereço do assentamento é invisível, ou não é reconhecido? Estas são questões cotidianas chaves, principalmente quando se pensa a cidade que se quer e para quem é pensada. É necessário trazer à tona estas questões e resolvê-las.

Para tal, urge pensar uma política de turismo que seja integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, com inclusão social.

Por que não ampliar a reflexão a partir desta pandemia e da fragilidade que ela impõe a todos, e avançar na reflexão sobre a (ir)real necessidade de internacionalização do turismo? Não seria chegada a hora de pôr fim à divisão territorial gerada pela concepção e modelo de gestão internacional padronizado, de grandes empreendimentos versus as comunidades locais tradicionais, onde se prioriza a transposição espacial para os locais de visita a partir dos desejos dos turistas (Cruz, s/d)<sup>30</sup>? Esse movimento é conhecido e é notório que provoca diversos

---

<sup>30</sup> Cruz, R. C. A. (s/d). Turismo, Produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem.

impactos negativos, a saber, especulação imobiliária, conflitos fundiários, prejuízos aos ecossistemas, divergências e falsas expectativas sobre a geração de empregos, entre outros.

Por outro lado, vivencia-se, com esta pandemia, a existência de redes de solidariedade que têm funcionado, não obstante os desafios e dificuldades existentes. Diversas redes da economia solidária têm gerado alguma renda às comunidades e grupos organizados, bem como redes de compras coletivas de produtos dos agricultores, como as bodegas solidárias<sup>31</sup>. Um exemplo importante é a distribuição de alimentos organizada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), que tem sido essencial no combate à fome durante o período pandêmico. Assim como diversas outras redes online que pontualmente estão arrecadando cestas básicas e troca de trabalhos e serviços, além de *lives* de *shows*, entre outros, reforçando a proposição de Singer (2002), de que, a “economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. [...] O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...]” (p. 10).

Não seria possível aprofundar ainda mais estas dinâmicas e perceber que existe uma organização local que sobrevive, que mantém a vida, apesar da pandemia? Não seria esta, uma oportunidade para exercitar menos trabalho e mais tempo para as relações intramuros, cultivar novos hábitos, mesmo estando fisicamente distantes da maioria das pessoas? Não seria esta, uma boa oportunidade para exercitar solidariedades? Ou como dito pelo Papa Francisco (2020), não seria possível “realmar a economia”?<sup>32</sup>.

Considerando que o turismo interno no Brasil é forte, e forte é, principalmente no Nordeste, não seria o momento de abandonar esse discurso hegemônico da internacionalização e pensar o local, os novos diversos territórios, com o saber local, seus cheiros, cores, sabores, gentes e paisagens?

Não seria possível, a partir da reflexão colocada por esta pandemia, avançar num jeito de fazer turismo a partir do Sul do mundo, ou do Sul Global, preservando as águas (Veneza redescobriu a cor das suas águas com o confinamento e a ausência de turistas, ausência dos transatlânticos, para além do confinamento da população), com preservação dos ecossistemas (diversos são os depoimentos de pessoas que passam a ver os lugares, as paisagens, como são, agora que não há turistas), com mais respeito ao meio ambiente (quanto de CO2 deixou de ser

---

<sup>31</sup> As Bodegas Solidárias são espaços para praticar a humanidade através da solidariedade e partilha. Iniciativa desenvolvida pelo SAR, é uma ação de combate à fome e ao desperdício de alimentos, que de forma solidária, leva alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente em comunidades pobres no estado do Rio Grande do Norte.

<sup>32</sup> O verbo *realmar*, é uma expressão linguística não dicionarizada que corresponde: devolver a alma para alguém ou alguma coisa; alma, neste sentido, significa energia vital, criatividade fraterna, inclusão, justiça e paz.

produzido com a redução do tráfego aéreo com o fechamento temporário de muitas rotas?), com participação social, enquanto sujeitos e atores dos processos e com efetivo desenvolvimento? Talvez desta forma, possa-se afirmar, daqui há algumas décadas, que o turismo contribuiu com a mudança qualitativa no IDH e diminuiu, por conseguinte, a vulnerabilidade.

Todo este debate traz à tona que cidades queremos e se as pessoas serão objetos, produtores de riqueza para uma minoria, ou sujeitos, propulsores de um desenvolvimento real para todos. É possível visibilizar os sujeitos.

A pandemia pode ser vista como uma oportunidade para que todos e todas, enquanto comunidade internacional, repensem os padrões de convivência global, para que se enfrente outros problemas graves, como a desigualdade de renda, as diferenças de liberdades, as diversas formas de violência (vale uma ressalva ao aumento de número de violência contra as mulheres durante os confinamentos, em todos os lugares do mundo, mesmo que subnotificados<sup>33</sup>), os conflitos em função dos deslocamentos humanos e as mudanças climáticas.

Byung-Chul Han (2020)<sup>34</sup> afirma que, após a pandemia, o capitalismo continuará ainda com mais pujança e os turistas continuarão pisoteando o planeta. Mas talvez diferente da Europa, aqui no Brasil, na América Latina ou no Sul do Mundo, mesmo o vírus obrigando as pessoas ao confinamento, não as individualize em seus mundos privados e, a partir da história de resistências, consiga-se perceber (ao menos parte dos sujeitos, dos movimentos solidários, resilientes, dos grupos que compõem novas forças produtivas e, inclusive uma parcela dos agentes de mercado que evoluem para uma visão menos colonialista) a importância da solidariedade, de ações cada vez mais coletivas, e acreditar em uma sociedade diferente, mais justa, na tentativa de um contrabalanço nas forças que conformam as sociedades.

Diversos povos e comunidades originários praticam uma economia com base em outros valores de reciprocidade, de justiça e de solidariedade. [...] onde as atividades econômicas incluem a preocupação com a natureza, com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade e com o fortalecimento das relações de solidariedade (Silva, 2020, p. 25)

Pode-se sim propor uma nova forma de organizar a economia. Pode-se sim propor um programa de turismo, que esteja vinculado a uma estratégia de desenvolvimento, com a perspectiva dos atores sociais, com a perspectiva dos sujeitos que constroem o território, com participação social, com empoderamento da população, incluindo as comunidades, na relação com outras atividades produtivas, na relação com a economia solidária. Assim como, pode-se

---

<sup>33</sup> Recuperado de <https://demografiaufrn.net/2020/04/09/violencia-domestica-no-contexto-de-isolamento-social-no-nordeste-e-rn-porque-se-preocupar/>

<sup>34</sup> Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597343-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han>.

propor que as empresas de produção de energia eólica insiram-se dentro de uma estratégia de desenvolvimento. Quem tem o poder para dar o tom no local é o poder municipal. Sendo a administração municipal forte, ela pode trabalhar neste sentido. Mas do contrário, quando o poder econômico se sobrepõe ao poder político, ou se o capital chega no território negociando com o poder local, em seu próprio benefício, não há possibilidade de um projeto inclusivo.

## **CAPÍTULO 5 – TURISMO, PARQUES EÓLICOS E O USO DO TERRITÓRIO: PENSANDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Considerando o foco de análise desta tese, faz-se mister discutir o processo de uso do território pelos vetores produtivos mais recentes no Rio Grande do Norte, como o setor eólico e o turismo, com ênfase neste último, especialmente nos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.

Para tal, será necessário tomar como categoria de análise central o conceito de território usado, proposto por Santos (2012). Para o autor, “o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, de espaço habitado” (Santos, 2012, p. 138). Assim como é necessário compreender a definição de espaço. Segundo Santos (1996), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 51).

A partir do entendimento destes dois conceitos, é válido questionar quais são as forças ou fraquezas do espaço em questão, que não são visíveis a olho nú. Segundo Santos e Silveira (2001), cada momento da história produz sua ordem espacial, associada a uma ordem econômica e uma ordem social. Cabe também perguntar se estas duas atividades econômicas são concorrentes e/ou complementares. Existe uma dialética entre as divisões do trabalho, que disputam o território, ou seja, “os circuitos de cooperação são também circuitos de competição” (Santos & Silveira, 2014[2001], p. 290).

Mas, e de que forma ambas disputam o território? Para responder esta pergunta é imprescindível saber quem regula quem, já que é sabido que ganha mais quem é mais forte. Quem tem mais poder, quem manda mais, passa a desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia, mediante a colaboração ou omissão do Estado. As grandes empresas, ou quem é mais forte, influencia o comportamento do poder público, na União, nos estados e nos municípios. “Não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 291).

Certas empresas ocupam o território a partir de lógicas globais. Os empreendimentos eólicos, por exemplo, instalados no Rio Grande do Norte, seguem exatamente esta lógica. Conforme discutido em seção anterior, o que se vê materializado na paisagem potiguar hoje, é o resultado de decisões remotas, tomadas, muitas vezes, até mesmo em outros países e continentes, mas atenção, pois se o mundo é um conjunto de possibilidades, “sua efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (Santos, 2014, p. 169).

No entanto, quando as atividades são mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas da área em questão, a atividade é mais horizontal. Pode-se afirmar esta horizontalidade em relação ao turismo? Ou observa-se uma verticalidade, já que há apropriação da natureza, sendo que os pontos do território em que as empresas instalam-se são meras bases operacionais. Quando ocorre tal fato, as empresas mantêm relações verticais com tais lugares (na eólica isto é ainda mais evidente, porque até a pouca mão-de-obra utilizada do local é esporádica). Dá para compreender bem o que Santos e Silveira (2001) chamam de “exportação do território”. É importante lembrar que o território de interesse das empresas é formado pelo conjunto dos pontos essenciais ao exercício da sua atividade, onde as empresas conseguem uma posição de vantagem em relação a outros territórios. Ou seja, as empresas colocam as suas exigências e o resto se adapta. Poderíamos também arriscar afirmar, como preconizado por Boaventura de Souza Santos (2006), que o restante não conta na monocultura do produtivismo capitalista.

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a infraestrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética. (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 293)

O resto do território, que não importa para a empresa, no sentido de instrumentalização para a sua existência, é deixado para as empresas menores, ou é simplesmente deixado. Tem-se assim, a hipervalorização desta ou daquela área em detrimento de outras, responsável por um desenvolvimento geográfico desigual. Como exemplo, temos em São Miguel do Gostoso o espaço litorâneo, à direita da avenida principal de quem chega à cidade, chamado de Gostoso, o “espaço luminoso”, e o resto, o “espaço opaco”, ao lado esquerdo da avenida principal, chamado de São Miguel (Figura 25), evidenciando os enclaves, como bem sistematizado por Epifania (2019).



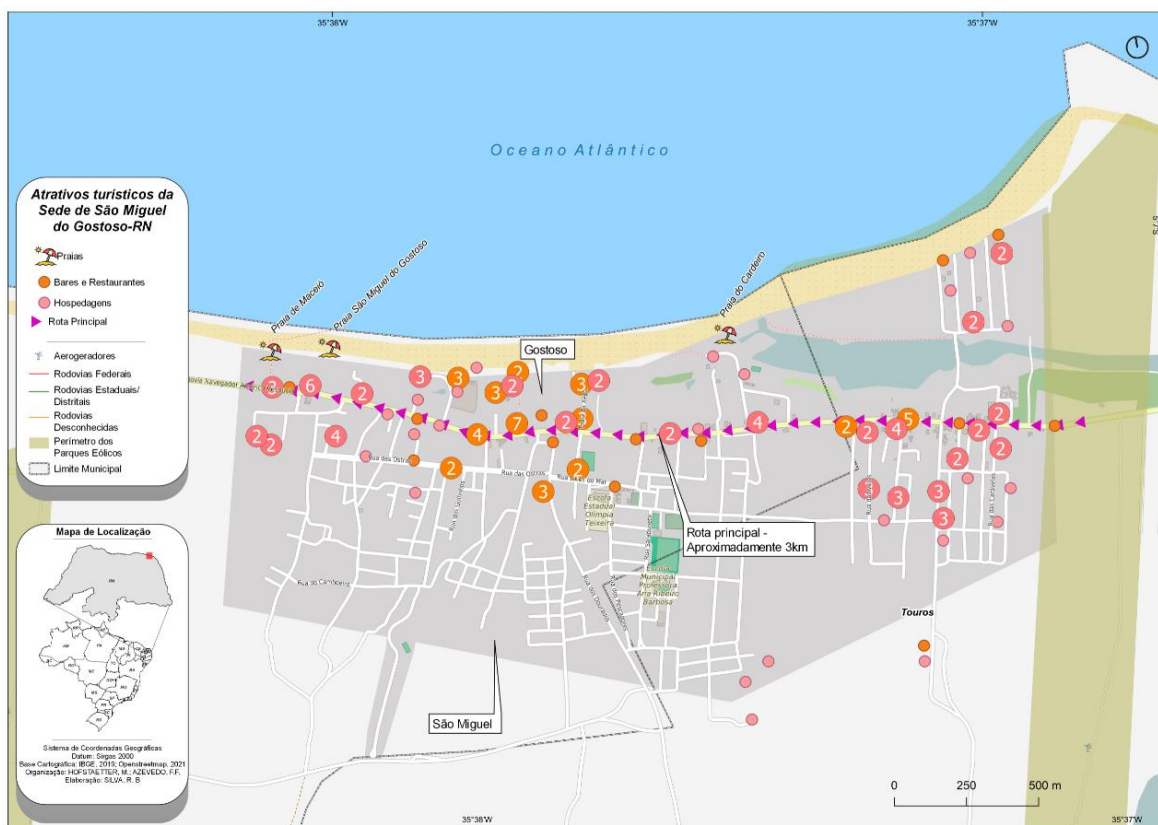


**Figura 25:** Atrativos turísticos na sede de São Miguel do Gostoso, configurando os espaços luminosos (Gostoso) e opacos (São Miguel).  
Fonte: pesquisa completa, Google, 2021.

Esse processo na textura espacial promoveu a concentração de infraestrutura e serviços em determinadas áreas da linha costeira em detrimento do contexto regional, separando-as como enclaves. Por isso observa-se que, no processo de produção capitalista do espaço articulada à atividade do turismo, há uma forte cisão entre as áreas destinadas aos turistas e as áreas do cotidiano dos moradores (especialmente daqueles menos capitalizados), diferenciando-se em materialidades, apropriações e usos (compondo interditos tanto físicos quanto culturais). (Epifania, 2019, p. 24)

É pertinente perguntar para quem interessa o turismo ou a produção de energia nesta localidade? Para quê? Observa-se que, em muitos municípios, há comunidades inteiras sem luz e, em São Miguel do Gostoso, para exemplificar, a maior parte da cidade não usufrui dos benefícios, nem do turismo e nem do vetor produtivo eólico. Mesmo que no eixo central do município a luz seja efetiva, a água é mal distribuída. “A empresa abastece as caixas d’água à noite, e esta é a água disponível durante o dia” (GF 2), em igual quantidade na alta ou na baixa temporada.

Santos e Silveira (2014[2001]) retomam a ideia marxista de produção necessária e de produção desnecessária, ou seja, a produção que contribui para assegurar o bem-estar das populações e a que apenas gera exportação. Cabe a pergunta de qual a produção necessária, de ambos os vetores produtivos, nestas localidades. No caso do vetor produtivo eólico, os

benefícios são globais mas os impactos, locais. E no turismo, o que ele produz no sentido de contribuir para o bem-estar das populações locais?

A produção necessária contribui com o desenvolvimento do lugar, enquanto que a desnecessária, via de regra, acarreta ônus. Qual a importância do mercado interno na ampliação do bem-estar das populações locais? Sem estes vetores produtivos (eólica e turismo), a vida da população nestes dois lugares seria pior? No que o mercado interno contribui, nas duas localidades, com a melhoria do bem-estar das populações locais, ou melhor, que mercado interno é gerado?

Não é o mercado como um todo que opera sobre lugares, regiões e países. De resto, haveria tal coisa, o mercado como um todo? Cada firma tem o seu próprio escopo, o seu próprio timing, operando assim segundo metas específicas e motivações privatistas, egoístas, sendo tais motivações, elas próprias, motivadas pelo “instinto animal” das empresas, por uma busca incessante de aperfeiçoamento e adaptação ao chamado mercado global, segundo as regras fluidas e caprichosas da competitividade. Os objetivos de tais empresas não são propriamente finalidades, porque não têm teleologia. A busca fundamental e desesperada (e cega para tudo o mais) é a procura de um lugar, uma mais-valia, que deve ser sempre maior do que no minuto anterior. (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 296)

Vale relembrar a ideia dos postulados fundamentais e o princípio de valor que Max-Neef (Instituto Humanista Unisinos, 2016) defende, onde a economia e o desenvolvimento deveriam estar a serviço das pessoas e dos ecossistemas, sendo que tanto a economia quanto o crescimento econômico precisariam estar submetidos à biosfera e todos, sem exceção, deveriam reverenciar a vida.

O Nordeste, pela sua beleza, pela sua subserviência, pelo coronelismo, apresenta um conjunto de circunstâncias vantajosas para ambos os vetores. As empresas buscam “lugares produtivos”. Muitas vezes, este lugar se torna um espaço mais atrativo, passando a ser um espaço produtivo, como é o caso do turismo de massas no litoral norte do Rio Grande do Norte.

Segundo Santos e Silveira (2001), “desse ponto de vista, cada lugar, como cada região, deve ser considerado um verdadeiro tecido no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória afastam ou atraem atividades em dado momento” (p. 297). Quais condições atraíram a atividade do turismo para ambas as localidades? As belezas naturais apenas? Que condições atraíram a atividade das eólicas? O vento apenas?

O capital instala-se onde existe a expectativa de lucros positivos e de longo prazo. É sabido que ambas as atividades constituem uma base socio espacial sobre a qual assenta uma pequena massa salarial. Onde ficam as divisas de ambas as atividades produtivas? Boa parte do resultado da produção que ambas realizam, destinam-se a outros lugares, tanto no país quanto

no estrangeiro. Retomamos então o que Santos e Silveira (2001) chamam de “exportação do território”.

Paralelamente, uma parte importante dos insumos intelectuais, financeiros, técnicos e políticos que asseguram o alto nível da produção local também tem origem externa em relação à área de produção direta, uma origem frequentemente distante. A velha noção marxista que opõe uma tendência à redução da arena da produção e à expansão da respectiva área de realização aplica-se amplamente aqui. (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 300)

Esse processo é bem evidente no vetor eólico, e não é diferente no turismo. No caso em questão, para o produto da eólica, o território valoriza-se, mas sua presença alienígena, pode desvalorizar o território para o turismo, ao alterar por exemplo, as paisagens antes naturais, como é possível observar na figura 26.

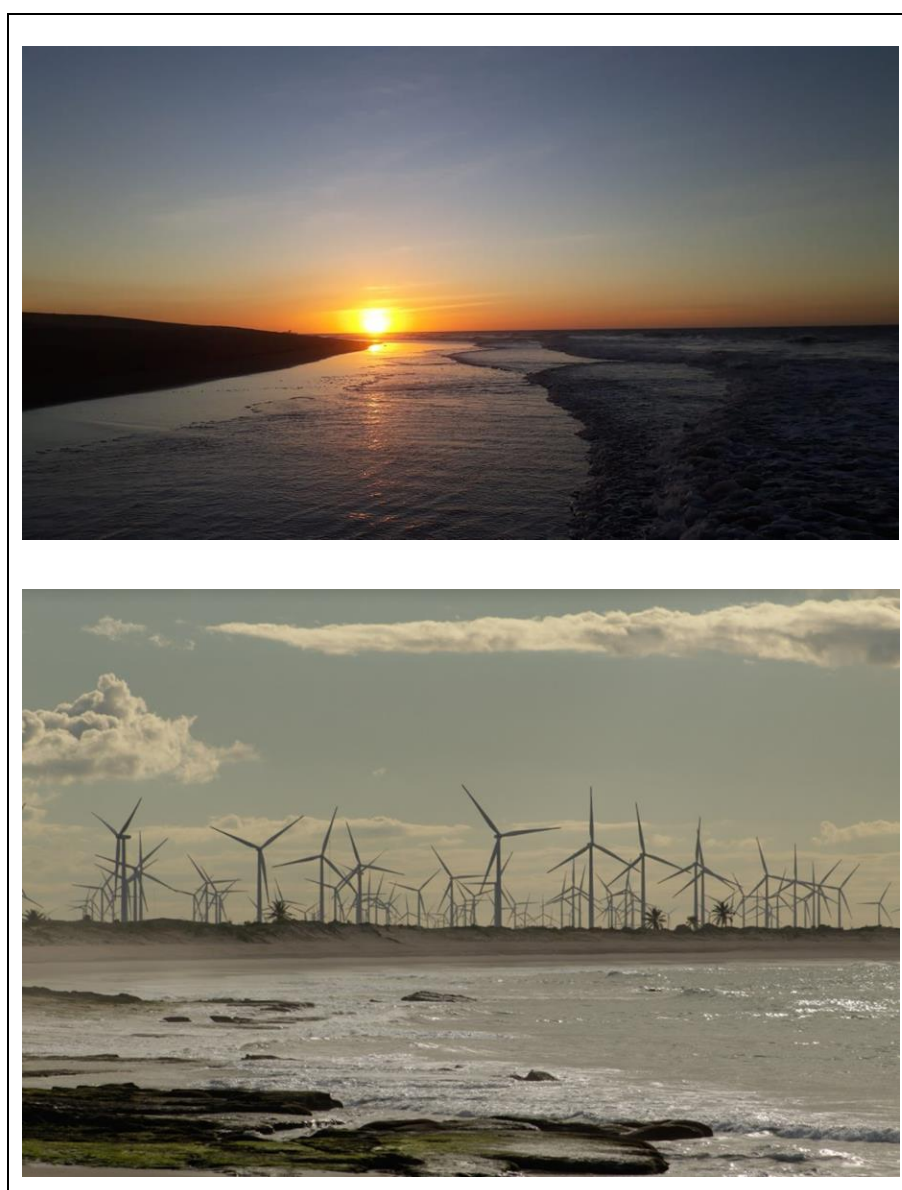


**Figura 26:** Contrastes (São Miguel do Gostoso/RN), sem e com parque eólico  
Foto: Jhonas Gomes (sem parque eólico) e Morgana Beatriz Souza da Silva (com parque eólico).

Por hora, tem-se a certeza de que, com estes vetores, o território, que é sensível, é objeto de mudanças de conteúdo. E as mudanças mais caras acontecem, via de regra, relacionadas às pessoas mais pobres as quais se vêem mais vulneráveis diante de tais processos.

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando este uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos (Santos e Silveira, 2014[2001], p.302).

As mudanças de conteúdo dos territórios em questão, o uso do território cada vez mais seletivo, vai desnaturalizando o espaço. E a população local, autóctone, a grande maioria não incluída neste processo, vai desconhecendo o seu lugar. Esta população vai migrando para os espaços opacos do território, para não ofuscar o brilho do novo conteúdo alienígena.

É assim que o conteúdo político dos lugares se rarefaz, ao tempo todo que se revela cada vez mais a desnaturalização do espaço, o que amplia, em virtude da exigência de abstração para entendê-lo, a possibilidade de expansão e aprofundamento de ideologias espaciais distanciadas da realidade vivida pelas populações. Tudo isso contribui para que se afirme racionalidades alienígenas e alienadas, cuja difusão é facilitada por uma superposição, em cada lugar, de âmbitos e contextos de expressão diferente. Trata-se, na verdade, de outra forma de reconhecer a oposição entre o que é, até certo ponto, irreduzível e o que é fluido ou que, até certo ponto, se deixa dissolver (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 305).

É preciso considerar que o território usado aqui analisado ocorre de modo contraditório, de acordo com os interesses dos agentes envolvidos, pois, a forma que comerciantes informais utilizam a faixa de areia, para exemplificar, é diferente dos interesses dos grandes hotéis instalados nesta mesma orla ao usarem o território (Santos, 1994, 1996; Almada, 2019). Santos (1979) atenta para o uso e a apropriação de determinadas áreas, através da disposição de equipamentos por parte dos agentes sociais, ou do cerceamento de condutas e das acessibilidades, por barreiras físicas ou através de regras, leis, normas (campo do interdito), sendo que “essa racionalidade imposta resulta na criação de espaços isotópicos, análogos e, mesmo que sua apropriação e uso indiquem práticas heterotópicas, as barreiras físicas e culturais impostas nestes espaços tendem a cercear o diverso” (Epifania, 2019, p. 40).

Assim como a relação do uso do território pelas grandes corporações é diferente do uso realizado pelos pequenos empreendimentos. Embora estejam atuando no mesmo lugar, muitas vezes atendendo os mesmos clientes, que são os turistas que estão visitando o lugar turístico, a lógica de existência entre eles é diferente (Almada, 2019). Enquanto os comerciantes informais estão focados em garantir sua sobrevivência e os pequenos empreendimentos muitas vezes em ter uma vida de qualidade, os grandes hotéis entram na lógica do grande capital, tendo a atividade do turismo como um meio de reprodução de riqueza. O uso desigual do território em áreas de produção de energia e de turismo ficam evidenciados nas Figuras 27 e 28.





**Figura 27:** O uso desigual do território em áreas de produção de energia eólica, em São Miguel do Gostoso/RN.

Fonte: Morgana Beatriz Souza da Silva.

Enquanto os turistas usufruem de uma excelente estrutura na Praia de Zumbi, os nativos, na Praia de Rio do Fogo, recolhem o esgoto que percorre a cidade toda e desemboca no mar, para não afugentar os turistas que virão realizar o passeio aos Parrachos. Este mesmo esgoto serve de alimento aos urubus (GF 5).



**Figura 28:** O uso desigual do território em áreas do turismo, em Rio do Fogo/RN.

Fonte: Jadson Alves.

É evidenciado assim, o uso hierárquico do território (utilização privilegiada dos bens públicos) e a utilização hierarquizada dos bens privados. Esta é a contradição do modo de produção capitalista. O espaço, mesmo sendo produzido socialmente, a sua apropriação é privada. No turismo, as políticas públicas, a partir dos anos 1990, estão comprometidas com a produção e a reprodução do capital (Cruz, 2006).

Tem-se assim, que o crescimento realizado no local, seja pelo vetor eólico, seja pelo turismo, pode ser definido como um processo alienado, que não gera desenvolvimento efetivo.

A serviço de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos (Santos e Silveira, 2014[2001], p. 306).

Dessa forma, evidencia-se como o turismo e a produção eólica tomaram conta do Nordeste. E, a chegada destes dois vetores, foram decisões de cima para baixo. Não foi uma estratégia local ou do lugar, pensando o desenvolvimento e políticas de inclusão.

Lembrar-se-á aqui da definição de lugar. Segundo Santos (2012), o lugar define-se como “funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (p. 158). E Santos (2012) diz mais. Diz que o lugar, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. “É como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado” (Santos, 2012, p. 163).

Alamada (2018) chama a atenção para o fato do fenômeno do turismo, analisado a partir da sua configuração territorial, estar “transformando e/ou refuncionalizando o lugar para receber a atividade econômica do turismo” (p. 205), em consonância com Milton Santos. Desta feita, podemos afirmar que mais em São Miguel do Gostoso e menos perceptível em Rio do Fogo, o fenômeno do turismo, enquanto processo, transformou e continua transformando, ambos os lugares, para receber a atividade econômica do turismo.

Mas como se dá esta transformação? Quem decide por ela? Quais são as prioridades? Qual a sua finalidade? A transformação acontece de forma igual nos dois municípios? Ao longo do texto pretende-se encontrar as respostas a estas questões, mas é possível antecipar que

há uma forte cisão entre as áreas e materialidades construídas para o turista e às áreas do cotidiano dos autóctones, diferenciando-se em apropriações e usos destes, inclusive com a criação de interditos, através do cerceamento de determinados espaços públicos (Epifania, 2019, p. 28).

Segundo Cruz (2012), alguns autores interpretam os lugares transformados como pseudolugares, em função da sua artificialização. Poderíamos falar de São Miguel do Gostoso, por exemplo, como pseudolugar, em função dos turistas não terem necessidade de viver a

cidade, de se misturar à população. Com esta compreensão, talvez a parte norte de São Miguel do Gostoso, a partir da avenida principal, poderia ser caracterizada como um pseudolugar, já que, como afirma Cruz (2012), os pseudolugares “são lugares cujas história e identidade são constituídas em nome de um uso especializado de relações alienadas e alienígenas produzidas pelo e para o turismo” (p. 25).

No entanto, observamos que há uma organicidade em São Miguel do Gostoso diferente de Rio do Fogo, em dois sentidos. O turista que vai a São Miguel do Gostoso, vai para estar lá por mais dias (destino final), e acaba vivendo uma parte da cidade, enquanto possibilidade, mesmo que não necessariamente. Em Rio do Fogo ocorre um turismo de apenas um dia (bate e volta), com o objetivo da visita aos Parrachos. Não há organicidade na vivência da cidade. Num outro sentido, pode-se afirmar que, como o turismo em São Miguel do Gostoso estrutura-se a partir de empreendimentos de pequeno e médio porte, mesmo que na sua implantação vêm no pacote as mazelas, que seguem um determinado padrão (para exemplificar pode-se citar as colônias de pescadores que não tem mais lugar a beira mar), as características intrínsecas a estes empreendimentos determinam algumas oportunidades, a partir da organicidade destes projetos de base familiar, na maioria. Afinal, como declarado por um dos entrevistados, “o lugar onde trabalhamos é o lugar onde vivemos” (Entrevista 4). Interessa que o lugar para a vida acontecer seja um lugar agradável. Não podemos fazer esta relação com os parques eólicos, resultado de megaempreendimentos. Assim como a realidade em Rio do Fogo também é diferente, uma vez que dos atrativos turísticos oficializados no MTUR, além de um grande empreendimento estrangeiro, os demais são pertencentes a duas famílias detentoras do poder local, que se revesam na representação política junto à administração pública.

Cruz (2012) chama a atenção para o fato de que o turismo não é somente uma prática econômica, é também uma prática cultural, espacial, que coloca frente a frente diferenças na percepção do mundo, de prioridades, de éticas, de culturas, coloca em contato direto, residente e turista em maior ou menor grau.

Mas não convém ser ingênuo. A efetivação do turismo no lugar, a sua materialização em um determinado lugar, não ocorre por acaso. Ele, como qualquer outro vetor global de mudanças, é o resultado de “um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (Santos, 2012a, p. 337). E aqui precisa-se reforçar a percepção de que o Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de financiador, investidor e propulsor de ações sociais, através de políticas de distribuição de renda e inclusão social. Todo o conjunto de normas que emana do Estado (presença ou omissão) regula tanto a vida pública, quanto a vida privada.

Esse é o pano de fundo sobre o qual se desenrola o turismo [...] se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e seus conflitos, é o mundo que explica o turismo e não o contrário. (Cruz, 2007, p. 11)

Quando se pensa o turismo no Nordeste e no Rio Grande do Norte, tem-se de ter presente que não só o (i) Estado (instituições estatais diretas e indiretas que operam no território) e o (ii) mercado (corporações do capital estatal, privado nacional e transnacional produzem os espaços relativos às atividades turísticas, mas também as (iii) sociedades que vivem nestes lugares, quais sejam, as populações nativas e/ou tradicionais que comportam pescadores, posseiros, agricultores, assentados, quilombolas, conduzem o pincel que conformará o quadro local, pela presença ou pela ausência de decisões. Ou seja, na sua realização, o turismo envolve diversos sujeitos sociais com expectativas diferentes e por vezes divergentes. Reconhecer, respeitar e, ao mesmo tempo conciliar esses interesses no ordenamento dos territórios pelo e para o turismo, deve ser um paradigma orientador do planejamento governamental e de suas políticas públicas (Cruz, 2012).

O turismo é uma prática social, cultural e uma atividade econômica que se impõe aos lugares. Foi assim no Nordeste, foi assim no Rio Grande do Norte e é assim em vários outros lugares ao redor do mundo. No entanto, segundo Santos (2008), esses lugares não são espaços vazios. Muito antes desta imposição, tinha vida ali. E a vida permanece, mas transfigurada, com conteúdos e formas diferenciadas no mundo subdesenvolvido.

É importante destacar que o segmento do turismo no Nordeste desenvolveu-se, com maior ênfase, a partir da década de 1990, com incentivo do Governo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo I (PRODETUR I), passando, a partir deste momento, a ser considerado uma atividade econômica pelo Estado brasileiro. Fruto deste reconhecimento, em 2003 é criado o Ministério do Turismo.

Mas de que forma se deu este desenvolvimento? Segundo Cruz (2012), “este desenvolvimento se deu de forma verticalizada, de cima para baixo, a partir de decisões tomadas no Governo Federal” (p. 41). E desta forma, as decisões negligenciam o território, as populações tradicionais. Desta feita, o insustentável discurso da diminuição das desigualdades regionais passa a ser hegemônico, como se o turismo, enquanto atividade setorial, fosse capaz, sozinho, de reverter uma realidade histórica e estruturalmente concebida, expropriadora, excludente e espacialmente seletiva, típica do modo de produção a que estamos todos submetidos (Cruz, 2012).

Nesse sentido, discutir sobre a atividade do turismo a partir do processo de produção do espaço, e não necessariamente tratar às áreas destinadas ao turismo como algo dado, refere-se à compreensão de elementos e sociabilidades que estão no espaço geográfico e não se dão de forma per si, e sim através do



seu conteúdo absoluto/relativo/relacional. Fato este consonante com o pensamento lefebvriano (2000), em que o autor critica a tendência do planejamento espacial na modernidade com a setorização realizada em gabinetes que parte da total abstração e não dos processos em sua concretude, culminando em processos de homogeneidade fragmentação-hierarquização. A crítica do autor refere-se às formas do planejamento e da ação no espaço como meras abstrações, tendo como enfoque o planejamento destoante do plano do vivido e do percebido; abstração que envolve o valor de troca similar a outros planejamentos setoriais em um plano global. Assim sendo, o papel do Estado vincula-se diretamente à ação do capital, favorecendo o desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988) ao priorizar investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras (Epifania, 2019, p. 38).

O turismo assim concebido é mais uma forma de fragmentação do espaço, já profundamente fragmentado por tantas e tão distintas formas de apropriação. Reduzido à mercadoria, vê-se submetido à consagração dos enclaves e das bolhas. Neste caso, as desigualdades regionais tendem a aprofundar-se ao invés de se dissiparem. Este é o sentido da globalização como fábula (Santos, 2003). “Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são profundas” (Santos, 2003, p. 19).

No entanto, diferentemente do que ocorre em diversos países ao Norte Global, como Espanha, Itália, Estados Unidos, que são exemplificados como países com turismo de larga escala e, por conseguinte, com geração de desenvolvimento a partir deste turismo (Lemos, 2005), no Brasil não é esta a regra. Mas o que nos difere então destes países? O fato deles, historicamente, estarem situados entre as economias cêntricas e não periféricas. Este é o grande diferencial. E a significância de ser uma economia periférica, já está bem caracterizada no início deste trabalho. No entanto é importante a citação de Lemos (2005) do que caracteriza o desenvolvimento econômico:

O aumento do Produto Nacional Bruto per capita, acompanhado pela melhoria no padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia. A Organização das Nações Unidas usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo seu grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, esperança de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, e instrução e condições sanitárias. [...] Analisando a complexidade desse conjunto de variáveis, é possível verificar a pequena probabilidade de a atividade turística reconfigurar todas elas e equacioná-las em países de economia periférica (pelo menos por geração espontânea). Para que o turismo gere não apenas crescimento, mas também desenvolvimento, é preciso antes criar uma nova lógica econômica de longo prazo (p. 84).

E, o mesmo, vale para a inserção da energia eólica. Ambos os vetores de desenvolvimento podem até gerar desenvolvimento em economias cêntricas, mas não é o que se constata nas economias periféricas, principalmente por questões estruturais e sistêmicas.

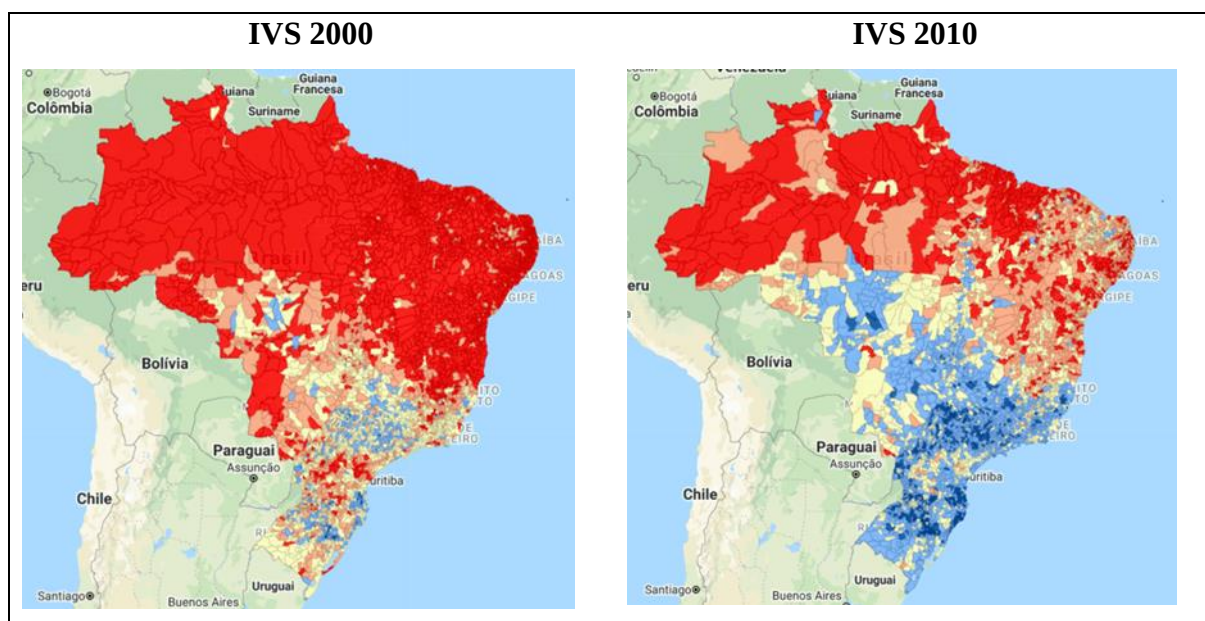
Dentro do discurso sobre o crescimento e/ou desenvolvimento fomentado por ambos os vetores produtivos, a geração de emprego e renda é o principal item na justificativa da importância da implantação destas atividades, mesmo que haja limites de identificação nos números.

Mesmo com as fragilidades já evidenciadas, o resultado da análise das entrevistas e dos grupos focais demonstram que, nem o turismo e nem o vetor produtivo eólico, por si só, garantem o desenvolvimento das localidades.

A região Nordeste, que vem priorizando o turismo como política pública nos diferentes estados e municípios, é uma das regiões brasileiras, que possui as piores taxas quanto a renda. Fica evidenciado que existe uma questão estrutural, de falta de oportunidades e, portanto, de capacidade de resposta que, independentemente do vetor produtivo que chegue na localidade, a exploração e o lucro sempre prevalecem, em detrimento do desenvolvimento social e ambiental.

Certamente estes dados compõem o resultado do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS 2000 e 2010) do Estado do Rio Grande do Norte e dos municípios específicos, analisado pelo IPEA<sup>35</sup>, onde se constata uma alteração positiva significativa da vulnerabilidade social no Brasil e no Rio Grande do Norte nos 10 anos (2000-2010). Infelizmente, não é possível a comparação com a década seguinte, em função dos dados não terem sido coletados em 2020.

Conforme Figura 29, é possível observar que o Rio Grande do Norte, nestes 10 anos, evoluiu em termos de vulnerabilidade, de ‘muito alta’ para ‘alta’.



<sup>35</sup> O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso.



**Figura 29:** Comparativo IVS 2000 e 2010 (Brasil)

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA (2015)

No entanto, ainda existem municípios com alta vulnerabilidade, inclusive em municípios com a presença expressiva do turismo e de parques eólicos, como é o caso de São Miguel do Gostoso, conforme é possível observar na Figura 30. E os municípios que figuram com média e baixa vulnerabilidade não correspondem necessariamente aos municípios turísticos mais eficientes, nem aos municípios com maior presença dos parques eólicos, apontando na direção dos dados analisados no exercício realizado anteriormente. Exceção para Natal, que é a capital do Estado.

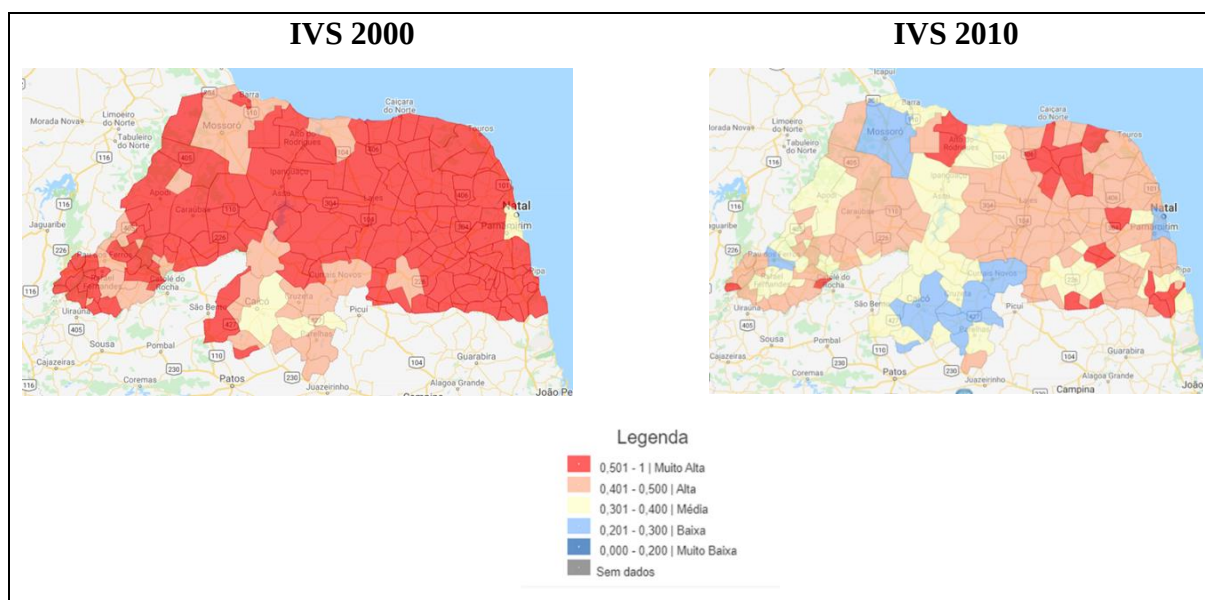


**Figura 30:** Comparativo IVS 2000 e 2010 (Rio Grande do Norte)

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA (2015)

Neste sentido, é interessante observar as Figuras 31 e 32, onde é possível cruzar as informações de municípios com a presença de turismo, de parques eólicos, o IDH-m 2010 e o IVS 2010, por município.

Na Figura 31 é possível visualizar que, nos municípios com alto IDH, a presença do turismo é incipiente (municípios categorizados como D e E, pelo MTUR), não havendo turismo em um deles, além da não presença de parques eólicos. A presença de parques eólicos é

registrada, visualmente, em municípios de baixo para médio IDH. Até mesmo nos municípios categorizados como A pelo MTur, o IDH é baixo, como é o caso de Natal e Tibau do Sul (Pipa).

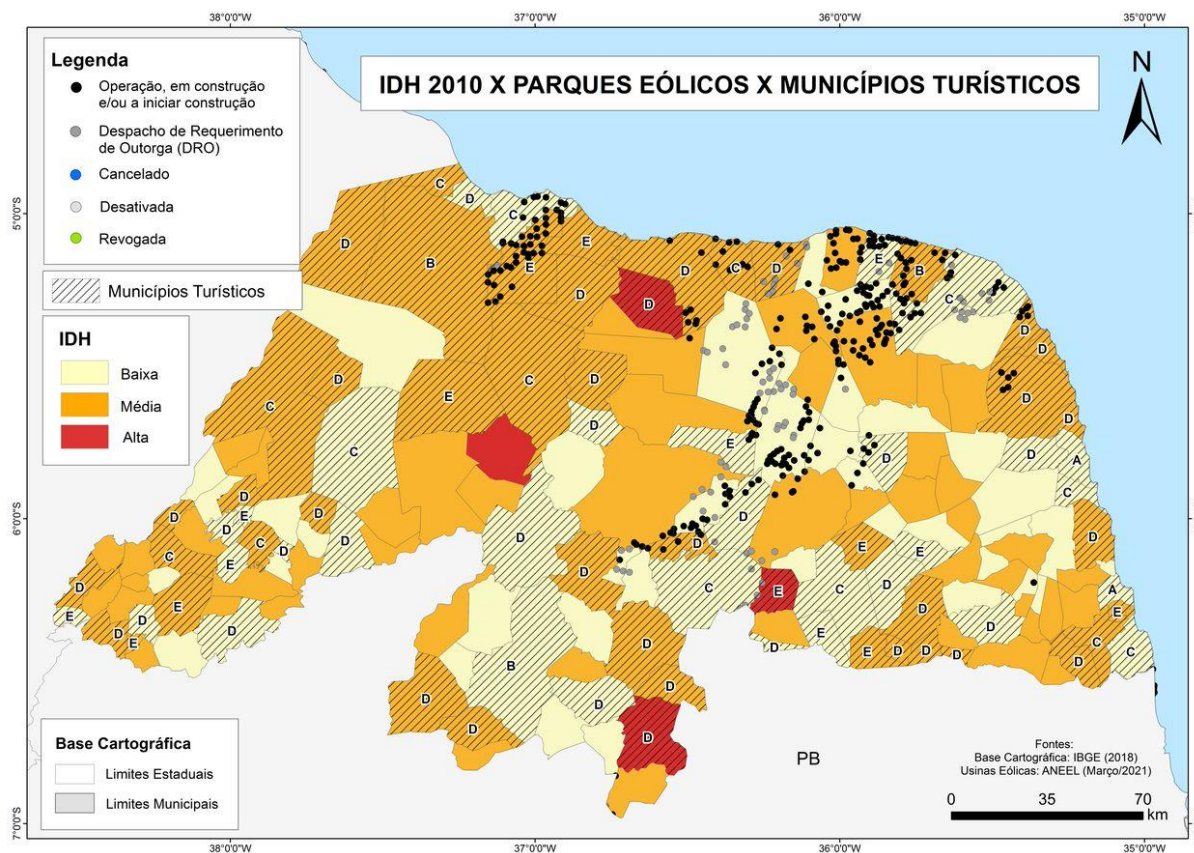


**Figura 31:** O IDH 2010 no RN, com a identificação dos municípios com presença de turismo e de parques eólicos.  
Elaboração Própria.

Já na Figura 32 é possível visualizar que nos municípios com IVS muito alto e alto é onde encontram-se os parques eólicos. Assim como em relação ao IDH, será interessante observar a manutenção ou a melhoria destas realidades quando da atualização deste índice.



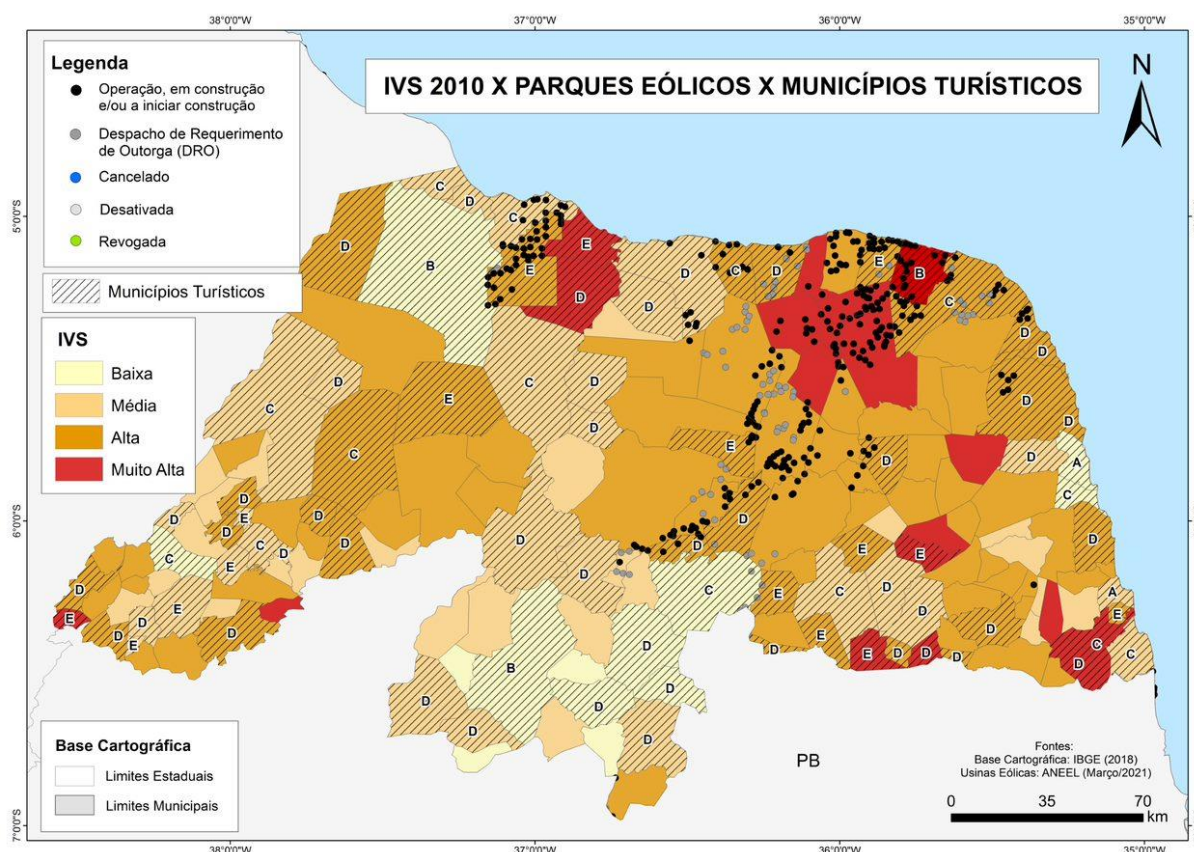


**Figura 32:** O IVS 2010 no RN, com a identificação dos municípios com presença de turismo, de parques eólicos e IVS.  
Elaboração Própria.

Sobre a movimentação mensal de empregos formais, o atual governo (2020) está mudando o CAGED para o que ele chama de Novo CAGED, passando grande parte dos declarantes para o sistema do eSocial e, nessa confusão, ele não disponibiliza, como antes, os microdados. Além disso, nessa mudança, muitas empresas deixaram de prestar informações de desligamentos. Assim, há muitas críticas sobre a validade dos dados apresentados e o quão reais são (apesar de toda a propaganda do governo), havendo a possibilidade de estes estarem inflados, mesmo com os processos de ajustes feitos pelo governo a partir de dados de outras fontes.

Ou seja, é possível que a criação do número de empregos que está sendo divulgado não seja real, já que o saldo de empregos pode ser menor se o número de desligamentos for maior do que o contabilizado.

Mas, para além desses problemas metodológicos, o Governo Federal criou uma nova plataforma de divulgação desses dados<sup>36</sup>. Se os dados forem corretos, essa plataforma pode ser

<sup>36</sup>Recuperado de <https://bit.ly/34QqPia>

interessante para visualizar dados mais gerais, pois é de fácil acesso e bem intuitiva. Contudo, seria relevante que o governo divulgasse os microdados também para que fosse possível observar questões mais específicas, o que não tem sido divulgado.

Na movimentação do mês de março de 2021, é possível ver, conforme Figura 33, um saldo negativo de -235 postos de trabalho formais no grupo de atividade “geração de energia elétrica”, em nível nacional, sendo 462 pessoas admitidas e 696 demitidas. Do total do saldo, tem-se um número de -241 homens. O dado não justifica a propaganda de geração de emprego alardeada nas localidades, quando da chegada de um parque eólico.

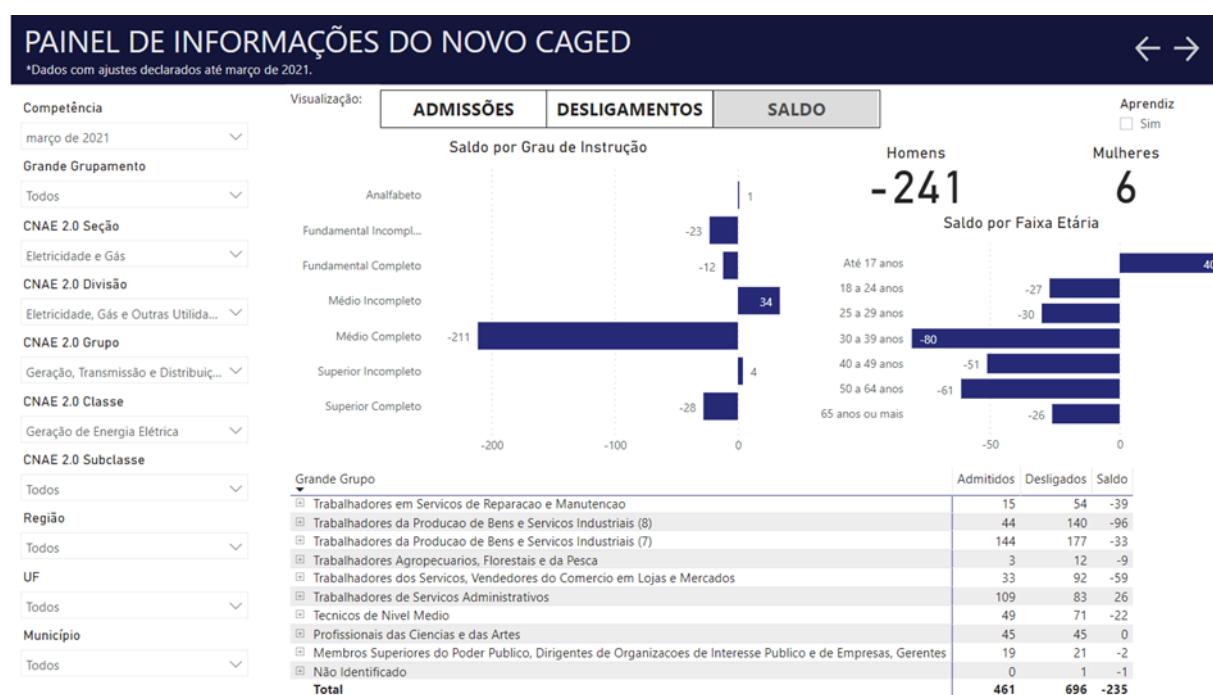


**Figura 33:** Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Brasil (Geração de energia elétrica) nos últimos 12 meses  
 Fonte: Caged (março/2021).

E aqui vale uma ressalva. Diferente da diminuição do fluxo de turistas nos municípios turísticos, em função da pandemia, e de todas as consequências advindas desta nova realidade, os parques eólicos mantiveram seus planejamentos de execução de obra, de arrendamentos de terras, conforme verificado nas entrevistas e grupos focais. Então, mesmo num ano de crise aguda, com mudanças nos cenários econômicos locais e global, o saldo de empregos advindo do vetor eólico, não sofre grandes prejuízos, em função da dinâmica imposta pela pandemia.

Inclusive foi relatado em uma entrevista (Sujeito 4) que, “graças ao movimento de pessoas que vieram de fora para as atividades vinculadas às empresas de geração de energia

eólica e de seus familiares, algumas das pousadas em São Miguel do Gostoso mantiveram uma ocupação relativa neste período de pandemia”.

Neste sentido, é importante comparar esta informação com o saldo de empregos no Nordeste, também negativo, num montante de -257 (51 contratações e 308 demissões), em março de 2021, majoritariamente de homens demitidos, conforme Figura 33. Vale ainda a ressalva de que os dados não são apresentados por fonte de geração elétrica e, sim, na somatória de todas as fontes, o que dificulta a percepção da fonte a que estas demissões estão relacionadas.

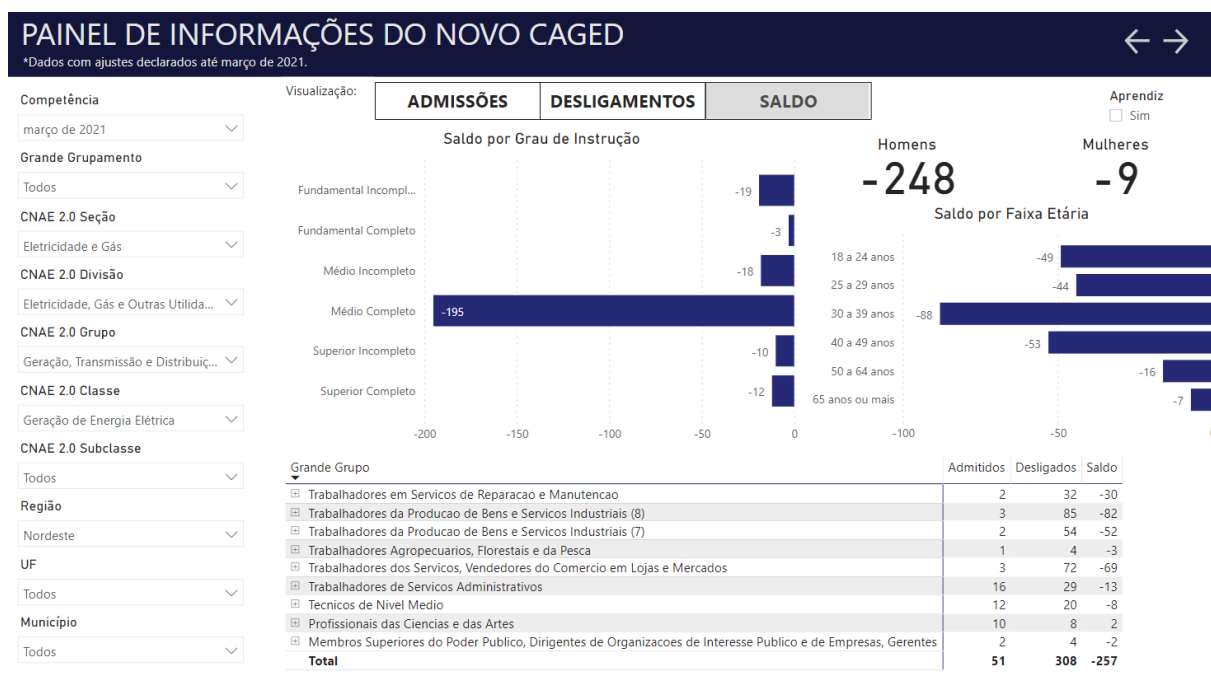


**Figura 33:** Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Geração de energia elétrica) no mês de março/21  
Fonte: Caged (março/2021).

O Painel de Informações permite ainda observar o saldo por grau de instrução, onde se observa que o maior saldo de demissões se deu entre aqueles que têm o ensino médio completo e estão na faixa de 30 a 39 anos.

Já no turismo, é um pouco mais complicado enxergar os dados, uma vez que o setor engloba muitas áreas. Só na seção de atividade “alojamento e alimentação”, conforme Figura 34, foram eliminados 279.694 postos de trabalhos formais nos 12 meses anteriores a março de 2021, sendo a maioria de empregos femininos. E aqui sim, os dados são afetados pela pandemia Covid-19.

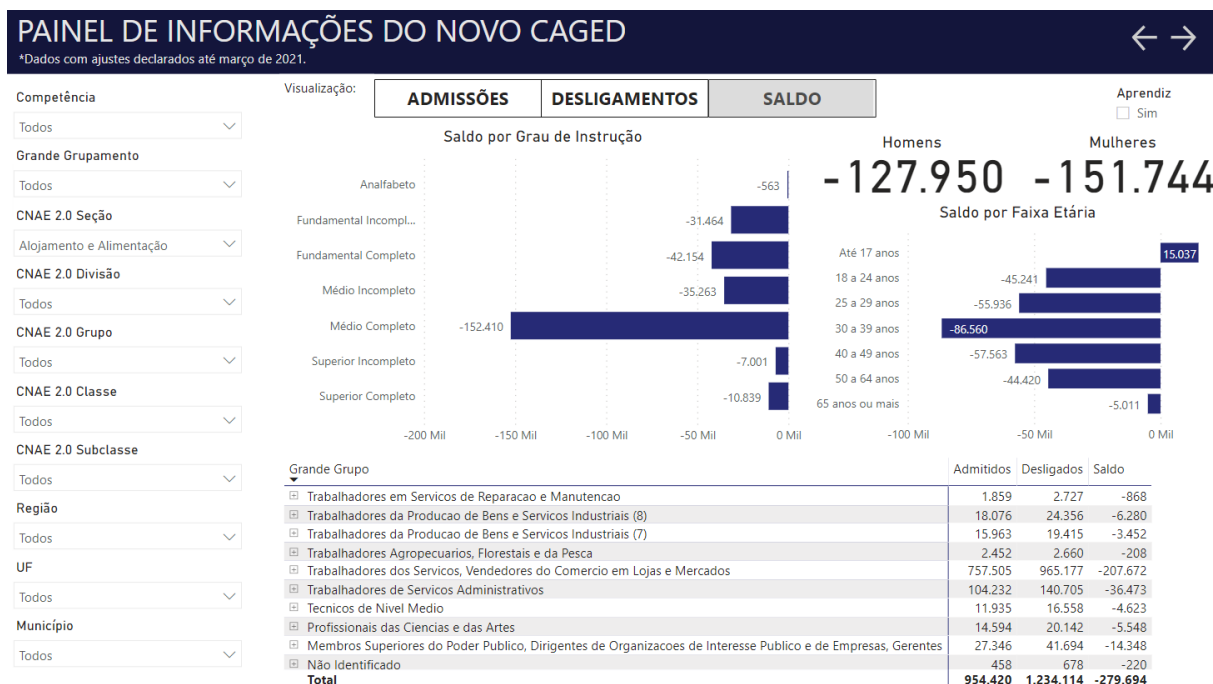


**Figura 34:** Paine de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Brasil (Alojamento e Alimentação) últimos 12 meses  
Fonte: Caged (março/2021).

Ao se realizar o recorte para o saldo apenas no mês de março de 2021, o quadro apresenta um saldo de -28.575, com a predominância de demissões de cargos ocupados por mulheres (Figura 35).

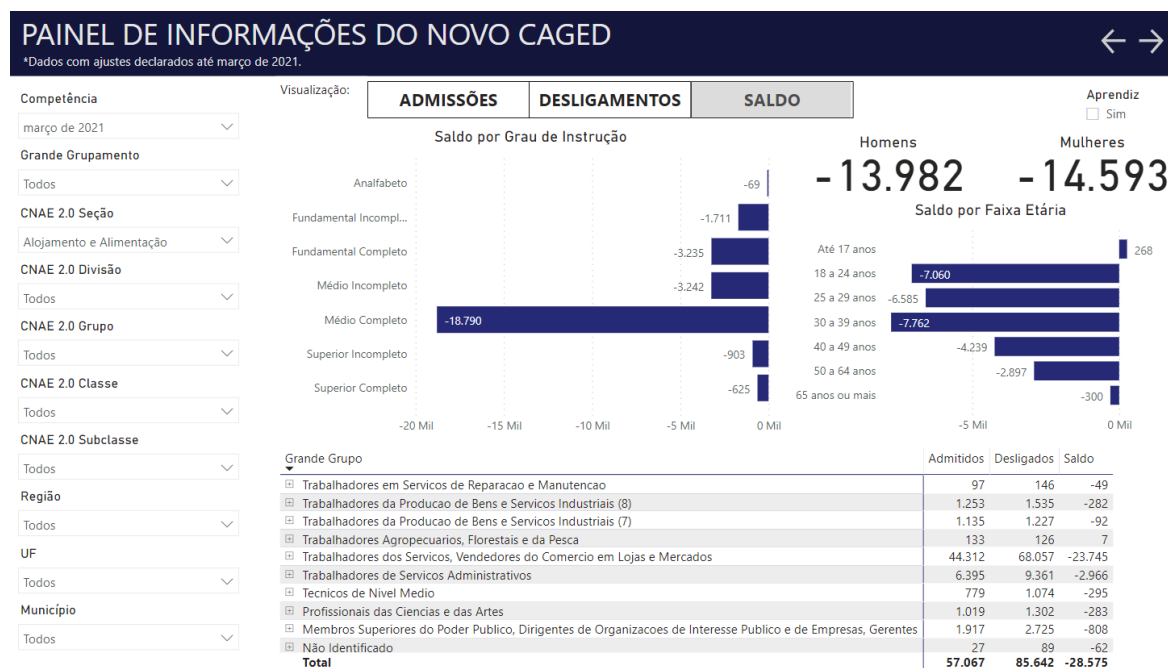


**Figura 35:** Paine de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Brasil (Alojamento e Alimentação) no mês de março/21  
Fonte: Caged (março/2021).



A Figura 36 apresenta o saldo de empregos de Alojamento e Alimentação dos últimos 12 meses para o Nordeste. O saldo é negativo, de -35.486 empregos, sendo a maioria de mulheres (-18.482).

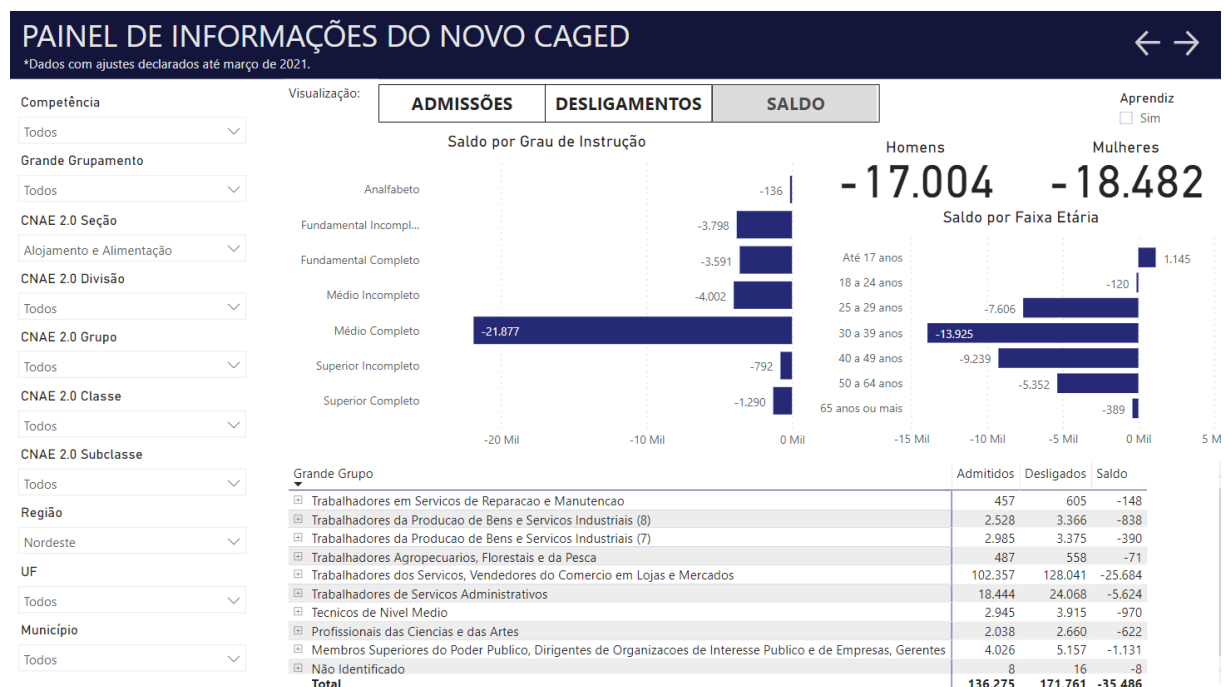


**Figura 36:** Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Alojamento e Alimentação) nos últimos 12 meses

Fonte: Caged (março/2021).

Já no mês de março de 2021, conforme Figura 37, no Nordeste houve um saldo de -6.951 empregos, sendo a maioria negativa no saldo, de homens (-3.828).

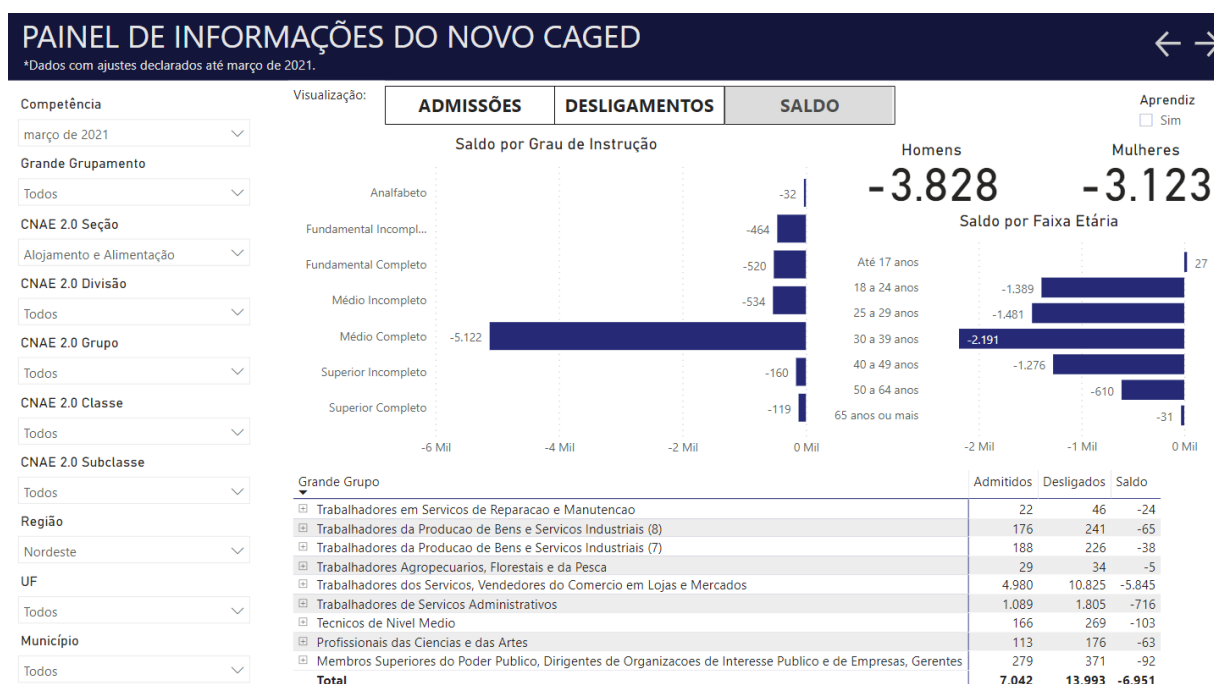


**Figura 37:** Painel de informações do novo CAGED – Saldo de empregos Nordeste (Alojamento e Alimentação) no mês de março/21  
Fonte: Caged (março/2021).

Da mesma forma, como se observa nos dados de Geração de energia elétrica, nos dados apresentados pelo setor de Alojamento e Alimentação, tanto em nível de Brasil quanto em nível de Nordeste, referentes ao grau de instrução, observa-se que o maior saldo de demissões se deu entre aqueles que têm o ensino médio completo e estão na faixa de 30 a 39 anos.

Pode-se afirmar, através da análise destes dados, que os vetores produtivos, turismo e energia eólica, independente do território onde eles se instalam, visam o lucro e que, mesmo que o seu resultado contribua com o aumento do PIB ou seja significativo na composição do PIB, não contribui numa relação de causa-efeito, para diminuir a pobreza e as vulnerabilidades dela oriundas. E principalmente, é possível afirmar que não se demonstra, com base nos dados, a realidade de geração de emprego tão alardeada, principalmente pelas empresas eólicas, ao chegarem nas localidades.

## CAPÍTULO 6 – APROXIMANDO A LENTE: ESPAÇOS DE MUITAS CONTRADIÇÕES

Mas será que esta realidade se replica ao se analisar os microdados dos dois municípios definidos para a realização da empiria? A ideia é observar qual a realidade, a partir da análise dos dados oficiais nas localidades escolhidas, que são turísticas e que também acolhem os parques eólicos.

Os dois municípios do estado do Rio Grande do Norte foram escolhidos de acordo com a metodologia definida, sendo um caracterizado como município turístico de categoria B e outro de categoria D, pelo Ministério do Turismo, ambos apresentados a seguir.

### 6.1 – São Miguel do Gostoso: terra de ventos, onde céu e mar têm infinitos tons de azuis





**Figura 38:** Registros do trabalho de campo – São Miguel do Gostoso/RN

Fonte: Arquivo pessoal.

Optou-se em estudar o município de São Miguel do Gostoso (Figura 39) por aliar vários aspectos. Destaca-se por (i) ser um município turístico de categoria B<sup>37</sup> de acordo com o agrupamento realizado pelo Ministério do Turismo, conforme o Mapa do Turismo 2017-2019, (ii) ter a presença de parques eólicos e (iii) ter aprovado a primeira lei municipal<sup>38</sup> que limita em 2 quilômetros, a partir da linha preamar, a distância para implantação de aerogeradores e outras estruturas maiores de 50 metros de altura.

---

<sup>37</sup> No Rio Grande do Norte, a capital Natal é categorizada como categoria A, (segundo o Mapa do Turismo 2017-2019, Ministério do Turismo).

<sup>38</sup> Lei Municipal número 255/2014, provisória e será mantida até a legalização do Plano de Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE).



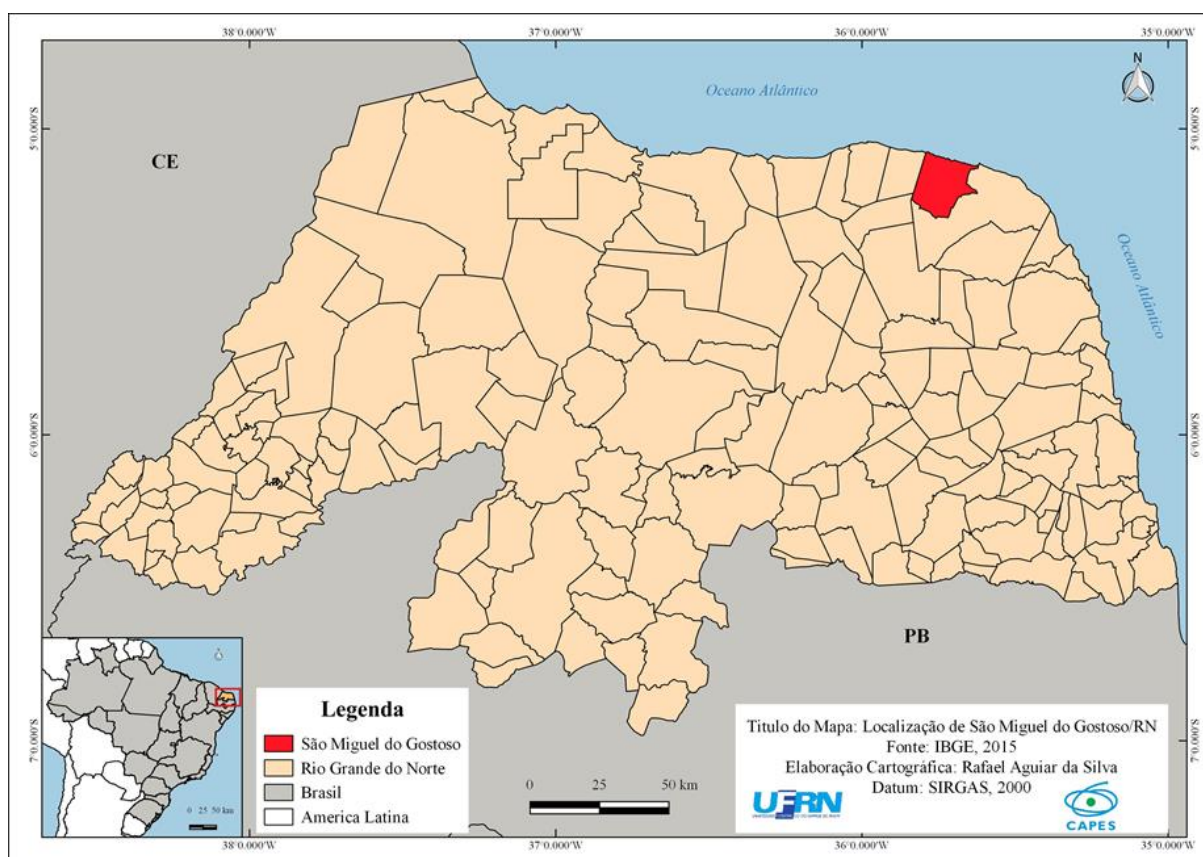


**Figura 39:** Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para São Miguel do Gostoso  
Fonte: IBGE, 2015.

São Miguel do Gostoso dista 110 quilômetros ao norte da capital do estado, Natal. É conhecido como o lugar onde o vento faz a curva, de lindas praias, especial para a prática de esportes náuticos, como a vela e o *kitesurf*.

O povoado de ‘Gostoso’ foi fundado em 29 de setembro de 1884, inicialmente denominado São Miguel do Touros, o povoado emancipou-se do município de Touros, passando a chamar-se São Miguel do Gostoso, pela Lei Estadual 6.452, de 16 de julho de 1993.

A atividade turística, há mais tempo e, nos últimos dez anos, com a chegada dos parques eólicos, houve significativas modificações sociais, demográficas, ambientais, territoriais e econômicas para o município.

São Miguel do Gostoso tem algumas particularidades, bem relatadas por Taveira (2015) que o tornam um lugar especial. Encontramos a produção do labirinto que não é exclusivo do município, mas que organiza no seu entorno um grupo considerável de mulheres que tiram parte de seu sustento da venda deste artesanato, sendo uma tradição que passa de geração para geração. Nos últimos anos, a falta de interesse das moças jovens no feitiço desta renda, está colocando em risco a sua continuidade.

São Miguel do Gostoso tem uma moeda própria (Figura 40), o ‘Gostoso’, que contribui para dinamizar a base econômica local, assim como atender as demandas financeiras dos agricultores familiares e pequenos produtores da região. “Sedia um Banco Comunitário que já contribuiu para o impulsionamento de atividades como a produção de farinha, doces e artesanatos, entre outras” (Sujeito 9).



**Figura 40:** Cédulas do Gostoso  
Fonte: Arquivo pessoal.

São Miguel do Gostoso tem na sua orla um extenso berçário para a reprodução das tartarugas marinhas (Tartarugas-de-pente).

Juntamente com Pipa (Tibau do Sul), as praias de São Miguel do Gostoso compreendem os principais destinos turísticos internacionais do estado do Rio Grande do Norte.

Segundo Taveira (2015, p. 182), “São Miguel do Gostoso é um dos três polos gastronômicos do Rio Grande do Norte, ao lado de Natal e Pipa”. No município encontram-se três agências de passeios turísticos, três escolas de locação de equipamentos, que permitem contratar professores de instrução para os esportes náuticos, diversas lojas de artesanato, e um calendário com diversos eventos relacionados à cultura, como o Cinema de Gostoso e as tradicionais festas de fim de ano.

Segundo o Censo Demográfico (2010), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Miguel do Gostoso tinha 8.670 habitantes<sup>39</sup> com uma densidade demográfica de 25,22 hab/km<sup>2</sup> (Tabela 10).

**Tabela 10:** Situação de domicílio, urbano e rural, da população com mais de 10 anos de idade – São Miguel do Gostoso – RN (2000-2010)

| MUNICÍPIO                    | TOTAL DA POPULAÇÃO<br>COM + DE 10 ANOS |       | URBANA            |       | RURAL             |       |
|------------------------------|----------------------------------------|-------|-------------------|-------|-------------------|-------|
|                              | 2000                                   | 2010  | 2000              | 2010  | 2000              | 2010  |
| <b>SÃO MIGUEL DO GOSTOSO</b> | SEM<br>INFORMAÇÃO                      | 8.670 | SEM<br>INFORMAÇÃO | 4.131 | SEM<br>INFORMAÇÃO | 4.539 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Elaboração Própria.

Em 2018, São Miguel do Gostoso contava com uma população de 9.531 habitantes, segundo a mesma fonte.

Esta população está espalhada, além da cidade (conhecida por Sede) propriamente dita, em 26 distritos, a partir dos assentamentos rurais que são, Tabua, Reduto, Morro dos Martins, Morro dos Paulo, Baixio, Umburana, Frejó, Baixinha dos França, Baixinha das Vieiras, Cruzamento, Janjão, Novo Horizonte, Arizona, Paraíso, Mundo Novo, Fazendinha, Angico de Fora, Angico Velho, Praia do Marco, Santa Fé, Ouro Branco, Nova Esperança, Canto da Ilha de Cima I, Canto da Ilha de Cima II e, Antônio Conselheiro (Aragão, 2001). É importante ressaltar, no entanto, que pelo fato de a comunidade Tabua ser uma das mais atuantes da região, em função do engajamento político de seus componentes e dos diversos projetos de agricultura familiar e organização social, incluindo a gestão originária do Banco Solidário e o desenvolvimento do turismo de base local, ficou definida a realização de um grupo focal nesta comunidade.

Em 2015, segundo o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais (10% da população total) era de 1,7 salários mínimos, no entanto 53,1% da população tinha rendimentos mensais de até ½ meio salário mínimo. Este percentual, em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte era de 35,7%.

Em 2010, a taxa de escolaridade foi de 98,7%, sendo que os alunos dos anos finais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tiveram nota média de 3,5, que

<sup>39</sup> Se bem que é comum as especulações a respeito de um maior número de pessoas devido às flutuações de moradores advindo da atividade turística e dos empreendimentos de energia eólica (muitos trazem suas famílias por longo períodos).

regrediu, comparando-se a 2017, quando foi de 3,1 sendo que, nos anos iniciais, a nota média que havia sido de 4,8, também regrediu para 4,5. Estas taxas são inferiores as verificadas no Brasil, respectivamente, 4,4 e 5,5.

A taxa de mortalidade infantil, que no Brasil é 13,8 a cada 1000 nascidos vivos, em Natal é 12,06 e em São Miguel do Gostoso é 19,05.

São Miguel do Gostoso apresenta 2,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, bem distante da capital do estado, Natal, com 61,8% e do Brasil com 80,6%. No entanto, observa-se uma campanha na cidade do Gostoso 100% Saneada, implementada pelo Governo do Estado com recursos do Banco Mundial, com previsão de encerramento para dezembro de 2018, ainda em processo. Uma parte da cidade ficou de fora desta campanha (Sujeito 2).

De acordo com o mesmo banco de dados, 71,2% das receitas são oriundas de fontes externas. O Índice de pobreza está em 53,75% e o índice Gini<sup>40</sup> em 0,39.

Em relação ao desenvolvimento humano, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano, no município de São Miguel do Gostoso, têm condição média para baixo em 2010, mantendo as posições em relação a 2000 e 1991, no comparativo proporcional em relação ao Brasil. Está abaixo do índice do Rio Grande do Norte e bem abaixo do IDH do Brasil, respectivamente 0,684 e 0,727 no caso de 2010 (Tabela 11).

**Tabela 11:** IDHM do município de São Miguel do Gostoso, RN – comparativo com RN e Brasil

| <b>Território</b>            | <b>IDHM<br/>1991</b> | <b>IDHM<br/>2000</b> | <b>IDHM<br/>2010</b> |
|------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 0,218                | 0,403                | 0,591                |
| <b>Rio Grande do Norte</b>   | 0,428                | 0,552                | 0,684                |
| <b>Brasil</b>                | 0,493                | 0,612                | 0,727                |

Fonte: IBGE Cidades, 2017.  
Elaboração Própria.

O PIB per capita em 2018 foi de R\$ 44.082,85, superior ao PIB do Brasil de R\$ 33.593,82, tendo mais que dobrado em relação ao ano de 2015, conforme observado na Tabela 17. Os dados de São Miguel do Gostoso demonstram um crescimento econômico linear e exponencial a partir de 2015 (Tabela 12), que se estagna nos último dois anos apresentados. Qual a parcela de responsabilidade do vetor produtivo do turismo e vetor produtivo eólico neste crescimento? Será importante observar se este número manter-se-á nos próximos anos.

<sup>40</sup> Instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade (todos tem a mesma renda) e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (MDS/2016).



**Tabela 12:** Posição do PIB Per Capita (comparativo 2010 a 2018)

| PIB                          | 2010     | 2011     | 2012     | 2013     | 2014     | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      |
|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 5.298,56 | 6.185,58 | 6.652,38 | 7.221,62 | 9.357,84 | 16.888,88 | 33.510,93 | 43.678,14 | 44.082,85 |

Fonte: IBGE Cidades, 2017.

Elaboração Própria.

Em 2015, segundo o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais (10% da população total) foi de 1,7 salários mínimos. No entanto, 53,1% da população teve rendimentos mensais de até ½ meio salário mínimo. Este percentual, em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, foi de 35,7%. A renda da população teve uma melhora em relação a 2010, quando 73,7% da população tinha rendimentos mensais de até ½ meio salário mínimo (Tabela 13).

**Tabela 13:** Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, por situação de domicílios e classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (SM 2010) – São Miguel do Gostoso – RN

| Município                    | Até R\$ 70,00 - % | Até ¼ SM (R\$ 127,50) - % | Até ½ SM (255,00) - % | Até 60% da média Brasil - % |
|------------------------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 25,4              | 46,2                      | 73,7                  | 67,0                        |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Elaboração Própria.

Em relação às condições de pobreza, os percentuais de extremamente pobres e de pobres diminuíram entre 2000 e 2010, conforme Tabela 14, acompanhando a queda geral no Brasil. De acordo com a mesma tabela, não houve alteração significativa entre 2000 e 2010 referente ao Índice de Gini.

**Tabela 14:** Renda, pobreza e igualdade no município de São Miguel do Gostoso – RN

| Município                    | Renda Per capita |        | % de Extremamente Pobres |       | % Pobres |       | Índice de Gini |      |
|------------------------------|------------------|--------|--------------------------|-------|----------|-------|----------------|------|
|                              | 2000             | 2010   | 2000                     | 2010  | 2000     | 2010  | 2000           | 2010 |
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 117,20           | 257,10 | 46,03                    | 21,71 | 69,80    | 42,01 | 0,54           | 0,51 |
| <b>Brasil</b>                | 592,46           | 793,87 | 12,48                    | 6,62  | 27,90    | 15,20 | 0,64           | 0,60 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Elaboração Própria.

Dados da pesquisa de campo, etapa de reconhecimento, indicam que essa redução geral da pobreza pode estar relacionada ao acesso do conjunto da população ao Programa Bolsa Família<sup>41</sup>, que atende as famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita de até R\$ 178,00, de acordo com o MDS em julho de 2015.

É interessante observar a importância do Programa Bolsa Família que, ao longo de uma década, promoveu uma mudança acentuada no padrão de renda da população, conforme Tabela 15. Nota-se que 37,04 % das famílias do município estão inseridas neste Programa.

**Tabela 15:** Quantidade de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e valores totais repassados – São Miguel do Gostoso – RN

| Município                    | Número | Famílias inseridas no cadastro único 08/2020 | Famílias beneficiárias do Bolsa Família 08/2020 | Valor transferido 04/2019 | Valor médio do benefício por família |
|------------------------------|--------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|
|                              | Hab    | Qtde                                         | Qtde                                            | R\$                       | R\$                                  |
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 8.670  | 2.259                                        | 1.462                                           | 269.579,00                | 208,98                               |

Fonte: Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF)/agosto/2020.

Elaboração Própria.

Esse Programa atinge as pessoas e famílias mais pobres dos municípios. Os beneficiários, em geral agricultores familiares que se enquadram na Linha de Pobreza<sup>42</sup> e passam a acessar políticas públicas de transferência de renda bem como outras políticas que contribuem na ampliação da renda familiar, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desde que estejam com o cadastro atualizado. O monitoramento do Programa dá-se a partir do acompanhamento da frequência escolar e do acompanhamento da agenda saúde das crianças e adolescentes, conforme Tabela 16. Em São Miguel do Gostoso o acompanhamento é realizado com maior monitoramento do que a média nacional, como demonstram os dados.

<sup>41</sup> É o maior e mais ambicioso programa da história do Brasil. O programa BOLSA FAMÍLIA nasce para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país. O Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até meio salário mínimo, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

<sup>42</sup> As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

**Tabela 16:** Perfis educacional, saúde e renda das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família/julho de 2020 e atualização cadastral – São Miguel do Gostoso – RN

| Município             | Perfil educacional                                      | Perfil Saúde                                      | Perfil renda               | Atualização cadastral   |                                   |
|-----------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
|                       | Taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE) - % | Taxa de acompanhamento da agenda saúde (TAAS) - % | Família com renda até ½ SM | Com cadastro atualizado | Taxa de atualização cadastral - % |
| São Miguel do Gostoso | 92,82                                                   | 92,35                                             | 1.989                      | 1.462                   | 73,50                             |
| Média nacional        | 93,06                                                   | 79,70                                             | -                          | -                       | 75,55                             |

Fonte: Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF)/agosto/2020.  
Elaboração Própria.

Em relação à habitação, os dados da Tabela 17 consideram apenas a população urbana com água, energia elétrica e coleta de lixo. Na área rural, a partir dos dados da pesquisa, etapa de conhecimento, observa-se uma grande cobertura de energia elétrica, não extensiva à água e à coleta de resíduos. Em ambos os municípios analisados, a falta de água é um fator limitante importante, inclusive para a atividade agrícola. Os dados da Tabela 17 sugerem também que, em relação à média nacional, o percentual de população com água e o percentual de domicílios com banheiro e água encanada são insuficientes. A coleta de resíduos, na área rural, é inexistente, sendo que as pessoas e os animais coabitam com as sacolas plásticas e dejetos de lixo em todo o território, o que evidencia a total ausência de políticas públicas para os mais vulneráveis e hegemonizados.

**Tabela 17:** Habitação da população urbana no município de São Miguel do Gostoso – RN

| Município             | % pop com água |       | % pop com energia elétrica |       | % pop com coleta de lixo |       | % da pop domiciliar com banheiro e água encanada |       |
|-----------------------|----------------|-------|----------------------------|-------|--------------------------|-------|--------------------------------------------------|-------|
|                       | 2000           | 2010  | 2000                       | 2010  | 2000                     | 2010  | 2000                                             | 2010  |
| São Miguel do Gostoso | 26,18          | 88,21 | 87,32                      | 99,84 | 95,81                    | 96,08 | 18,93                                            | 73,17 |
| Brasil                | 81,79          | 92,72 | 93,46                      | 98,58 | 91,12                    | 97,02 | 76,72                                            | 87,16 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.  
Elaboração Própria.

Observa-se, de acordo com a Tabela 18, a precariedade na realidade do trabalho e do emprego. A grande maioria dos trabalhadores não tem carteira de trabalho assinada, situação que é confirmada com a pesquisa realizada no município.

**Tabela 18:** Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x ano – São Miguel do Gostoso – RN

| Município                    | Empregadores |      | Conta própria |       | Empregados com carteira assinada – 18 anos ou mais |       | Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada |       |
|------------------------------|--------------|------|---------------|-------|----------------------------------------------------|-------|-------------------------------------------------------|-------|
|                              | 2000         | 2010 | 2000          | 2010  | 2000                                               | 2010  | 2000                                                  | 2010  |
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 2,30         | 1,22 | 25,01         | 28,22 | 7,01                                               | 17,65 | 17,00                                                 | 28,96 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.

Elaboração Própria.

Em relação aos dados para análise da vulnerabilidade social<sup>43</sup>, como visto na Tabela 19, houve uma considerável diminuição da mortalidade infantil. Observamos que há uma deficiência muito grande no que se refere à educação. O percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola é de 40%, sinalizando a falta de creches ou a dificuldade de acesso a elas (como observado no trabalho de campo nas comunidades rurais), mesmo que este percentual seja melhor do que o do estado. Já em relação aos jovens na faixa de 6 a 14 anos, apenas 1,27% das crianças não frequentam a escola. O Programa Bolsa Família é apontado, na pesquisa de campo, como aquele que ajudou a melhorar esse índice. O maior problema está na faixa seguinte, de 15 a 24 anos onde 28,12% dos jovens nem estudam, nem trabalham e são vulneráveis, número este, que dobrou em 10 anos.

A proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a ½ salário mínimo é muito alto, o que demonstra as baixas remunerações das atividades em São Miguel do Gostoso. O percentual é de quase 90% em 2000, tendo baixado para quase 70% em 2010. Em 2010, o percentual equivale ao percentual do estado, 10 anos antes (2000).

<sup>43</sup> Na metodologia do Atlas do Desenvolvimento Humano, a vulnerabilidade social refere-se à situação de risco social tais como analfabetismo, crianças e adolescentes fora da escola, maternidade precoce e crianças em famílias que vivem abaixo da linha da pobreza.

**Tabela 19:** Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – São Miguel do Gostoso – RN (%)

| Município             | Mortalidade Infantil |       | % crianças 0 a 5 fora da escola |       | % crianças 6 a 14 anos fora da escola |      | % pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis |       | % de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família |       | Proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a ½ salário mínimo |       |
|-----------------------|----------------------|-------|---------------------------------|-------|---------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------|-------|
|                       | 2000                 | 2010  | 2000                            | 2010  | 2000                                  | 2010 | 2000                                                                       | 2010  | 2000                                                                                                     | 2010  | 2000                                                                           | 2010  |
| São Miguel do Gostoso | 52,99                | 20,00 | 60,20                           | 40    | 5,55                                  | 1,27 | 14,68                                                                      | 28,12 | 94,94                                                                                                    | 52,26 | 89,57                                                                          | 67,38 |
| Rio Grande do Norte   | 43,27                | 19,70 | 66,26                           | 51,01 | 6,12                                  | 2,84 | 22,41                                                                      | 17,86 | 14,32                                                                                                    | 17,68 | 68,29                                                                          | 47,70 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2018.

Elaboração Própria.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é complementar ao IDH-M, e traz 16 indicadores estruturados em três dimensões. Tem por objetivo o mapeamento da exclusão e da vulnerabilidade. Quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade, considerada muito alta quando está acima de 0,500. Compreende-se, segundo o Atlas do Trabalho Escravo (2009), que a integração entre a análise do desenvolvimento humano, com a vulnerabilidade social, denomina-se prosperidade social. Simultaneamente, se há alto Desenvolvimento Humano, a Vulnerabilidade Social precisa ser baixa. Infelizmente não temos o dado municipal além do ano de 2010. Para os Estados e para o Brasil, os dados estão disponíveis, anualmente, até 2017. De qualquer forma, é possível observar que das três dimensões que compõem o IVS, a dimensão Renda e Trabalho, em São Miguel do Gostoso, é que demonstra maior vulnerabilidade. É também interessante observar que na dimensão Infraestrutura Urbana, o IVS do Rio Grande do Norte está mais bem colocado do que o Brasil. Pode-se pressupor que esta dimensão tenha captado os grandes investimentos em infraestrutura ocorridos no estado, também em função dos programas de turismo.

**Tabela 20:** Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – São Miguel do Gostoso – RN

| Município                    | IVS<br>Renda e Trabalho |       |       | IVS<br>Capital Humano |       |       | IVS<br>Infraestrutura Urbana |       |       | IVS<br>Total |       |       |
|------------------------------|-------------------------|-------|-------|-----------------------|-------|-------|------------------------------|-------|-------|--------------|-------|-------|
|                              | 2000                    | 2010  | 2017  | 2000                  | 2010  | 2017  | 2000                         | 2010  | 2017  | 2000         | 2010  | 2017  |
| <b>São Miguel do Gostoso</b> | 0,784                   | 0,673 | -     | 0,563                 | 0,546 | -     | 0,562                        | 0,442 | -     | 0,673        | 0,517 | -     |
| <b>Rio Grande do Norte</b>   | 0,607                   | 0,411 | 0,398 | 0,589                 | 0,420 | 0,281 | 0,330                        | 0,217 | 0,171 | 0,509        | 0,349 | 0,238 |
| <b>Brasil</b>                | 0,485                   | 0,320 | 0,300 | 0,503                 | 0,362 | 0,226 | 0,351                        | 0,295 | 0,204 | 0,446        | 0,326 | 0,243 |

Fonte: IPEA, Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros, 2018, Brasil.  
Elaboração Própria.

Concluindo esta avaliação preliminar de dados, com esta última tabela (Tabela 20), pode-se apontar que o município de São Miguel do Gostoso pode ser considerado, pela metodologia do IVS, que confirma os demais dados, um município altamente vulnerável. Mesmo que o PIB do município em 2018 seja superior ao PIB do Brasil, conforme os dados apresentados, ele não reflete melhora dos demais índices e subíndices.

Desta feita, pode-se retornar à pergunta de partida, sobre qual a interferência e a relevância dos vetores produtivos do turismo e eólico no aprofundamento das vulnerabilidades já existentes em São Miguel do Gostoso? Seguir-se-á o trabalho num esforço de buscar identificar estratégias e ações integradas e integradoras, onde as dinâmicas do turismo e dos parques eólicos na localidade contribuam para a inclusão social e econômica dos habitantes, tendo por objetivo de chegada, ao final deste caminho, uma reflexão voltada para fatores que venham a minimizar a exclusão social, com vistas à prosperidade social. Assim como tem-se a expectativa de que a análise dos microdados, a partir da pesquisa de campo, pincelem respostas a esta pergunta.

## 6.2 – Rio do Fogo: Terra de pescadores, clamando pelo resgate da sua condição de paraíso







**Figura 41:** Registros do trabalho de campo – Praias de Rio do Fogo e Zumbi, município de Rio do Fogo/RN

Fonte: Arquivo LISAT/UFRN.

Optou-se em estudar o município de Rio do Fogo (Figura 42) por aliar alguns aspectos. Destaca-se por (i) ser um município turístico de categoria D<sup>44</sup> de acordo com o agrupamento realizado pelo Ministério do Turismo, conforme o Mapa do Turismo 2017-2019, (ii) ter a presença de parques eólicos e (iii) ter implantado o primeiro parque eólico no Rio Grande do Norte (Rozendo, Ferraz, & Bastos, 2014).

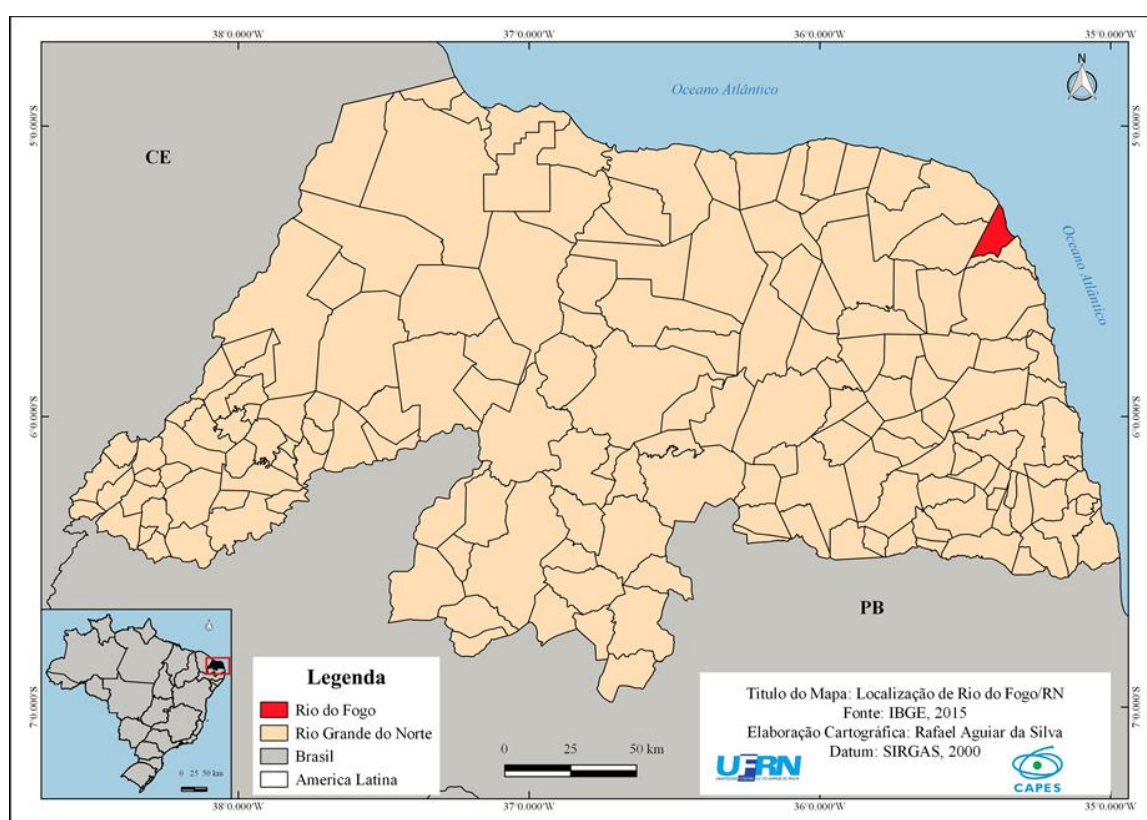


**Figura 42:** Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque para Rio do Fogo – RN

Fonte: IBGE, 2015.

<sup>44</sup> No Rio Grande do Norte, a capital Natal é categorizada como categoria A, (segundo o Mapa do Turismo 2017-2019, Ministério do Turismo).



O município de Rio do Fogo dista 72 quilômetros ao norte da capital do estado, Natal. Pertenceu à jurisdição de Touros e, posteriormente, à Barra de Maxaranguape. Com o crescimento da pesca artesanal e a chegada do turismo, emancipa-se em 17 de setembro de 1995, através da Lei Estadual nº 6.842. No entanto, municipaliza-se em 1º de janeiro de 1997.

Segundo o Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio do Fogo tinha 10.059 habitantes com uma densidade demográfica de 66,94 hab/km<sup>2</sup> e, em 2018 uma população estimada em 10.789 habitantes, conforme Tabela 21, distribuída em seis distritos, com três extensões litorâneas, quais sejam, Praias de Pititinga, Zumbi e Rio do Fogo (Sede) e os distritos interioranos, Punaú, Catolé e Canto Grande.

**Tabela 21:** Situação de domicílio, urbano e rural, da população com mais de 10 anos de idade – Rio do Fogo – RN (2000 – 2010)

| MUNICÍPIO          | TOTAL DA POPULAÇÃO<br>COM + DE 10 ANOS |        | URBANA |      | RURAL |      |
|--------------------|----------------------------------------|--------|--------|------|-------|------|
|                    | 2000                                   | 2010   | 2000   | 2010 | 2000  | 2010 |
| <b>RIO DO FOGO</b> | 6.922                                  | 10.059 | 39,6   | 37,3 | 60,4  | 62,7 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Elaboração Própria.

Em 2015, segundo o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais (5,8% da população total ocupada) foi de 1,8 salários mínimos, no entanto 51,8% da população teve rendimentos mensais de até ½ meio salário mínimo. Este percentual, em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte foi de 35,7%.

Em 2015, a taxa de escolaridade foi de 98,8%, sendo que os alunos avaliados nos anos finais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tiveram nota média de 2,7, tendo melhorado em 2017 (2,8), sendo que nos anos iniciais a nota média foi de 3,6, tendo caído um pouco em 2017 (3,5).

A taxa de mortalidade infantil, que no Brasil é 13,8 a cada 1000 nascidos vivos, em Natal é 12,06 e em Rio do Fogo é 5,65.

Rio do Fogo apresenta 0,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, bem distante da capital do estado, Natal, com 61,8% e do Brasil com 80,6%.

De acordo com o mesmo banco de dados, 93,2% das receitas são oriundas de fontes externas. O índice de pobreza está em 59,44% e o índice Gini em 0,39.

Em relação ao desenvolvimento humano, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano no município de São Miguel do Gostoso, apontam a condição média para baixo em 2010, mantendo as posições em relação a 2000 e 1991, no comparativo proporcional em relação

ao Brasil (Tabela 22). Está abaixo do índice do Rio Grande do Norte e bem abaixo do IDH do Brasil, respectivamente 0,684 e 0,727 no caso de 2010.

**Tabela 22:** IDHM do município de Rio do Fogo – RN – Comparativo com RN e Brasil

| <b>Território</b>          | <b>IDHM<br/>1991</b> | <b>IDHM<br/>2000</b> | <b>IDHM<br/>2010</b> |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Rio do Fogo</b>         | 0,275                | 0,398                | 0,569                |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 0,428                | 0,552                | 0,684                |
| <b>Brasil</b>              | 0,493                | 0,612                | 0,727                |

Fonte: IBGE Cidades, 2017.

Elaboração Própria.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em 2016 correspondeu a R\$ 10.173,82, tendo aumentado em 2017 (R\$ 15.641,80), mas ainda bem inferior ao PIB do Brasil de R\$ 28.876,00. Os dados de Rio do Fogo demonstram um decrescimento econômico linear, com um crescimento de 50% em 2017 (Tabela 23). Onde se localizam, nestes dados, a contribuição do vetor produtivo do turismo e do vetor produtivo eólico?

**Tabela 23:** Posição do PIB Per Capita (comparativo 2010 a 2018)

| <b>PIB</b>         | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Rio do Fogo</b> | 5.476,96    | 6.232,83    | 7.697,89    | 8.641,04    | 10.734,21   | 10.211,64   | 10.173,82   | 15.641,80   | 15.443,72   |

Fonte: IBGE Cidades, 2017.

Elaboração Própria.

Em 2015, segundo o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais (10% da população total) foi de 1,7 salários mínimos. No entanto 53,1% da população teve rendimentos mensais de até  $\frac{1}{2}$  meio salário mínimo. Este percentual, em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, foi de 35,7%. Observamos que, conforme Tabela 24, em relação à renda da população, em 2010 tínhamos 74,1% da população com rendimentos mensais de até  $\frac{1}{2}$  meio salário mínimo.

**Tabela 24:** Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, por situação de domicílios e classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (2010) – Rio do Fogo – RN

| <b>Município</b>   | <b>Até R\$ 70,00 - %</b> | <b>Até <math>\frac{1}{4}</math> SM (R\$ 127,50) - %</b> | <b>Até <math>\frac{1}{2}</math> SM (255,00) - %</b> | <b>Até 60% da média Brasil - %</b> |
|--------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------------------------|
| <b>Rio do Fogo</b> | 25,7                     | 47,0                                                    | 74,1                                                | 68,5                               |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.

Elaboração Própria.

Em relação às condições de pobreza, os percentuais de extremamente pobres e de pobres diminuíram entre 2000 e 2010, conforme Tabela 25. Dados da pesquisa de campo, etapa de conhecimento, indicam que essa redução geral da pobreza pode estar relacionada ao acesso por parte da população ao Programa Bolsa Família, já relacionado anteriormente. Em relação ao Índice de Gini não houve alteração significativa entre 2000 e 2010, conforme observado também na Tabela 25.

**Tabela 25:** Renda, pobreza e igualdade no município de Rio do Fogo – RN

| Município          | Renda Per capita |        | % de Extremamente Pobres |       | % Pobres |       | Índice de Gini |        |
|--------------------|------------------|--------|--------------------------|-------|----------|-------|----------------|--------|
|                    | 2000             | 2010   | 2000                     | 2010  | 2000     | 2010  | 2000           | 2010   |
|                    |                  |        |                          |       |          |       |                |        |
| <b>Rio do Fogo</b> | 137,68           | 239,1  | 41,13                    | 23,47 | 69,67    | 46,86 | 0,5903         | 0,5232 |
| <b>Brasil</b>      | 592,46           | 793,87 | 12,48                    | 6,62  | 27,90    | 15,20 | 0,64           | 0,60   |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Elaboração Própria.

É interessante considerar a importância do Programa Bolsa Família que, ao longo de uma década, promoveu uma mudança acentuada no padrão de renda da população, conforme Tabela 26. Nota-se que 51,22 % das famílias do município estão inseridas no Programa Bolsa Família. Vale Lembrar, segundo Azevedo (2016),

Que nesse universo de famílias assistidas, prioriza-se outros perfis, famílias quilombolas, famílias indígenas, famílias ciganas, famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais e famílias pertencentes a comunidades de terreiro, evidenciando o perfil da política de Estado que vem priorizando os segmentos huiototicamente desfavorecidos da sociedade. (p. 11)

**Tabela 26:** Quantidade de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e valores totais repassados – Rio do Fogo – RN

| Município          | Número | Famílias inseridas no cadastro único 08/2020 | Famílias beneficiárias do Bolsa Família 08/2020 | Valor transferido 04/2019 | Valor médio do benefício por família |
|--------------------|--------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|
|                    | Hab    | Qtide                                        | Qtide                                           | R\$                       | R\$                                  |
| <b>Rio do Fogo</b> | 10.059 | 2.791                                        | 1.966                                           | 477.448,00                | 237,30                               |

Fonte: Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF)/agosto de 2020.

Elaboração Própria.

O monitoramento do Programa dá-se a partir do acompanhamento da frequência escolar e do acompanhamento da agenda saúde das crianças e adolescentes, conforme Tabela 27. Em

Rio do Fogo o acompanhamento é realizado com maior monitoramento do que a média nacional. No entanto, observa-se que a atualização cadastral tem taxa abaixo da média nacional.

**Tabela 27:** Perfis educacional, saúde e renda das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família/julho de 2020 e atualização cadastral – São Miguel do Gostoso – RN

| Município             | Perfil educacional                                      | Perfil Saúde                                      | Perfil renda               | Atualização cadastral   |                                   |
|-----------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
|                       | Taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE) - % | Taxa de acompanhamento da agenda saúde (TAAS) - % | Família com renda até ½ SM | Com cadastro atualizado | Taxa de atualização cadastral - % |
| <b>Rio do Fogo</b>    | 96,35                                                   | 88,36                                             | 2.552                      | 2.061                   | 77,05                             |
| <b>Média nacional</b> | 93,06                                                   | 79,70                                             | -                          | -                       | 75,55                             |

Fonte: Cadstro Único, Programa Bolsa Família (PBF)/agosto de 2020.  
Elaboração Própria.

Em relação à habitação, os dados da Tabela 28 consideram apenas a população urbana com água, energia elétrica e coleta de lixo. Na área rural, a partir dos dados da pesquisa, etapa de conhecimento, observa-se uma grande cobertura de energia elétrica, não extensiva à água e à coleta de resíduos. Os dados da Tabela 28 sugerem também que, em relação à média nacional, Rio do Fogo está bem cotado. No entanto, observamos que a coleta de resíduos ocorre de forma espaçada e, na área rural, é inexistente, sendo que as pessoas e os animais coabitam com as sacolas plásticas e dejetos de lixo em todo o território.

**Tabela 28:** Habitação da população urbana no município de Rio do Fogo – RN, em relação ao acesso aos serviços básicos

| Município          | % pop com água |       | % pop com energia elétrica |       | % pop com coleta de lixo |       | % da pop domiciliar com banheiro e água encanada |       |
|--------------------|----------------|-------|----------------------------|-------|--------------------------|-------|--------------------------------------------------|-------|
|                    | 2000           | 2010  | 2000                       | 2010  | 2000                     | 2010  | 2000                                             | 2010  |
| <b>Rio do Fogo</b> | 55,04          | 95,91 | 91,48                      | 98,27 | 87,28                    | 97,65 | 49,51                                            | 89,16 |
| <b>Brasil</b>      | 81,79          | 92,72 | 93,46                      | 98,58 | 91,12                    | 97,02 | 76,72                                            | 87,16 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.  
Nota: Dados da Amostra: apenas população urbana.  
Elaboração Própria.

Observa-se, de acordo com a Tabela 29, a precariedade na realidade do trabalho e emprego. A grande maioria dos trabalhadores não tem carteira de trabalho assinada, o que se confirma na pesquisa realizada para a tese.

Neste trabalho de campo, etapa de conhecimento, os empregos que estão relacionados aos parques eólicos são de serventes de obras, pedreiros, montadores de estruturas, limpeza e

vigilância. No entanto, podemos encontrar um saldo negativo que demonstra o trabalho sazonal (turismo) e temporário (implantação dos parques eólicos).

**Tabela 29:** Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal x ano – Rio do Fogo – RN

| Município          | Empregadores |      | Conta própria |       | Empregados com carteira assinada – 18 anos ou mais |       | Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada |       |
|--------------------|--------------|------|---------------|-------|----------------------------------------------------|-------|-------------------------------------------------------|-------|
|                    | 2000         | 2010 | 2000          | 2010  | 2000                                               | 2010  | 2000                                                  | 2010  |
| <b>Rio do Fogo</b> | 0,78         | 3,11 | 23,13         | 20,24 | 13,39                                              | 16,96 | 37,48                                                 | 42,99 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.

Elaboração Própria.

Em relação aos dados para análise da vulnerabilidade social, como visto na Tabela 30, houve uma diminuição da mortalidade infantil. Observamos que há uma deficiência muito grande no que se refere à educação. O percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola é de 48%, sinalizando a falta de creches ou a dificuldade de acesso a elas (como observado no trabalho de campo nas comunidades rurais). Já em relação aos jovens na faixa de 6 a 14 anos, apenas 1,2% das crianças não frequentam a escola. O Programa Bolsa Família é apontado, na pesquisa de campo, como aquele que ajudou a melhorar esse índice (dados da pesquisa). O maior problema persiste na faixa seguinte, de 15 a 24 anos onde 30,11% dos jovens nem estudam, nem trabalham e são/estão vulneráveis. Observamos que menos jovens encontram-se nesta situação, em comparação ao dado ao ano de 2000.

Percebe-se este decréscimo, também em relação ao percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filhos menores, apesar de ainda ser muito alto.

A proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo é muito alta, demonstrando as baixas remunerações das atividades em Rio do Fogo. O percentual é de quase 90% em 2000, tendo baixado para quase 70% em 2010. Em 2010 o percentual é maior do que o percentual do estado, 10 anos antes (2000).

**Tabela 30:** Índice de vulnerabilidade social nos anos 2000 e 2010 – Rio do Fogo – RN (%).

| Município                  | Mortalidade Infantil |       | % crianças 0 a 5 fora da escola |       | % crianças 6 a 14 anos fora da escola |      | % pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis |       | % de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família |       | Proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a ½ salário mínimo (2010) |       |
|----------------------------|----------------------|-------|---------------------------------|-------|---------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------|
|                            | 2000                 | 2010  | 2000                            | 2010  | 2000                                  | 2010 | 2000                                                                       | 2010  | 2000                                                                                                     | 2010  | 2000                                                                                  | 2010  |
| <b>Rio do Fogo</b>         | 56,59                | 28,9  | 82,88                           | 48    | 10,79                                 | 1,2  | 32,93                                                                      | 30,11 | 88,07                                                                                                    | 71,70 | 87,73                                                                                 | 69,40 |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 43,27                | 19,70 | 66,26                           | 51,01 | 6,12                                  | 2,84 | 22,41                                                                      | 17,86 | 14,32                                                                                                    | 17,68 | 68,29                                                                                 | 47,70 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2018.

Elaboração Própria.

É possível observar que nas três dimensões que compõem o IVS, Rio do Fogo demonstra maior vulnerabilidade do que o estado, sendo que, na dimensão Capital Humano, os dados demonstram maior vulnerabilidade. É também interessante observar que na dimensão Infraestrutura Urbana, o IVS de Rio do Fogo, em 2010, puxa para baixo a vulnerabilidade do município, em relação ao estado e ao Brasil.

**Tabela 31:** Índice de vulnerabilidade nos anos 2000 e 2010 – Rio do Fogo – RN

| Município                  | IVS Renda e Trabalho |       |       | IVS Capital Humano |       |       | IVS Infraestrutura Urbana |       |       | IVS Total |       |       |
|----------------------------|----------------------|-------|-------|--------------------|-------|-------|---------------------------|-------|-------|-----------|-------|-------|
|                            | 2000                 | 2010  | 2017  | 2000               | 2010  | 2017  | 2000                      | 2010  | 2017  | 2000      | 2010  | 2017  |
| <b>Rio do Fogo</b>         | 0,679                | 0,501 |       | 0,810              | 0,552 |       | 0,394                     | 0,165 |       | 0,628     | 0,406 |       |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | 0,607                | 0,411 | 0,398 | 0,589              | 0,420 | 0,281 | 0,330                     | 0,217 | 0,171 | 0,509     | 0,349 | 0,238 |
| <b>Brasil</b>              | 0,485                | 0,320 | 0,300 | 0,503              | 0,362 | 0,226 | 0,351                     | 0,295 | 0,204 | 0,446     | 0,326 | 0,243 |

Fonte: IPEA, Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros, 2018, Brasília.

Elaboração Própria.

Finalizando esta avaliação preliminar de dados, com esta última tabela (Tabela 31), pode-se apontar que o município de Rio do Fogo, migrou de município altamente vulnerável para vulnerável. Interessante observar que a participação do turismo e dos parques eólicos no município é bem inferior do que a participação de ambos os vetores em São Miguel do Gostoso.

Desta feita, pode-se retornar à pergunta de partida, “de qual a interferência e a relevância dos vetores produtivos turismo e atividade de geração de energia eólica na manutenção ou no aprofundamento das vulnerabilidades já existentes nos territórios, particularmente nos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo?”, aprofundando o trabalho, com microdados num esforço de buscar identificar estratégias e ações onde as dinâmicas do turismo e dos parques eólicos na localidade contribuam para a inclusão social e econômica dos habitantes.

À guiza de conclusão, após conhecimento destes dados, pode-se afirmar que eles evidenciam o que Milton Santos chamou de rarefação, na contradição dialética com a densidade. Ambas as realidades são zonas de rarefação, definidas pelas técnicas contidas nos territórios em análise que, mesmo sendo em quantidade e qualidade diversas (vale lembrar que São Miguel do Gostoso é caracterização como município B pelo MTUR e Rio do Fogo como município D, como bem especificado na metodologia deste trabalho, e que São Miguel do Gostoso tem mais que o dobro de parques eólicos de Rio do Fogo), não contribuem para o desenvolvimento do município nem para a melhoria da qualidade de vida da sua população. Neste sentido observa-se, entre outros, a rarefação de objetos técnicos, a rarefação da política de Estado, a rarefação de princípios de cidadania e de democracia, a rarefação na divisão do trabalho, das relações.

## CAPÍTULO 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO: NEM TUDO É TÃO BELO DE FRENTE PRO MAR

*Esse é tempo de partido, tempo de homens partidos.  
Em vão percorremos volumes, viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam.  
Os lírios não nascem da lei.  
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.<sup>45</sup>*

Após o conhecimento dos dados oficiais disponíveis para os municípios em estudo, é chegada a hora de apresentar, analisar e discutir os resultados da pesquisa de campo, assim como os depoimentos dos gestores e pessoas-chave nos municípios.

A análise destes resultados foi interpretada à luz do referencial teórico que fundamenta esta pesquisa, tendo por objetivo problematizar o processo de desenvolvimento territorial no litoral norte potiguar, pensando o dinamismo da formação socio espacial e a interferência e relevância que têm os vetores globais de mudanças, o turismo e a geração de energia eólica, na manutenção ou no agravamento das vulnerabilidades já existentes nestes territórios, em especial em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.

Ao analisar a vulnerabilidade nos municípios, foi necessário atentar-se para a relação dialética existente entre a escala macrossocial, compreendida aqui como a estrutura das oportunidades que dizem respeito ao entorno, correspondendo a um nível mais macro da organização territorial e a escala microsocial compreendidas aqui como os ativos e estratégias locais que vão indicar a capacidade de resposta que sujeitos ou grupo sociais possuem para lidar com situações de risco que os expõem a um grau maior ou menor de vulnerabilidade.

Quando se fala de uma escala macroestrutural, nesta tese, refere-se ao papel cumprido (ou não) pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil, considerando estes atores as principais forças geradoras dos processos estruturais, responsáveis tanto pela produção, quanto pela distribuição das oportunidades às comunidades, aos indivíduos, assim como responsáveis também pela inércia e manutenção da situação de vulnerabilidade. Arrisca-se afirmar que a vulnerabilidade é sustentada por este tripé e, a sua superação, implica no rompimento de suas bases, onde, nesta escala, o Estado tem o papel da conformação do conjunto das oportunidades e o papel do gerenciamento dos processos entre todas as forças existentes no território.

Já na escala microestrutural, o presente trabalho considera os elementos particulares existentes nos diversos grupos sociais que compõem a população da amostra. Os elementos

---

<sup>45</sup> Trecho de *Nosso tempo*, poema de Carlos Drummond de Andrade.



foram identificados através da análise de ativos, tanto aqueles disponíveis quanto os ausentes, que permitem configurar um ambiente de vulnerabilidades. Lembrando que a existência (ou não) e apropriação (ou não) de ativos (cultura, valores, organização, autoestima) possuem um papel decisivo na construção de uma sociedade mais ou menos vulnerável.

O instrumental que gerou os dados aqui apresentados, teve por parâmetro a base teórica, conceitual e metodológica, encontrada no AVEOT (Silva, 2019), que teve por referência os *frameworks* AVEO (Kaztman, 2000), “*Cobability approach*” de Amartya Sem (1999), “*Assets and vulnerability*” de Moser (1998) e AVEOT (Silva, 2019).

Para facilitar a compreensão da leitura, os dados serão abordados em tópicos, considerando-se os dados demográficos, renda e trabalho, capital humano, capital social, especificidades do vetor eólico e especificidades do vetor turístico, com uma seção conclusiva ao final.

Retornaram 144 entrevistas, via formulário *Google Forms*, do município de São Miguel do Gostoso e 92 entrevistas do município de Rio do Fogo. Este retorno garante o alcance de uma amostra confiável e representativa da realidade de ambos os territórios, uma vez que, considerando-se uma maior heterogeneidade da população em São Miguel do Gostoso e a homogeneidade da população em Rio do Fogo, segundo a Comento (Figura 43), para efeitos de cálculo amostral de pesquisa, com 90% de confiança e até o limite de 7% de margem de erro, para ambos os municípios (considerando a população estimada para 2020).

| Amostra São Miguel do Gostoso (confiabilidade e representatividade)                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Amostra Rio do Fogo (confiabilidade e representatividade)                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <p><b>COMENTO</b><br/>pesquisa de mercado</p> <p><b>Calculadora Amostral</b></p> <p>População: 10362</p> <p>Erro amostral (%): 7</p> <p>Nível de confiança: 90%</p> <p>Distribuição da população: Mais heterogênea (50/50)</p> <p>CALCULAR</p> <p>Resultado: 137</p> |  <p><b>COMENTO</b><br/>pesquisa de mercado</p> <p><b>Calculadora Amostral</b></p> <p>População: 10950</p> <p>Erro amostral (%): 7</p> <p>Nível de confiança: 90%</p> <p>Distribuição da população: Mais homogênea (80/20)</p> <p>CALCULAR</p> <p>Resultado: 88</p> |

**Figura 43:** Amostra de Confiabilidade e representatividade – para os Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Comento Pesquisa de Mercado.

Importante ressaltar que o questionário foi estruturado com linguagem acessível aos moradores dos locais, garantindo as respostas sem a presença de um entrevistador. Para a maioria das perguntas havia as alternativas de respostas, mas com a possibilidade de o respondente relatar em um campo aberto outra situação de resultados não previstos nas alternativas disponibilizadas. O público ao qual o questionário destinou-se foram os moradores de ambos os municípios, independente de relação direta com os vetores turístico e eólico.

Para traçar o (i) perfil demográfico e socioeconômico dos respondentes da pesquisa, analisou-se descritivamente as variáveis idade, sexo, escolaridade, trabalho e respectivas ocupações. Para compreender as (ii) condições econômicas analisou-se descritivamente a variável renda. Contudo, como a renda depende de algumas características do trabalho, como a ausência ou o vínculo empregatício e jornada de trabalho, também foi necessário analisar de forma bivariada. Na avaliação, acerca da condição de vulnerabilidade, foi considerada a informação referente ao auxílio emergencial (neste momento de pandemia), a realização de outra atividade econômica e o recebimento de algum outro tipo de provento e/ou apoio financeiro e material. Com a intenção de perceber o grau de capacidade de resposta da população, definiu-se por observar alguns itens relacionados ao (iii) capital humano e (iv) capital social. Por último, apresenta-se a (v) percepção da população local quanto à contribuição dos vetores produtivos para a melhoria do município e para a vida das pessoas que ali residem.

A intenção é aproximar o leitor da realidade dos municípios, possibilitando a reflexão sobre cenários e situações de vulnerabilidade social.

### *7.1 - Perfil Sociodemográfico*

Os dados sociodemográficos são essenciais, segundo Silva (2019) “para identificar a capacidade de resposta e, conseqüentemente, a condição de vulnerabilidade social de uma família (Rodríguez Vignoli, 2000)” (p. 163), uma vez que “o conceito de vulnerabilidade demográfica vem sendo utilizado para distinguir uma manifestação da vulnerabilidade social que se produz por razões demográficas relacionada diretamente as questões de raça, etnia, gênero e idade (Filgueira, 2001)” (p. 163).

#### *7.1.1 - Gênero*

O público participante da pesquisa é composto, conforme Figura 44, por um percentual de 65,7% de mulheres e 34,3% de homens, que assim se identificaram. Este percentual refere-se ao número nominal de 236 entrevistas realizadas em ambos os municípios. Em São Miguel

do Gostoso foram realizadas 144 entrevistas, sendo 103 com mulheres e 41 com homens e, em Rio do Fogo, 92, sendo 52 com mulheres e 40 com homens.

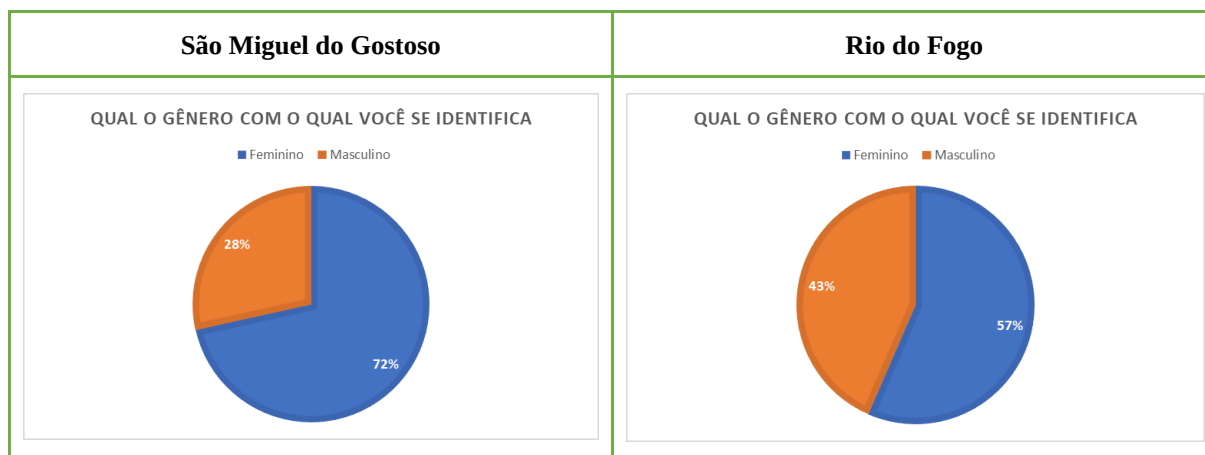


**Figura 44:** Gênero dos respondentes do questionário – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

#### 7.1.2 – Posição na família

Em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 45, do total de mulheres respondentes, 39% são responsáveis pela manutenção da família (arrimo de família). Já do total de homens, este percentual é de 56%. Em Rio do Fogo, este percentual é de 45% e 62%, respectivamente.

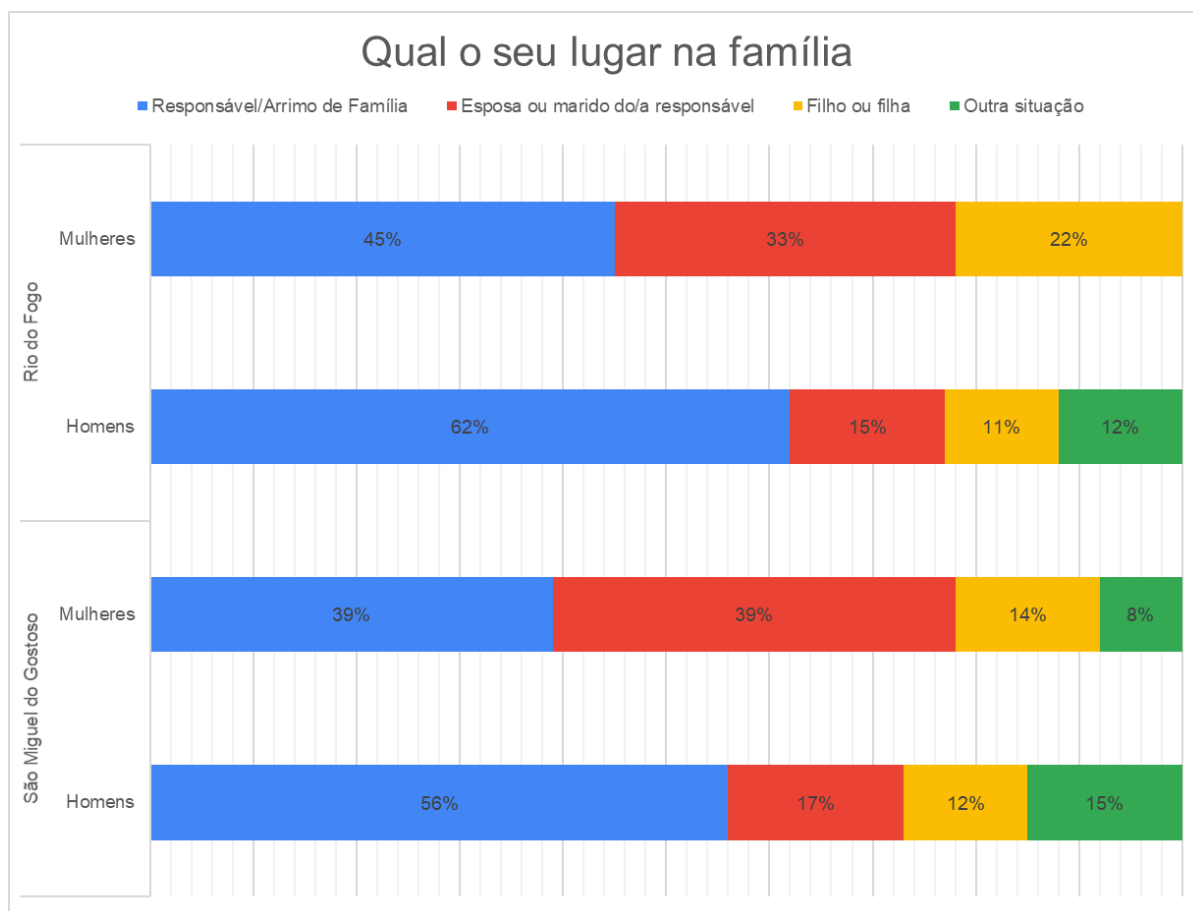


**Figura 45:** Qual o lugar na família dos respondentes do questionário (público feminino e masculino) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Desta forma, é possível observar que existe um número grande de famílias chefiadas por mulheres, devido principalmente, ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e que vem alcançando maiores rendas, apesar de a desigualdade salarial entre gêneros ainda persistir. Este percentual, principalmente em Rio do Fogo, coincide com os dados apontados pelo IPEA, que demonstram que, em 2018, 45% dos domicílios brasileiros eram comandados por mulheres. Mas esta reflexão, com a justificativa apenas do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, é rasa. É necessário trazer presente que, comumente, na sociedade capitalista e patriarcal, o peso da responsabilidade familiar recai sobre a mulher quando do término de uma relação/união entre os sexos. Este debate é amplamente realizado pelos movimentos feministas, com propriedade, uma vez que esta realidade fica mais evidenciada quando são somados os trabalhos produtivos e reprodutivos.

### 7.1.3 – Faixa etária

Em relação à idade dos respondentes, conforme Figura 46, em ambos os municípios foi possível encontrar uma grande maioria de respondentes em idade adulta, entre 30 e 59 anos. A próxima faixa etária mais presente nas respostas foram jovens e adultos jovens com idade entre 18 e 29 anos. Em Rio do Fogo não houve nenhum respondente menor de 17 anos.

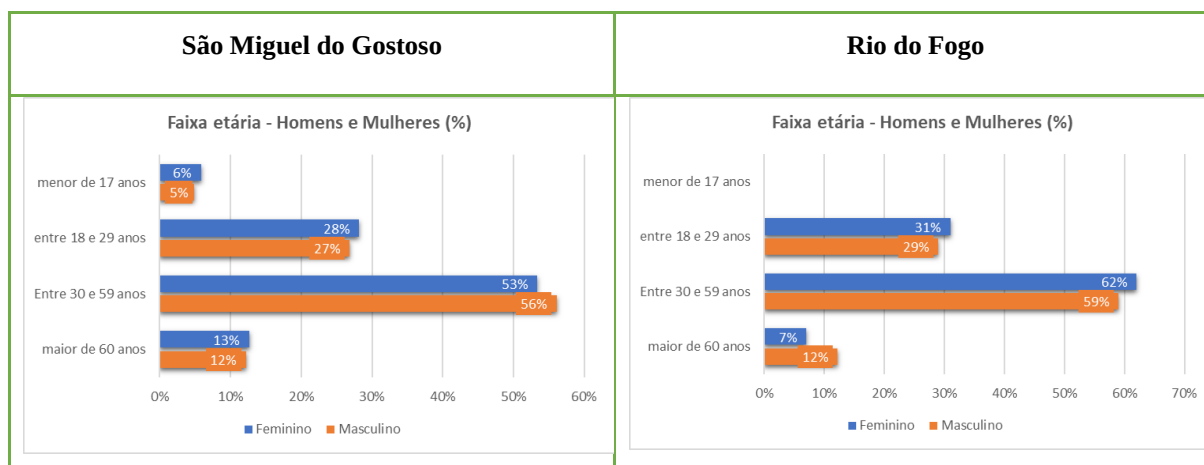


**Figura 46:** Faixa etária dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Nos dois municípios analisados, as faixas etárias majoritárias dos respondentes são aquelas onde as pessoas estão ativas profissionalmente, ou finalizando seus estudos na expectativa de, posteriormente, ingressarem no mercado de trabalho.

### 7.1.4 – Raça com a qual se identificam

Os dados sobre raça revelam, conforme Figura 47 que, respectivamente, em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, 43% e 49% declararam-se de cor parda, 27% e 23% de cor preta, 19% e 15% de cor branca, 5% e 6% de cor amarela, sendo que 5% e 7% não souberam declarar. Apenas em Rio do Fogo houve autorreconhecimento indígena ou quilombola, no percentual de 1%.

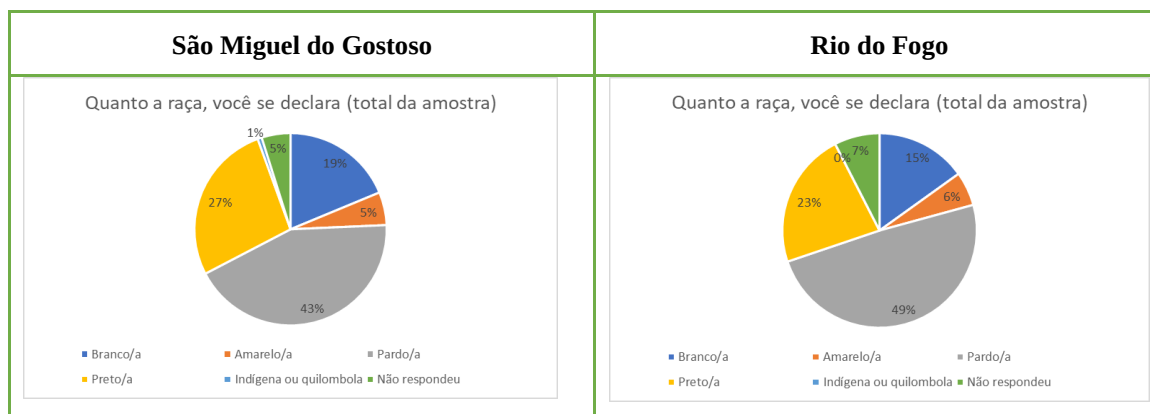


**Figura 47:** Raça dos respondentes do questionário (total da amostra) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte - Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Esta autodeclaração antecipa que grande parte da população é originária da região, onde se tem a mescla do indígena com o negro e o branco.

#### 7.1.5 – Estado Civil

Em relação ao estado civil, conforme Figura 48, quase 50% da amostra (homens e mulheres), em São Miguel do Gostoso, os casais moram juntos, numa condição não oficial. Já em Rio do Fogo, quase 50% são oficialmente casados. Em relação aos solteiros, em São Miguel do Gostoso encontramos mais de 35% de homens. Já em Rio do Fogo, inverte-se este percentual, e a maioria das solteiras são as mulheres (30%).

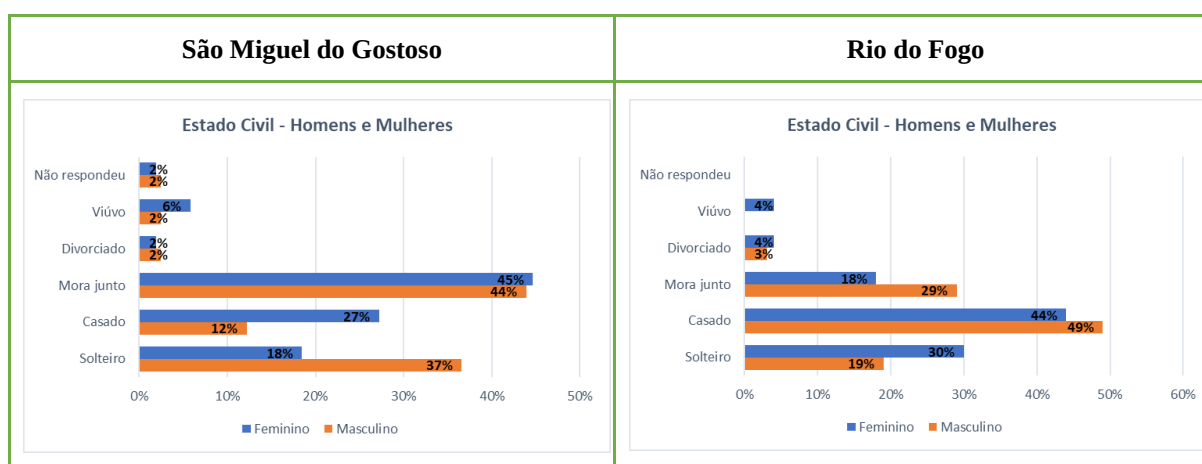


**Figura 48:** Estado civil dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Grande parte dos entrevistados tem cônjuge, independente da relação estar numa condição oficializada ou não.

#### 7.1.6 – Naturalidade e tempo de moradia nos municípios

Em relação à naturalidade dos respondentes, conforme Figura 49, em São Miguel do Gostoso 40% dos respondentes são nativos do território. Em Rio do Fogo, 69% são nativos. É interessante observar que houve um crescimento da população em São Miguel do Gostoso, nos último 20 anos, num percentual de 46%, índice superior ao percentual de nativos. Rio do Fogo recebeu apenas 20% de novos moradores no mesmo período.

Observa-se que, no período anterior, há mais de 20 anos, o percentual foi praticamente o mesmo de novos moradores em ambos os municípios (12% e 11% respectivamente). É exatamente neste período (últimos 20 anos) que há uma maior procura por São Miguel do Gostoso para o turismo. E é neste período (a primeira pousada se estabelece no final da década de 1980) que muitas das pousadas se estabelecem. É interessante também observar que o primeiro parque eólico entrou em operação no município em abril de 2014, a menos de 10 anos (União dos Ventos 5, 6 e 7). No entanto, a pesquisa não permitiu afirmar qual a motivação da migração para estes municípios.

Já em relação a Rio do Fogo, o percentual de população que chegou ao município nos últimos 5 anos foi de 8%, bem inferior aos 20% que chegaram, no mesmo período, em São Miguel do Gostoso. Ampliando a amostra para 10 anos, teremos 13% de aumento da população, bem inferior aos 30% de São Miguel do Gostoso.

O aumento dos empresários do turismo em São Miguel do Gostoso nos últimos anos, e a quantidade de parques eólicos construídos desde 2014, trazendo, na sua maioria, mão de obra especializada de fora, contribuíram para o aumento de estrangeiros ao local, neste município.

Esta realidade não é tão pungente em Rio do Fogo, que tem uma característica diferenciada de turismo, sendo um turismo diário (o turista vai a Rio do Fogo para realizar o passeio aos Parrachos e retorna para Natal ou São Miguel do Gostoso) com apenas dois parques eólicos em funcionamento, até o momento da finalização do trabalho de campo desta tese, em maio de 2021. Mesmo assim também existe a presença de estrangeiros em Rio do Fogo.

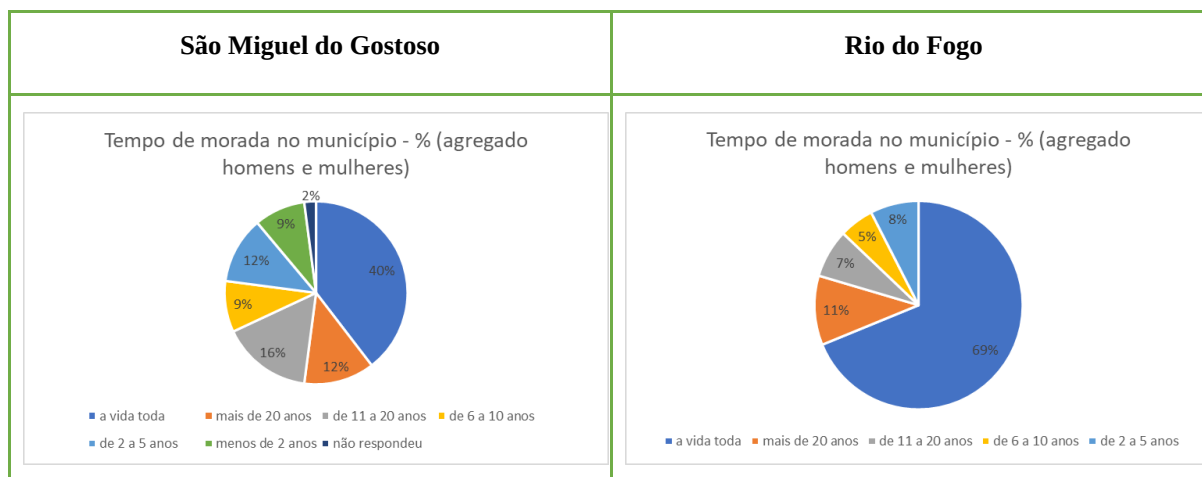


**Figura 49:** Tempo de moradia dos respondentes do questionário nos municípios (agregado e separado homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Para a realização de uma análise fiel, precisa-se ter presente que, em São Miguel do Gostoso, tem-se a presença de 10 parques eólicos em operação, além de 4 com construção iniciada, 2 com construção não iniciada e 1 aguardando despacho de outorga, além de 28 pousadas oficializadas enquanto tal (mas o número de pousadas existentes na realidade é superior a 60, sendo que menos de 10 são de propriedade de nativos). Conta-se ainda com empreendimentos de residência de uso ocasional (segunda residência) que é bastante representativo no município e no território. Vale trazer que ainda existem 2 parques em operação considerados pertencentes a São Miguel do Fogo e Touros. Já em Rio do Fogo, tem-se apenas 2 parques eólicos em operação e 3 em construção ainda não iniciada, além de 3 pousadas que constam no Portal do MTUR, conforme Figuras 50, 51 e 52. No entanto, conforme entrevista (Sujeito 8), este município oferece hospedagem em 11 pousadas além dos serviços ofertados em 1 SPA.

| REGIAO_TURISTICA     | MUNICIPIO             | COD_IBGE | QUANTIDADE_EMPREGOS | QUANTIDADE_ESTABELECIMENTOS | QUANTIDADE_VISITAS_ESTIMADAS_INTERNACIONAL | QUANTIDADE_VISITAS_ESTIMADAS_NACIONAL | ARRECADACAO      | CLUST |
|----------------------|-----------------------|----------|---------------------|-----------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-------|
| Polo Costa das Dunas | Rio do Fogo           | 2408953  | 31                  | 3                           | 0                                          | 4.816                                 | R\$ -            | D     |
| Polo Costa das Dunas | São Miguel do Gostoso | 2412559  | 165                 | 28                          | 1.828                                      | 5.385                                 | R\$ 1.056.218,00 | B     |

**Figura 50:** Relatório de categorização 2019/2021 Portal do MTUR (comparativo São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – RN/Brasil)

Fonte: MTur/2020.



| Nome                | MUNIC1          | UF1 | PROPRIETAR                         | QTD_AEG | INICIO_O   | FASE                    |
|---------------------|-----------------|-----|------------------------------------|---------|------------|-------------------------|
| Reduto              | São Miguel do G | RN  | Usina de Energia Eólica Reduto SPE | 9       | 17/06/2017 | Operação                |
| Ventos de São Benec | São Miguel do G | RN  | São Benedito Energias Renováveis   | 14      | 13/08/2016 | Operação                |
| São Domingos        | São Miguel do G | RN  | São Domingos Energias Renováveis   | 12      | 27/08/2016 | Operação                |
| União dos Ventos 6  | São Miguel de G | RN  | Canto da Ilha Geradora Eólica S.A. | 8       | 05/04/2014 | Operação                |
| Cumaru IV           | São Miguel do G | RN  | Enel Green Power Cumaru 4 S.A.     | 10      | <Null>     | Construção              |
| Ventos de Santo Dim | São Miguel do G | RN  | Ventos de Santo Dimas Energias Re  | 14      | 11/10/2016 | Operação                |
| Mundo Novo VI       | São Miguel Do G | RN  | Green Mix VII Empreendimentos S.   | 7       | <Null>     | Construção não iniciada |
| Carnaúbas           | São Miguel do G | RN  | Usina de Energia Eólica Carnaúba S | 9       | 17/06/2017 | Operação                |
| Cumaru II           | São Miguel do G | RN  | Enel Green Power Cumaru 2 S.A.     | 10      | <Null>     | Construção              |
| União dos Ventos 16 | São Miguel do G | RN  | Ventos Parazinhenses Geradora Eó   | 11      | 17/12/2019 | Operação                |
| Cumaru V            | São Miguel do G | RN  | Enel Green Power Cumaru 5 S.A.     | 9       | <Null>     | Construção              |
| Mundo Novo VII      | São Miguel Do G | RN  | Green Mix VII Empreendimentos S.   | 7       | <Null>     | Construção não iniciada |
| Mundo Novo III      | São Miguel do G | RN  | Green Mix VII Empreendimentos S.   | 8       | <Null>     | DRO                     |
| Cumaru I            | São Miguel do G | RN  | Enel Green Power Cumaru 1 S.A.     | 10      | <Null>     | Construção              |
| São João            | São Miguel do G | RN  | Usina de Energia Eólica São João S | 9       | 20/06/2017 | Operação                |
| União dos Ventos 5  | São Miguel do G | RN  | Morro dos Ventos Geradora Eólica   | 15      | 08/04/2014 | Operação                |
| União dos Ventos 7  | São Miguel do G | RN  | Campina Potiguar Geradora Eólica   | 9       | 05/04/2014 | Operação                |
| Nome                | MUNIC1          | UF1 | PROPRIETAR                         | QTD_AEG | INICIO_O   | FASE                    |
| Eurus IV            | Touros e São M  | RN  | Nova Eurus IV Energias Renováveis  | 10      | 20/08/2015 | Operação                |
| Asa Branca I        | Touros e São M  | RN  | Nova Asa Branca I Energias Renové  | 10      | 05/08/2015 | Operação                |

**Figura 51:** Quantitativo de parques eólicos em operação, com construção não iniciada e aguardando o DRO (São Miguel do Gostoso – RN/Brasil)  
Fonte: ANEEL/março de 2021.

| Nome                | MUNIC1      | UF1 | PROPRIETAR                         | QTD_AEG | INICIO_O   | FASE                    |
|---------------------|-------------|-----|------------------------------------|---------|------------|-------------------------|
| RN 15 - Rio do Fogo | Rio do Fogo | RN  | Energias Renováveis do Brasil S.A. | 62      | 15/07/2006 | Operação                |
| Valência II         | Rio do Fogo | RN  | Central Eólica Valência II S.A.    | 10      | <Null>     | Construção não iniciada |
| Arizona 1           | Rio do Fogo | RN  | Arizona 1 Energia Renovável S.A.   | 14      | 01/10/2013 | Operação                |
| Valência III        | Rio do Fogo | RN  | Central Eólica Valência III S.A.   | 9       | <Null>     | Construção não iniciada |
| Valência I          | Rio do Fogo | RN  | Central Eólica Valência I S.A.     | 12      | <Null>     | Construção não iniciada |

**Figura 52:** Quantitativo de parques eólicos em operação e com construção não iniciada (Rio do Fogo – RN/Brasil)  
Fonte: ANEEL/março de 2021.

Para melhor visualizar os parques eólicos existentes nos territórios, optou-se pela inserção dos mapas a seguir, conforme Figuras 53 e 54.

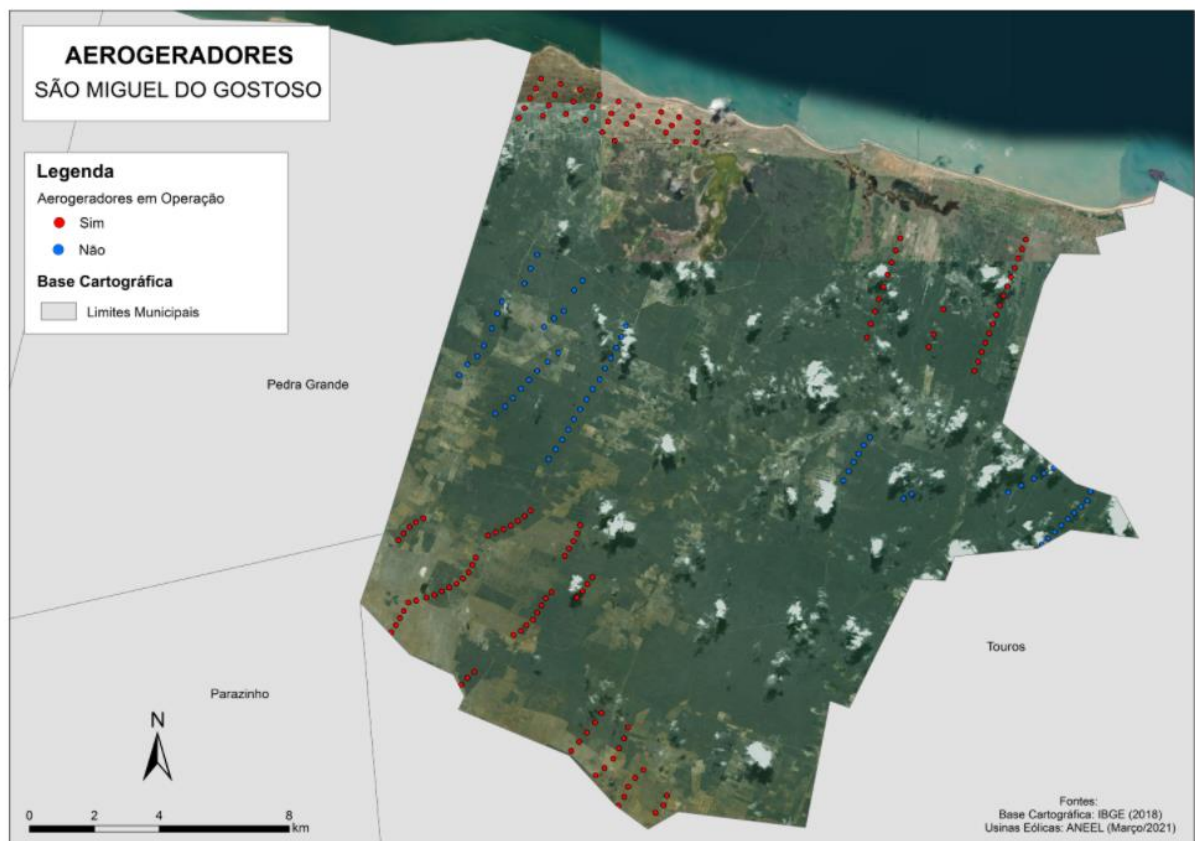


**Figura 53:** Uso do território de São Miguel do Gostoso pelo setor eólico, com a localização dos aerogeradores (em operação e ainda sem operar)

Fonte: Aneel, março de 2021.

Elaboração Própria.

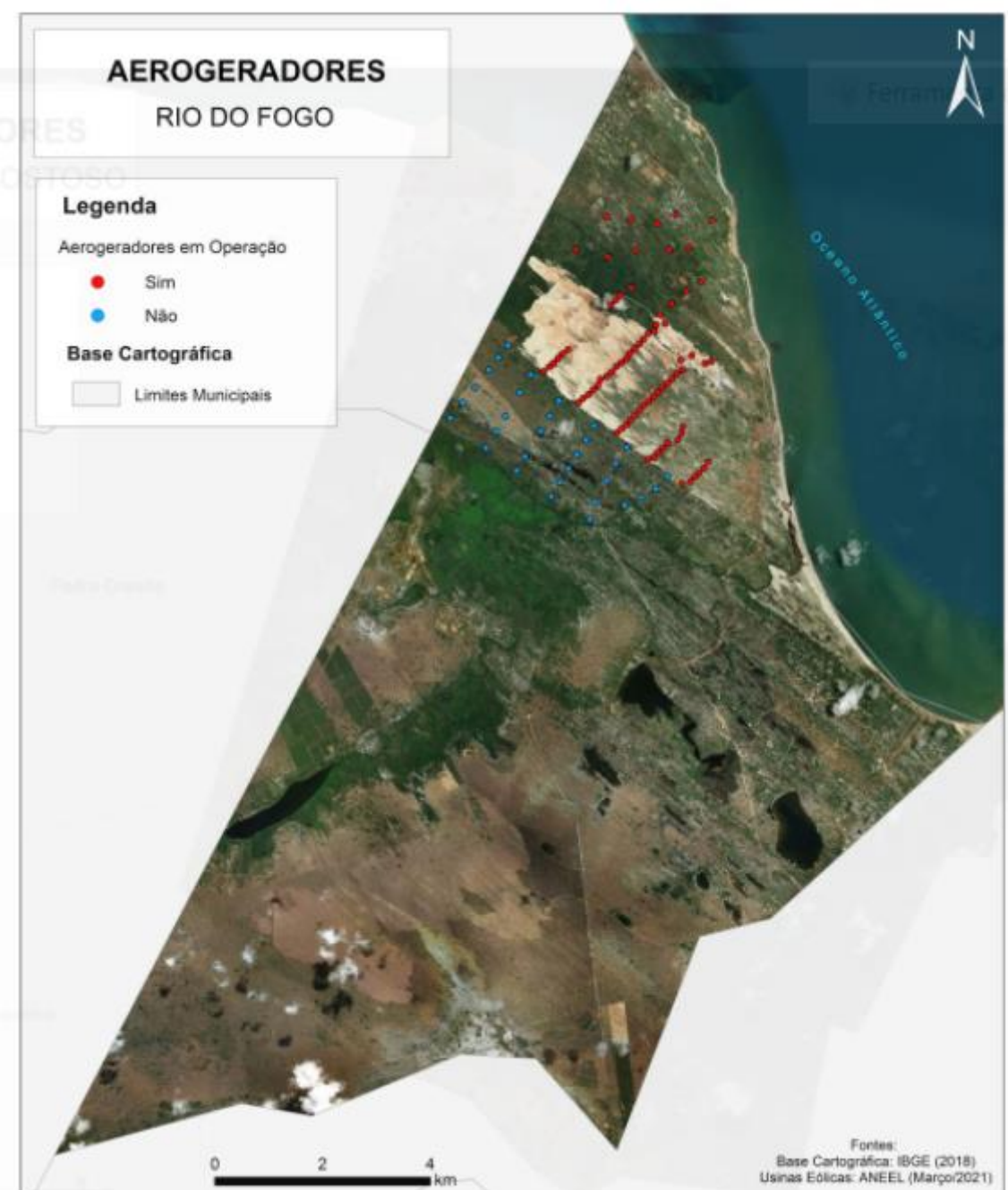


**Figura 54:** Uso do território de Rio do Fogo pelo setor eólico, com a localização dos aerogeradores (em operação e ainda sem operar)

Fonte: Aneel, março de 2021.

Elaboração Própria.

Por fim, mesmo não tendo sido objeto da presente tese aprofundar a ênfase na estrangeirização do território, ou alocar qual o peso do capital internacional tanto no turismo quanto no setor eólico, seja no que se refere à propriedade dos parques eólicos, aos objetos técnicos gerados, enquanto fixos e fluxos, a partir do capital internacional e do capital

imobiliário, é possível, a partir do estudo, relacionar o capital externo ao território, seja nacional ou internacional.

Em São Miguel do Gostoso, quando se fala do turismo, é possível observar a existência de um capital nacional externo ao território, mas que compõe os objetos técnicos gerados, oriundo do interior de São Paulo e de Santa Catarina, com uma presença significativa. Já o capital internacional mais importante é oriundo da Itália, da França, da Alemanha, da Suíça, de Portugal, do Sul da África e da Espanha. Relacionados aos parques eólicos é possível citar a presença de capital francês (Vitalia) e nacional (Copel, Serveng e Casa dos Ventos), conforme entrevistas (Sujeitos 2 e 4) e dados da pesquisa.

Em Rio do Fogo, relacionados ao turismo, pode-se citar a presença de empreendimentos de italianos e noruegueses, principalmente (Sujeito 8). Em relação aos parques eólicos, há a presença de capital espanhol (Iberdrola), além de capital de economia mista (Banco do Brasil) e nacional (Polimix), conforme dados da pesquisa.

## *7.2 – Trabalho e Renda*

A vulnerabilidade de renda e trabalho agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, como incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança, como a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, entre outros. Com certeza, trabalho e renda são as dimensões mais fortes do discurso oficial a favor, tanto do turismo, quanto da implantação dos parques eólicos. De acordo com os dados apresentados até agora, os indicadores de trabalho e renda compõem os dados de maior precariedade, quando comparados com os dados nacionais, como ressaltado no capítulo 6, quando se evidencia que, das três dimensões que compõem o IVS, a dimensão Renda e Trabalho no município de São Miguel do Gostoso é a que demonstra maior vulnerabilidade, apesar do contingente apresentado anteriormente, de pousadas e parques eólicos em número muito superior aos de Rio do Fogo. Esta evidência reforça o descompromisso dos dois vetores com o desenvolvimento das localidades.

### *7.2.1 – Ocupação (formal e informal)*

Do total dos respondentes em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 55, as principais ocupações relatadas foram, por ordem de prevalência, (i) pesca, agricultura e maricultura, (ii) por conta própria, (iii) funcionário público, (iv) empregador no turismo, (v) funcionário de empresa, seguido por (vi) empregado no turismo, (vii) vendas, (viii) comércio e todas as demais.

Interessante observar que a ocupação feminina está mais presente, em primeiro lugar, tanto na atividade da pesca, agricultura e maricultura, quanto no turismo, na categoria de trabalhadora do turismo.

Os dados reforçam a formação histórica, econômica e social do município, que teve uma expressiva tradição agrícola e pesqueira, com a produção voltada para a segurança alimentar, através do cultivo e produção agrícola e da criação de animais de pequeno porte, além da pesca. Estas características vão perdendo força, quando o turismo se apresenta como o principal vetor de desenvolvimento e crescimento econômico transformando São Miguel do Gostoso, para atender aos interesses do capital.

É interessante observar, com base nos depoimentos do GF 4 que,

a pesca nunca desabriga as pessoas. Ela está sempre ali. Os pescadores e as maricultoras podem até deixar a pesca para assumir um trabalho nas eólicas ou nas pousadas, mas quando ficam desempregadas, retornam à pesca, garantindo a sua subsistência. A pesca é uma âncora da economia local.

Neste sentido observa-se, através do debate nos grupos focais, a ausência de proposta que indique como os arranjos produtivos presentes na região poderiam estar sendo integrados ao turismo existente. Inclusive no grupo focal 1 foi afirmado que, “até mesmo o pescado, em São Miguel do Gostoso, muitas vezes tem sido comprado fora do município”. De igual forma, o turismo não tem dialogado com as potencialidades geradas a partir dos grupos de economia solidária. “Nem mesmo os doces e compotas consumidos nas pousadas têm sido adquiridos dos empreendimentos solidários, pela ausência de compreensão da importância deste consumo pelo conjunto dos empreendimentos turísticos” (Sujeito 3), mas também e, principalmente, em função da “burocracia para adquirir o selo do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para esta produção, impeditivo para a comercialização dos produtos” (GF 2). Esta discussão dos arranjos produtivos e da economia solidária é essencial ao debater-se o desenvolvimento dos lugares, uma vez que

a economia solidária tem vinculações com a dimensão ambiental. A preservação do meio ambiente (no sentido ecológico) na economia solidária articula-se com as condições necessárias para a coexistência dos seres humanos com outros ecossistemas, com a questão da preservação da água, do solo, da vegetação e de processos produtivos que se distanciem da busca de lucros, que, por si só, degrada e destrói, não só a vida humana, mas toda e qualquer forma de vida, todo o ambiente, o lugar do qual nós e outras formas de vida fazemos parte. (Joannes Forte, 2021, p. 165)

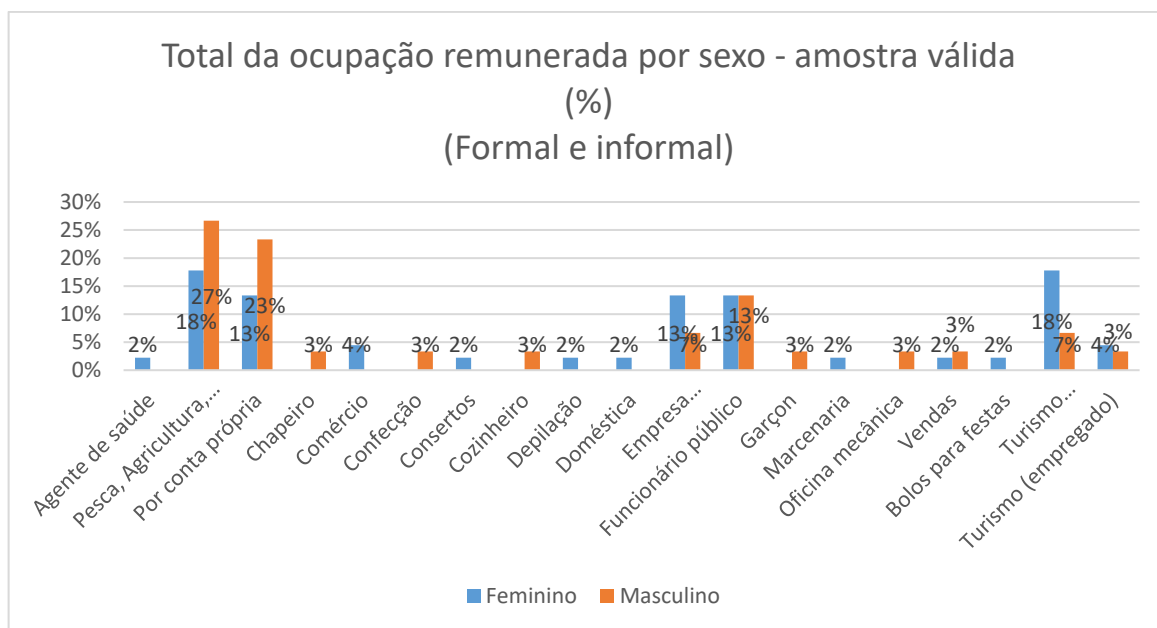


**Figura 55:** Ocupação dos respondentes do questionário no município (homens e mulheres) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Já em Rio do Fogo, conforme Figura 56, as atividades ocupacionais do funcionalismo público e da pesca são as mais evidentes, sendo a pesca a principal ocupação masculina, seguida pelo turismo (que se restringe praticamente ao passeio de lancha nos Parrachos<sup>46</sup>, ou a visitas de populações do entorno), e o funcionalismo público, a principal ocupação feminina, seguida pelo trabalho de diarista.

<sup>46</sup> Barreiras de corais rasas e cristalinas, que distam seis quilômetros da praia.

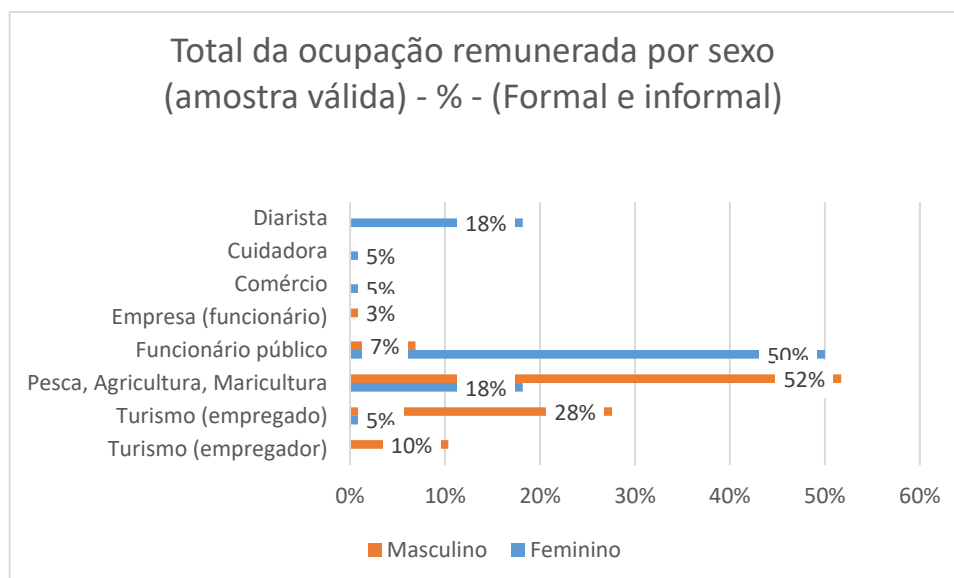


**Figura 56:** Ocupação dos respondentes do questionário no município (homens e mulheres) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

A categoria dos trabalhadores informais é heterogênea mas, o que a define, em contraposição aos trabalhadores formais, é a precariedade de direitos (Krein, 2017; Filgueiras; Druck, 2004; Araújo, 2011), ou seja, a informalidade caracteriza-se pela ausência de renda pré-estabelecida, jornada de trabalho irregular, atividades intermitentes, ausência de férias remuneradas, ausência de 13º salário, assim como a ausência de outras garantias protetivas ao direito do trabalho, estendidas apenas aos que possuem contrato de trabalho formal.

Muitas das ocupações “por conta própria” que possibilitam certa formalidade, são aquelas relacionadas ao pagamento do MEI. Tem-se então ocupações com registro em carteira (trabalhadores formais), ocupações por conta própria (MEI) e as informais que se caracterizam pela ausência de regulação e direitos normativos, tanto trabalhistas quanto previdenciários. Nesta pesquisa, interpreta-se que as ocupações “por conta própria” declaradas pelos respondentes, quando no campo específico declaram que seu trabalho é formal, são provavelmente vinculadas ao pagamento do MEI (se bem que não foi explorada esta opção do formulário) e as ocupações “por conta própria” vinculadas à declaração de trabalho informal, aquelas sem relação com algum recolhimento ou proteção previdenciária. A intenção foi a de coletar a especificidade das ocupações declaradas “por conta própria”, tanto formais quanto informais. No entanto, como foi necessário adaptar as entrevistas para um instrumento *online*, sem a presença de um entrevistador, esta questão ficou limitada à compreensão do respondente. Sendo assim, é possível identificar que, sob este título (por conta própria), estão relacionadas

atividades como pedreiro, auxiliar de serviços gerais, segurança, servente, garçom e auxiliar de cozinha.

Chama a atenção que, em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 57, as principais ocupações formais são vinculadas ao turismo e ao funcionalismo público seguido pelo trabalho nas empresas eólicas. Já o trabalho informal, aparece relacionado à pesca e à agricultura, seguido das ocupações por conta própria (pedreiro, auxiliar de serviços gerais, segurança, servente, garçom e auxiliar de cozinha), e que também está fortemente envolvido tanto no turismo quanto nos parques eólicos.

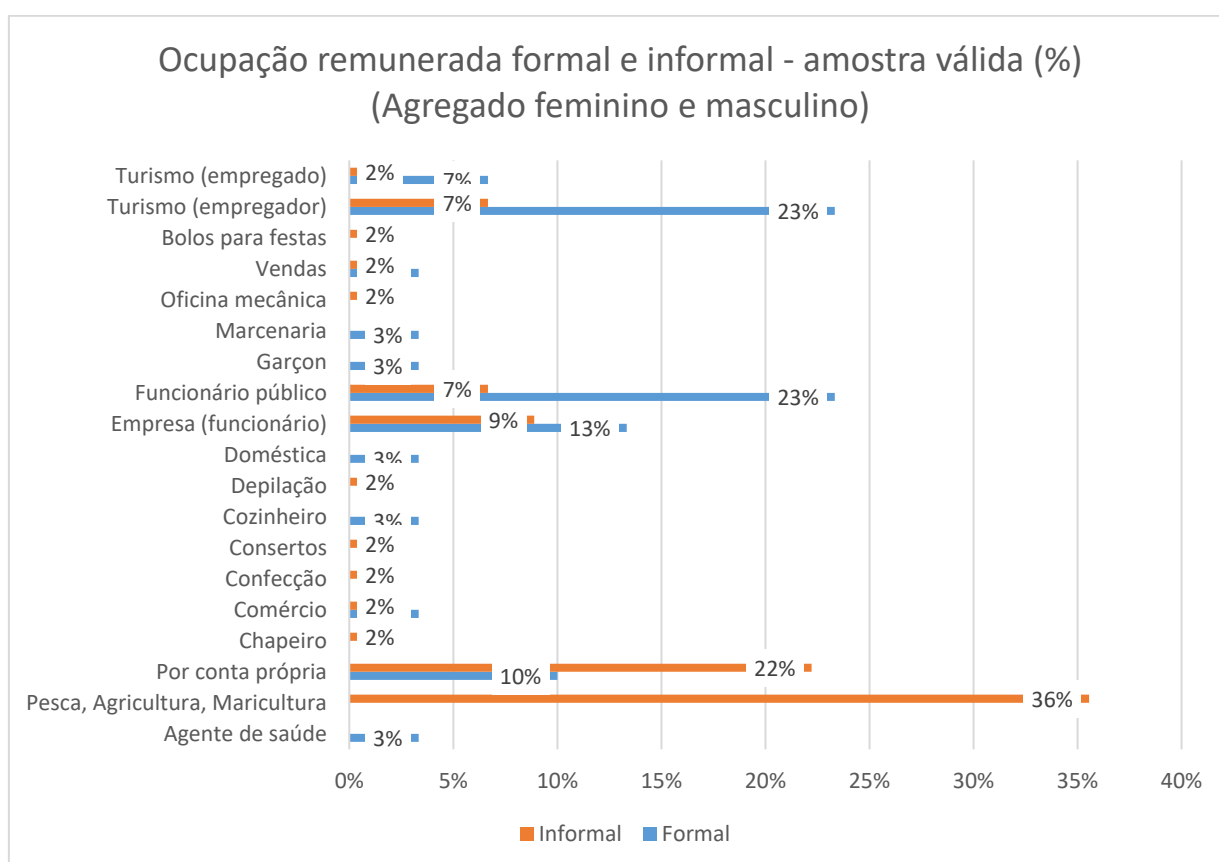


**Figura 57:** Ocupação formal e informal dos respondentes do questionário no município (amostra válida) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Em Rio do Fogo, conforme Figura 58, é possível observar que a principal ocupação formal (62%) é o funcionalismo público. Já o trabalho informal aparece relacionado à pesca e agricultura (57%). Ambos seguidos pelo trabalho vinculado ao turismo, respectivamente 19% (formal) e 17% (informal).



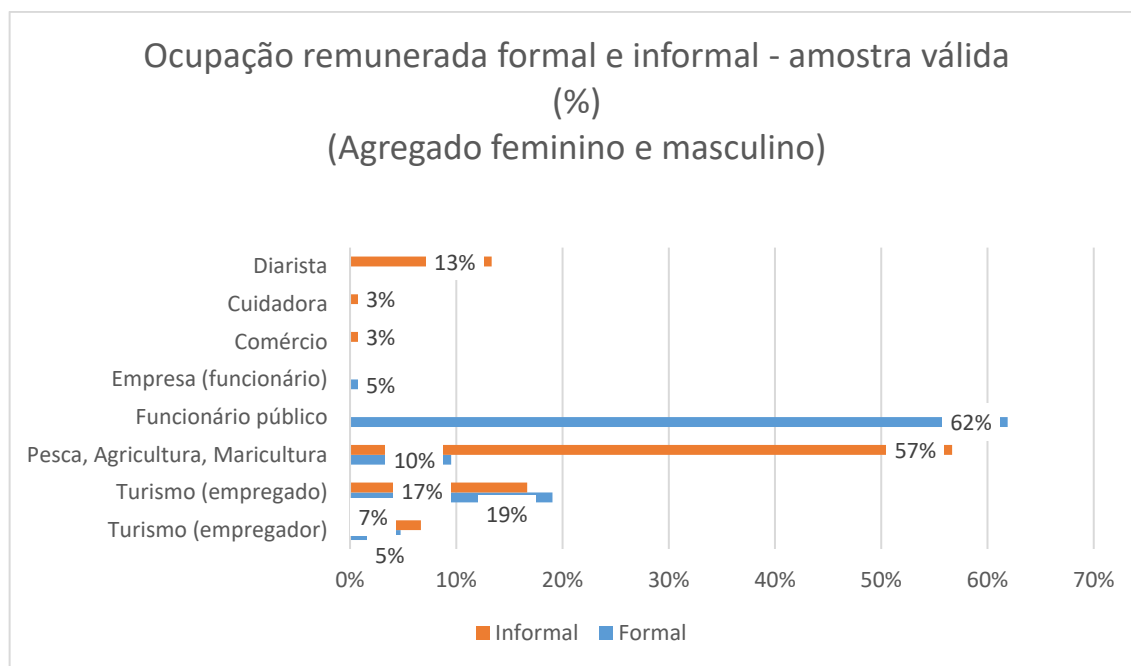


**Figura 58:** Ocupação formal e informal dos respondentes do questionário no município (amostra válida) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

No município de São Miguel do Gostoso, as ocupações responsáveis pela informalidade são (i) a pesca, a agricultura e a maricultura, seguida da ocupação (ii) por conta própria (já definidos acima). O fato das ocupações primeiras colocadas da informalidade, coincidirem com as primeiras colocadas no agregado total de ocupações, significa que a realidade da informalidade é muito grande em São Miguel do Gostoso.

Conforme Figura 59, observa-se que a grande informalidade nas atividades citadas ocorre em ambos os sexos, sendo maior percentualmente no universo masculino. Destaca-se a informalidade no trabalho junto às empresas eólicas e no turismo, restritas ao sexo feminino (tanto empregadora, quanto empregada). Quanto às respostas declaradas como serviço público, informal, nas entrevistas foi esclarecido que, principalmente no período da pandemia, mas mesmo anterior a ela, ocorrem contratos temporários, tanto na saúde e na educação, quanto na segurança (esta última por ocasião da pandemia, especificamente, em geral para compor as barreiras sanitárias). O entendimento das pessoas é que este contrato temporário, que se vincula a uma ação pública, remete-se ao serviço público.

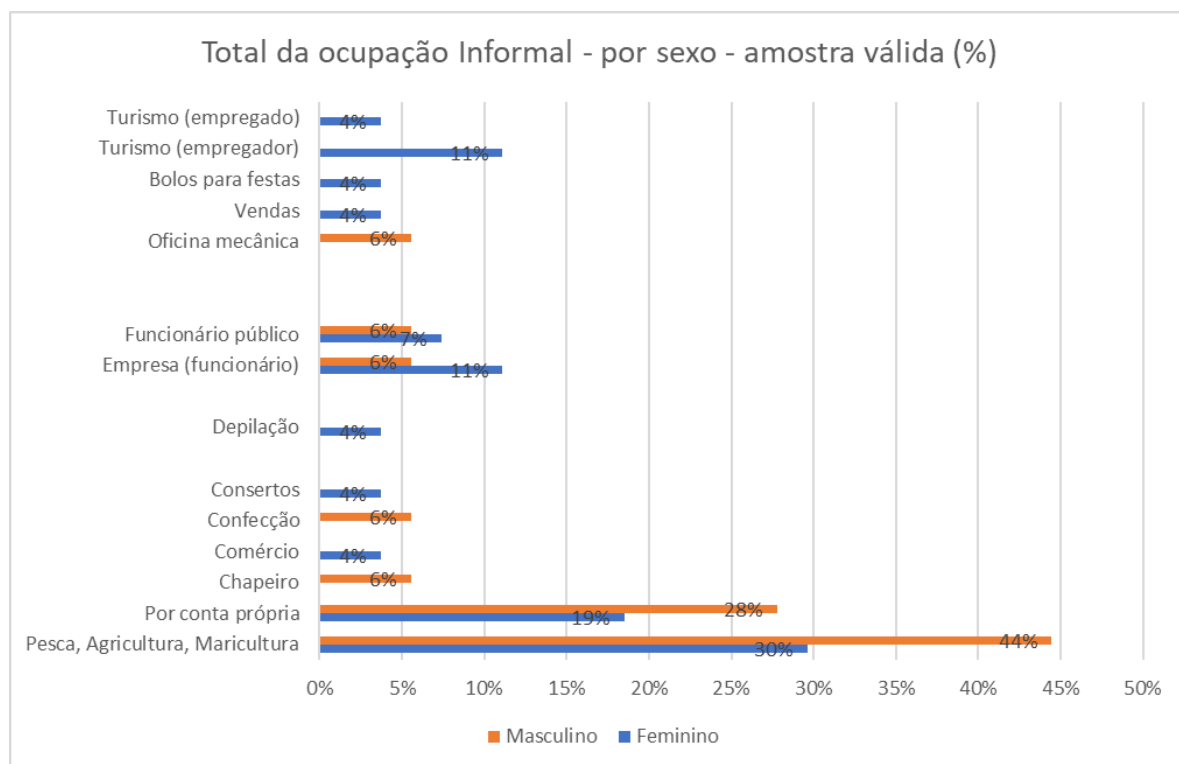


**Figura 59:** Ocupação informal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

No município de Rio do Fogo, conforme Figura 60, as ocupações responsáveis pela informalidade são (i) a pesca, a agricultura e a maricultura, tanto relacionado aos homens (68%), quanto às mulheres (36%) seguida da ocupação (ii) de diarista (mulheres – 36%), e (iii) trabalhador do turismo (homens – 21%). A realidade da informalidade também é grande em Rio do Fogo.

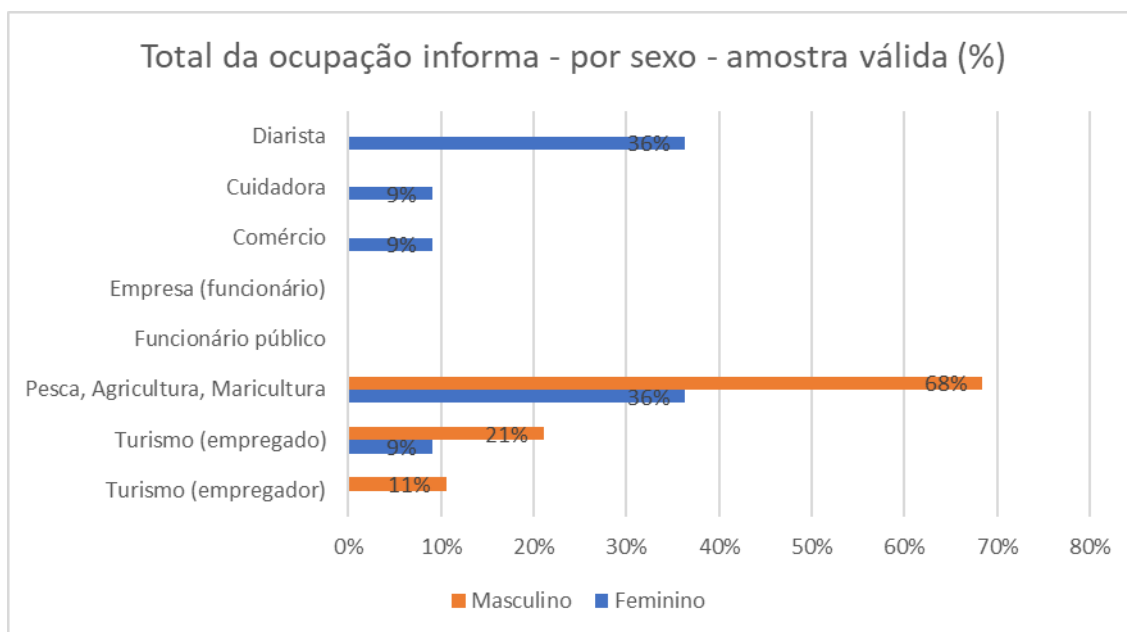


**Figura 60:** Ocupação informal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Já na ocupação formal figura, conforme Figura 61, em São Miguel do Gostoso, entre as mais citadas, (i) funcionário público, praticamente empatado com (ii) empregador no turismo, (iii) seguido por funcionário de empresa eólica e, (iv) por conta própria (com as funções especificadas acima, com vínculo ao MEI). Interessante observar que, em relação ao trabalhador do turismo, a formalidade aparece em maior número em funções ocupadas por homens do que por mulheres. Observa-se que, junto às mulheres que trabalham no turismo, há muita informalidade, não se registrando a mesma situação quando as ocupações são preenchidas por homens.

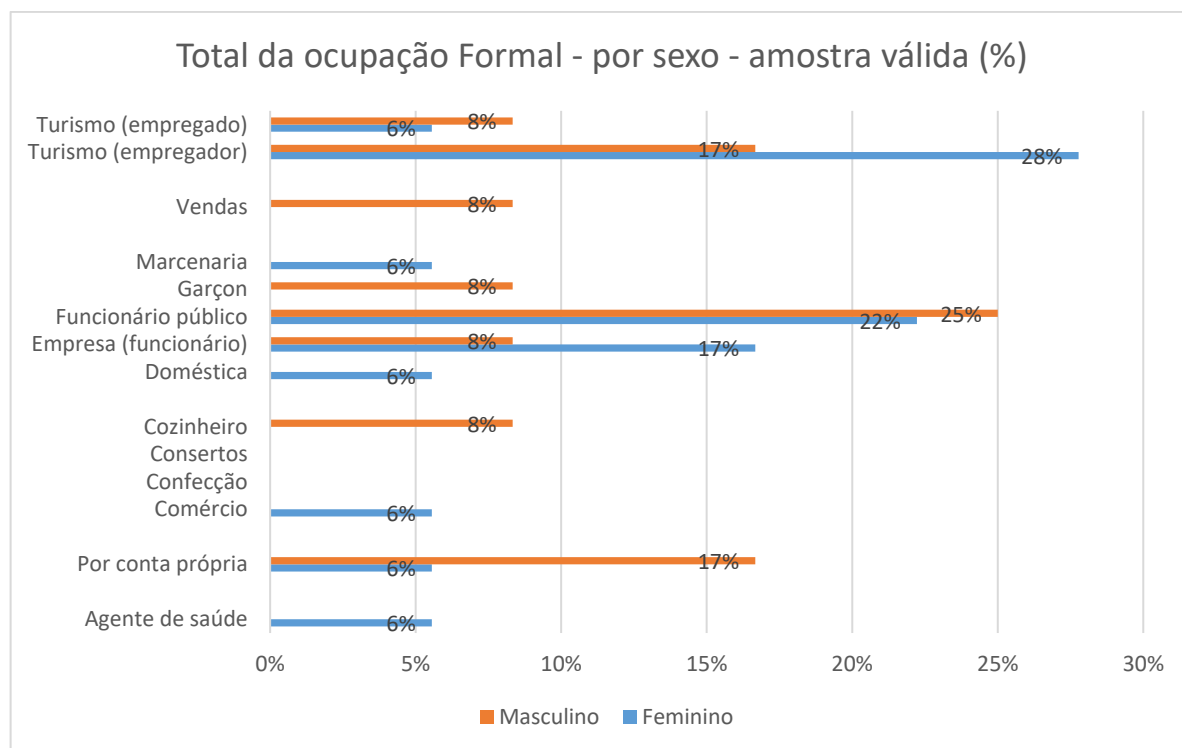


**Figura 61:** Ocupação formal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de São Miguel do Gostoso– Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Já em Rio do Fogo, todas as respondentes que são formalizadas, são funcionárias públicas (100% da amostra), conforme Figura 62. Já os homens, trabalhadores do turismo, aparecem como formalizados, seguindo pelo funcionalismo público, pela agricultura e pesca. Os trabalhadores do turismo em Rio do Fogo restringem-se, praticamente, à Associação dos nativos que realizam passeios aos Parrachos.

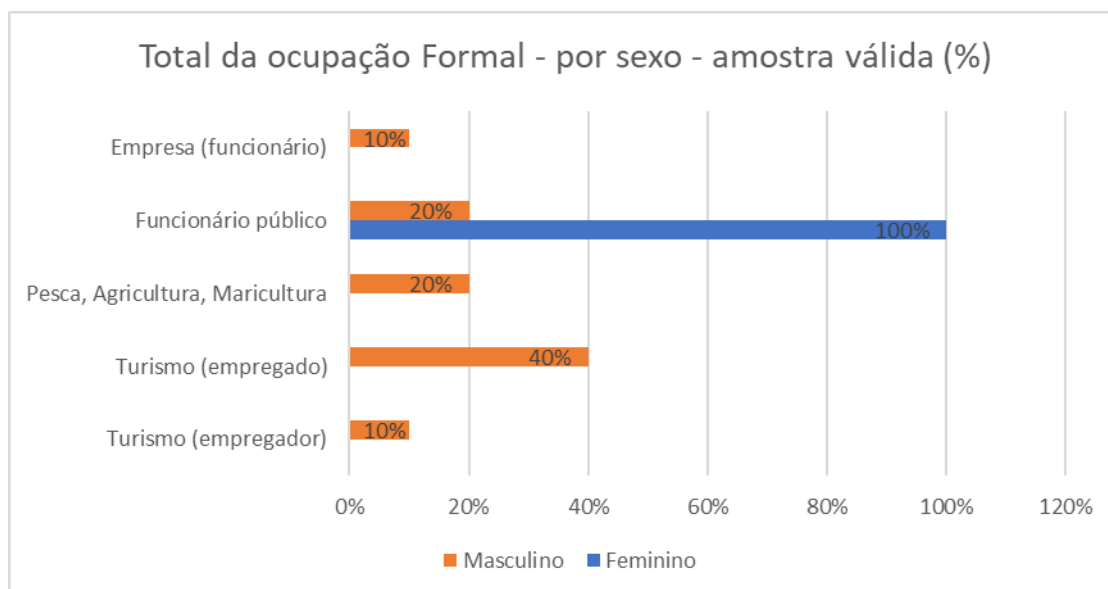


**Figura 62:** Ocupação formal dos respondentes do questionário no município (por gênero) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Chama a atenção, nos dois municípios, a participação na ocupação, tanto feminina quanto masculina, no funcionalismo público. Cabe o diálogo com Théry e Mello-Théry (Figura 63), que apresentam a distribuição espacial do número de funcionários ativos da administração municipal direta, demonstrando a densidade destes, nos estados nordestinos, consequência da ausência de dinamismo local, com reflexo para os territórios em análise.

O grande peso dos funcionários ocorre nas municipalidades do interior da região, demonstrando a importância dos empregos governamentais no total do emprego gerado. [...] O fenômeno da falta de dinamismo torna-as áreas perdedoras no conjunto da economia e do desenvolvimento local (Théry e Mello-Théry, 2012, p. 82).

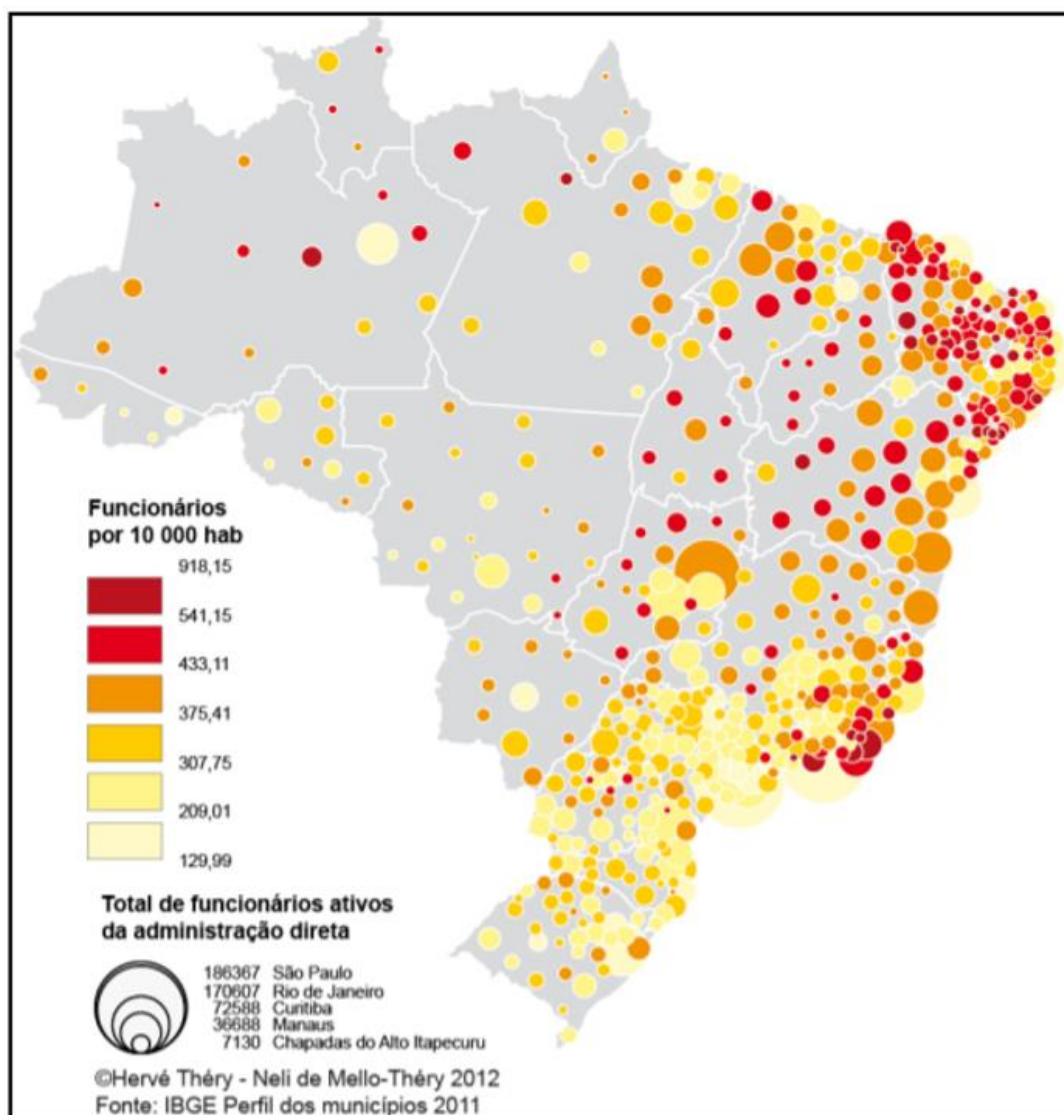


**Figura 63:** Total de funcionários ativos da administração direta  
Fonte: Théry & Mello-Théry, 2012, p. 76

### 7.2.2 - Renda

Em relação à faixa de renda dos respondentes de São Miguel do Gostoso, conforme Figura 64, observa-se que 66% dos respondentes recebem até 1 salário mínimo mensal, sendo que destes, 32% sobrevivem com apenas  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Este percentual é inferior aos dados oficiais de 2010. Talvez antecipem os dados do censo que deveria ter ocorrido em 2020.

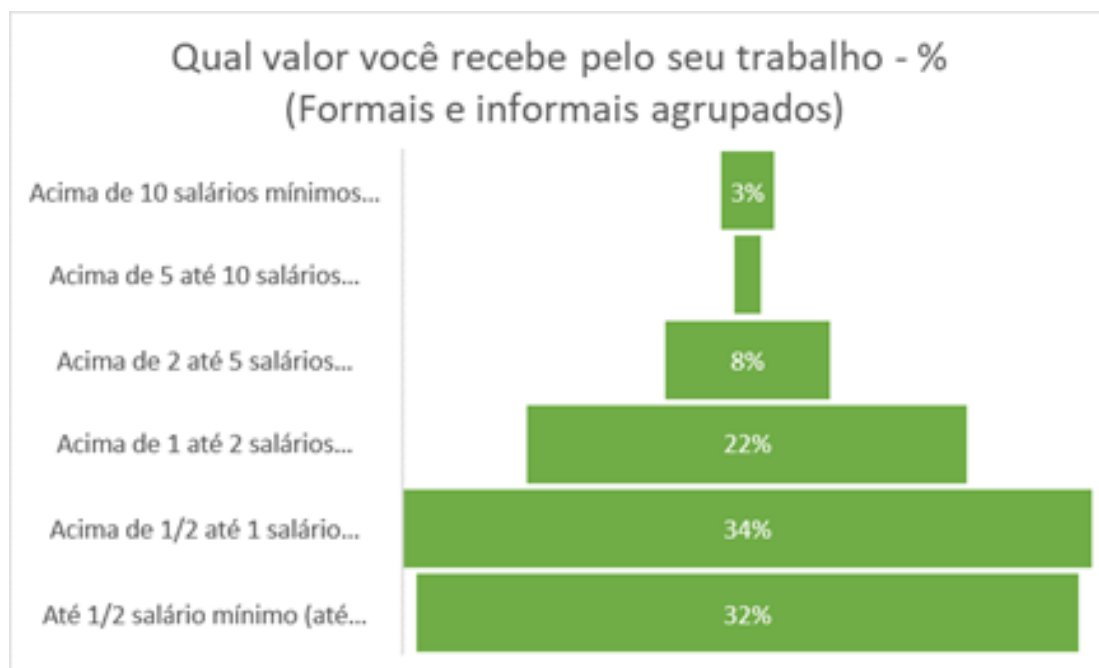


**Figura 64:** Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (formais e informais) – Município de São Miguel do Gostoso – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Em Rio do Fogo, conforme Figura 65, os respondentes que recebem até 1 salário mínimo somam 64% dos entrevistados, sendo que, destes, 25% sobrevivem com apenas  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. No topo da pirâmide, nas duas faixas mais bem remuneradas – de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos – encontram-se, respectivamente, 1% e 3% dos respondentes de São Miguel do Gostoso. Em ambas as faixas no topo da pirâmide, não foi identificada nenhuma situação em Rio do Fogo. Nas duas faixas intermediárias verifica-se que 22% e 25%, respectivamente, recebem de 1 a 2 salários mínimos e, 8% e 11%, entre 2 e 5 salários mínimos.

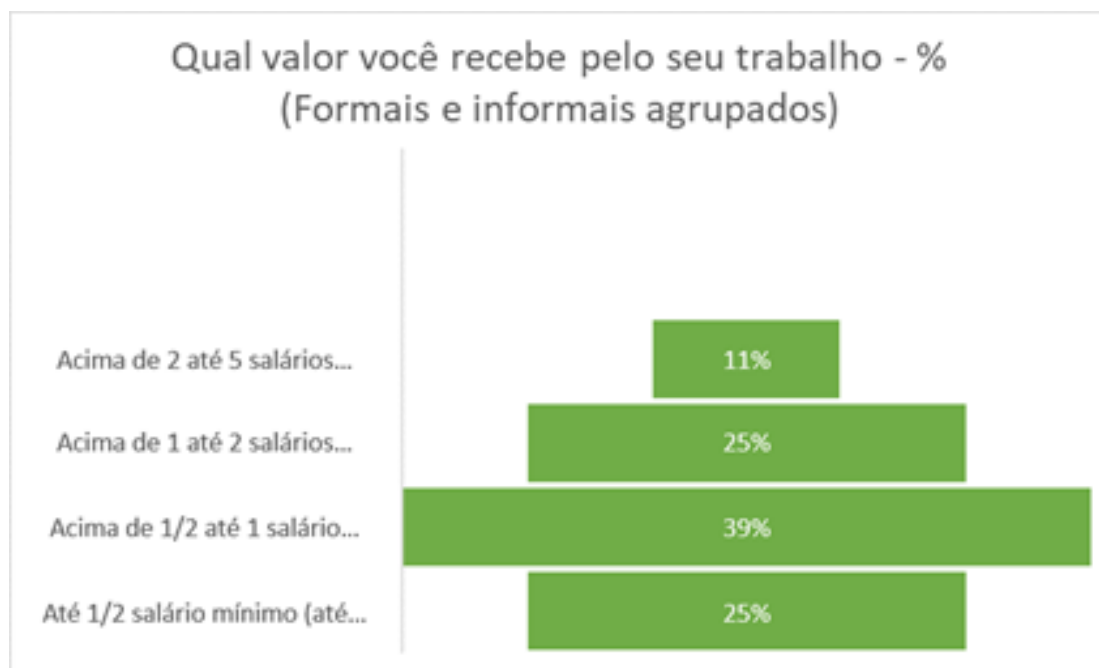


**Figura 65:** Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (formais e informais) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Ao observar a remuneração por gênero, conforme Figura 66, verifica-se que em São Miguel do Gostoso, mais de 1/3 dos respondentes masculinos (36%) recebem provimentos entre 1 e 2 salários mínimos, sendo que 76% das respondentes femininas recebem até 1 salário mínimo e, dentre estas, 35% recebem até ½ salário mínimo, correspondendo aos dados do IBGE que afirmam que as mulheres recebem uma remuneração menor do que os homens, mesmo quando ocupam as mesmas funções.

O baixo rendimento do universo da pesquisa em São Miguel do Gostoso, ou seja, 62% dos respondentes declaram que recebem entre ½ e 1 salário mínimo, demonstra a vulnerabilidade da população do Gostoso. Ainda mais, fica evidente a vulnerabilidade das mulheres, quando 35% recebem até ½ salário mínimo. Importante observar que, do total dos respondentes, 64% recebem até ½ salário mínimo.

Já em Rio do Fogo, 49% dos respondentes recebem até ½ salário mínimo. Chama a atenção que um trabalhador do turismo se declarou nesta situação. Nas faixas seguintes, a realidade inverte-se quando comparada com São Miguel do Gostoso. Em Rio do Fogo, 34% dos homens recebem de ½ a 1 salário mínimo contra 44% das mulheres. De igual forma, 21% dos homens recebem de 1 a 2 salários mínimos, contra 30% das mulheres. Na faixa de 2 a 5



salários mínimos, homens e mulheres equiparam-se, com 10% e 11% respectivamente. Importante trazer presente que, nesta faixa de 2 a 5 salários, a ocupação que garante este rendimento às mulheres é o funcionalismo público e, aos homens, a empresa eólica e o turismo, quando empregadores. No entanto, precisa se observar, que do total dos respondentes de Rio do Fogo, nenhum declarou receber mais de 5 salários mínimos.

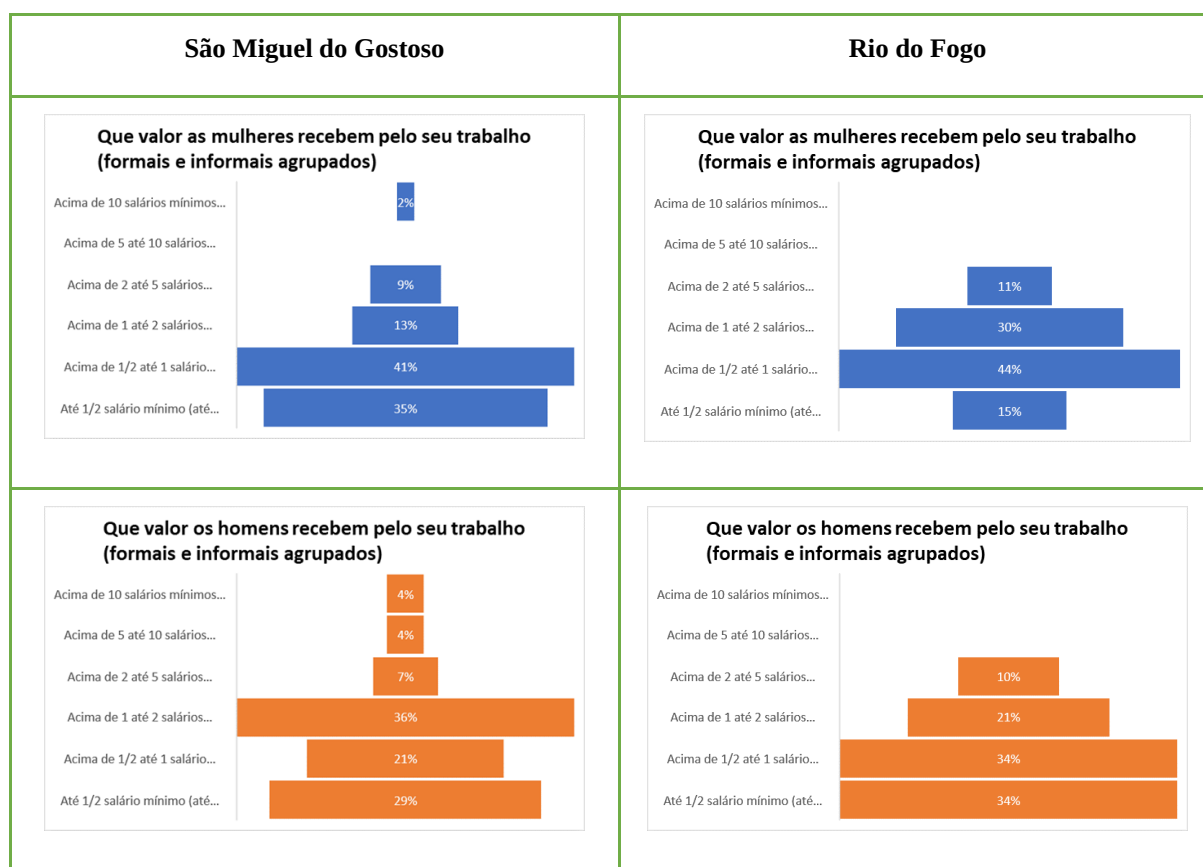


**Figura 66:** Valor recebido pelo trabalho dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Ao serem perguntados sobre quantas pessoas vivem da renda do entrevistado, 13% e 8% respectivamente declararam que apenas ele, e 56% e 32%, respectivamente, declararam que até 3 pessoas (inclusive o respondente). O respondente e mais 3 pessoas somaram 14% e 35% respectivamente. Desta forma, observa-se que as famílias dependentes da renda do respondente são maiores em Rio do Fogo, conforme Figura 67.

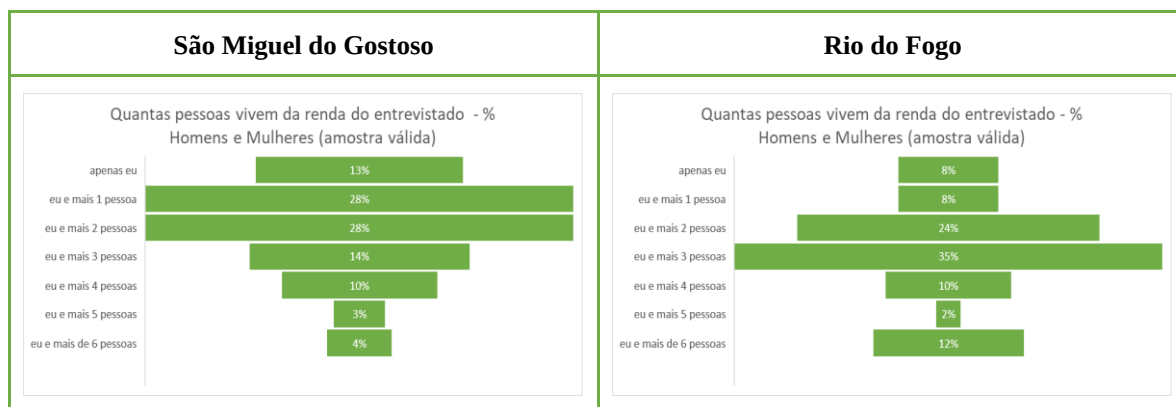


**Figura 67:** Extensão da renda dos respondentes do questionário nos municípios (total da amostra) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

No entanto é importante observar a renda per capita dos respondentes que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, e até 1 salário mínimo respectivamente, em ambos os municípios, conforme Figuras 68 e 69.

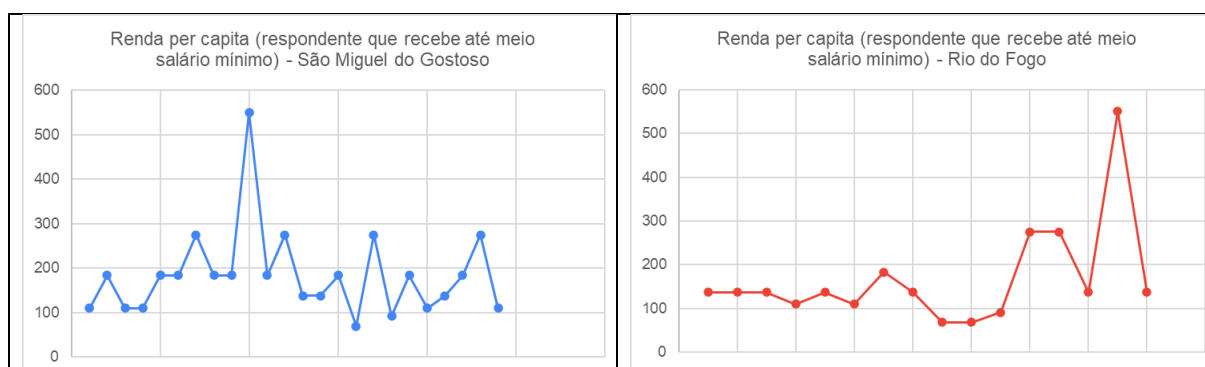


**Figura 68:** Renda per capita dos respondentes que declararam receber até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

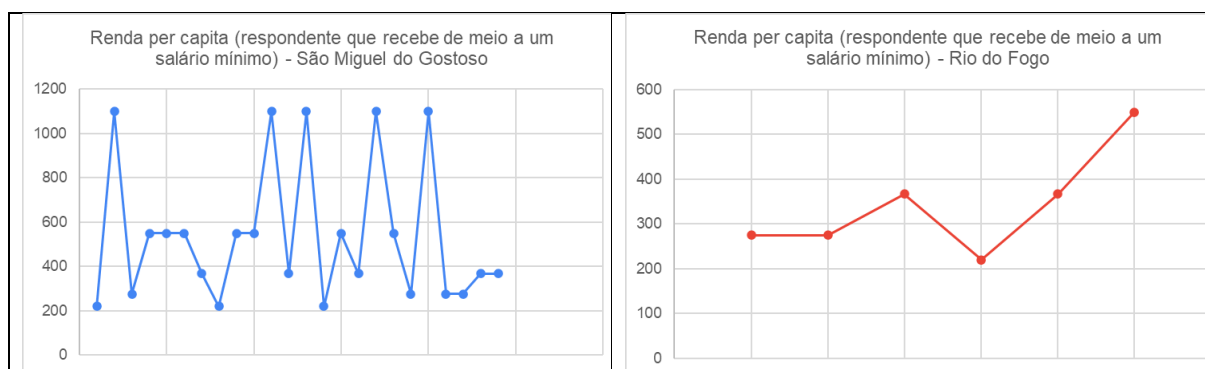


**Figura 69:** Renda per capita dos respondentes que declararam receber até 1 salário mínimo – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Pode-se depreender que a renda per capita em São Miguel do Gostoso é maior do que em Rio do Fogo, considerando as respostas desta pesquisa. No entanto, em ambos os municípios, é uma baixa renda.

### 7.2.3 - Tempo de dedicação ao trabalho

Quanto ao tempo de dedicação ao trabalho, conforme Figura 70, a maioria das ocupações femininas em São Miguel do Gostoso exige a dedicação de menos de 20 horas semanais de trabalho (51%). Estão associadas a atividades informais e ocasionais. Já as masculinas, acima de 30 horas semanais, somam 31% das ocupações.

Em Rio do Fogo, as ocupações femininas dividem-se em dois grupos majoritários. A ocupações que exigem menos de 10 horas semanais de dedicação (44%) e as que exigem mais de 31 horas semanais (38%). Já as ocupações masculinas, predominantemente, exigem de 21 a 30 horas semanais de dedicação (36%). No entanto, há 9% de ocupações que exigem mais de 44 horas de dedicação semanal dos homens.

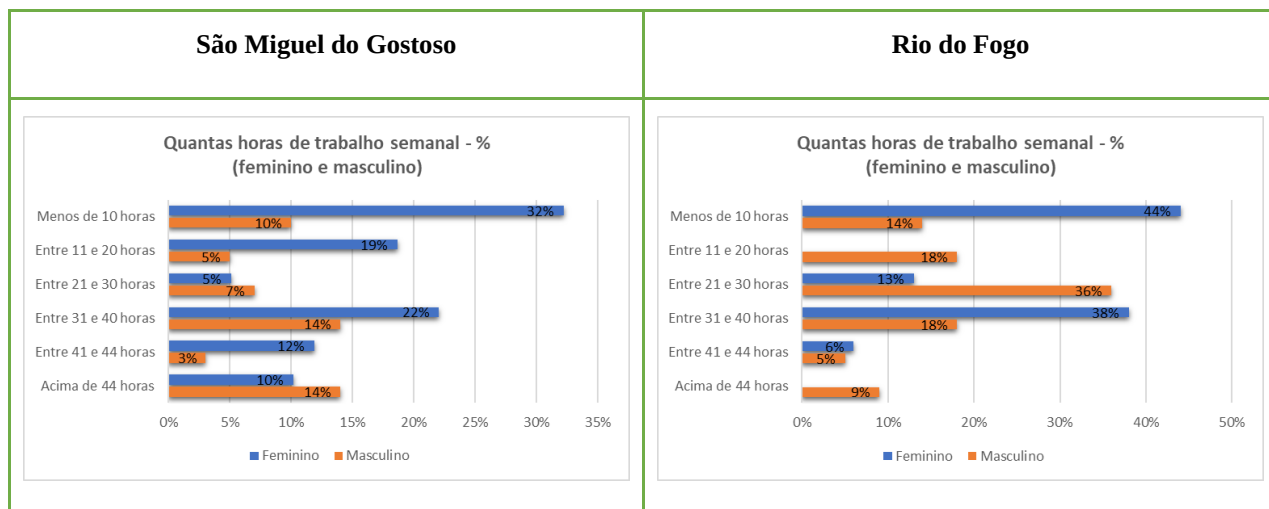


**Figura 70:** Jornada de trabalho semanal dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

### 7.2.4 - Renda Extra

Praticamente a metade dos respondentes de São Miguel do Gostoso recebe uma segunda renda (49%) oriunda de benefícios sociais. Dentre estes, 94% referem-se ao Bolsa Família, 3%

ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 3% ao auxílio-doença. Na sequência, a segunda renda provém de aluguel e aposentadoria, conforme Figura 71.

Já em Rio do Fogo, o percentual de respondentes que recebe o Bolsa Família é maior. Do total dos respondentes, 62% recebem Bolsa Família, o que dialoga com o mapa de cobertura do Bolsa Família de Théry e Mello-Théry apresentado em seção anterior. As demais segundas rendas também provêm de aluguel e aposentadoria. No entanto, em função da realidade de arrendamento de terras para a implantação de parques eólicos, apareceu o percentual de 9% oriundo desta segunda renda. Vale a ressalva de que, em Rio do Fogo, está instalado o primeiro parque eólico implantado no RN e que arrendou as terras dos assentados do INCRA. A negociação realizou-se diretamente pelos assentados ficando acordado um valor mensal por torre, além da isenção da taxa de água e luz, conforme declarado nas entrevistas.

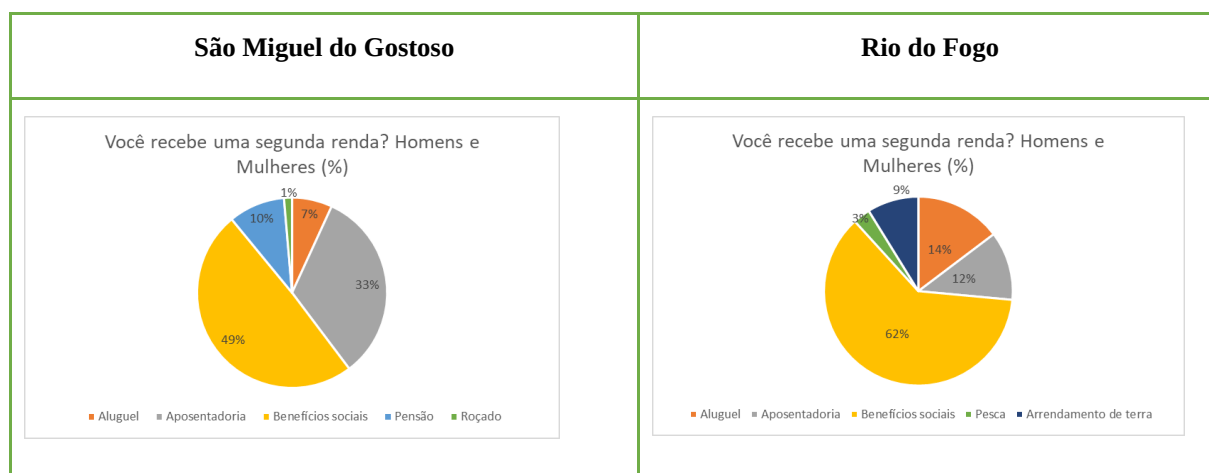


**Figura 71:** Renda extra dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Mesmo que em seção anterior tenham sido debatidos os efeitos da pandemia Covid-19 e suas implicações para o mundo do trabalho, de forma contundente, na ocasião da elaboração das entrevistas de campo, a pandemia não era realidade e, portanto, elas não captaram o não trabalho ou a redução da jornada de trabalho, em função da pandemia, seja pela demissão ou flexibilização do contrato de trabalho (formais). Esta realidade ocorreu, em muitos casos, conforme verificada em pesquisas (Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as, de Lamas *et alli*, 2020 e, Os trabalhadores do turismo no Rio Grande do Norte no contexto da pandemia COVID-19, de Sanson *et alli*, 2020 in A

Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia, organização Dalila Andrade Oliveira e Marcio Pochmann).

É preciso levar em consideração, que a pandemia criou uma nova realidade no mundo do trabalho e de forma exponencial no turismo, uma vez que, para que essa atividade aconteça, é premente que haja deslocamentos, viagens, de modo que o trabalho tanto dos trabalhadores e das trabalhadoras formais, assim como dos(as) informais, está relacionado à chegada dos turistas e ao respectivo atendimento. Não havendo viagens e, portanto, deslocamentos, não há como garantir a ocupação das pessoas nesse setor, bem como, sem a chegada do turista, ocorre um processo dramático de fechamento e/ou suspensão das atividades concentradas nos hotéis, pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes, shoppings de artesanato, entre outros. De igual modo, os trabalhadores do turismo de sol e mar, camelôs, barraqueiros, balseiros, lancheiros, bugueiros, para citar alguns, passam a depender exclusivamente dos moradores da localidade ou do entorno para viabilizar o seu trabalho. Numa realidade em que a maior parte da população tem uma baixa remuneração não há como contar com os moradores para aquecer o turismo e suas estruturas. No entanto, houve uma entrevista (Sujeito 4) que indicou que, em São Miguel do Gostoso

a manutenção de ocupação de algumas pousadas foi mantida, justamente em função dos trabalhadores dos parques eólicos, estrangeiros ao lugar, e que, em função da pandemia, da limitação de possibilidade de viagens para visita aos familiares, acabaram trazendo suas famílias a São Miguel do Gostoso, durante este período. Mas este *plus* foi restrito a algumas pousadas.

É provável que parte das ocupações teve sua jornada de trabalho reduzida, o que talvez tenha refletido no número pequeno de horas semanais trabalhadas pelos respondentes. Não fez-se esta distinção, do antes e durante a pandemia. Mas é certo que, com a pandemia, como outras pesquisas indicam, inclusive a PNAD COVID-19, as horas trabalhadas por dia caíram de forma abrupta para todos os trabalhadores, de tal forma que a maioria acabou tendo sua jornada de trabalho reduzida ou foi demitido(a), ampliando a vulnerabilidade já existente.

#### 7.2.5 – Auxílio Emergencial

Diante da nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19 aos trabalhadores brasileiros, o Congresso aprovou o auxílio emergencial destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, cujo valor, quando de sua aplicação inicial, foi de R\$ 600,00 reais por pessoa, podendo chegar a R\$1.800 por família, dependendo dos critérios de acessibilidade. Do total dos respondentes da pesquisa, conforme Figura 72, em São Miguel do Gostoso, 44% acessaram o auxílio emergencial. Para 19% dos respondentes, outro integrante da família acessou e para 9%, além dele próprio ter acessado,

mais uma pessoa que vive na mesma casa acessou. Do total dos respondentes, 13% declararam estar fora dos critérios e 8% tentaram, mas sem sucesso. Apenas 4% não tentaram acessar.

Em Rio do Fogo, 26% acessaram o auxílio emergencial. Para 6% dos respondentes, outro integrante da família acessou e para 13%, além dele próprio ter acessado, mais uma pessoa que vive na mesma casa acessou. Do total dos respondentes, 8% declararam estar fora dos critérios e 2% tentaram, mas sem sucesso. Apenas 2% não tentaram acessar, conforme Figura 78. No entanto, o recebimento pode ter sido maior uma vez que, em Rio do Fogo, em função de parte da pesquisa ter sido realizada antes da pandemia, esta questão não constava do questionário aplicado presencialmente e não foi respondida, portanto, por 43% dos respondentes, o que limita o dado e a explicação.

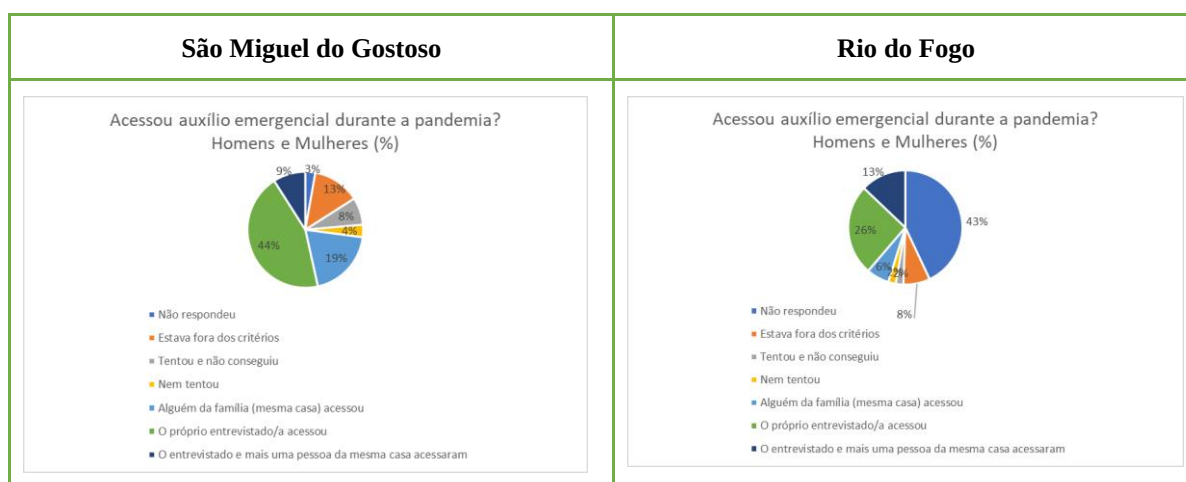


**Figura 72:** Acesso ao auxílio emergencial dos respondentes do questionário nos municípios (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Em função deste problema metodológico imposto pela pandemia Covid-19, é interessante um olhar para o recebimento do auxílio emergencial apenas com o percentual de pessoas que respondeu esta questão. Interessante observar a Figura 73. Depreende-se que 46% e 45% dos respondentes, respectivamente, acessaram o auxílio emergencial. Do total dos respondentes, respectivamente, 9% e 23% além do entrevistado, mais uma pessoa da casa o recebeu. Em ambos os municípios, 13% dos respondentes estavam fora dos critérios. Respectivamente, em 20% e 11% das respostas, alguém da família recebeu, assim como 8% e 4% respectivamente, tentaram e não conseguiram e 4% em ambos os municípios, nem tentaram.

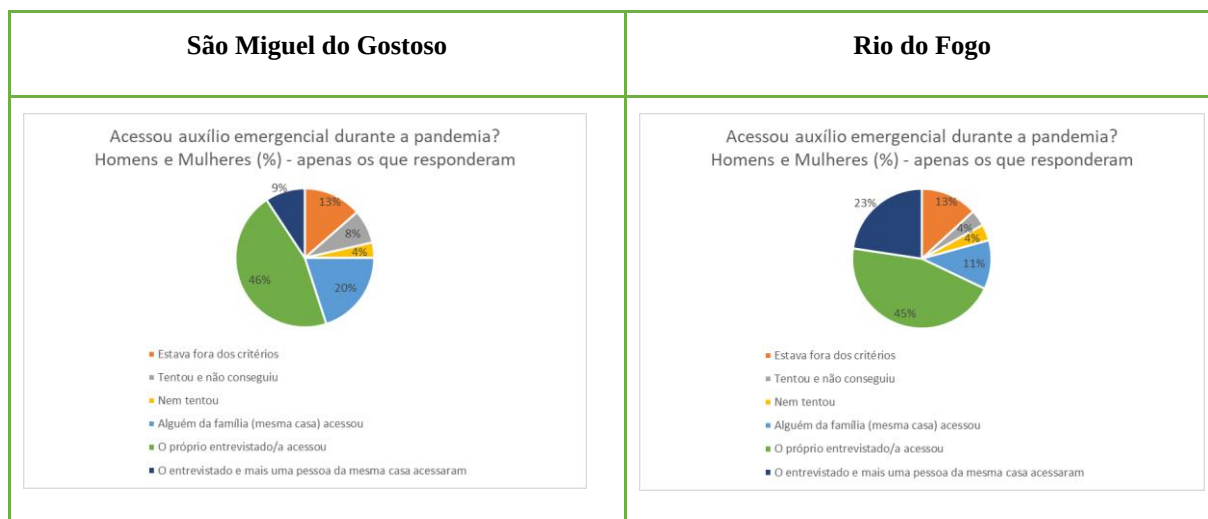


**Figura 73:** Acesso ao auxílio emergencial dos respondentes na fase da pesquisa online (por gênero) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Em função das atividades desenvolvidas nos municípios e, considerando que boa parte delas se relaciona com o turismo, o auxílio emergencial é essencial para a manutenção da dignidade das famílias, ainda mais neste momento de pandemia. Vale lembrar que a mobilidade do vírus impôs uma imobilidade às pessoas. E, se as pessoas não viajam, o turismo não acontece.

Neste sentido, diversos pesquisadores têm debatido a necessidade da criação de uma Renda Mínima Universal (RMU), onde as pessoas poderiam acessar uma renda mensal para garantir as condições básicas de suas vidas sendo que, como contrapartida, poderiam assumir atividades direcionadas para o cuidado com os outros e para com o meio ambiente. Esta experiência poderia configurar-se num projeto piloto muito interessante de ser realizado, ao menos em algumas comunidades, senão no município todo que, para além da política nacional, teria recursos complementares oriundos dos impostos dos empreendimentos locais. Seria uma grande e efetiva contribuição dos empreendimentos (turísticos e do setor eólico) para o desenvolvimento das comunidades e dos municípios, no sentido de minimizar as vulnerabilidades.

### 7.3 - Capital Humano

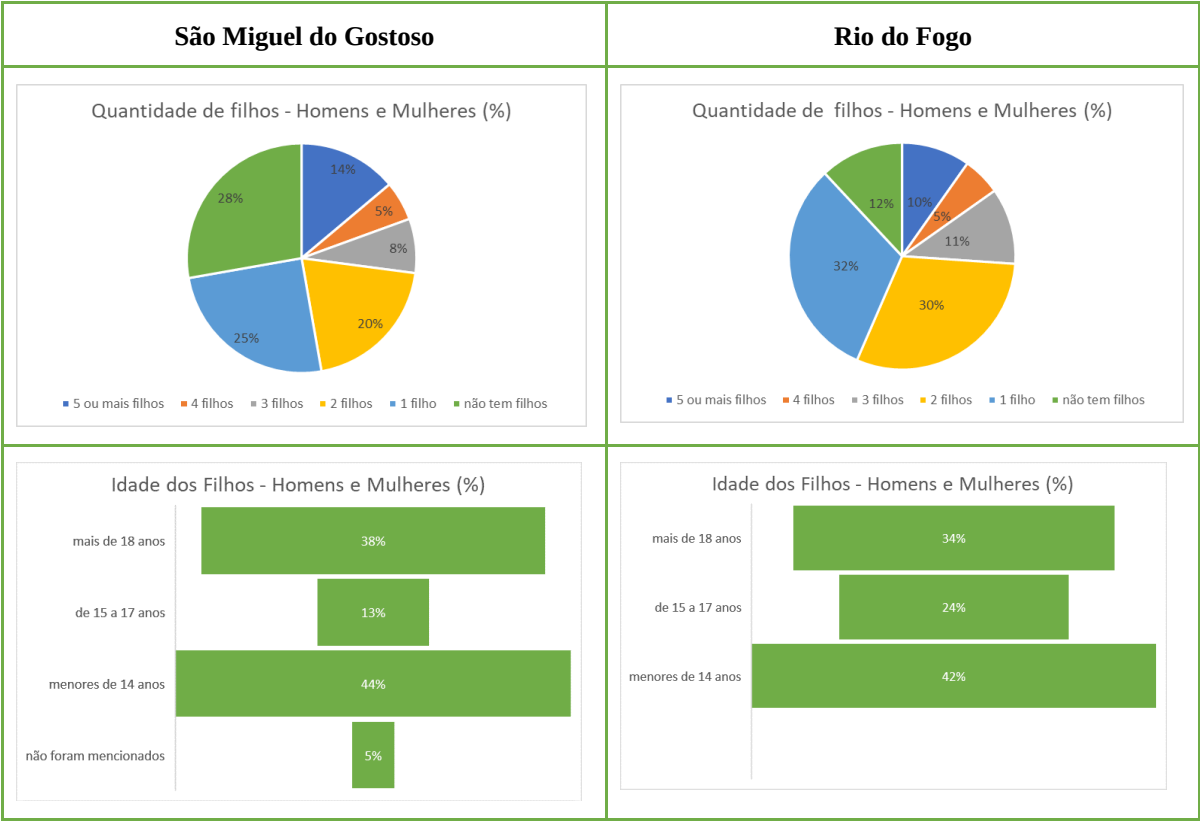
Aplicado em dois municípios considerados turísticos e eólicos, as questões referentes ao capital humano têm por objetivo qualificar ainda mais a vulnerabilidade social junto à população, a partir da quantidade e da qualidade dos ativos sociais disponíveis pelas pessoas e

suas famílias. Os dados apresentam a heterogeneidade socioespacial apresentada pelos respondentes, baseando-se no acesso à educação, na condição de incapacidade/capacidade dos domicílios em melhorar suas situações de infraestrutura, de bem-estar e afins.

### 7.3.1 - Quantidade de Filhos

Os primeiros dados de São Miguel do Gostoso demonstram que 28% dos respondentes não têm filhos, 45% têm até 2 filhos e 19% têm 4 filhos ou mais. Do total de filhos, 44% são menores de 14 anos, seguidos por 38% com mais de 18 anos. Apenas 13% dos respondentes habitam com idosos, acima de 65 anos sendo que, com exceção de uma resposta, para todos os demais respondentes a renda do idoso constitui orçamento da família (Figura 74).

Em Rio do Fogo, conforme Figura 74, é possível observar que, 12% dos respondentes não têm filhos, 62% têm até 2 filhos e 15% têm 4 filhos ou mais. Do total de filhos, 42% são menores de 14 anos, seguidos por 34% com mais de 18 anos. É importante observar que, diferente de São Miguel do Gostoso, em Rio do Fogo tem 24% de adolescentes entre 15 e 17 anos e que 22% dos respondentes gabitam com idosos, acima de 65 anos, sendo que 80% dos respondentes afirmam que a renda do idoso constitui orçamento da família, percentual inferior a São Miguel do Gostoso.





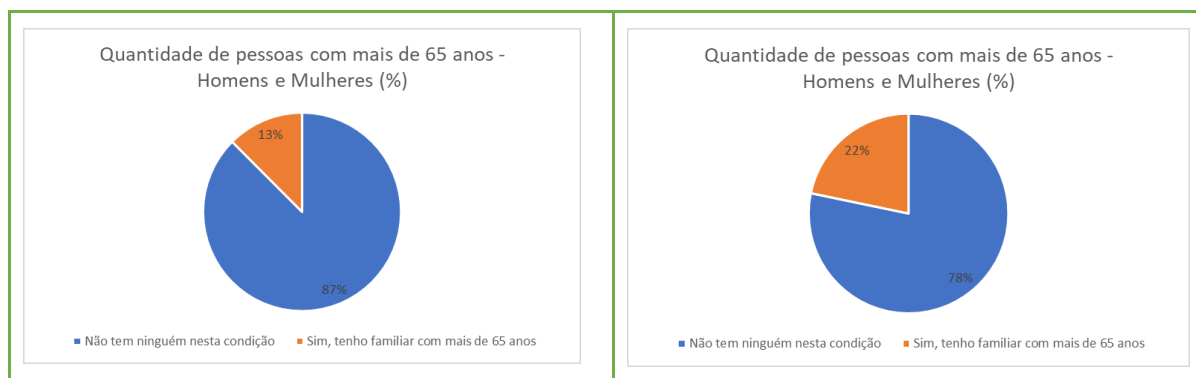


**Figura 74:** Quantidade de filhos, idade dos filhos e pessoas idosas que vivem com os respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Pelo percentual de filhos em idade escolar, o investimento em educação é essencial para fortalecer o capital social das futuras gerações. Na próxima seção será analisada a educação nos municípios.

### 7.3.2 - Educação

A educação é o principal item formador do capital humano e, por isso, deve ser incentivada e promovida, caso o território pretenda ter um desenvolvimento que implique não só em crescimento econômico, mas em desenvolvimento social.

Quanto à escolaridade, conforme Figura 75, em São Miguel do Gostoso percebe-se que 56% das mulheres respondentes possuem, no máximo, o ensino médio incompleto (concretamente têm o ensino fundamental). Este percentual é de 20% em Rio do Fogo. Já entre os homens este percentual é de 38% em São Miguel do Gostoso e 41% em Rio do Fogo.

Na outra ponta, entre as mulheres, apenas 10% têm ensino superior em São Miguel do Gostoso, sendo que o percentual é de 19% entre os homens. Já em Rio do Fogo, estes percentuais correspondem a 25% e 4%. Ou seja, é interessante observar que, em Rio do Fogo as mulheres têm mais oportunidades de estudo. Um fator importante a ser considerado é que São Miguel do Gostoso até muito tempo era uma vila de pescadores, distrito de Touros. No entanto, uma hipótese para este percentual ser maior em Rio do Fogo, em relação ao município vizinho, pode ser atribuída ao fato de o município ser mais próximo à capital Natal, uma vez que as oportunidades de deslocamento e a distância menor facilitam a conclusão do ensino superior. Esta hipótese foi confirmada no GF 5. É importante investigar se o mesmo ocorre com o ensino médio, já que observamos que, tanto mulheres quanto homens, em Rio do Fogo,

têm um equivalente maior de conclusão do ensino médio quando comparado com São Miguel do Gostoso.

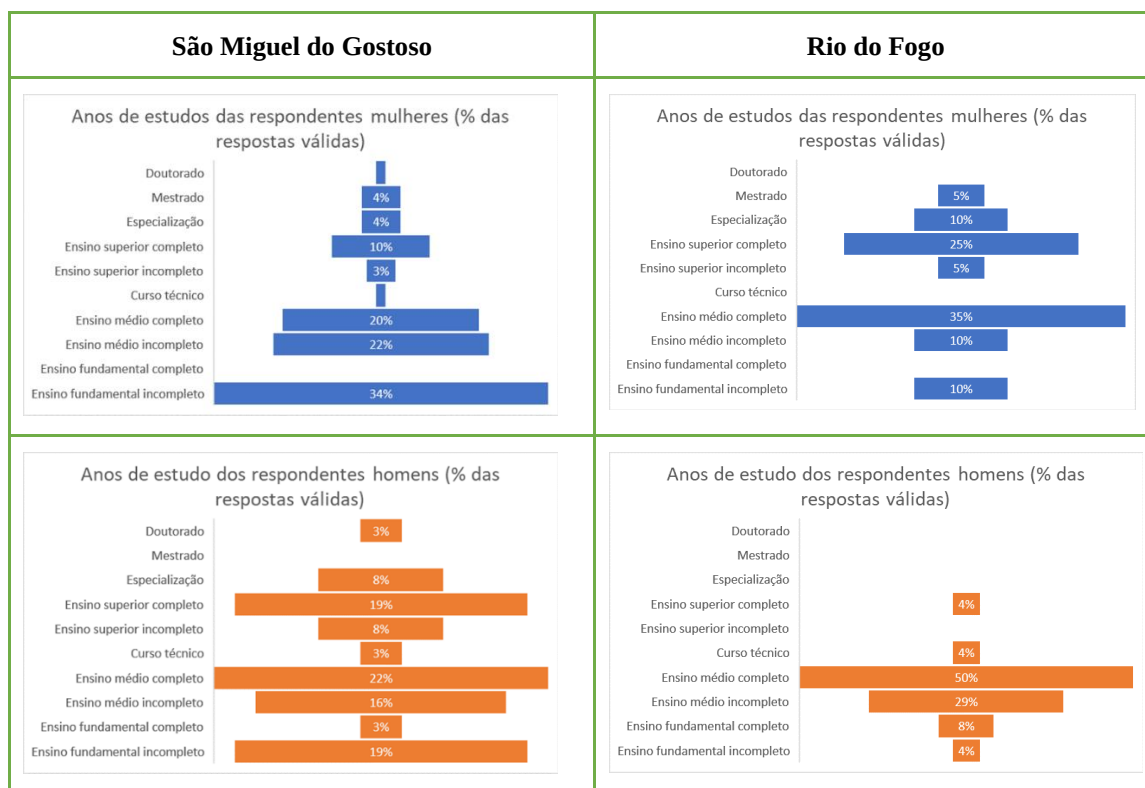


**Figura 75:** Anos de estudo dos respondentes do questionário (homens e mulheres) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Analisando os dados sob o recorte dos trabalhadores informais, observamos que, em São Miguel do Gostoso, a maior parte destes têm até o ensino médio completo. Registre-se, porém, o fato de que boa parte, apesar de terem o ensino superior completo também se encontram na informalidade. Já em Rio do Fogo, nenhum trabalhador informal da amostra possui escolaridade superior ao ensino médio completo. Estes dados acompanham as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam que a maioria dos trabalhadores informais, assim como a maioria entre os respondentes da pesquisa, têm dificuldade de acesso ao ensino superior.

Observa-se que, enquanto o Estado e o mercado não fornecerem oportunidades para equilibrar as desigualdades entre os diferentes grupos sociais, promovendo educação de qualidade para todos, por exemplo, os vetores produtivos que se estabelecem nos territórios só reforçarão estas estruturas de desigualdade. E, observa-se que existe o interesse nesta situação,

uma vez que, os que não estudam têm menos alternativas, tornando-se mais dependentes economicamente do turismo e, conseqüentemente, estão mais vulneráveis a exercer qualquer tipo de trabalho, como os mal remunerados e estritamente braçais, que são as demandas de trabalho dos parques eólicos para os moradores locais. Já quando as pessoas estudam mais anos, as alternativas amplificam-se, não precisando sujeitar-se a certos tipos de trabalho e à baixa remuneração.

No entanto, conforme verificado nos dados referentes às demissões no último período, apresentados na seção anterior, o maior contingente de demitidos são exatamente os trabalhadores e as trabalhadoras que têm o ensino médio completo, tendo permanecido em suas ocupações aqueles e aquelas com formação superior num pequeno número representativo, e as ocupações que exigem menor formação. Então, vincular a ampliação de alternativas apenas ao maior número de anos de estudo mostrou-se, neste momento de crise, inoperante. Importante é refletir sobre as oportunidades reais de inserção destes profissionais no contexto da região. Pois se é importante o acesso à formação, igualmente importante são as reais oportunidades de inserção desta mão de obra nos territórios. E, neste sentido, as entrevistas e o debate no GF 5 apontam para uma maior absorção de mão de obra advinda de fora do território, principalmente no vetor produtivo eólico, mas também no preenchimento de cargos políticos das gestões municipais.

### 7.3.3 - Condição da moradia

Em relação à moradia, conforme Figura 76, em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, respectivamente, 48% e 71% dos respondentes afirmam ter casa própria, seguidos de 26% e 15% que a conquistaram, fruto da luta da reforma agrária. É importante esclarecer que o município de São Miguel do Gostoso tem muitos assentamentos rurais.



**Figura 76:** Condição da moradia em assentamentos e acampamentos rurais.

Fonte: Morgana Beatriz Souza da Silva.

Do total dos respondentes, 9% e 6% vivem de aluguel e 9% e 1% paga as prestações do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Mais à frente serão apresentadas as características destas moradias.

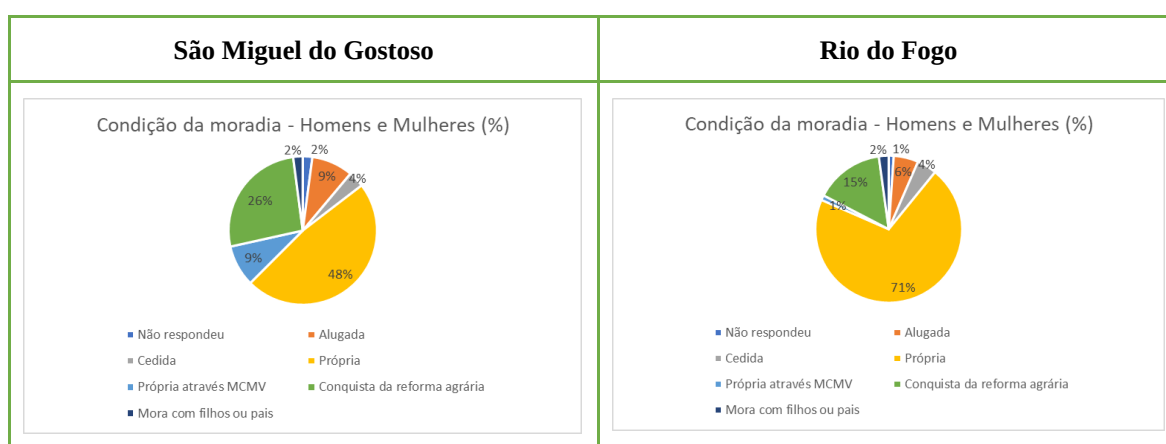


**Figura 77:** Condição da moradia dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Por hora, é interessante observar que, mesmo com trabalhos sazonais e precários, a maioria dos respondentes afirma que tem casa própria (Figura 77), mesmo que em condições precárias (Figura 76).

#### *7.4 - Infraestrutura Urbana*

A dimensão que contempla a vulnerabilidade da Infraestrutura Urbana procura refletir sobre as condições de acesso a serviços de saneamento básico, a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo nos territórios. Portanto, a infraestrutura aparece como uma dimensão importante para análise da qualidade de vida e do desenvolvimento local. Ademais, é preciso ter presente que a infraestrutura urbana é também um dos principais componentes para o desenvolvimento da atividade turística. Não é à toa que a infraestrutura foi o componente mais beneficiado com investimentos nas políticas públicas de turismo no Brasil e, principalmente, na região Nordeste.

##### *7.4.1 - Vulnerabilidade Social a partir das condições da moradia*

Em relação a este item, pode-se verificar uma contribuição para a manutenção da vulnerabilidade ambiental e social, conforme Figura 77, quando chama a atenção, em São Miguel do Gostoso, que 91% dos respondentes têm suas casas em ruas não calçadas, seguido por 24% que não têm esgoto sanitário. Mas talvez, o mais impactante, seja perceber que 29% não têm água encanada e o mesmo percentual não tem internet, além de 27% não terem um banheiro adequado. Estes dados são coincidentes com os dados do Censo 2010. Será importante cruzar estas informações com o próximo Censo para confirmá-las.

Já em Rio do Fogo, apesar de não haver a pujança do turismo e dos parques eólicos, a situação geral é mais positiva, igualando-se apenas no quesito esgoto sanitário. Provavelmente, esta situação mais positiva tenha contribuído para que, na última versão do IVS (IPEA), conforme mapas apresentados em seção anterior, Rio do Fogo tenha migrado, na escala de análise, de município ‘muito vulnerável’, para município ‘vulnerável’, diferente do que ocorreu com São Miguel do Gostoso, que permaneceu como município ‘muito vulnerável’. No entanto é chocante a observação do esgoto a céu aberto em Rio do Fogo, desde a entrada da cidade até a praia, conforme Figura 78. Chama a atenção a última foto desta Figura, onde aparece o portão de entrada da escola, evidenciando que as crianças e jovens precisam passar sobre o esgoto para entrar na mesma.









**Figura 78:** Fotografias de Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Arquivo pessoal.

A questão da coleta de lixo também é bem complexa em São Miguel do Gostoso. Ela acontece de forma irregular e, basicamente, apenas na sede do município, além de mais dois distritos. Segundo informações de uma das entrevistas (Sujeito 5), “o lixo era encaminhado para o aterro de Ceará Mirim, sem separação com vistas à reciclagem. Agora vai para o lixão que fica há poucos quilômetros da sede”.



**Figura 79:** Lixão de São Miguel do Gostoso/RN  
Foto: Maria Luziane Barbosa Ferreira.

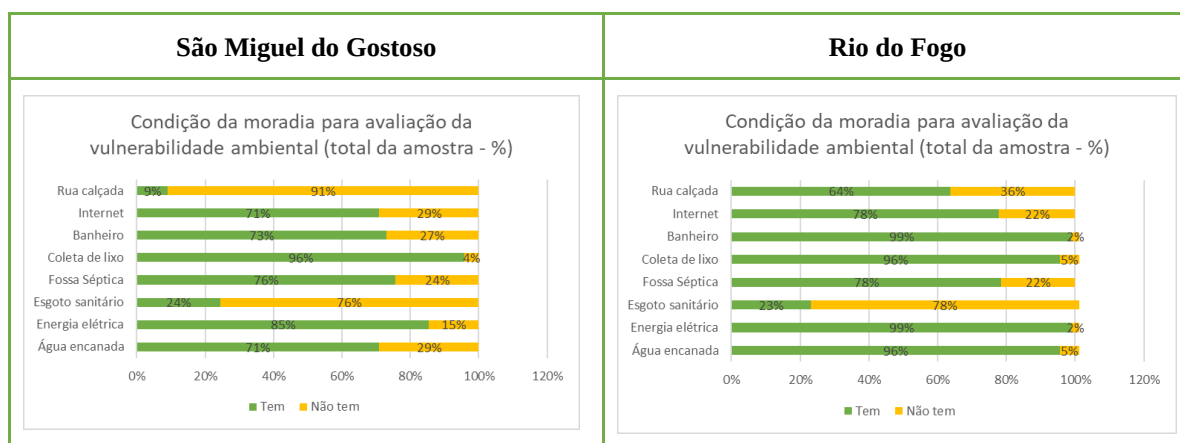
“Grande parte das famílias utilizam-se da queima nos seus quintais (montourus) ou enterram o lixo”. (Sujeito 5). O relato segue. “Foi criada uma associação de catadoras, tempos atrás, mas sem nenhum estímulo da prefeitura. Durante dois anos de tentativas, apenas pelo período de 5 meses a prefeitura deu uma contribuição (transporte), mas sem ser regular. O projeto foi inviabilizado”.





**Figura 80:** Montouros em São Miguel do Gostoso/RN  
Foto: Maria Luziane Barbosa Ferreira.

Ainda de acordo com a Figura 81, as atividades de socialização e recreação praticamente inexistem em ambos os municípios. Quase a metade dos respondentes (48% e 44%, respectivamente) afirmam ter praça na sua localidade de moradia, mas apenas 18% e 16%, respectivamente, declaram ter área de lazer para jovens, 15% e 12% declaram ter área de lazer para idosos. Apenas 9% e 10% afirmam haver área de lazer para crianças. Em relação à pergunta se havia parque, referindo-se ao lazer, foi interpretada como ‘parque eólico’, sendo que há uma questão específica para esta informação.



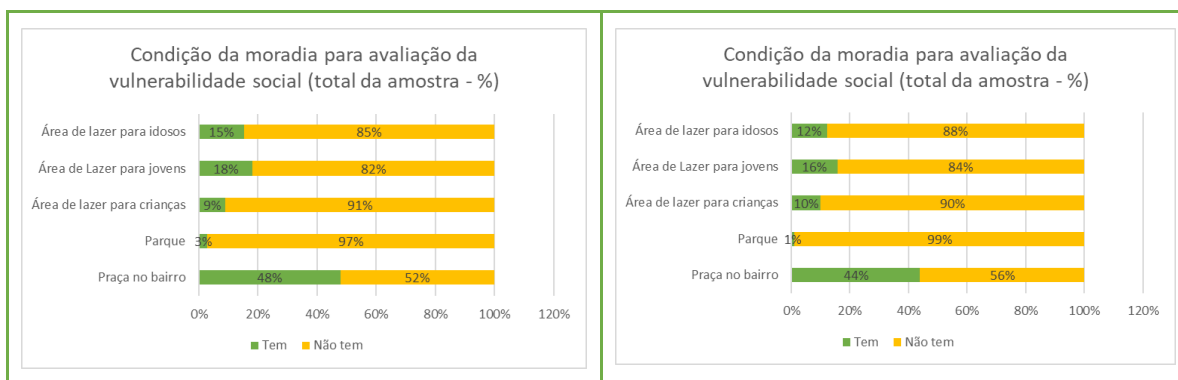


**Figura 81:** Condição da moradia (avaliação da vulnerabilidade ambiental e social) dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Com base nos dados sistematizados, é possível afirmar que a infraestrutura é muito insuficiente em ambos os municípios e, sendo uma dimensão importante para análise da qualidade e de vida e do desenvolvimento local, os dados servem de argumento para reforçar a hipótese da manutenção da vulnerabilidade social, existente nos municípios em questão, apesar da presença do turismo e do vetor eólico. São muitas ausências e emergências, desvelando a dialética existente entre presenças e ausência, espaços luminosos e espaços opacos (Santos, 2010).

## 7.5 - Questões específicas sobre parques eólicos

### 7.5.1 – Distância moradia do parque eólico

Do total da amostra, em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 82, 10% dos respondentes moram até 500 metros de algum parque eólico, 30% até 1 km de distância, e 31% até 2 km de distância. Situação preocupante ao se considerar os impactos na saúde já bastante conhecidos pela literatura internacional e nacional. Inclusive, houve uma declaração de uma proprietária de pousada, afirmando que as pousadas próximas aos parques são as últimas a serem procuradas, em função do barulho das hélices dos aerogeradores (Sujeito 11).

Neste aspecto, a população de Rio do Fogo está mais protegida, uma vez que 63% dos respondentes não moram perto de parques eólicos, estando distantes dos impactos que eles causam, a longo prazo, na saúde. Os 12% que moram até 500 metros do parque são exatamente os moradores do assentamento Zumbi.

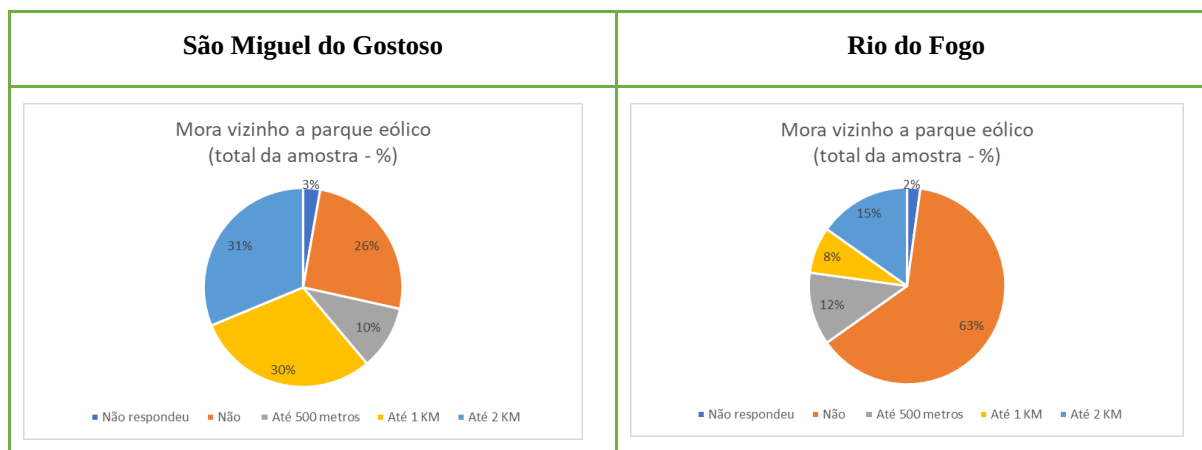


**Figura 82:** Distância entra moradia e parque eólico dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Os principais problemas associados ao fato de morar perto de um parque são o barulho, a insônia e a dor de cabeça, além da poeira. Em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 83, apenas os que moram até 500 metros relataram problemas relacionados ao acesso à terra, assim como apenas os que moram até 1 quilômetro relataram aumento de uso de remédios controlados e problemas relacionados às rachaduras das casas. Um percentual de 2% dos respondentes que habitam em até 2 quilômetros, relata o impacto visual. Mas chamam a atenção, os percentuais de respondentes que não reconhecem qualquer tipo de problema no total dos respondentes em São Miguel do Gostoso (58%).



**Figura 83:** Proximidade do parque eólico com as moradias, em São Miguel do Gostoso.

Fonte: Arquivo pessoal.

É mais preocupante o percentual de respondentes que não reconhecem qualquer tipo de problema relacionado ao fato de morar próximo dos parques eólicos (91,5%), em Rio do Fogo. Em parte, compreende-se esta despreocupação, em função dos parques estarem localizados exclusivamente nos assentamentos rurais, um pouco mais distantes do centro da cidade, gerando problemas de outra magnitude.

Aos entrevistados foi perguntado se já ouviram falar de problemas após a implantação de parques eólicos (Figura 84). Do total dos respondentes, 53% e 91% afirmam, respectivamente, em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo, que nunca ouviram falar de problema algum. Os problemas citados em São Miguel do Gostoso foram (i) alterações emocionais e convulsões, com 1% cada, (ii) barulho (2%), (iii) perda da terra (10%), (iv) problemas na moradia (8%), (v) mal cheiro oriundo do óleo do motor (5%) e (vi) problemas de saúde, como insônia e dor de cabeça. Já em Rio do Fogo, os problemas que aparecem são 4% com insônia e dor de cabeça e 2% com a perda da terra, a perda de acesso à lagoa e problemas no trabalho. Mas o que chama atenção é o fato de que, em Rio do Fogo, exatamente as pessoas que vivem próximas ao parque declararem que ele não traz problema algum. Há de se refletir sobre essa afirmação, já que o parque eólico em questão é o único no estado que remunera mensalmente cada uma das famílias, por ter sido o primeiro parque construído e, até o momento, num assentamento do INCRA.

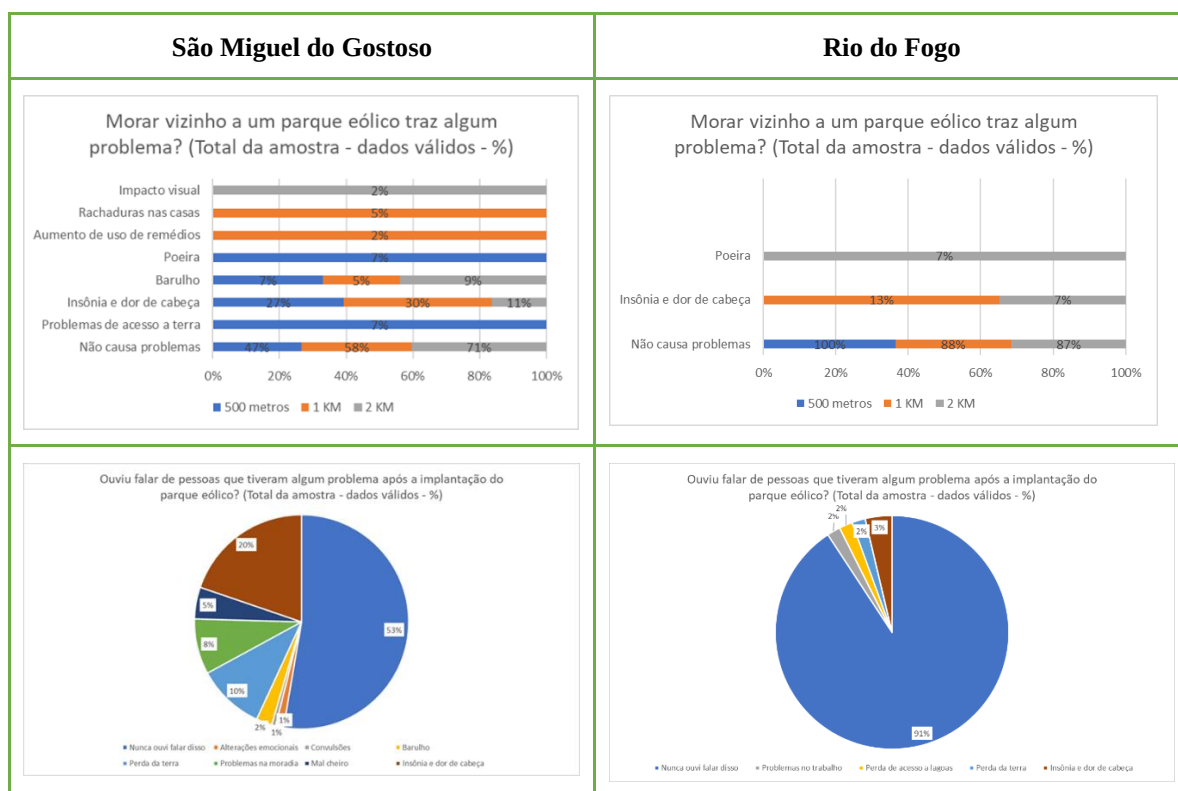


**Figura 84:** Opinião sobre problemas causadas por parque eólicos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

#### 7.5.2 - Melhorias observadas após a implantação dos parques eólicos

Uma das questões abertas era se o parque eólico trouxe melhorias para o município. Em São Miguel do Gostoso, conforme Figura 85, apenas 49% dos respondentes emitiram opinião, sendo que 19% disseram que sim, e 30% disseram que o parque eólico não trouxe melhorias. Dos que disseram que sim, 89% disseram que os parques eólicos trouxeram emprego e renda. O restante, 11% dividiram-se igualmente entre (i) alavancou a economia, (ii) fizeram algumas fossas, (iii) doaram material para a construção da quadra de esportes (Morro dos Martins), (iv) elevou a renda per capita e (v) aumento do ISS.

Já em Rio do Fogo, 65% emitiram opinião, sendo que 23% disseram que sim e 42% que não. Dos que disseram sim, afirmaram que gerou empregos e renda (citando principalmente o cheque para as famílias assentadas, onde o parque está instalado – assentamento do INCRA). Há uma retórica junto à população local, de que o parque foi bom apenas para os assentados, que estão isentos da taxa de água e luz. Na sequência, citado por dois entrevistados, a importância do imposto (ISS) que a cidade recebe por ocasião da construção do parque. Por fim, aparecem outros benefícios, como movimento maior nos restaurantes por ocasião dos trabalhadores que almoçam na cidade, a maior venda do pescado para os restaurantes, o calçamento de ruas e a doação de cestas básicas para as escolas. Um entrevistado citou os *royaltes*, imperando a desinformação, já que não há *royaltes* oriundos da produção eólica. Há uma ideia equivocada de que, assim como o petróleo, que os parques eólicos geram *royaltes*, o que não ocorre, ao menos não até o atual momento.

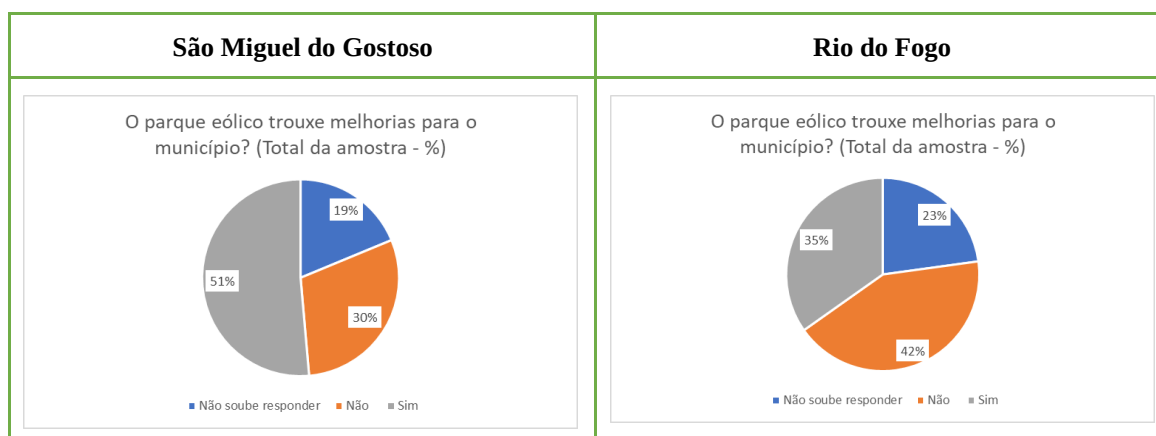


**Figura 85:** Opinião sobre melhorias trazidas por parque eólicos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

### 7.5.3 - Problemas causados pelos parques eólicos

Não foi realizada nenhuma pergunta sobre pontos negativos dos parques eólicos. Mas na questão dos aspectos positivos, surgiram mais depoimentos negativos do que positivos. São eles, referentes a São Miguel do Gostoso:

“Quando fizeram a reunião disseram que não ia ter problema de entrar nos parques, hoje se qualquer bicho encostar na cerca, já chega uma reclamação, os vigia já está ali” (Canto da Ilha de Cima II).

“Acabaram com as estradas e não arrumaram mais nunca, passam direto e não arrumam” (Morro dos Martins).

“Não construíram estrada para a população como haviam prometido. Prometeram a construção de uma caixa d’água para abastecer o assentamento e também não foi cumprido” (Assentamento Canto da Ilha de Cima II).

“O meio ambiente ficou feio, tiraram as árvores. Os carros da eólica andam em alta velocidade, causando perigo para quem anda nas estradas. Andam na contramão” (Morro dos Martins).

“Muito barulho. Estrada ruim, parece que tamo galopando. Os carros da eólica não respeitam, se agente não sair do meio, eles passam por cima” (Assentamento da Canto da Ilha de Cima II).

“Não permitem criação de animais nos terrenos nem acesso às propriedades via parque” (Assentamento Canto da Ilha de Cima II).

“Destruição do patrimônio público, grande gama de funcionários de fora que não se instabelece na cidade, prostituição, aumento da pobreza, desigualdade social, poluição do ar, poluição visual, não oportunizam trabalho para moradores do lugar” (Grajiru).



“Falaram que os animais podiam entrar no parque, mas quando fizeram não pode” (Canto da Ilha de Cima II).

“Trouxe nada, não tem benefício nenhum na comunidade, tanto dinheiro que esse povo tem e não faz nada prá comunidade. fizeram só iludir o povo, compraram as terras por uma mixaria, falando que o povo podia criar dentro e agora o povo não pode colocar nenhum bicho lá dentro” (Morro dos Martins).

“Prometeram uma fábrica de sabão prá comunidade e não fizeram. Prometeram comprar minha casa e não compraram, hoje vivo assim sem ter sossego, sem dormir direito com o barulho e o mal cheiro. Minha garganta já chegou a sangrar de tanto forçar. Minha voz não é a mesma coisa, vivo rôca, minha garganta arranhada, sinto dor direto nela” (Morro dos Martins).

“O dinheiro que entra exclusivamente para os bolsos dos políticos” (Ponta de Santo Cristo).

“Aqui é a pesca e agricultura, então quem tinha mais terras e vendeu, não sabendo administrar, acabo-se, não tem mais nada, não tendo mais onde trabalhar. Se você vende, tchau, vende sabendo que não vai poder trabalhar nessa terra” (Morro dos Martins).

“Estrada de péssima qualidade” (Morro dos Martins).

“Com o fechamento das dunas, não temos mais este lazer. Eu não gosto de ir trabalhar na estrada porque o barulho das torres se confunde com o barulho dos carros, aí eu não me confio de sair com os meninos” (Morro dos Martins).

“Uso da terra depois que eles instalam as torres, a terra não pode ser usada prá mais nada” (Centro).

Já em Rio do Fogo apareceram os seguintes pontos negativos, referentes aos parques eólicos, na relação com a cidade:

“Só empregou pessoas de fora”.

“Não houve emprego fixo para as pessoas de Rio do Fogo”.

“Só promessas não cumpridas”.

“Trouxe melhorias apenas para o prefeito, e para Zumbi”.

“Para a cidade não tem visibilidade e nem benefícios”.

“Só para o assentamento que melhorou”.

“A energia é cara, não melhorou nada”.

“Seria bom um desconto na eletricidade”.

“Trouxe conflitos e perda de parte da terra”.

“Traz muita poeira”.

Com base nestes depoimentos, pode-se confirmar o que já é relatado em diversos estudos nacionais e internacionais, de que este novo vetor vem atraindo grandes investimentos, gerando efeitos econômicos socialmente insustentáveis em longo prazo. A estrutura de um

parque eólico causa sérios impactos ambientais, além de aspectos sociais. Precisa ser observado que o fluxo de trabalhadores de diversas regiões do país e do exterior, pessoas estranhas às comunidades locais, imprime outros hábitos e costumes sociais, não respeitando a cultura do local. O município de São Miguel do Gostoso, não diferente de outras localidades, sofre o impacto e as consequências do alto índice de gravidez na adolescência, fruto das relações amorosas das moças nativas e dos trabalhadores das empresas de energia eólica, conforme relatado no grupo focal.

As meninas e os meninos vão para a escola no ônibus do final da tarde. Tem dia que não tem aula porque a professora não veio. Aí a gente tem que esperar a hora do ônibus que volta prá comunidade. A gente vai sentar no bar, na lanchonete. Aí vem os caras da eólica e pagam bebida prá todos nós. Eles começam a convidar para passear nos carrões deles. Tem menina e menino que vai. Depois a senhora já sabe o que acontece né. Eles usam e jogam fora, mas sempre tem alguma menina que acha que o cara pode se apaixonar por ela e melhorar de vida (GF 2).

Restam os filhos dos ventos, conforme já descrito em seção anterior. São novas materialidades, novos objetos técnicos, refuncionalizando o lugar, operando com novas forças centrífugas, agudizando as vulnerabilidades.

Ou seja, todos esses relatos reforçam a premissa da ausência das liberdades individuais e grupais, a negação das capacidades, os diversos comprometimentos quanto aos princípios da sustentabilidade em suas dimensões social, ambiental, institucional, técnica (já que essas são dimensões essenciais que definem a sustentabilidade), a negação dos princípios do desenvolvimento à escala humana, hegemonização por parte das multinacionais e do mercado, dos sujeitos invisíveis, como discutido por Milton Santos.

#### 7.5.4 - Trabalhadores dos parques eólicos

Na sequência, foi perguntado se o entrevistado trabalha ou conhece alguém que trabalha nos parques eólicos. Conforme Figura 86, foram poucos os respondentes que declararam trabalhar em parque eólico. Este dado sugere que são poucos os empregos locais.



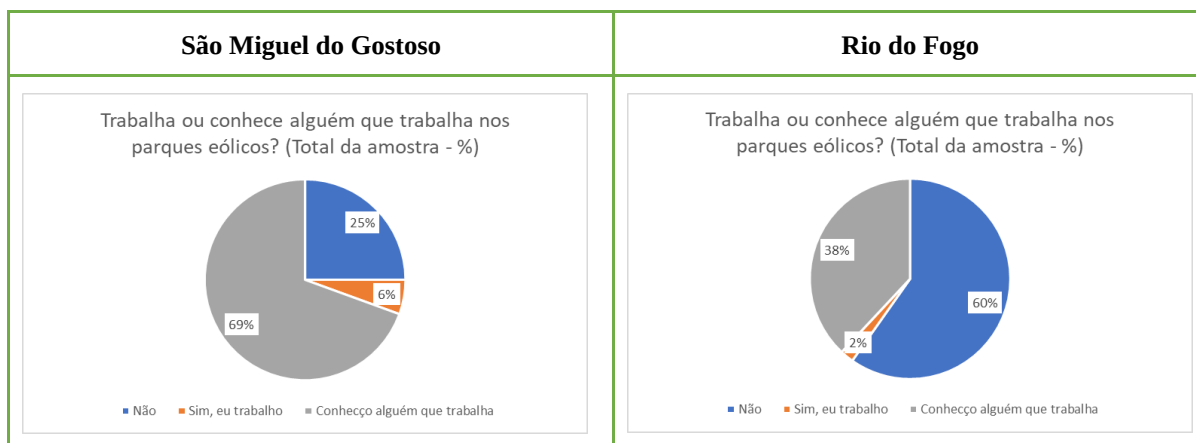


**Figura 86:** Trabalha ou conhece alguém que trabalha nos parques eólicos (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Apenas 8 pessoas do total dos respondentes, em São Miguel do Gostoso, declaram trabalhar em parque eólico, mesmo com a “fama” de que os parques trazem emprego e renda para a cidade.

Destas oito (8) pessoas que declararam trabalhar em parque eólico, 50% afirmaram ser motorista (informal), um trabalha como vigia e serviços gerais, compartilhando estas duas funções (com carteira assinada), um pedreiro (informal) e um eletrotécnico (com carteira assinada). Uma pessoa não declarou a função.

Dos que trabalham no parque eólico (8 pessoas):

- ✓ Todos têm casa própria
- ✓ Apenas um não tem água encanada
- ✓ Apenas um não tem energia elétrica
- ✓ Com exceção de um (que tem fossa), os demais têm esgoto sanitário
- ✓ Apenas um tem coleta de lixo
- ✓ Todos têm banheiro e internet
- ✓ Nenhum tem a rua da casa calçada
- ✓ 50% recebem Bolsa Família
- ✓ Todos acessaram o auxílio emergencial
- ✓ Três tem ensino fundamental incompleto
- ✓ Quatro tem o ensino médio incompleto
- ✓ Um tem curso técnico
- ✓ Cinco não declararam seu salário
- ✓ Dois recebem de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo
- ✓ Um recebe de 2 a 5 salários mínimos
- ✓ Dos 8 trabalhadores, apenas 2 têm carteira assinada

Das duas (2) pessoas respondentes da pesquisa e que declararam trabalhar em parque eólico em Rio do Fogo, um é tecnólogo e trabalha como técnico montador (com carteira assinada), e o outro tem o ensino médio incompleto e trabalha como vigia sem contrato de trabalho (informal).

Dos que trabalham no parque eólico (2 pessoas):

- ✓ Um tem casa própria e o outro conquistou sua terra e construiu sua casa, a partir da luta pela reforma agrária
- ✓ O vigia acessa o bolsa família
- ✓ Ambos têm água encanada
- ✓ Ambos têm energia elétrica
- ✓ Ambos não têm esgoto sanitário
- ✓ Todos têm banheiro e internet
- ✓ Apenas um tem a rua da casa calçada
- ✓ Ambos acessaram o auxílio emergencial
- ✓ Um recebe  $\frac{1}{2}$  salário mínimo
- ✓ Um recebe de 2 a 5 salário mínimos

O que é possível observar, é de que no contingente dos respondentes, o número de trabalhadores vinculados aos parques eólicos é pequeno e que as funções que eles ocupam exigem baixa qualificação e têm baixa remuneração, com exceção do eletrotécnico em São Miguel do Gostoso e do técnico montador em Rio do Fogo, que recebem de 2 a 5 salários, demonstrando a importância da qualificação profissional e de dar sequência aos estudos na expectativa de conseguir uma melhor empregabilidade. Ou seja, isso reforça a ideia da sazonalidade do emprego, baixa remuneração, precarização do trabalho, entre outros.

#### 7.5.5 - Funções exercidas nos parques eólicos

Em relação as pessoas que os respondentes conhecem e que trabalham em parques eólicos, foi solicitado saber qual a função, conforme Tabela 32. É importante ter presente que a mesma pessoa pode ser citada por diversos respondentes. Por exemplo, a assistente social. É comum que muitas pessoas a conheçam e que a assistente social citada seja a mesma pessoa. Feito esta ressalva apareceram as seguintes funções.

**Tabela 32:** Qual a função exercida nos parques eólicos por conhecidos dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

| <b>Função</b>             | <b>Número de pessoas (podem ser repetidas)<sup>47</sup></b> |                    |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------|
| <b>Município</b>          | <b>São Miguel do Gostoso</b>                                | <b>Rio do Fogo</b> |
| Almoxarifado              | 1                                                           | 1                  |
| Armador                   | 6                                                           |                    |
| operador de máquina       |                                                             | 1                  |
| operador de betoneira     |                                                             | 1                  |
| armador de ferragem       | 1                                                           |                    |
| Motorista                 | 4                                                           | 4                  |
| assistente social         | 2                                                           |                    |
| Eletrotécnico             | 1                                                           |                    |
| segurança do trabalho     | 1                                                           | 1                  |
| Encarregado               | 1                                                           |                    |
| Engenheiro                | 1                                                           |                    |
| mestre de obras           | 2                                                           | 1                  |
| Técnico                   | 13                                                          | 6                  |
| serviços gerais           | 17                                                          | 2                  |
| Pedreiro                  | 4                                                           | 6                  |
| Porteiro                  | 1                                                           |                    |
| Soldador                  | 1                                                           |                    |
| planador (terra planagem) | 1                                                           |                    |
| Vigia                     | 15                                                          | 2                  |
| manutenção elétrica       |                                                             | 3                  |
| serviço mecânico          |                                                             | 1                  |

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Os dados permitem observar que a maioria das funções são de baixa exigência de formação e de baixa remuneração. Quanto mais especializada a função e, portanto, de melhor remuneração, menor o número de pessoas ocupando estes cargos.

### *7.6 - Questões específicas sobre o turismo*

Nesta seção foram incluídas questões específicas sobre o turismo, com a intenção de captar qual a percepção do risco de impactos socioambientais que as pessoas têm e seus rebatimentos para o desenvolvimento do território, a partir da ação do turismo, o que facilita a identificação de variáveis e indicadores locais importantes.

Neste sentido, o formulário proporcionou questões abertas com a opinião dos respondentes sobre as melhorias percebidas, na sua realidade, a partir da instalação de estruturas do turismo.

<sup>47</sup> A assistente social, por exemplo, visita todas as comunidades. Provavelmente seja a mesma assistente social conhecida por 2 pessoas. O mesmo pode ocorrer com as demais funções.

#### 7.6.1 - Melhorias observadas a partir da chegada do turismo

Uma das questões abertas era se o turismo trouxe melhorias para o município. Em São Miguel do Gostoso, 73% dos respondentes disseram que sim, que o turismo trouxe melhorias para o município. Dentre estes, 90% afirmaram que o turismo trouxe empregos para o município. No entanto, observa-se mais uma vez a desinformação e ratificação da metanarrativa trazida pelos agentes de mercado (hegemonizadores). Não são questionados os números de empregos e o tipo destes empregos, em que condições, com que remuneração e condições de trabalho. A imobilidade e o fatalismo também figuram nas respostas (Freire). Do restante, 4% afirmam que trouxe capital de giro, 2% que divulgou o município e trouxe reconhecimento e, 3% divididos igualmente entre (i) aumento da arrecadação fiscal, (ii) aumento das vendas e (iii) estímulo ao artesanato.

Já em Rio do Fogo, 63% afirmaram que o turismo trouxe melhorias para o município. Dentre as respostas positivas, o que mais aparece é a geração de trabalho e renda (especialmente vinculada aos restaurantes e as lanchas), seguida pela possibilidade de exploração dos Parrachos. Na sequência, aparece a importância do reconhecimento da cidade, principalmente em função da venda dos serviços dos Parrachos e a melhora do comércio na praia (venda de garrafinhas de água e de capinha de celular). Depreende-se das respostas que a exploração dos Parrachos potencializou o turismo em Rio do Fogo, garantindo renda para os nativos.

#### 7.6.2 - Problemas causados pelos parques eólicos

Surgiram alguns depoimentos não tão otimistas relacionados ao turismo:

“Emprego, muitos sem carteira assinada, mas mesmo assim, é um ganho”.

“Os nativos são contratados apenas para funções básicas. Mesmo que o turismo é a melhor fonte de renda da cidade”.

“Trouxe mais sabedoria para o povo, principalmente para os mais jovens”.

“Trouxe diversos profissionais para a cidade, eletricitas, mecânicos, que não existia aqui”.

Mas o principal ponto que apareceu como negativo, foi a “prostituição de adolescentes”, o mesmo que é afirmado em relação ao turismo.

Como ponto negativo, apareceu que “melhorou, mas apenas para os empresários, não há apoio do prefeito aos comerciantes locais”. Em Zumbi<sup>48</sup>, o turismo é só de veraneio e em

---

<sup>48</sup> Praia localizada no município de Rio do Fogo.

Barra de Punaú<sup>49</sup>, o turismo acontece nos condomínios e pousadas, na lógica do turismo “bate e volta”, ou segunda moradia.

Ao ser entrevistado, um representante da Secretaria de Turismo de Rio do Fogo afirma que

hoje, na nova gestão (eleita em 2020), está voltado o investimento para o turismo. Já temos 6 pousadas no município e está sendo feito outros investimentos através da iniciativa privada. A secretaria deu aos operadores do turismo, aos responsáveis pelos parrachos, cesta básica, álcool gel. São 267 empreendedores informais. Formalizada só tem uma empresa, a Farol Mar, os outros são os nativos, que trabalham com 14 lanchas, sendo que 47 nativos trabalham diretamente com os passeios. Além disso tem os restaurantes, os quiosques de Zumbi e Pititinga e as pousadas (Sujeito 7).

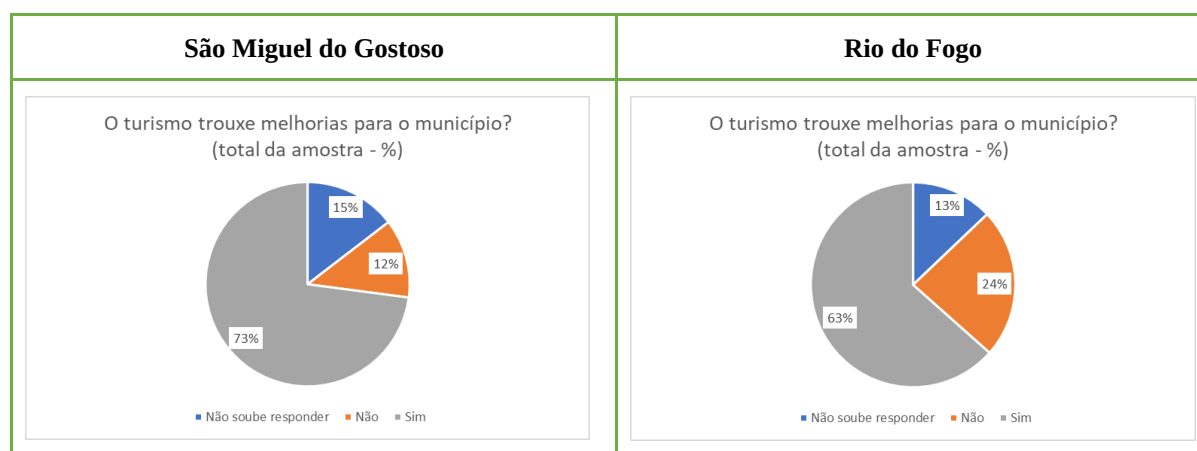


**Figura 87:** Quais as melhorias trazidas pelo turismo, de acordo com os respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

### 7.6.3 - O turismo melhorou a vida das pessoas

Uma das questões abertas, era se o turismo trouxe melhorias para a vida das pessoas. Conforme Figura 88, dos 69% que responderam sim em São Miguel do Gostoso, 88% disseram que o turismo trouxe emprego e renda para as pessoas. A mesma retórica já explicitada anteriormente de informação incompleta ou desinformação, comprando o discurso hegemônico. Dos restantes, 8% afirmam que melhorou a qualidade de vida das pessoas e 4% que trouxe desenvolvimento. Já em Rio do Fogo, 61% disseram que sim, 21% que não e 11% não souberam avaliar.

<sup>49</sup> Reserva de Turismo e praia no município de Rio do Fogo. Compreende a região que vai do Rio Punaú até o encontro com o mar.

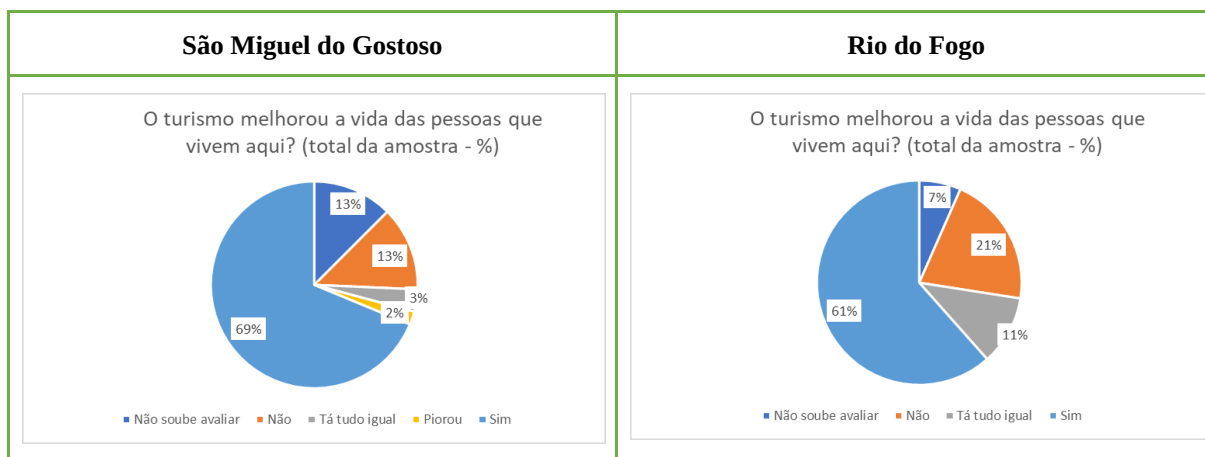


**Figura 88:** O turismo melhorou a vida das pessoas; (amostra válida) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Surgiram alguns depoimentos que reforçaram a importância do turismo para o município de São Miguel do Gostoso:

“Melhor qualidade de vida com 1 salário mínimo”.

“Ampliou horizontes, trouxe novos hábitos, corrigiu muitos ‘vícios’ como a erradicação, na sede, do hábito de fazer montouros<sup>50</sup> nos quintais. Contato com novas línguas. Difusão de esportes a vela que muitos locais hoje praticam”.

“Aumento do PIB”.

“Profissionalizou monte de gente, cursos pro povo”.

“O número de empregos diminui o índice de pobreza. Quase todos tem emprego”.

“Posso dizer que algumas famílias conseguem comprar o alimento do dia a dia. Mas, o turismo só enriquece os empresários”.

“Saindo da miséria”.

“Várias pessoas daqui trabalham em Gostoso, serviu demais, com trabalho prá jovem, pros homem, mulher, rapazinho” (Canto da Ilha de Cima II).

Em Rio do Fogo foram identificadas as seguintes melhorias trazidas pelo turismo:

- ✓ Renda (16%);
- ✓ Trabalho (15%);
- ✓ Trabalho para quem atua com os parrachos (8,5%);
- ✓ Melhoria dos comércios na alta temporada (5,5%);
- ✓ Melhoria nas condições das famílias (4,5%);

<sup>50</sup> Queimar o lixo nos seus quintais

- ✓ Qualidade de vida (2%);

Dividiram, com 1%, cada uma das seguintes opiniões:

- ✓ Melhora no artesanato;
- ✓ Oportunidade para os jovens (lancheiro);
- ✓ Aumento dos preços dos aluguéis das casas de veraneio;
- ✓ Melhora da orla de Zumbi;
- ✓ Em comparação com a energia eólica, o turismo é muito melhor.

Ou seja, as informações aqui elencadas reforçam a ideia de que num cenário de profunda vulnerabilidade, onde há qualquer retorno, qualquer suposto benefício é muito bem-vindo e suficiente para arrefecer as forças mobilizadoras e o ativismo social. A capacidade de resposta inexistente ou é rapidamente desmobilizada.

#### 7.6.4 - O turismo piorou a vida das pessoas

Foi também perguntado sobre o que piorou com a chegada do turismo. Em São Miguel do Gostoso foram relacionados os seguintes pontos:

“A cidade não suporta a quantidade de pessoas”;

“Poeira”;

“A prefeitura ficou mais nas mãos dos empresários, donas de pousadas e os nativos foram ficando esquecidos, sem ter lazer para as pessoas”;

“Água (aumento da demanda)”;

“Aumento dos preços de todos os produtos”;

“Doenças”;

“Assaltos”;

“Aumento do consumo de drogas”;

“Aumento do PIB sem efetiva aplicação dos recursos arrecadados”;

“Aumento do volume de lixo (a cidade ficou mais suja devido ao turismo – a coleta é insuficiente)”;

“Aumento do custo de vida”;

“Aumento das drogas, prostituição”;

“Crescimento desordenado da cidade: casas e prédios sendo construídos sem fiscalização”;

“Acúmulo de lixo”;

“Aumento do barulho”;

“Turismo sem qualidade: veículos nas praias, aumento da sujeira nas praias”;

“Degradação do meio ambiente”;

“Exploração sexual dos adolescentes, mulheres e homens”;

“Uso de drogas”;

“Falta de acesso da população às praias e apropriação das nossas terras por estrangeiros”;

“A sensação de desigualdade social com a chegada de pessoas com mais recursos financeiros e conhecimento que tem alimentado discursos e atitudes radicais como a criação de “classe nativa” e “classe forasteira”. Perde-se com isso a possibilidade de crescimento mútuo. Muitos ficam no “nós contra eles”, quando poderiam usufruir mais do “o que podemos melhorar junto com eles”;

“É como aquela música do Raul Seixas: Vamos alugar o Brasil pros gringos entrar”.

“Estamos muito vulneráveis a tudo, pegando nossas terras, as pessoas de fora chegam aqui e comprar por um preço baixo, mas por nós não saber o que é muito dinheiro acaba achando que tá vendendo por um bom valor, mas não”;

“Piorou a educação”;

“Falta de assistência de formação em direitos trabalhistas, não foi dado respaldo ao trabalho sobre seus direitos, tem bastante trabalho informal, submetem as pessoas a viverem na ilegalidade”;

“Impacto no ambiente, com o lixo que as pessoas produzem que vai para o mar, as tartarugas comem”;

“Insegurança, hoje a gente vê muita coisa acontecendo, assalto, roubo. Não tem nada para os idosos, não tem nada de atividades para eles”;

“Muitas pessoas vêm de fora mau intencionadas, com isso tem pedofilia, abuso sexual. Tem muitas pessoas que vão a praia e se drogam na frente das pessoas, ficam lá fazendo o que querem”;

“Pessoas que são donas de pousadas acham que podem humilhar as pessoas que moram aqui, só porque as pessoas precisam de trabalho”;

“Os serviços não evoluíram. Paga-se impostos, mas não há contrapartida na melhora dos serviços”;

“Os funcionários são explorados pelas pousadas, como eles precisam se sujeita a tudo, mas isso não é generalizado. Muitas pousadas são incríveis com os funcionários. Outras não”;

““Pandemia” com a chegada das pessoas de fora que não respeitam, pessoas ruins que vivem de droga, mortes, violência”;

“Piorou a desigualdade social”;

“Pressão sobre o patrimônio natural, crescimento urbano descontrolado, trânsito de veículos nas praias”;

“Querem entrar nas terras do povo, se não tiver cuidado, a gente fica sem um palmo de terra prá trabalhar. Tudo muito caro, um mil reais não dá prá mais nada, não dá prá passa um mês”;

“Segurança”;



“Trânsito, falta de fiscalização porque não tem guardas de trânsito, quadriciclos em excesso na praia, degradação da praia de Tourinhos sem infraestrutura e controle da prefeitura. Aumento de resíduos sólidos, mais lixo, e não temos uma coleta e separação competente, é urgente um trabalho neste sentido”.

Em relação aos pontos negativos, em Rio do Fogo foi relatado que:

“Há omissão da prefeitura”;

“O prefeito privilegia apenas seus interesses, em Barrinha, onde tem pousada e SPA”;

“O prefeito não ajuda a melhorar a cidade, só tira o que a população está fazendo”;

“Piorou muita coisa por aqui: sujeira, bandidagem”;

“Os esgotos a céu aberto na praia, lixos. É horrível ter de dar explicação aos turistas”;

“É um turismo bate-volta, apenas pela atração dos parrachos. Não deixa renda no comércio”.

Pelos depoimentos, é possível perceber que o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente, no turismo, é excludente e seletivo. Quem determina o produto turístico é o ajuste às exigências dos mercados nacional e internacionais, independente da população que vive no local ou, pode-se observar, que o poder econômico se sobrepõe ou se alia ao poder político nas cidades, onde as decisões privilegiam quem está no poder. Há uma ausência do poder local nas decisões que dizem respeito à qualidade de vida do conjunto da população. Os depoimentos referendam as premissas desta tese.

### 7.7 - *Capital Social*<sup>51</sup>

Quando se fala de Capital Social, neste trabalho refere-se ao capital social formal (institucional) e informal, acesso às instituições e à capacidade de influenciar os processos de tomada de decisão relacionadas ao meio ambiente e ao modelo de desenvolvimento local.

As questões, nesta seção, consideram a natureza e a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações. Foram também realizadas perguntas sobre a confiança e se há o desenvolvimento de ações coletivas. As “comunidades” não são entidades coesas, mas antes se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Questões nesta categoria buscam identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais.

---

<sup>51</sup> Conforme Kaztman (2000) o capital social tem a ver com a capacidade de um indivíduo mobilizar a vontade de outra (as) pessoas em seu benefício sem recorrer a força ou ameaça de força.

Foram incluídas questões que buscam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e a capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Quando se pensa a abordagem da vulnerabilidade social<sup>52</sup>, é necessário compreender que esta é multidimensional e, portanto, inúmeras variáveis podem influenciar nos níveis de incertezas, insegurança e riscos de uma comunidade. Existem casos de famílias pobres (financeiramente falando), mas que não são vulneráveis por causa das suas redes de solidariedade. Suscintamente, a participação em redes está associada ao capital social estrutural e, por isso, a importância de entender a intensidade da rede, o nível de confiança e, conseqüentemente, o grau de solidariedade entre os membros desta rede e sua influência na ação coletiva do grupo.

#### 7.7.1 - Satisfação com a condição de vida

Em ambos os municípios, com exceção da moradia e do trabalho, há um grande descontentamento com as demais esferas da vida, conforme Figuras 89 e 90, quais sejam, saúde, educação, saneamento e lazer. Mesmo sabendo que o município de São Miguel do Gostoso fez um investimento no saneamento em grande parte do município, a ligação das casas até a rede de esgoto ainda não foi executada, porque este custo deve ser assumido pelo residente. No entanto, diferente de Rio do Fogo, em São Miguel do Gostoso praticamente não se percebe esgoto a céu aberto. Ele existe, mas está mais escondido.

---

<sup>52</sup> *Incapacidad de una persona o de un hogar para aprovechar las oportunidades disponibles en distintos ambitos socioeconómicos, para mejorar su situacion de bienestar o impedir su deterioro. Por lo tanto, con el desprovechamiento de oportunidades implica un debilitamiento del proceso de acumulación de activos, las situaciones de vulnerabilidade suelen desencadenar sinergias negativas que tienden a un agravamiento progresivo* (Kaztman, 2000, p. 281).

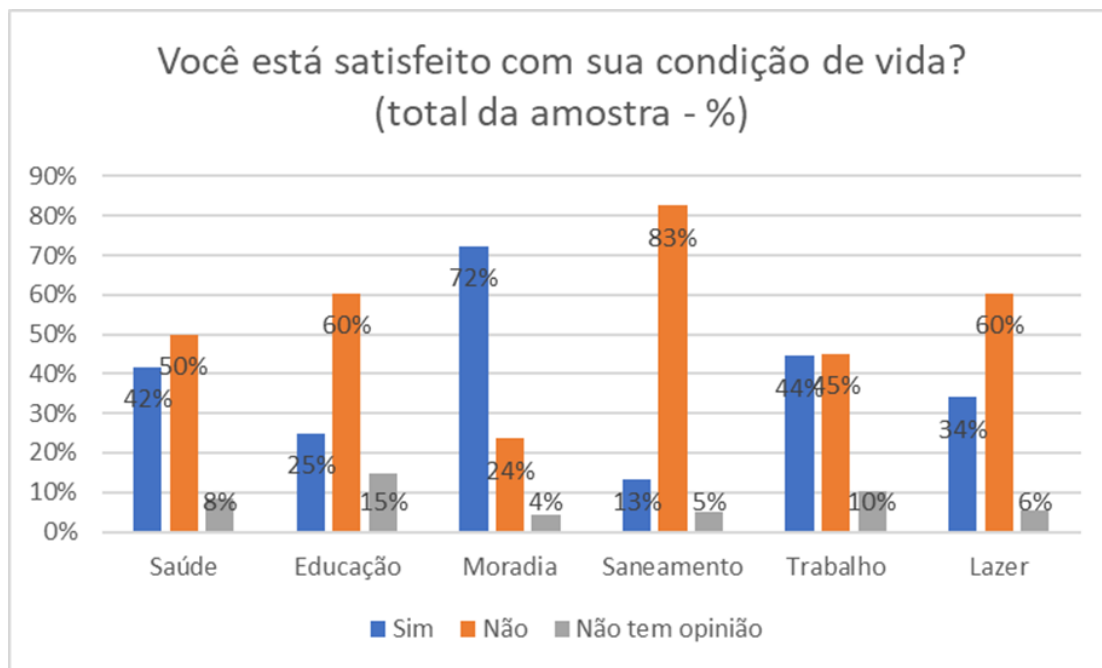


**Figura 89:** Grau de satisfação com a condição de vida dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Município de São Miguel do Gostoso – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Já em Rio do Fogo, o esgoto acompanha o curso da rua, desde a entrada da cidade, até desembocar no mar, conforme já constatado em seção anterior.

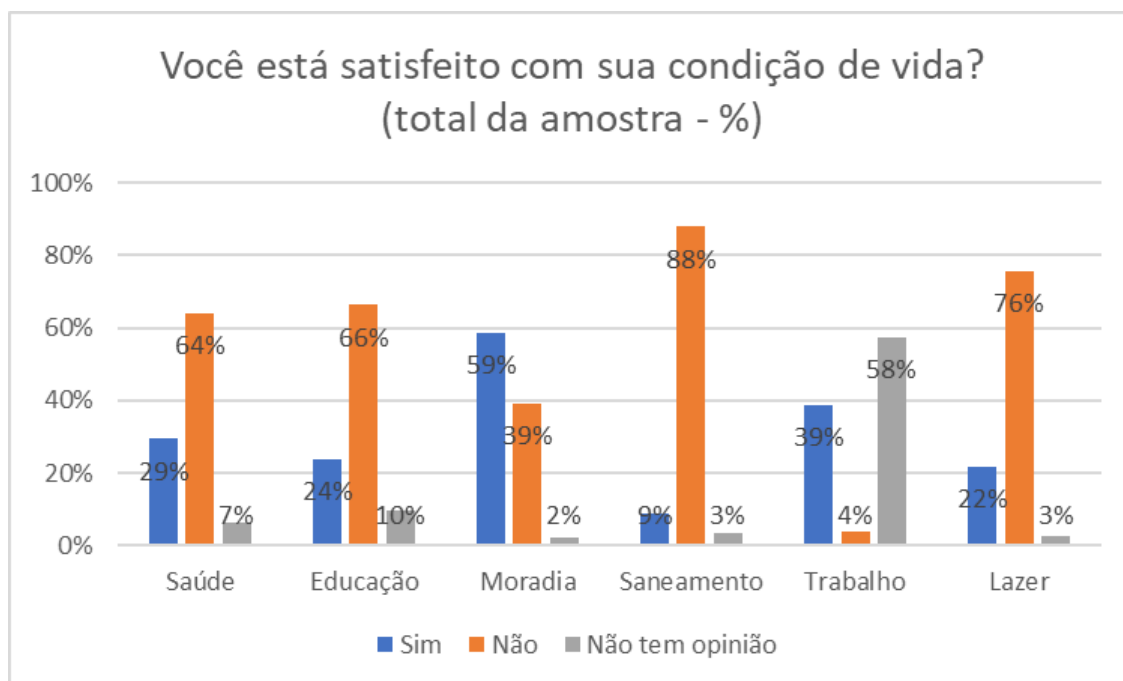


**Figura 90:** Grau de satisfação com a condição de vida dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Município de Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
Elaboração Própria.

Chamam a atenção os graus de insatisfação dos respondentes, em ambos os municípios, relacionados à saúde, à educação e à falta de opções de lazer. Em São Miguel do Gostoso, apesar de o turismo ser mais efetivo, assim como ter um número relativamente maior de parques eólicos em operação e construção há, uma insatisfação maior em relação às condições do trabalho, do que o observado em Rio do Fogo.

#### 7.7.2 - O que falta para a sua vida ser melhor

Para compreender o que gera algumas das insatisfações em relação ao seu dia a dia, foi perguntado o que falta para a sua vida ser melhor. A Tabela 33 apresenta o total das respostas. Em ambos os municípios aparece, em maior número, trabalho e/ou emprego. Vê-se aqui que os vetores produtivos não suprem esta carência, muito diferente do discurso empresarial e governamental veiculado. Na mesma proporção aparece, nos municípios, o acesso à saúde. Na sequência, educação e segurança, seguidos por lazer. Ou seja, depreende-se destas respostas que há uma omissão do governo local, em consonância com as demais esferas, no que é mais básico para que a população tenha acesso a alguma qualidade de vida.

Em Rio do Fogo, antes de aparecer o lazer, aparecem em diversas respostas, uma gestão mais comprometida com a melhoria de vida do povo.

**Tabela 33:** O que falta para a vida ser melhor, com base na compreensão dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

| Município/o que falta                                              | São Miguel do Gostoso | Rio do Fogo |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|
| Mudar o prefeito                                                   |                       | 1           |
| Saneamento                                                         |                       | 15          |
| Emprego de carteira assinada                                       | 2                     |             |
| Muitas coisas                                                      | 3                     |             |
| Fazer faculdade                                                    | 2                     |             |
| Cursos de faculdades no município e profissionalisantes            | 2                     | 2           |
| Escola e creche em Zumbi                                           |                       | 1           |
| A escola funcionar em turnos normais                               |                       | 1           |
| Posto de saúde                                                     |                       | 1           |
| Trabalho/emprego                                                   | 18                    | 23          |
| Uma casa boa com água potável                                      | 2                     |             |
| Condições de trabalho                                              | 1                     |             |
| Equilíbrio                                                         | 1                     |             |
| Acessibilidade                                                     | 1                     |             |
| Mais saúde                                                         | 19                    | 20          |
| Mais segurança                                                     | 11                    | 8           |
| Paz                                                                | 1                     |             |
| Trabalho bom                                                       | 1                     |             |
| Reconhecimento do trabalho                                         |                       | 2           |
| Educação de qualidade                                              | 9                     | 14          |
| Lazer para idosos em assentamentos e comunidade rurais             | 1                     |             |
| Melhoria das estradas                                              | 3                     |             |
| Melhoria dos calcamentos                                           |                       | 1           |
| Ronda policial a noite                                             | 1                     |             |
| Dinheiro                                                           | 5                     | 2           |
| Dormir melhor para trabalhar melhor                                | 1                     |             |
| Conforto prá minha família                                         | 1                     |             |
| Uma praça prá gente caminhar                                       | 1                     |             |
| Uma boa estrada com carros da eólica que nos respeitasse           | 1                     |             |
| Uma estrada melhor sem carros da eólica                            | 1                     |             |
| Transporte para as feiras                                          | 1                     |             |
| Busca espiritual                                                   | 1                     |             |
| Água (falta muita água)                                            | 4                     | 1           |
| Mudar a cobrança da taxa da água (por consumo)                     |                       | 2           |
| Drenagem das águas pluviais                                        | 1                     |             |
| Turismo na semana                                                  | 1                     |             |
| Investimento no turismo (Zumbi)                                    |                       | 3           |
| Justiça social                                                     | 1                     |             |
| Delegacia                                                          |                       | 3           |
| Políticos menos ladrões                                            | 1                     |             |
| Mais envolvimento público                                          | 1                     |             |
| Polícia tratando a população com respeito e integrada à comunidade | 2                     |             |
| Ser valorizado no trabalho                                         | 1                     |             |
| Cursos                                                             | 1                     |             |

|                                                               |   |   |
|---------------------------------------------------------------|---|---|
| Casamento                                                     | 1 |   |
| Incentivo ao esporte                                          | 2 |   |
| Incentivo ao artesanato                                       |   | 1 |
| Melhor oportunidade                                           | 2 |   |
| Uma cidade melhor                                             | 1 |   |
| Área de lazer                                                 | 7 | 7 |
| Meu filho deixar as drogas                                    | 1 |   |
| Ir embora daqui                                               | 1 |   |
| Que minha rua não alagasse                                    | 1 |   |
| Que a prefeitura investisse melhor                            | 1 |   |
| Que a prefeitura não beneficiasse só quem tem pousada         | 1 |   |
| Compromisso da prefeitura com a cidade                        |   | 2 |
| Uma gestão comprometida com a melhora do povo                 |   | 8 |
| Um prefeito que trabalha para todos e não só para uma minoria |   | 5 |
| Melhor administração pública                                  | 1 |   |
| Estabilidade financeira                                       | 2 |   |
| Calçamento                                                    | 1 |   |
| Acesso à terra                                                | 1 |   |
| Irrigação                                                     |   | 2 |
| Mais desenvolvimento pra cidade                               |   | 3 |
| Diminuir a desigualdade social                                |   | 1 |
| Ambulância                                                    |   | 1 |
| Iluminação pública                                            |   | 1 |

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Outras observações:

“Falta política pública para a educação, saúde, lazer e saneamento”.

“A prefeitura ajuda uns e não outros”.

“A educação familiar (não formal). Há a necessidade de se resgatar valores para assim todo o resto melhorar”.

“A cidade está dominada pelo tráfico. Existe um sistema de resolução do tráfico que resolve no meio do mato. Não existe posto policial. A Câmara e a Prefeitura são omissas”.

Ambas as localidades prescindem de aspectos básicos, com saúde e educação. E as realidades são agravadas por diversos aspectos relacionados à violência, desde tráfico de drogas, até o abandono de meninas grávidas. Segundo os depoimentos dos respondentes dos questionários, de forma presencial, a violência é uma faceta bem grave em Rio do Fogo, vinculada ao tráfico de drogas, potencializado pelo turismo e pelos trabalhadores estrangeiros ao local, que chegam à localidade para trabalhar nos parques eólicos, promovendo nexos capitalistas, descurtinando novas ausências e provocando novas emergências.

### 7.7.3 - Participação social

O que poderia fazer diferença na vida das pessoas, em ambas as localidades, no sentido de elas terem um capital social que contribuísse com a organização para a melhoria de suas vidas, seria a participação ativa em organizações da sociedade civil e afins. Uma ação complementar seria o investimento do poder público em agentes de desenvolvimento local. Neste sentido, foi perguntado a respeito da participação social aos respondentes (Figura 91).

Em São Miguel do Gostoso, apenas 4% dos respondentes declaram participar de alguma associação ou organização comunitária. Já em Rio do Fogo, este percentual foi significativamente maior (28%). Interessante em função do histórico conhecido em São Miguel do Gostoso, ao menos na comunidade da Tabúa, de organização social, com projetos de geração de renda e da criação do Banco Comunitário.

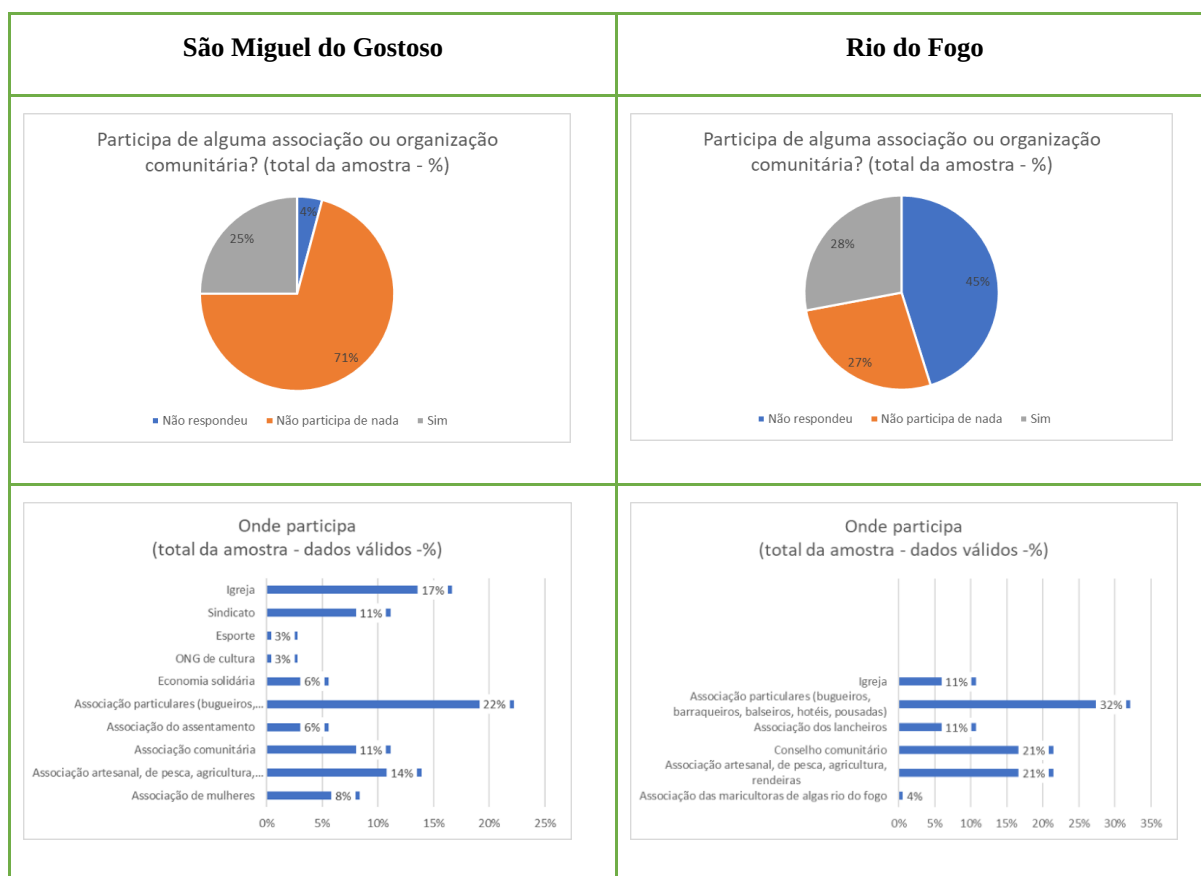


**Figura 91:** Participação social dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021).  
 Elaboração Própria.

Em São Miguel do Gostoso, este percentual se refere à associação particular vinculada ao turismo (principalmente a Associação dos Empreendedores, donos de pousadas), seguido

pela igreja e logo atrás por uma associação econômica, como associação de artesanato e de pesca.

Já em Rio do Fogo, 43% daqueles que participam de algum tipo de associação ou organização comunitária, envolvem-se com associação particular vinculada ao turismo (em grande parte diz respeito a Associação dos lancheiros nativos que fazem passeios de lanchas aos Parrachos), seguido pela participação no conselho comunitário, na associação de artesanato, de pesca, de agricultura e, na sequência, da igreja.

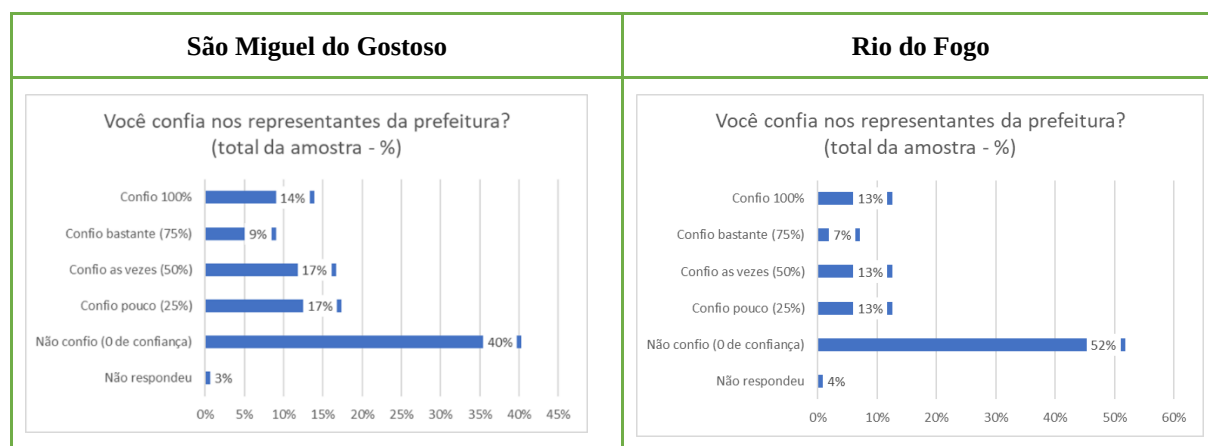
Depreende-se das respostas que em Rio do Fogo, neste momento, há mais organização, há um maior capital social, no entanto, de acordo com o debate ocorrido no GF 5,

a prefeitura boicota todas as iniciativas que a associação propõe. A última história que podemos contar pra senhora é o curso de novas carteiras em parceria com a Capitannia. Depois da Marinha avisar que a Associação ia ficar responsável pelo curso, a prefeitura desviou o curso e as pessoas que trabalham sem habilitação não vão mais poder fazer o curso, porque eles estão cadastrando só quem votou neles, os amigos deles, que nem trabalham com as lanchas.

Apesar dos dados, é possível observar que existe ainda um baixo nível de ativismo político e de princípios de autonomia, essenciais para a cidadania. Isso nos remete à pedagogia da autonomia de Paulo Freire, essencial para a construção da capacidade de resposta dos agentes locais, através do rompimento da imobilidade e da superação do fatalismo.

#### 7.7.4 - Avaliação da Confiança

Ainda referente ao capital social, foi perguntado sobre o grau de confiança em representantes públicos. Em São Miguel do Gostoso 40% dos respondentes afirmam não confiar nos seus representantes públicos. Em Rio do Fogo, mais da metade não confia (52%). O percentual de confiança total e irrestrita é similar em ambos os municípios (14% e 13% respectivamente), conforme Figura 92.





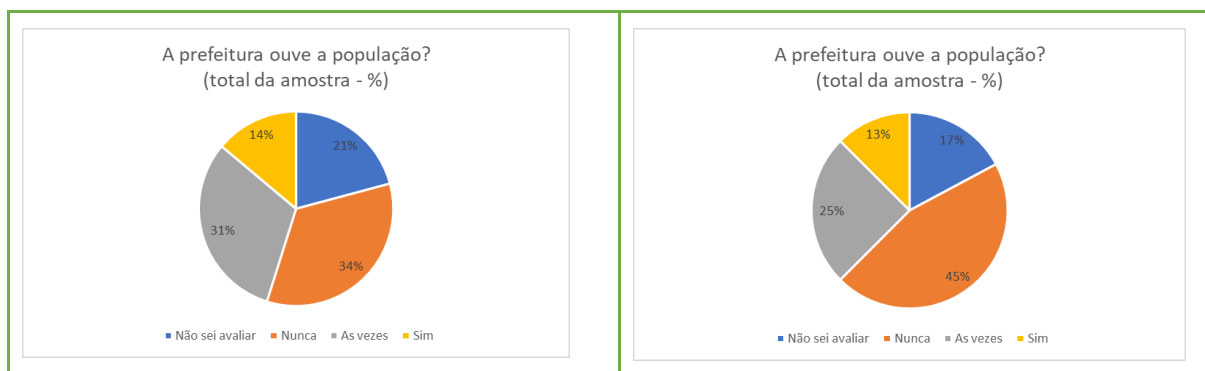


**Figura 92:** Confiança e relação com representantes públicos, a partir da visão dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

Vale trazer presente que, em São Miguel do Gostoso, as mesmas duas famílias revezam-se na gestão municipal (famílias Neri e Teixeira). Desta feita, de acordo com os grupos focais (4 e 5), esta característica de apropriação do poder pelas mesmas famílias, faz com que a população não se sinta protagonista dos processos, não se sinta incluída e, com o tempo, a confiança vai desaparecendo.

Apenas 14% em São Miguel do Gostoso e 13% em Rio do Fogo afirmam que a prefeitura faz uma escuta em relação aos anseios da população. Em ambos os municípios, respectivamente, 34% e 45% dizem que a prefeitura não considera os anseios da população. O fato de em Rio do Fogo quase metade dos respondentes afirmarem que a prefeitura nunca ouve a população, dá margem para compreender as afirmações realizadas anteriormente em relação às gestões municipais e ao fato dos hotéis serem dos prefeitos e o local de moradia dos prefeitos (Zumbi e Punaú) serem mais cuidados do que a sede do município, no sentido de serem localidades com mais investimentos, retomando o debate das dialética entre presenças e ausências, mesmo que também apresentem precariedades e deficiências infraestruturais já que congregam também, espaços opacos.

#### 7.7.5 - Avaliação da Violência

Em relação à violência, conforme Figura 93, 58% dos respondentes de São Miguel do Gostoso responderam que a violência aumentou muito nos últimos 3 anos. Em Rio do Fogo, 34% fazem a mesma afirmação. A percepção da diminuição da violência em Rio do Fogo é grande. Do total dos respondentes, 29% afirmam que a violência diminuiu. Já em São Miguel do Gostoso esta afirmação é corroborada por apenas 10% dos respondentes. No entanto, chama a atenção que em uma das entrevistas (Sujeito 12) foi afirmado que em Rio do Fogo a violência

está atrelada a um forte tráfico de drogas no município, tendo sido apontado por várias pessoas, por ocasião do preenchimento do questionário de forma presencial, anterior ao período da pandemia, o local onde o acerto de contas é realizado.

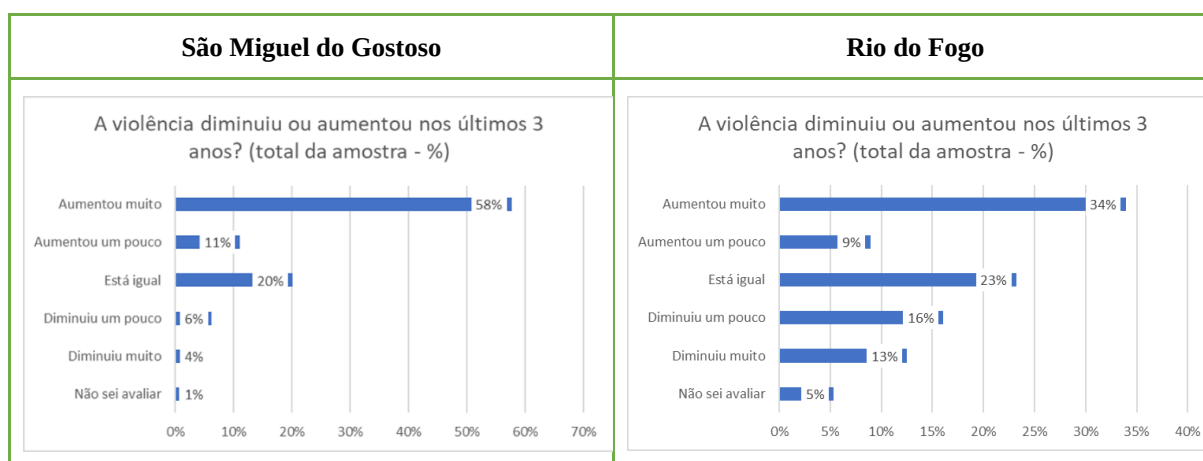


**Figura 93:** Avaliação da violência, por parte dos respondentes do questionário nos municípios (amostra total) – Municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo – Rio Grande do Norte – Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Elaboração Própria.

## 7.8 - Carimbando Impressões Finais

Através da análise dos dados e da realização das entrevistas e grupos focais em ambos os municípios, é possível observar a falta de investimento destes vetores produtivos (ou através das divisas que eles geram) no desenvolvimento dos municípios e na inclusão de ações que envolvem a população local. Em função da característica dos empreendimentos turísticos em ambos os municípios, os empresários das pousadas e hotéis de pequeno e médio porte, acabam se envolvendo mais com a comunidade local. Já os parques eólicos, pela característica de serem atividades altamente tecnológicas e exógenas, não apresentam a necessidade de o responsável pelo empreendimento viver o lugar. Ele (o empresário) coordena toda a produção a partir do seu lugar de moradia, que é externo ao território ocupado pela estrutura do parque.

No entanto, independente desta característica diferenciada entre os dois vetores produtivos, a chegada do turismo em um novo destino, e a chegada dos parques eólicos neste mesmo território, segue um mesmo padrão determinado de uso e ocupação do solo, espoliando as comunidades tradicionais, alterando seu padrão cultural e, muito raramente, contribuindo para o efetivo desenvolvimento do local. Via de regra o lugar destes empreendimentos nesses municípios privilegia a tomada de decisões do poder público e dos grandes empresários e de grandes proprietários de terras, sem vislumbrar a situação da população local e sem a

preocupação com os impactos socioambientais, considerando apenas o desenvolvimento e a lucratividade do próprio negócio. Surgiram várias afirmações nas entrevistas (Sujeito 3, 4, 5 e 6) e grupos focais (GF 1, 4, 5 e 6) que afirmam que as colônias de pescadores não têm mais vez na beira-mar.

A primeira observação importante, em São Miguel do Gostoso, é que as comunidades sejam de praia ou os assentamentos rurais, não possuem representatividade política (salvo algum cargo na administração municipal, excepcionalmente) que garanta o seu desenvolvimento, ou ao menos algum benefício a partir da expansão das atividades econômicas do turismo e parques eólicos, salvo um emprego aqui ou acolá. A exceção é para “a comunidade da Tabua, de onde é originário o vice-prefeito que ganhou as últimas eleições, e que negociou a colocação de um parque eólico nas terras da sua família”. (Sujeito 4) Mas não só, esta comunidade tem um histórico de organização social.

É lá que foi criado o Banco Comunitário, a Moeda Social do Gostoso, com o objetivo de incentivar que a comunidade aplicasse seus recursos nos negócios gerados na própria comunidade, fomentando a fiança solidária, potencializando os pequenos empreendimentos na base da confiança, as compras coletivas. Mas acontece que o Banco Comunitário começou a aparecer na imprensa, trazendo um impacto na comunidade e crescendo os olhos da cidade. Este efeito atrapalhou a continuidade do Banco Comunitário. Ele foi tirado da Tabua, e levado para a Sede, e com ele, o sentido inicial do Banco se perdeu. Ter saído a sede do Banco da Tabua, para o centro, ele deixa de ter o papel social de fortalecimento da comunidade. A comunidade confiava no banco, acreditava no banco. Fazer din din em casa, conseguia comprar material. A função do banco, de fortalecimento da comunidade, deixou de acontecer. Perdeu-se a identidade, o sentimento de pertença (Sujeito 9).

Na mesma entrevista, o sentimento que ficou deste processo é sistematizado da seguinte forma. “Você plantou a semente e, antes de ela enraizar, você arrancou e levou pra outra área, em solo não fértil e, no local, ficou o buraco, com algumas ramificações. O desafio é recuperá-las. O SAR tem feito este trabalho”.

Foi observado, no trabalho de campo, que a Associação da Tabua tem fábrica de doces, “que exportava, produtos que eram da identidade deles, que não se encontra em outro lugar, com estrutura abandona hoje” (Sujeito 9), mas por outro lado, o GF 2 afirma que “existe produção na comunidade que pode alavancar. Foi feito o diagnóstico para saber qual a demanda de produção e o consumo da comunidade”. Conforme Sujeito 9, “no diagnóstico aparece o consumo de 300 pães na comunidade, eles têm fábrica de farinha. Só a produção do pão já dava para iniciar o trabalho novamente”. De acordo com o Sujeito 2, “a Tabua tem estrutura para a economia solidária, com potencial para o turismo de base comunitária, com produção artesanal (Taba e carnaúba), além da casa de farinha que possibilita uma casa da tapioca ao modelo Casa da Tapioca de Tabatinga”.

Por fim, na entrevista com o Sujeito 9, foi reafirmado o potencial da Tabua para o turismo de base comunitária, ressaltando a importância do fortalecimento da produção agrícola e do potencial para a produção de doces (rapadura e doce de caju). Na entrevista foi afirmado que “essa terra é produtiva, não pode ter parque eólico porque eles contribuem para o enfraquecimento da atividade produtiva local” (Sujeito 9).

Interessante observar que, durante a reunião do grupo focal, ao ser solicitado que desenhassem a comunidade (GF 2) com todos as estruturas que lhe são importantes, mesmo estando envolta pelos parques eólicos, o desenho não reconhece estas estruturas como algo importante (Figura 94). São estruturas externas as suas realidades, estranhas ao local, sem identidade com a comunidade.

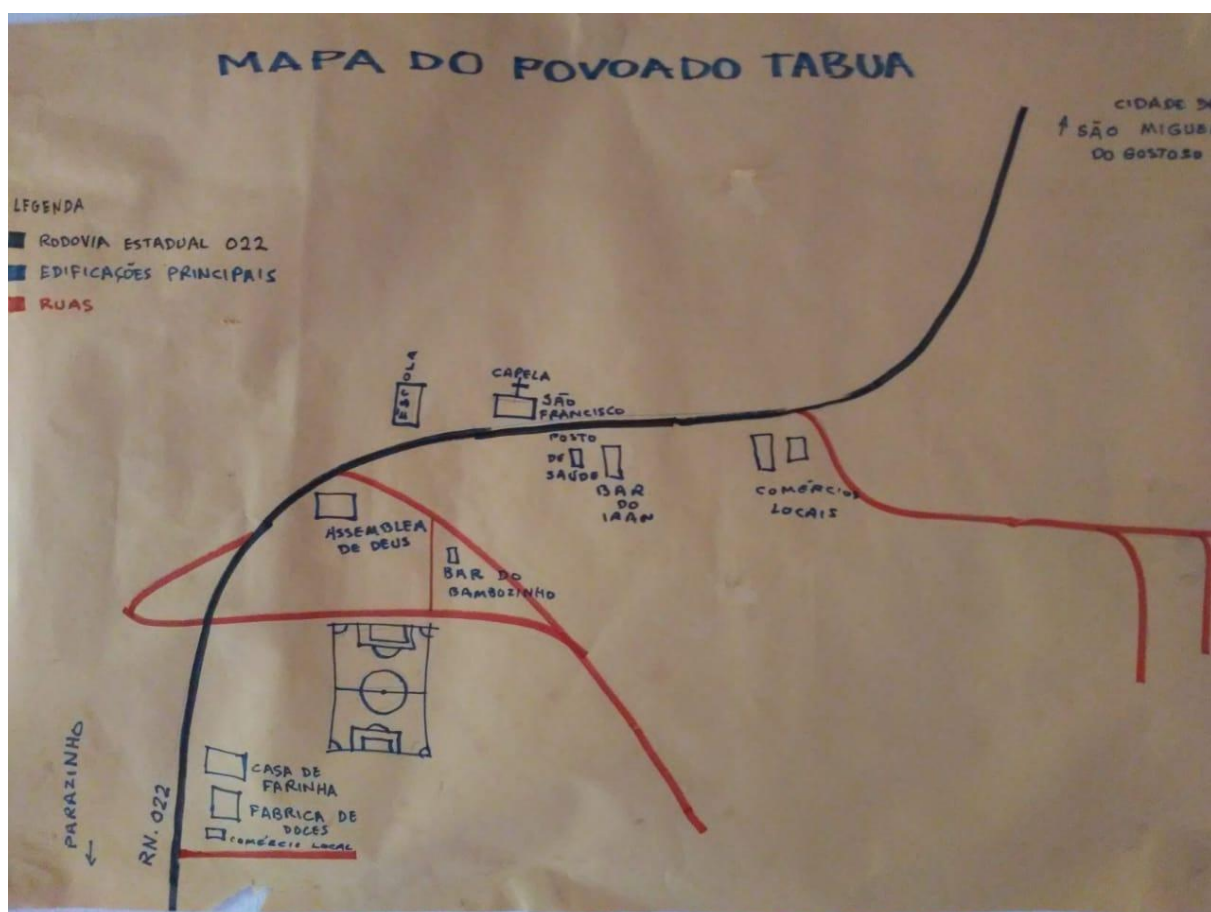


**Figura 94:** Representação da comunidade, pela comunidade.  
Fonte: Arquivo da comunidade.

A economia solidária e o turismo de base comunitária são possibilidades de desenvolvimento para esta e outras comunidades, também incrementando a renda das famílias. Iniciativas muito importantes dada a baixa renda em boa parte das famílias nestes municípios.

Os dados do campo demonstram a precariedade de renda da população que na maioria se restringe a até um 1 salário mínimo. Chama a atenção o contingente de pessoas que declararam não ter renda. A sobrevivência é garantida pelo recurso que advém do Bolsa Família, e pelo salário da aposentadoria de algum morador da casa. As políticas públicas não têm expressão na geração de negócios e oportunidades significativas de trabalho para a população local, e que os empregos gerados por ambos os vetores produtivos são, na maioria sazonais e de baixa remuneração. Inclusive em grande parte, informais. Mais uma vez se pode ratificar os pressupostos teóricos e os princípios norteadores do trabalho da tese de que, o turismo é um vetor de valorização do capital, enquanto atividade econômica, e que tanto o turismo, quanto o vetor produtivo eólico servem ao sistema capitalista, reproduzindo as relações de produção capitalista, fragmentando os lugares, apropriando-se dos espaços de forma desigual e combinada, através do uso seletivo destes, gerando mais desigualdades e aprofundando as vulnerabilidades já existentes.

É possível visualizar, na Figura 95, o quantitativo de respondentes da pesquisa que sobrevivem sem renda alguma (em rosa), os que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (em amarelo) e àqueles que vivem com uma remuneração de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo (em azul).



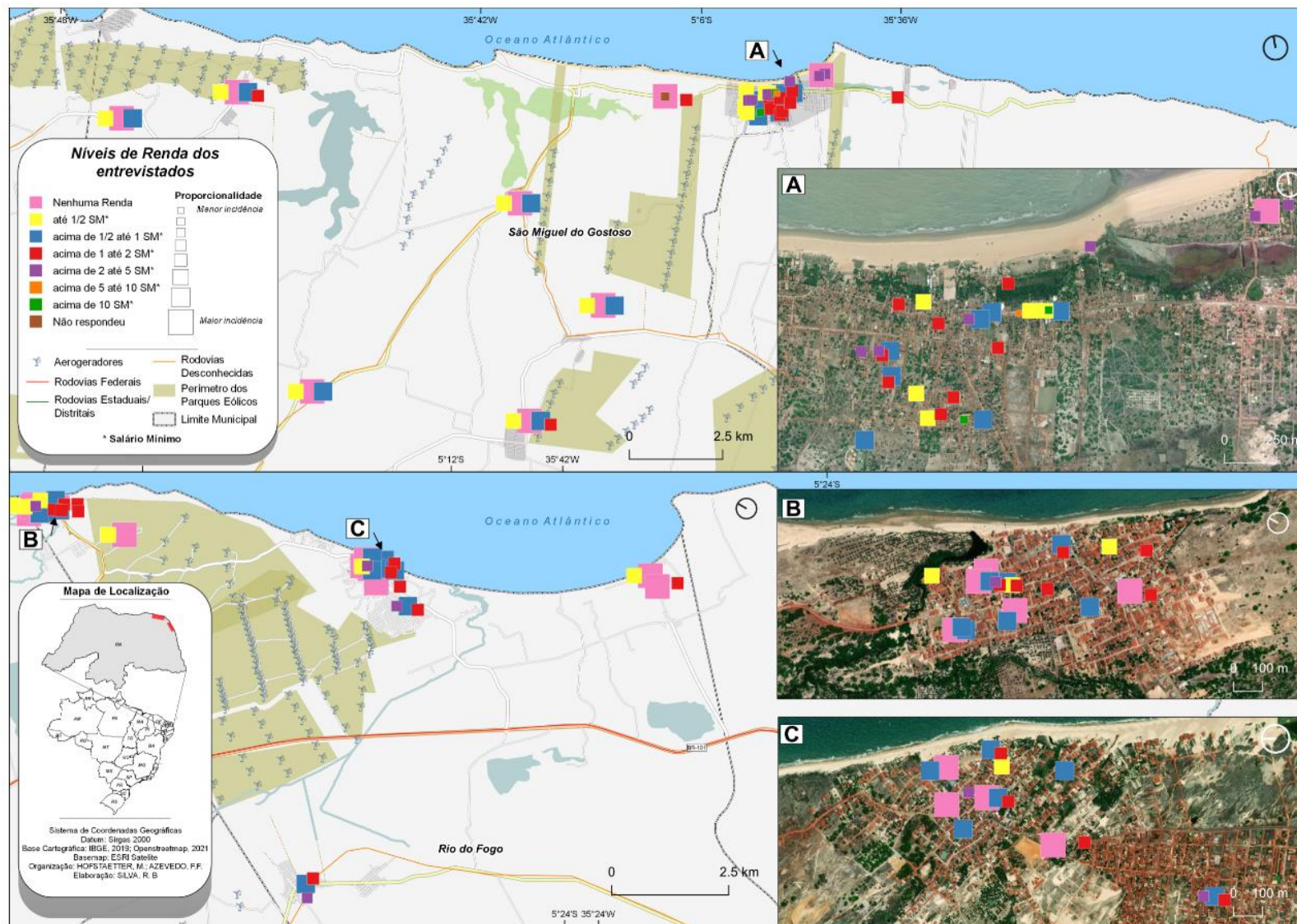


**Figura 95:** Faixas de renda (S.M.) dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Chama a atenção, a quantidade de respondentes que declararam não ter renda. Esta carência, em algumas famílias é suprida pelo Bolsa Família, ou pela aposentadoria de algum idoso. No entanto é possível observar que em algumas moradias além da declaração da não existência de rendimento que provenha do trabalho, é também declarado que não existem outras fontes de renda na família, como é possível observar na Figura 96. As respostas demonstram que muitas famílias vivem abaixo da linha da pobreza nestes municípios, o que é bem perceptível ao realizar-se o cruzamento entre as figuras 95 e 96, onde observa-se que uma grande parcela da população de ambos os municípios não acessa nenhuma renda, nem ao menos o recurso advindo do Bolsa Família. Vivem em pobreza extrema.



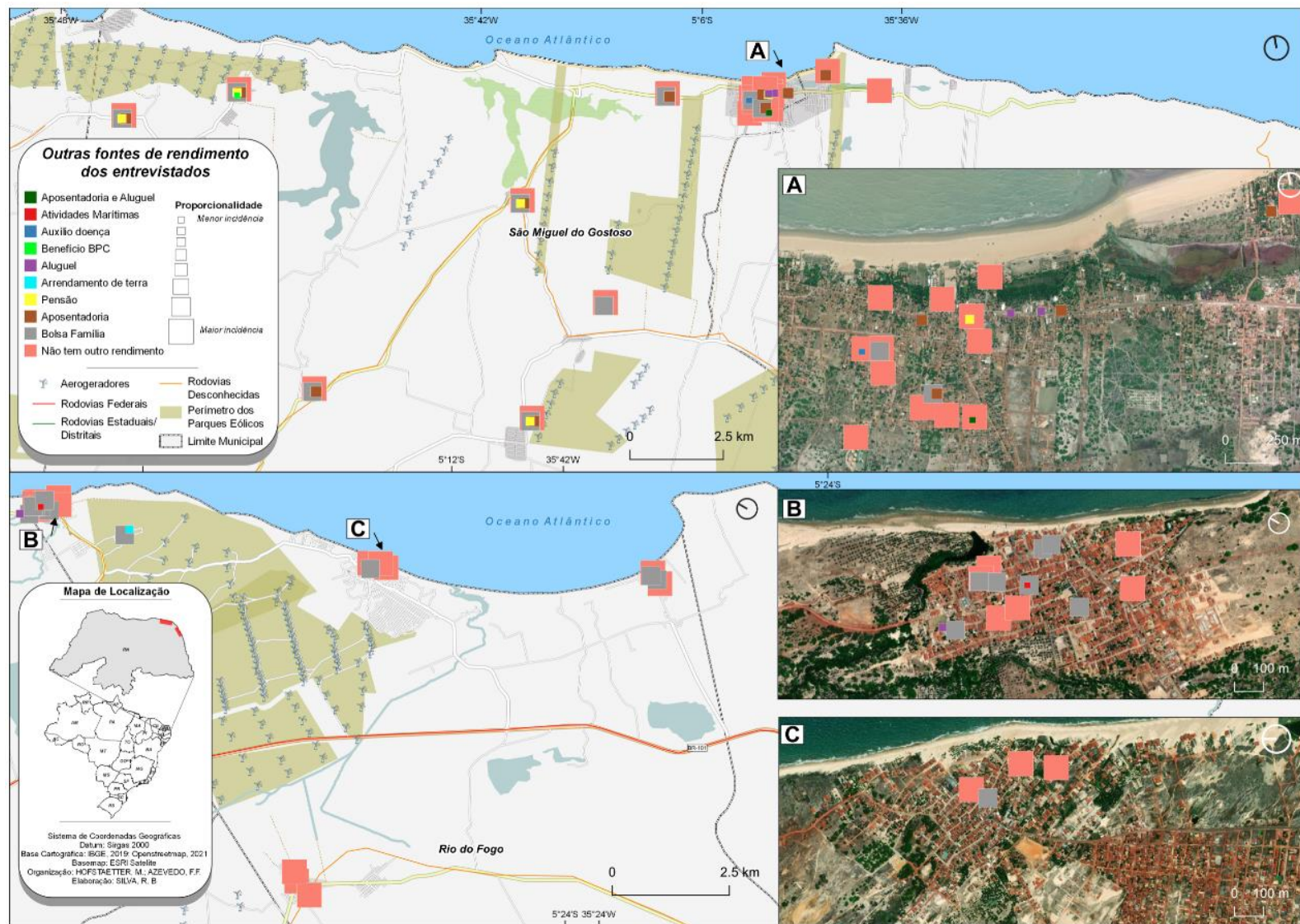


**Figura 96:** Outras fontes de rendimento dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)



Na Figura 97, é possível visualizar os domicílios onde houve a declaração de trabalho formal e informal, assim como a declaração de não trabalho remunerado, como a situação de desemprego e de aposentadoria.

Os dados demonstram que, o mercado de trabalho formal em São Miguel do Gostoso é maior que o mercado formal em Rio do Fogo. No entanto, os relatos dos Grupos Focais (GF 1 e 5) indicam que a riqueza fica com poucas famílias. Em ambos os municípios ainda permanece a pesca como a atividade econômica que mais distribui renda para um maior contingente de residentes. Chama a atenção a quantidade de pessoas que afirmam estar desempregadas, principalmente em Rio do Fogo. Mais uma vez pode-se ratificar os pressupostos teóricos e os princípios norteadores do trabalho de tese, de que os dois vetores agudizam a vulnerabilidade já existente, impondo novas lógicas no processo de reestruturação produtiva, contribuindo para novas ausências, ampliando as distopias.

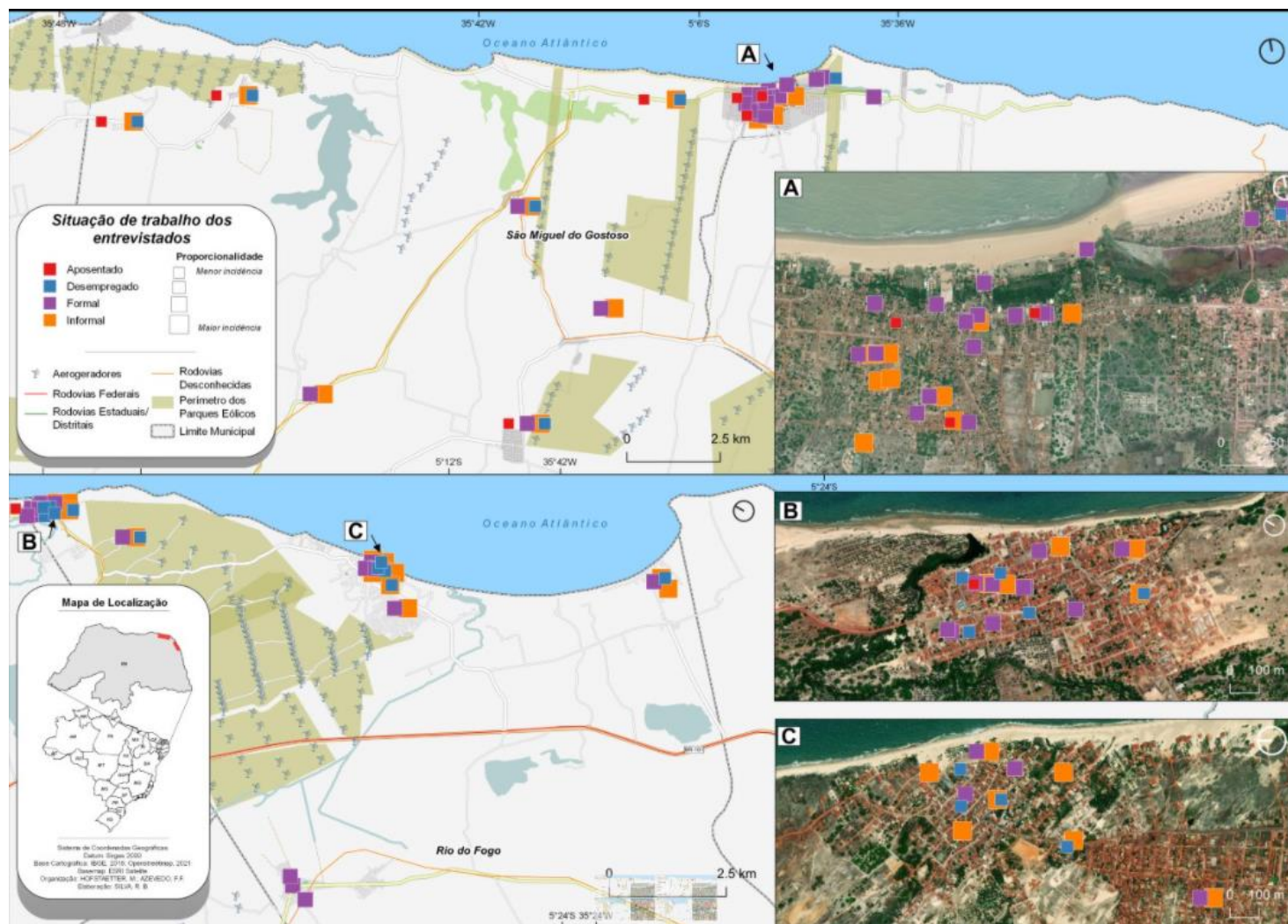


**Figura 97:** Situação de trabalho dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Praticamente todos os componentes do índice de desenvolvimento humano, em São Miguel do Gostoso encontram-se abaixo das médias estadual e nacional. Como aparece nas entrevistas, São Miguel do Gostoso não tem nenhuma escola técnica, ou profissionalizante, voltada para a capacitação técnica aos pretendentes de trabalhar em ambos os vetores produtivos. A realidade é similar em Rio do Fogo.

As desigualdades sociais são profundas, especialmente entre os nativos<sup>53</sup> e os “de fora”. Nos grupos focais é relatado que “a impressão que a gente tem é que a cidade não é feita para quem é daqui” (GF 1). “O SAMU só está presente em São Miguel do Gostoso quando tem festa de gringo” (GF 1). Para exemplificar, conforme o relato deste grupo focal, o posto de saúde não atende a população de um dos acampamentos rurais já que ele não tem endereço oficial, mas realiza atendimento a uma boliviana que vive no assentamento, pelo fato de ela ser categorizada como turista, já que não é originária dali. Esta situação demonstra as desigualdades dos atendimentos entre os nativos e os estrangeiros. Não que esta pessoa não tenha direito ao serviço, ela tem sim, mas toda a população também tem este direito. A exclusão da população de um assentamento, ao acesso básico de saúde, por falta de reconhecimento espacial do mesmo, demonstra o descaso da administração pública com os moradores do lugar.

Nas entrevistas com os gestores fica evidenciado que, para que as atividades econômicas de São Miguel do Gostoso, a pesca, o turismo e a geração de energia eólica tenham sucesso e continuidade, a manutenção do patrimônio ambiental é estratégica (Sujeitos 1 e 6). De que forma então será possível compatibilizar a nova paisagem das torres eólicas, com a preservação da natureza e, especialmente em São Miguel do Gostoso, com a intenção da construção do primeiro parque eólico no mar, no bioma costeiro marinho brasileiro, como ficará a pesca? Este é um grande desafio colocado para a população e para os seus representantes, no sentido de pensar um planejamento territorial na perspectiva social e ambiental, com investimento, tanto público, quanto privado, em áreas prioritárias como conservação da biodiversidade, educação, saúde, segurança e efetiva geração de trabalho, com salários que impliquem em distribuição efetiva de renda. Só assim o município sentirá o sopro de bons ventos rumo ao desenvolvimento social, com crescimento econômico, que prime por justiça social, com preservação ambiental e valorização da cultura local.

Na entrevista com o representante da Associação de empreendedores de São Miguel do Gostoso (Sujeito 4), é dito que

os parques representam um importante mercado para o turismo em gostoso, já que os engenheiros e técnicos de atuam nos parques de Gostoso e região, se hospedam na cidade e algumas pousadas foram

---

<sup>53</sup> Como são identificados os moradores que nasceram nos municípios. População originária do lugar.

alugadas para atender com exclusividade as equipes que estão trabalhando na construção dos novos parques.

Foi declarado também que “não temos reclamações em relação ao impacto visual, pelo contrário, alguns turistas manifestam curiosidade em relação aos parques” (Sujeito 4). No entanto, outro entrevistado do setor de turismo afirmou que “as pousadas que ficam próximas aos parques são as últimas a serem ocupadas, mesmo em alta temporada. Ninguém quer descansar com o constante barulho das torres” (Sujeito 11).

Ainda nas entrevistas em São Miguel do Gostoso é citada a preocupação de qual projeto de sociedade se está construindo. Com o tipo de empreendimentos turísticos de pequeno e médio porte existe uma excelente oportunidade para as relações intra cidade. Porque os donos das pousadas trabalham e vivem naquela realidade. No entanto é um setor que não tem muito espaço junto a municipalidade, “não apitamos em nada” (Sujeito 4). Foi afirmado que “o poder econômico continua detendo o poder político na cidade” (Sujeito 4). “O capital chega negociando com o poder local e privilegia quem está no poder. “Basta olhar para a Tabua e ver onde as torres eólicas estão” (Sujeito 4), indicando que estão nas terras do vice-prefeito.

Como uma parte da pesquisa empírica em Rio do Fogo ocorreu antes à pandemia Covid-19, foram coletadas algumas impressões e depoimentos junto a população que vive em Rio do Fogo.

Rio do Fogo foi o primeiro município do RN a ter empreendimento eólico. Desde então é relatado que a realidade do município foi pouco alterada ao longo desta década, mesmo com a presença de parque eólico e geração de energia a partir desta fonte.

Percebe-se uma forte insatisfação com a gestão pública atual, sendo que não é demonstrado nenhum constrangimento em expor esta insatisfação. É relatada a falta de segurança da cidade, a falta de infraestrutura, ausência de uma boa educação, saúde e saneamento básico bem como a falta de oportunidades no mercado de trabalho, principalmente para quem não tem nenhum tipo de formação. Outro ponto que apareceu, é a percepção da existência de uma seletividade no direcionamento de algumas ações da prefeitura, reforçando a cultura de privilégios. Foi relatado tanto pelos moradores quanto no GF 5 que “o prefeito só dá trabalho prás pessoas de fora, de Ceará-Mirim, Extremoz e Alto do Sítio. A mão de obra no município não é aproveitada e, apesar de algumas pessoas já serem formadas, as gestões de Rio do Fogo sempre indicam funcionários de Natal e outras regiões”.

Em uma das entrevistas (Sujeito 12) houve também uma reclamação que

o prefeito da gestão anterior levou a estrutura de saúde para Ceará-Mirim. Além de ter helicóptero próprio e fazenda de boi. Não é possível aceitar que uma pessoa assuma uma pasta por amizade ou compromissos políticos, sem uma grande compreensão do seu compromisso e da sua responsabilidade diante a sua função.

Este depoimento reforça a cultura de privilégios trabalhada em seção anterior. As situações acima relatadas contribuem para que não haja confiança entre a população e seus representantes, conforme observado na pesquisa.

É possível observar que a confiança nos políticos locais é frágil, conforme Figura 98. Há uma observação evidenciada, em ambos os municípios, através dos depoimentos nos GF (1, 2, 5 e 6) de que os políticos privilegiam os próprios interesses e do seu grupo, sem um comprometimento efetivo com a população. Esta queixa é maior em Rio do Fogo. No entanto, os dados são similares entre os municípios quanto às respostas relativas à confiança nos representantes do povo.

Aqui é possível observar, como refletido por Milton Santos, as profundas transformações no território quer nas bases técnicas ou nas bases materiais e, portanto, na reconfiguração territorial, reestruturando a política que tem uma capacidade simbiótica com estes processos, sendo que esta se redefine redefinindo também o processo, ao passo que o processo, ao se redefinir, também redefine a política. Ambos se articulam e se abraçam numa via de mão dupla.



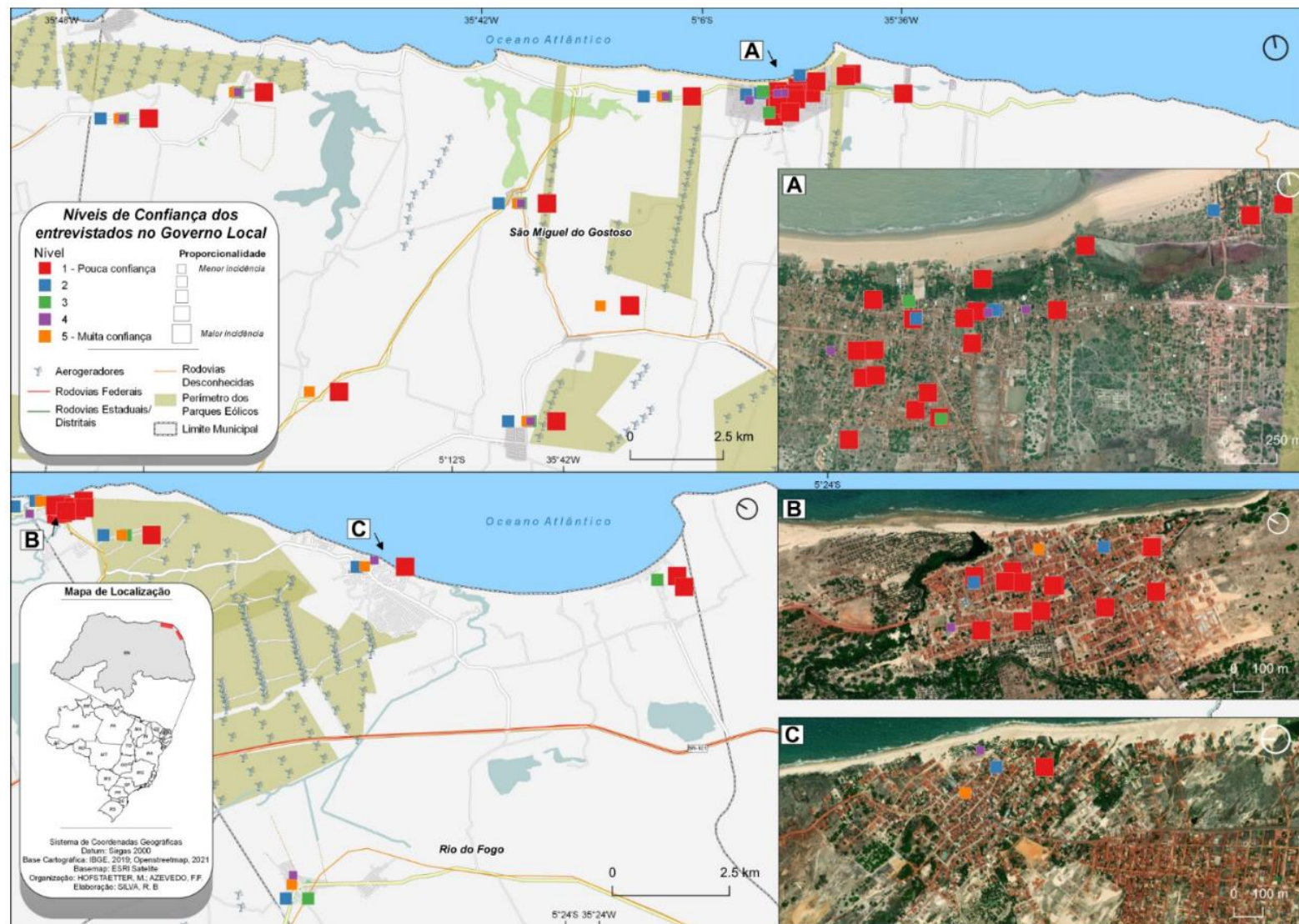


**Figura 98:** Níveis de confiança no Governo Local – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

No geral, fica evidente a falta de estrutura básica da cidade de Rio do Fogo, ao perceber-se o "descaso total" da gestão pública anterior com a cidade, indicando que não há investimentos e incentivos direcionados ao turismo local nem uma preocupação em redirecionar os benefícios do empreendimento eólico para beneficiar a população local. Como houve mudança de gestão no final de 2020, mesmo com a continuidade do grupo político, o discurso da gestão atual aponta para outra direção, conforme Sujeito 7, abaixo.

Nas outras gestões não se priorizava o turismo. Esta é nova e tá priorizando o turismo. No passado a renda vinha da pesca e agricultura, hoje é o turismo. Tem 47 famílias de nativos que trabalham com passeio, tem 3 restaurantes, flats, pousadas Em Zumbi e Pititinga os nativos têm quiosques, investimento na divulgação. A equipe de comunicação que é parceira do turismo está desenvolvendo a campanha “Rio do Fogo na Rota do Paraíso”. Na campanha, no vídeo vai aparecer a limpeza, que melhorou 70%, a limpeza de Rio do Fogo, nos cem dias do novo mandato. Quanto ao saneamento, o prefeito conseguiu de Fábio Farias, 5 milhões para saneamento, já tem 10% em caixa. Quanto ao parque eólico, são 114 torres em Rio do Fogo que geram 30 a 40 mil mensais de imposto (ISS), que são investidos em obras no município, na pavimentação da zona rural.

No entanto, conforme observado na pesquisa, a dinâmica social e os anseios da população local em geral, ao menos do ponto de vista da coletividade, permanecem alheios em relação às atividades econômicas presentes e que poderiam melhorar as condições de vida da população local.

É visível a ausência de políticas públicas no município para todos os segmentos, além de, no caso de Rio do Fogo, da cidade apresentar-se mal-cuidada e abandonada. Estes itens indicam que muitos na cidade vivem numa estrutura de sobrevivência e sem perspectivas de melhoria de vida.

De outro lado observa-se que há um conformismo, ou um imobilismo, não há demonstração de aproximação com a gestão para cobrar suas demandas. Mas chama a atenção de que existe participação da população seja em associações, sindicatos, igreja, e que mesmo que a inércia seja maior do que a participação, esta pode ser estimulada. Pela Figura 99, é possível observar que existem pontos, mesmo que dispersos de participação, o que aponta para um terreno fértil, se estimulado, de possibilidades de organização social a partir de agentes de desenvolvimento locais.

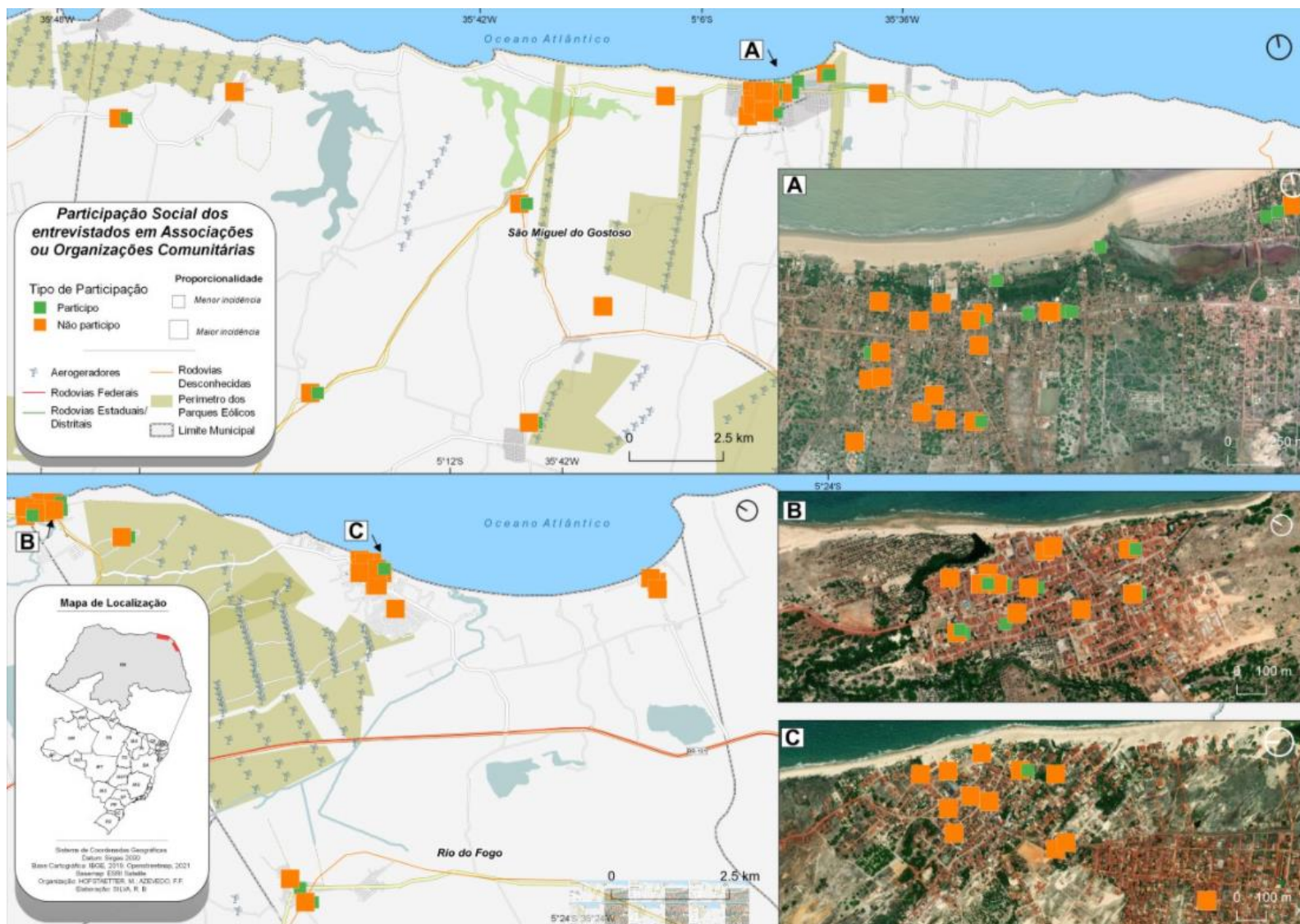


**Figura 99:** Participação Social dos entrevistados em Associações ou Organizações Comunitárias

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)



A leitura feita até aqui, nessa última seção, conduz a um entendimento de que a situação em Rio do Fogo é piorada em relação a São Miguel do Gostoso, ao menos a partir do ponto de vista dos entrevistados. No entanto, ao analisar-se os dados oficiais, ambas as realidades se aproximam muito. Inclusive a condição de trabalho e renda, como demonstrado nos dados do IBGE, foi decisiva para a manutenção do município de São Miguel do Gostoso na categoria município “altamente vulnerável”, no mapa do IVS.

Em ambos os municípios se observa que há a necessidade de um trabalho de conscientização para cuidar do meio ambiente. Conforme as entrevistas (Sujeito 1, 2, 4, 5 e 6) é possível perceber que em São Miguel do Gostoso existe um esforço para o cuidado com a orla da praia, desde o cuidado com os ninhos de tartarugas, até campanhas para que os carros 4x4 não transitem na faixa de praia. Nas entrevistas citadas e nos relatos nos GF (todos eles) a preocupação com a questão ambiental prevalece. Em uma das entrevistas (Sujeito 4) foi relatado que “quando há interesses econômicos que estão em disputa, a questão ambiental vem a calhar”, referindo-se ao empreendimento Vila Galé (Touros) e a um empreendimento cujo grupo foi para o Ceará. No entanto, na mesma entrevista foi dito que, conforme Figura 100,

está sendo anunciado um condomínio de alto padrão, e estes começam a furar o cerco. Em frente ao Assentamento Maria Aparecida está sendo anunciado um empreendimento que será construído na restinga, de alto padrão, cuja propaganda é ‘colocar a rede na varanda para ter o meu pôr do sol’, empreendimento da empresa Caio Fernandes, que apoiou o primeiro mandato do atual prefeito” (Sujeito 4).





**Figura 100:** Usos e abusos do território, São Miguel do Gostoso

Fonte: Arquivo pessoal (maio/2021).

Disto fica evidente que o grande problema é a ausência de um compromisso da gestão pública.

O poder público é que regula as condicionantes dos empreendimentos, a cobrança da lei, desde a multa pelo trânsito insano de carros traçados nas praias, a preservação dos ninhos das tartarugas, até a cobrança no sentido de fazer cumprir o gabarito nas construções destes empreendimentos (Sujeito 6).







**Figura 101:** Uso desigual do território, São Miguel do Gostoso

Fonte: Maria Luziane Barbosa Ferreira (maio/2021), busca na internet (esportes náuticos).

Já em Rio do Fogo existe um descaso total em relação a preservação ambiental. Há a necessidade urgente de um trabalho de conscientização ambiental, desde o cuidado com o Rio (estuário de Rio do Fogo), Figura 102, até a cidade propriamente dita, onde o esgoto corre a céu aberto.



**Figura 102:** Uso desigual do território, Rio do Fogo/RN

Fonte: Phlidmann Delfino Souto/LISAT.

Como será possível potencializar o turismo local com esta situação que não se resolve? Não seria sensato que a gestão pública realizasse um investimento no saneamento da cidade? Seria uma grande contribuição para a melhoria do município e certamente valorizaria o município para a atividade do turismo. Ressaltou-se, em algumas entrevistas, a negligência da Gestão Pública local com relação as informações sobre o parque eólico e ainda a concentração de apoio para alguns estabelecimentos comerciais (alguns restaurantes específicos, posto de combustível) prejudicando os estabelecimentos menores. A informação que foi compartilhada por moradores é que a coleta de lixo, passa apenas 2 vezes no mês, contradizendo a fala dos responsáveis pela gestão que foram entrevistados. Assim como as escolas estão funcionando em três turnos, devido reformas em uma das escolas existentes. Esta situação persiste desta forma há anos.

Foi relatado que, apesar dos dois parques eólicos em operação, gerando energia, a orla da praia não tem energia e a noite fica muito escura. Assim como os parques eólicos beneficiam, geralmente, apenas as pessoas que vem de fora, mais capacitadas para as ocupações exigidas.

Em relação aos parrachos foi relatado (GF 5) que,

uma empresa colocou as balsas. Num determinado dia iniciaram o corte das amarras, porque o pessoal local entendia que quem deveria explorar o parracho deveria ser o pessoal local. Um grupo percebeu que estava perdendo terreno para Maracajaú e Perobas. Hoje é um grupo local que coordena as 8 lanchas. No entanto não há um ponto turístico de apoio aos turistas. É tudo muito precário.

Alguns pescadores artesanais recebem o auxílio, devido ao derramamento de óleo na praia. O óleo atrapalhou a venda do pescado. No entanto “os pescadores artesanais consomem o peixe, mesmo sem saber se está contaminado ou não” (Sujeito 12). Segundo informações dos moradores da localidade, apesar de ser um ambiente com esgoto a céu aberto, que desemboca tanto no mar quanto no rio, no rio ocorre a pesca artesanal, tanto para o próprio consumo como para a venda, além dele ser utilizado como local de banho de crianças, causando um impacto ainda maior, se tornando um problema de saúde pública no município (Figura 102, acima). Os moradores relatam que não há nenhum tipo de intervenção por parte da Secretaria Municipal de Saúde, bem como a ausência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Desta forma, foi observado que há uma total aversão das secretarias aos problemas abordados no Rio (estuário da cidade), que é o cartão postal de Rio do Fogo. No entanto, o Sujeito 7, em entrevista, contradiz este descaso. Ela foi realizada com representante da Secretaria de Meio Ambiente, onde é afirmado (Sujeito 7) que,

o problema do saneamento está sendo resolvido, já existem recursos aprovados, no montante de 6 milhões. Realizamos reunião com a Funasa, há um mês e meio e estamos aguardando a liberação do recurso. A limpeza também é uma preocupação. Neste sentido temos um gari permanentemente na praia, para garantir a limpeza. Você pode perguntar para os turistas que frequentam as praias de Rio do Fogo, Zumbi e Pititinga e constatar que eles têm a percepção de como a praia está mais limpa. Nós realizamos a licitação

de uma nova empresa para a coleta de lixo, com o objetivo de deixar a cidade limpa e tirar este lado negativo, das vísceras e dos urubus. A coleta tem o dia divulgado e a limpeza do rio Rio do Fogo é realizada a cada 15 dias.

Já os representantes do grupo focal 5 afirmam que,

a limpeza é realizada por parte da população. Inclusive nós que fazemos os passeios para os parrachos muitas vezes precisamos limpar a praia, inclusive tirar o esgoto antes dos turistas chegarem. Pela manhã a gente pega o ciscador para tirar o lixo que vem do esgoto e também o que vem do mar. O esgoto tem aumentado a cada dia. A prefeitura disse que vai sanear a cidade, mas já faz 5 anos que ouvimos esta conversa, e o grupo político que assumiu agora é o mesmo do anterior. Não se sabe se é verdade. O rio Rio do Fogo recebe 50% do esgoto da cidade.

Fato é que a própria população realiza mutirões no município para realizar a limpeza dos coqueirais e da praia, assim como coloca placas de sinalização (Figura 103).



**Figura 103:** Placa de conscientização sobre o meio ambiente – Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Arquivo pessoal.

Observou-se e confirmou-se com os moradores que não há banco, nem lotéricas, nem agência dos correios ou delegacia (a população precisa se deslocar até o município de Touros para fazer Boletins de Ocorrências). Só há médicos duas vezes por semana no posto de saúde e apenas são realizados exames médicos simples.

Como conclusão pode-se afirmar que não basta crescer para desenvolver. Enquanto não houver políticas públicas que englobem o conjunto de variáveis (infraestrutura, capital humano,



renda, segurança, educação, meio ambiente e trabalho/renda), em um contexto geral, com participação popular e com o respeito dos gestores públicos para com a população, não haverá a médio e a longo prazo uma redução significativa da vulnerabilidade social, consequentemente, melhoria no desenvolvimento humano nestes municípios do Rio Grande do Norte. Fato também que há grandes contradições nas falas da população de Rio do Fogo e dos seus representantes públicos. Fica evidenciada a existência de posições polarizadas, com ínfimo diálogo, sendo que aqueles que estão no poder articulam-se para a sua manutenção no poder, em detrimento de ações que priorizariam o desenvolvimento do conjunto da sociedade local.

Nos projetos de geração de energia eólica é essencial que os moradores diretamente e indiretamente envolvidos tenham a oportunidade de discutir e decidir onde e se serão implantados os parques, apresentando propostas para a solução das suas prioridades enquanto comunidades, para que não fiquem, simplesmente, com as externalidades negativas advindas deles. Existem boas práticas, que delineiam diretrizes para a integração de turbinas eólicas com outros usos da terra, em países como Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Holanda e Austrália, mas que não são consideradas no nosso país, nem na América Latina, fruto do racismo territorial. Observa-se na pesquisa, que a política e a arquitetura regulatória, aqui no Brasil, no estado do RN e nos municípios, não adere aos contextos locais e, na maioria das vezes, a voz das comunidades não é levada em consideração.

Pode-se afirmar que nenhum dos dois vetores produtivos estão contribuindo para mudanças em níveis estruturais nos municípios analisados. Faz-se necessário um planejamento estrutural, multissetorial e socioterritorial em ambos os municípios. Prevalece o discurso hegemônico, tanto das empresas, quanto dos governos, de que ambos os vetores trazem desenvolvimento para os municípios e para o Estado, não se confirmam ao se olhar para os dados responsáveis por medir o desenvolvimento regional, como saúde, saneamento, e principalmente educação, distribuição de renda e diminuição da pobreza. Ambos os vetores produtivos não têm compromisso, nestes dois municípios, com avanços significativos nesta direção. Apesar de uma certa melhora de infraestrutura (fomentada pelas políticas públicas do PRODETUR e do PAC), pensando no desenvolvimento do turismo, que culminou com a consolidação de São Miguel do Gostoso como município turístico, de categoria B, para exemplificar, e já anunciando que a realidade do Rio do Fogo é diferente, existindo um fraco desempenho social da região em particular, sobretudo nas áreas de educação, trabalho, renda e saúde. Igualmente importante é o investimento em infraestrutura para a construção dos parques eólicos, também com mais ênfase em São Miguel do Gostoso, conforme apresentado em seção

anterior, que da mesma forma que o turismo, não contribui para o desenvolvimento local, territorial e regional.

Em resumo, o projeto capitalista de modernização de espaços voltado para as elites (política, financeira, industrial e do agronegócio) é, por natureza, excludente. Ele não beneficia o povo, muito menos as comunidades pobres. Portanto, o discurso hegemônico dos governos e das empresas em que o crescimento econômico necessariamente produz emprego e renda efetiva elevando as condições sociais, não se sustenta nos municípios onde a empiria ocorreu, assim como não se sustenta ao analisar-se os dados macro do Rio Grande do Norte. As mazelas são consideráveis e poderiam ser amenizadas através da presença ativa do poder público local. “O papel do Estado é fundamental na exigência do cumprimento das condicionantes” (Sujeito 6).

Observa-se pelos dados, que em ambos os municípios houve crescimento da economia, criação de trabalho, ínfimo, diga-se de passagem, além de incremento da renda mas, observa-se também, pelos dados e depoimentos, que ambos os vetores produtivos não contribuem, de forma expressiva, para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, uma vez que não existem ações significativas planejadas que contribuam para o acesso aos bens públicos como saúde, educação, segurança, infraestrutura, ou organizativos, com empoderamento da população, nos municípios.

A estrutura de oportunidades é muito frágil no entorno, assim como são frágeis os ativos e as estratégias utilizadas, ou não, para a mobilização de ativos, que permitiriam a melhoria da mobilidade e organização social. O grau de vulnerabilidade em ambos os municípios é alto, se olharmos os aspectos de acesso aos bens públicos, com destaque para a baixa escolaridade, a inserção ocupacional em atividades informais e arranjos familiares chefiados por homens e mulheres com baixa escolaridade, além de declarações de exploração sexual infanto-juvenil, o crescente número de jovens que não estudam, não trabalham e estão vulneráveis. A ampliação do acesso, a partir da chegada do *boom* da eólica, ao consumo de entorpecentes, o aumento da incidência da AIDS, que já compunham a realidade dos municípios turísticos, são fatores que desvelam as vulnerabilidades existentes nos espaços de vida.

Para agravar a situação, em função dos valores constitutivos da sociedade brasileira, da compreensão de como funciona a sociedade brasileira, as migalhas doadas à título de responsabilidade social empresarial, acabam confundindo, desarticulando, acomodando, imobilizando, tanto a população, assim como o próprio Estado, como se este (o Estado) não tivesse a responsabilidade de impulsionar políticas ativas de desenvolvimento social como a

educação, a saúde, o saneamento, entre outros, além de pensar políticas compensatórias para aliviar e superar a pobreza.

Dando sequência a reflexão, na Figura 104 é possível observar a situação das moradias nos itens analisados.



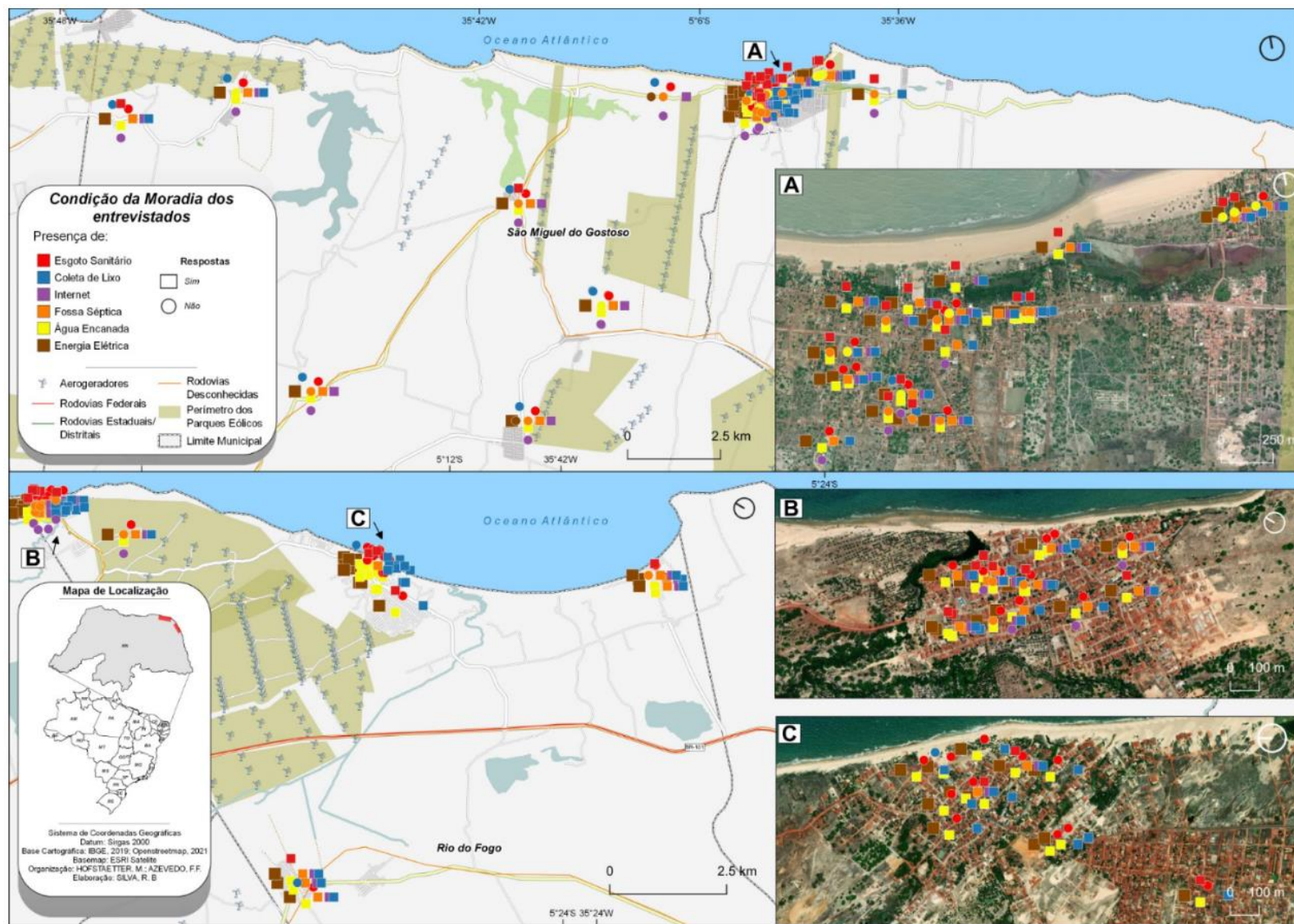


**Figura 104:** Condição de moradia dos entrevistados – São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo (RN)  
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Precisa-se enxergar, cada vez mais, a população como sujeitos de um novo processo. É preciso criar oportunidades para que a população expanda as suas capacidades, com o objetivo de que venham a melhorar as suas vidas. No entanto, os depoimentos do GF 5 em Rio do Fogo demonstram que é o contrário que prevalece.

Já deu vontade de largar tudo. Eu não largo porque penso no futuro dos meus filhos. Eles podem ter este trabalho no futuro, porque aqui não tem mais agricultura, mas tem potencial para o turismo, mesmo que falta infraestrutura. A gente não tem apoio da prefeitura. Já tentamos, fomos conversar, fizemos protesto, mas o investimento acontece só lá em Zumbi, onde tem o hotel fazenda do ex-prefeito, com quadriciclo, cavalo, passeio de helicóptero. É lá que tem o acordo com as agências de turismo, e o nosso passeio é só mais um atrativo. 90% das pessoas que vem para os parrachos, vem primeiro para o Hotel Fazenda, e as outras 10% que vem para os parrachos, acabam indo passar o resto do dia no Hotel Fazenda, porque é o que tem opções de lazer além dos parrachos (GF 5).

Para que as oportunidades ocorram, o primeiro ponto a ser resolvido é a garantia de acesso à educação, de qualidade, para o conjunto da sua população, assim como garantir processos de educação cidadã, reforçando valores de senso de coletividade, de responsabilidade frente ao coletivo, da dimensão da ação pública, da solidariedade, da transparência.

Já é bem discutido e comprovado, que as saídas globais só reforçam as estruturas capitalistas excludentes. Para a pobreza, é necessário pensar saídas locais. E é possível enxergar este movimento em São Miguel do Gostoso. Em São Miguel do Gostoso tem-se a presença da Rede Xique Xique<sup>54</sup>, surgiu o Banco Comunitário, foi construído o Fórum de Políticas Públicas. E em Rio do Fogo, a revelia da gestão administrativa, pouco democrática e pouca participativa, criou-se a Associação dos Empreendedores do Turismo Nativos do Município de Rio do Fogo. Neste último, um dos depoimentos sintetiza a garra dos nativos. “Trabalhamos a favor da maré. Nosso único ponto de apoio é o mar, é a natureza” (GF 5). Eles não têm apoio algum da administração local.

A vulnerabilidade e a pobreza estão presentes e se aprofundam, enquanto os processos de decisão do Estado e da iniciativa privada, ou individuais, de quem tem o poder, forem processos decididos verticalmente, de cima para baixo, privilegiando apenas um número pequeno de famílias.

É importante observar e valorizar práticas organizacionais inovadoras, práticas de empoderamento social, com controle social, de resistência, e de incidência política. Práticas que partam da base, que pensem a diversidade de situações de pobreza, para expandir as capacidades das pessoas, com participação social. Neste sentido foi relatada a importância do Programa DEL, que tem imprimido um diálogo com as comunidades. “Figura como um espaço de participação, com uma dinâmica e metodologia participativa, mas com uma representatividade

---

<sup>54</sup> Espaço de produção e comercialização da agricultura familiar. Com sede em Mossoró e subsede em São Miguel do Gostoso.

muito técnica” (Sujeito 4). Neste sentido é muito insuficiente “O discurso é nota 10, mas na prática acaba sendo pouco proativo, em função de que o poder público não assume o Programa, que acaba ficando restrito à Secretaria de Turismo” (Sujeito 4).

Oportuno lembrar aqui que a premiação coordenada pela *Green Destinations*, que destaca destinos locais e regionais em todo o mundo, com as melhores histórias de boas práticas, que estão dando passos promissores em direção a uma indústria de turismo mais sustentável. O prêmio reconhece ao menos um dos seguintes aspectos como excelentes: (i) gestão do destino; (ii) natureza, animais e cenário; (iii) meio ambiente e clima; (iv) cultura e tradição; (v) bem-estar social e, (vi) negócios e hospitalidade. O procedimento e a avaliação do concurso Top 100 são supervisionados e apoiados por uma parceria de organizações, lideradas pela *Green Destinations*. No ano de 2020 o município de São Miguel do Gostoso recebeu esta premiação (*Awards & Certification Program*, 2020<sup>55</sup>), sendo que em 2021 ganhou a medalha de prata, para certificar a sua atratividade, qualidade e esforços para a sustentabilidade, que deverão ser mantidos, para não perder a colocação.



**Figura 105:** Prêmio Green Destinations recebido pelo município de São Miguel do Gostoso (RN)

Fonte: Awards & Certification Program, 2020.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://greendestinations.org/programs-and-services/awards-certification>

Nesse contexto, segundo entrevista (Sujeito 1), visando ser

o maior destino turístico sustentável no Nordeste brasileiro, desde o início de 2019, o município entrou no Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) Turismo, uma metodologia de planejamento participativo baseado em estruturar participação popular através de um conselho ativo dividido em grupos (CT's), no formato de câmaras técnicas com uma participação popular densa.

O programa DEL chegou precisamente para harmonizar o denso e intenso fluxo turístico em São Miguel do Gostoso, o qual trouxe notáveis benefícios econômicos, apesar de serem praticamente exclusivos à cidade e à orla (não diversificado para os 25 distritos e áreas rurais).

Nesse contexto, o problema emerge. São Miguel do Gostoso carece de diversificação turística e concentra o fluxo turístico e a cadeia de produção turística na costa, onde a cidade está localizada. Há o entendimento de algumas lideranças locais, de que este prêmio fortalece a necessidade de diversificação de iniciativas também junto aos “demais distritos do município que poderiam se beneficiar do fluxo turístico, a partir de iniciativas localizadas e bem específicas, como a venda do labirinto, a venda de geléias e compotas” (Sujeito 3), entre “outras possibilidades, muito invisibilizadas e que praticamente não recebem incentivo do poder local” (Sujeito 4).

Seria uma excelente oportunidade de articulação do turismo com outros arranjos produtivos e com as iniciativas da economia solidária que teimam em sobreviver no município.

Segundo o Sujeito 4, “o Programa DEL é coordenado pela Secretaria de Turismo de São Miguel do Gostoso, numa evidente tentativa de envolver a diversidade dos atores locais, com diversidade de interesses, mas ignorado pela maior parte da administração municipal”.

É importante que as municipalidades, com o estímulo do governo estadual, reflitam sobre o alcance das políticas sociais municipais, sobre a real situação de vulnerabilidade dos habitantes do município, com conselhos específicos, ouvindo as necessidades, que são diferenciadas e heterogêneas.

É importante criar conselhos comunitários que discutam o todo da situação. Mas mais do que a criação, o estímulo ao exercício da participação ativa e cidadã é fundamental. Por exemplo, não dá para discutir os impactos da energia eólica apenas com a secretaria de meio ambiente, sem envolver a saúde (em função dos problemas de saúde gerados), a assistência social, a secretaria de infraestrutura, a secretaria de finanças, entre outras. É muito importante o papel desempenhado pelo Conselho de Políticas Públicas em São Miguel do Gostoso, mesmo que esteja sem ação neste momento da pandemia.

É importante que se discuta de forma integral, para que se encontre soluções efetivas para as prioridades locais. Não é indicado aceitar projetos prontos, acabados, mesmo quando apresentam mecanismos para amenizar a pobreza (pagamento de arrendamento, por exemplo,

como no caso da instalação dos parques eólicos em terras arrendadas) mas sem a flexibilidade para adaptar-se a realidade local. Para exemplificar, no caso de ambos os municípios a pesca artesanal faz parte da cultura local, da conformação do território, e garante em boa medida a segurança alimentar de parte da população. Parece sem sentido discutir um projeto para implantação de energia *offshore* (no mar), sem o devido conhecimento de toda a biota marinha, colocando em risco a reprodução do pescado e, afetando a paisagem, que é essencial para a manutenção do turismo, com as características de ambos os municípios. Este projeto não cabe nestes territórios. Não apresentam solução para as prioridades locais, bem pelo contrário, podem acabar colocando em risco a produção da pesca artesanal, além de ser um ponto negativo para a prática do turismo.

Via de regra, observa-se um grande descaso em relação aos mais fracos e mais vulneráveis. A expectativa de lucro oriundo dos empreendimentos supera qualquer preocupação social ou ambiental. O crescimento está à frente do desenvolvimento. O lucro acima da vida. Não é possível deixar de relatar a grande festa de *reveillón* organizada em São Miguel do Gostoso, visando a arrecadação de recursos, a partir da execução de uma tradição do turismo no município, renegando a orientação para que não houvesse aglomerações, devido a pandemia Covid-19. Estas festas manifestam a distopia, assim como evidencia-se, na sua organização e realização, a dialética das presenças e ausências, ou usos e abusos a que ficam sujeitos os territórios.

No entanto, as iniciativas de debates e ações vêm surgindo das organizações da sociedade civil (sindicatos, Ongs, associações de agricultores, associação de pescadores, Banco Social). Fala-se, a partir de todos os grupos focais, da importância do debate gerado e do conhecimento das informações até então desconhecidas, reforçando a importância da participação da população nos espaços institucionais, como o Fórum de Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso, o Conselho das Cidades ou o Conselho de Desenvolvimento Rural, bem como de outros espaços de empoderamento.

Em paralelo, mas não menos importante, é fundamental considerar os aspectos não mensuráveis das situações de pobreza, como atitudes, valores e condutas, uma vez que o mercado de trabalho, o acesso a bens e serviços, são condições necessárias, mas não suficientes para a superação da pobreza. E aí o grande desafio é a educação e a formação.

Ambos os vetores produtivos poderiam contribuir para o crescimento econômico, para a preservação ambiental e, especialmente, para o desenvolvimento social nas localidades analisadas, reduzindo as vulnerabilidades existentes, a depender do modelo e da concepção de projeto de desenvolvimento adotado no local. No entanto, o contrário é o mais comum, uma

vez que, o crescimento econômico importa mais do que o desenvolvimento social e endógeno, sendo que ambas as atividades são planejadas com objetivos e princípios mercantilistas, o que implica em desprezo da coletividade, do bem-estar global e da justiça social e ambiental.

No debate em dois dos grupos focais (GF 1 e 2) e em uma das entrevistas (Sujeito 4), surgiu um questionamento quanto a omissão do Ministério Público que não se manifesta em relação ao depósito do imposto das empresas eólicas em juízo. “Este recurso seria muito importante para investimentos no município de São Miguel do Gostoso. No momento as empresas estão depositando em juízo porque não concordam com o valor, cujo saldo devedor é sempre barganhado com o poder público” (Sujeito 4). Este depósito, segundo Sujeito 10, “diz respeito ao alvará do parque, que é um imposto municipal. A Câmara de Vereadores aprovou o aumento do percentual e a empresa alegou inconstitucionalidade. Houve uma disputa judicial e a liminar foi favorável à empresa, que desde então faz o depósito em juízo”. Mais um exemplo que desvela a dialética entre presenças e ausências.

Por fim, o que se propõe é a realização de um processo de planejamento, que venha a culminar num modelo de desenvolvimento, com ações participativas e horizontais, que estejam vinculadas, particularmente, ao compromisso da gestão pública, do capital social da comunidade local, do protagonismo dos atores, tanto na formulação de estratégias, como nas tomadas de decisões e na implementação das ações. Para tal, faz-se necessário o fomento da organização, da participação e da articulação de todos os setores, o que ainda é bem frágil em São Miguel do Gostoso, assim como em Rio do Fogo e na maioria das localidades no RN. Uma proposta que surge aqui, é o apoio a Agentes de Desenvolvimento, que poderiam fomentar debates e a elaboração de projetos de geração de renda e de projetos de cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, que seriam compartilhados no Fórum de Políticas Públicas, ou no Conselho da Cidade, com apoio da prefeitura, definindo um recurso público para a execução das prioridades acordadas coletivamente.

Convém retomar que se iniciou este trabalho citando a diversidade de interesses antagônicos representativos de grupos sociais diversificados num determinado território, quais sejam, (i) as populações nativas e/ou tradicionais, (ii) as instituições estatais diretas e indiretas e, (iii) as corporações do capital estatal, privado nacional e transnacional. É muito importante que estes interesses (que são divergentes) estejam representados em diversas organizações representativas, pois estas organizações (empresas, entidades da sociedade civil, grupos da economia solidária, pastorais sociais, comunidades e populações tradicionais) são fundamentais para que haja o equilíbrio entre os interesses antagônicos da sociedade local e do capital. É fundamental que se reinvente os meios de participação social. Nesta conjuntura atual, debater

os interesses divergentes fortalece a democracia, na medida em que ocorra um encaminhamento prático para um foco comum ou objetivo comum, no qual prevaleça o interesse da coletividade.

## CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO

*Ou não se salva, e é o mesmo. Há soluções, há bálsamos  
para cada hora e dor. Há fortes bálsamos,  
dores de classe, de sangrenta fúria  
e plácido rosto. E há mínimos  
bálsamos, recalcadas dores ignóbeis,  
lesões que nenhum governo autoriza,  
não obstante doem,  
melancolias insubornáveis,  
ira, reprovação, desgosto  
desse chapéu velho, da rua lodosa, do Estado.*<sup>56</sup>

O trabalho desta tese partiu da compreensão de que ambos os vetores produtivos, turismo e parques eólicos, são atividades produtivas inseridas na lógica de acumulação do capital, regidas pelas leis do mercado e que têm, por objetivo, o lucro. Partiu-se da afirmação da existência de uma metanarrativa, onde os vetores produtivos, seja o turismo, sejam os parques eólicos, apresentam-se como vetores do desenvolvimento e da modernização. No entanto, na prática, tanto um quanto o outro, concorrem para a espoliação e expropriação territorial, assim como para a exploração da mão de obra e para a manutenção ou aprofundamento das vulnerabilidades já existentes. Ou seja, a territorialização de ambos os vetores produtivos vem acoplada a processos de exclusão e de ampliação de vulnerabilidades. Neste aspecto, pode-se afirmar que são atividades que assumem a mesma lógica, mesmo que, nos contextos analisados as práticas são diferenciadas em função de características particulares do turismo, de pequenos e médios empreendimentos.

Dito de outra forma, o turismo desponta como um dos mecanismos para a reprodução ampliada do capital. Tanto diretamente, por meio da expansão do trabalho precarizado, quanto indiretamente, à medida que se consorcia com o poder local e representa a narrativa da modernização dos territórios, legitimando-a. Poderia ser diferente, exatamente em função do perfil dos empreendimentos locais com menos prejuízos e mais benefícios. No entanto para isto, o poder público local deveria estar comprometido com outro projeto de desenvolvimento.

De forma mais emblemática, os parques eólicos também representam a narrativa da modernização dos territórios, pelo fato de os mesmos serem produtores de energia sem a emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) e um segmento altamente tecnológico (moderno) de serviços.

---

<sup>56</sup> Trecho de Nosso tempo, poema de Carlos Drummond de Andrade.



No entanto, geram custos ambientais e sociais altos, decorrentes da implantação dos complexos eólicos e que não são contabilizados nos “custos” da geração, já que não são pagos pelos empreendedores. Mas, o que é necessário compreender, é que estes “custos” são pagos por toda a sociedade, uma vez que os impactos são cada vez mais evidenciados nos territórios, em diversas fases da cadeia produtiva. Neste sentido, é importante ficar atento para o discurso que reforça a ideia de energia limpa, do ambientalmente verde, sustentável, mas que esconde práticas socialmente injustas e insustentáveis.

O terreno fértil para o sucesso da acumulação capitalista e para o agravamento das vulnerabilidades é a apropriação do território dominado por uma elite arcaica e atrasada em termos de valores, que mantém o padrão de colonização, apenas com uma nova roupagem, onde as decisões arbitradas pelo poder público beneficiam tanto empreendedores, quanto representantes da elite que ocupam cargos decisórios. Sendo assim, não é possível prezar pelo desenvolvimento, mas tão somente pelo crescimento econômico, já que o território usado, as pessoas e a natureza, são meras mercadorias, a serviço dos interesses das elites e do lucro.

Quando se caracteriza a elite como arcaica e atrasada, pode-se exemplificar o entendimento de ambos os adjetivos na relação com o meio ambiente, por exemplo. Enquanto aqui no Nordeste as empresas construtoras dos parques eólicos, muitas delas de capital transnacional, retiram toda a vegetação na área onde o parque será construído, na Alemanha, há um investimento enorme em maquinário, exatamente para a colocação dos aerogeradores sem o desmatamento total da área. Retira-se apenas a vegetação no espaço estritamente ocupado para a instalação da torre. Sabe-se da importância da preservação da biodiversidade para a manutenção da vida. Quando a mentalidade atrasada e arcaica é superada, mais importante do que um percentual absurdo de lucro (sendo que o lucro ainda é considerável) é a preservação do meio ambiente, da biodiversidade e a contribuição para a qualidade de vida das pessoas.

Um Estado mínimo, já enfraquecido, quando coordenado por elites locais arcaicas e atrasadas no âmbito das ideias, no sentido da busca do lucro, da vantagem e dos interesses próprios a qualquer custo e que, para alcançá-los, utiliza-se da cultura de privilégios, da violência nas mais diversas formas, reforçando a cultura patriarcal, o racismo e os estereótipos da classe social e do lugar da residência, reforçando o que Jessé Souza (2017) chamou de culturalismo racista e liberal conservador, molda o padrão sociocultural brasileiro, que possibilita a manutenção e a replicação para as demais esferas administrativas, de um ambiente propício para a manutenção e o agravamento das vulnerabilidades.

O Estado forte, por sua vez, contribui com a superação desta mentalidade atrasada quando, além de proporcionar as políticas públicas básicas, propõe programas para a superação

da pobreza, para que a população local tenha maior igualdade de oportunidades e atinja uma maior cidadania. Faz parte da sua função (Estado) a exigência da efetivação das condicionantes sociais e ambientais para a implementação de qualquer empreendimento no seu território.

Em um território, no qual o turismo apresenta-se como o principal instrumento potencializador de crescimento econômico, e onde, a partir de um determinado momento é bem aceita a inserção de um novo vetor produtivo que impacta a paisagem, que é o combustível essencial para a realização do turismo, principalmente em São Miguel do Gostoso (RN), a complexidade contextual amplia-se. De certa forma, as atividades coincidentes (turismo e a atividade dos parques eólicos) nos seus objetivos, passam a ser concorrentes, ao menos no quesito paisagem. São aspectos multidimensionais, lacunas transversais e percepções plurais, que fazem do desenvolvimento do território ou dos territórios, um emaranhado de interações que demandam um olhar sistêmico, ainda mais no tocante ao desenvolvimento social e ambiental.

São muitos os gargalos para se compreender os processos que moldam o lugar, o desenvolvimento de um determinado território, a partir da problematização do processo de desenvolvimento territorial, pensando o dinamismo da formação socioespacial e a interferência e relevância que têm os vetores globais de mudanças, na manutenção ou no agravamento das vulnerabilidades já existentes nestes territórios.

Urge, para o Rio Grande do Norte, em geral, e para os municípios da presente pesquisa, em particular, a implementação de estratégias de desenvolvimento com ações participativas e horizontais, com (i) maior transparência e participação dos grupos afetados; (ii) com um planejamento baseado na diversidade de grupos sociais dotados de interesses territoriais divergentes; (iii) com instrumentos de regulação, financiamento e licenciamento mais comprometidos com critérios de justiça social e ambiental.

Isto posto, com os resultados da pesquisa, confirma-se a pergunta desta tese, de que há a interferência dos vetores produtivos turismo e atividade produtiva de energia eólica na manutenção e, em alguns aspectos, como na exploração sexual infanto-juvenil, para exemplificar, no aprofundamento das vulnerabilidades já existentes nos territórios, particularmente nos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.

A partir da compreensão inicial do lugar de onde se fala na tese, da elaboração do referencial teórico, da interpretação dos dados do IPEA e do IBGE entre outros e, da análise dos dados empíricos (coletados em São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo), foi possível confirmar as hipóteses de que (i) os vetores produtivos do turismo e geração de energia eólica apropriam os espaços de forma desigual (no sentido de, enquanto atividades econômicas e,

considerando suas especificidades, ambos estabelecem uma forma de apropriação do espaço, cujo objetivo é o lucro, tão somente o lucro), mantendo ou aprofundando as desigualdades já existentes nos territórios, através da exclusão, da desapropriação das populações dos seus territórios, da precarização do trabalho, agravando e (re)produzindo novas situações de vulnerabilidades; (ii) sendo vetores de desenvolvimento modernizante, privatizam o bem comum (terra, ar e mar) e, (iii) muito precariamente, foi possível observar ações participativas e horizontais que apresentam novos arranjos locais, em ambos os municípios, que minimizam parcialmente a vulnerabilidade.

Neste sentido, esta tese aponta algumas recomendações/sugestões:

- Um primeiro passo, essencial, é a realização de um processo de planejamento territorial, como um instrumento, de fato, de proteção socioambiental do território, revendo e aprofundando a legislação urbana, rural e ambiental, na perspectiva da efetivação de direitos e não só na perspectiva da viabilização do mercado e do lucro que lhe é próprio.
- As ações e as políticas públicas municipais devem ser integradas, articuladas, com propostas e projetos construídos pelos grupos sociais com interesses divergentes, que estão presentes no território. Somente assim, será possível o estabelecimento de uma nova forma de trabalho, baseada na colaboração e no consenso, ou seja, na responsabilidade compartilhada dos diversos atores, o que certamente fará a diferença na conquista e na implementação de projetos e de políticas públicas.
- É fundamental a efetivação de políticas municipais e estaduais sólidas, transparentes e imparciais na utilização dos recursos provenientes da arrecadação dos impostos pagos pelas empresas e empreendedores, de qualquer natureza. Os conflitos advindos com a implantação desses empreendimentos, tanto eólicos quanto turísticos, podem e devem ser geridos pelos órgãos municipais e estadual, deixando de lado interesses individuais e sim, priorizando o bem coletivo da população. É importante frisar que empreendimentos, por maiores ou menores que sejam, dispõem de funções e objetivos diferentes do poder público. A chegada desses empreendimentos deve, sim, ampliar os benefícios sociais, no entanto, cabe ao poder público a responsabilidade de regular e proporcionar à população a dignidade e a qualidade de vida com acesso à moradia, à saúde, à educação, ao saneamento, à segurança e outros requisitos básicos.
- É urgente a construção, de forma participativa, de dispositivos legais que normatizem a implementação dos parques eólicos nos níveis estadual e municipais. Assim como, exigir de todos os empreendimentos o repasse (pagamento) dos impostos previstos na lei, referentes aos empreendimentos já instalados e exigir o apoio a propostas e projetos

comprometidos com o desenvolvimento das comunidades envolvidas, de forma inclusiva, visando o combate às injustiças junto às populações locais. Desta forma, os empreendimentos apoiariam programas sociais e ambientais bem estruturados e com responsabilidades compartilhadas, não se reduzindo a meros cumpridores de condicionantes sociais e ambientais para a obtenção das licenças.

- Que o governo local exija uma proposta efetiva de geração de empregos diretos e indiretos, com responsabilidade de instrução técnica de moradores interessados nas comunidades, mesmo que empregos sazonais, mas que os mesmos tenham o registro em carteira de ao menos 1 ano, para que estes trabalhadores estejam protegidos pela previdência. Isto vale para todos os empreendimentos, eólicos e turísticos. É fundamental a implementação de programas permanentes de educação e promoção de boas práticas voltadas à comunidade local.
- Que o governo local tenha acesso aos dados de quantos empregos são gerados por cada parque eólico e quais são as condições deste trabalho, assim como a municipalidade deve se preocupar em registrar e viabilizar a investigação quanto as denúncias de abuso sexual infantil, bem como os problemas gerados na saúde, como uso de remédios controlados, entre outros.
- Os municípios inovariam se, ao discutir as políticas e os programas, houvesse efetiva participação social e envolvimento das lideranças locais na execução direta destas políticas. Isto implica em pensar o território como um todo, com as especificidades das localidades, mas de forma complexa, com envolvimento dos diversos atores, desde a iniciativa privada até a população, em um projeto de superação da pobreza, com efetivo desenvolvimento de todas as potencialidades.
- É importante pensar o formato da concepção, do desenho e da gestão da política local. Quando a pobreza e as suas derivações são superadas, todos saem ganhando. No entanto, a superação da pobreza e das vulnerabilidades requer trabalho a partir de iniciativas e potencialidades existentes junto aos mais pobres e vulneráveis e no seu entorno. Estes novos empreendimentos deveriam contribuir com a inclusão dos mais pobres, efetivando ações de desenvolvimento no território e não apenas contribuindo para o aumento do PIB.
- Sugere-se, como possibilidade e inovação, a discussão dos serviços ecossistêmicos e ambientais como fontes de recursos financeiros para as comunidades locais, em substituição ao modelo exploratório baseado no uso e ocupação do solo com parques

eólicos. Até mesmo a ideia de uma renda básica, em troca de cuidados com as pessoas que mais necessitam e do cuidado com o meio ambiente.

- Sugere-se a instituição dos Agentes do Cuidado (AC), que seriam 2 a 3 pessoas chaves de cada uma das localidades do território, com o papel de agentes de desenvolvimento local, com a função de mobilizar a sociedade local (comunidade), propor projetos de geração de renda, de preservação ambiental, reciclagem, entre outros, de forma articulada com os demais representantes das outras localidades. Neste sentido, sugere-se que um percentual dos impostos arrecadados seja gerenciado por um comitê representativo de todos os grupos sociais (poderia ser o Fórum de Políticas Públicas, ou o Fórum da Cidade), além de representantes da gestão municipal. Este comitê teria como objetivo apreciar os projetos apresentados pelas pessoas-chave, que seriam remuneradas pelo fundo criado, aprovar os projetos (possíveis áreas prioritárias como educação, segurança alimentar, assistência sociais entre outras) e garantir a correta gestão dos recursos. Esta seria uma forma de dividir poderes e responsabilidades.

No entanto, para a realização destas recomendações/sugestões, é fundamental que os gestores sejam comprometidos com o desenvolvimento e com a mitigação da pobreza. Observa-se que os resultados das ações dependem da consciência dos gestores, assim como é fundamental o acompanhamento das ações pelos grupos organizados da sociedade civil, no sentido de cobrar a execução dos projetos, realizando pressão sobre a municipalidade.

As experiências individuais e coletivas, interações concretas, moldam as pessoas. Estas experiências as fortalecem ou enfraquecem, a depender do resultado destas experiências, da sua capacidade de interação social, dos seus esquemas mentais (estereótipos baseados na visão classista, conservadora e tradicional, marcada pela ideia de classe social).

Diversos são os estudos que demonstram que as situações de pobreza estão também relacionadas com as possibilidades e limitações do entorno geográfico, de recursos produtivos e de organização social. É preciso compreender quais são os vínculos que unem e separam os grupos sociais, os pobres dos não pobres, os mais marginalizados dos demais, os mais vulneráveis, ampliando as redes de apoio para mobilizar ativos possíveis, muitas vezes não aproveitados. Há um caminho colaborativo que se sustenta na organização social (confiança e compromisso recíproco). No entanto, para trilhar este caminho, é essencial que esta forma de agir esteja presente em todos os níveis da sociedade e das políticas públicas, desde os formuladores até os tomadores de decisões da política, até aqueles que desenham os programas. É fundamental a compreensão de que, com esta colaboração, todos ganham. Desta forma é possível a conversão dos invisíveis, dos mais pobres e vulneráveis, em protagonistas, em

sujeitos, a partir do reconhecimento das suas capacidades, habilidades, do conhecimento dos recursos materiais e não materiais dos indivíduos, dos lugares, dos diversos grupos sociais e das comunidades.

Tudo isto é essencial para garantir o desenvolvimento de um território. Mas, efetivamente, o desenvolvimento passa a ser uma possibilidade, quando houver interação dinâmica e criativa entre as capacidades das pessoas de uma localidade, as oportunidades do entorno e os recursos disponíveis. A vontade de mudança, o estímulo, o esforço e o entusiasmo do local são motores deste processo, para o qual é fundamental que o apoio institucional esteja à serviço da meta comunitária. Posto isto, podemos afirmar que as vulnerabilidades encontradas no campo de estudo são sustentadas por um grande tripé, onde em uma coluna temos o setor privado, com interesses liberais, agindo a partir dos mecanismos de reprodução do capital; em outra coluna, a velha elite atrasada, mantida pelo poder público, com os elementos culturais patriarcais, da cultura de privilégios. No entanto, as vulnerabilidades sustentam-se e mantêm-se porque a terceira coluna, que é o povo, está inerte e, esta inércia, tem um papel decisivo na sustentação destas relações e destas (im)possibilidades que, mesmo que externas a ele, a priori, o constituem e por ele são reproduzidas. Para romper a estrutura deste tripé, a terceira coluna precisa ser quebrada e, para tal, precisam ser ampliadas e exercitadas as liberdades substantivas dos mais variados tipos. Não é uma receita fácil, porque os outros dois tripés são bem consolidados e arraigados. A população local precisa acreditar no seu poder de mudança, precisa descobrir e potencializar os meios e os modos de que dispõe para enfrentar as adversidades em seu contexto geográfico, político e social.

Inúmeras são as experiências que confirmam que não se expande capacidades por decreto. Construir novas possibilidades, que possibilitem a geração de desenvolvimento, implica antes em empoderamento e participação social. E o fermento deste pão é a transparência de informações e a real e efetiva participação do conjunto da comunidade, respeitando a história e a cultura das pessoas do local. Não é participar de um projeto que vem pronto, de fora para dentro, de cima para baixo. É construir um projeto coletivo que exige trabalho cotidiano, em processo, com responsabilidades compartilhadas. E, compartilhar responsabilidades implica em dividir poder. E aí, tem-se uma grande resistência. Mas, para diminuir a pobreza é mister dividir o poder.

A intenção final desta pesquisa foi pincelar e elencar alguns rabiscos no caminho desta ação. É possível pintar um novo quadro, a partir do Sul do mundo. Talvez neste novo tempo

que se vislumbra logo a frente, seja possível ver apenas coisas belas, de frente para o mar, sem a existência da favela<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Não há na afirmação um desprezo pela favela, a partir de uma visão cêntrica e preconceituosa. Até porque tem muita vida, respeito, dignidade, solidariedade e orgulho na favela. A ideia parte do princípio de que, superadas as vulnerabilidades, a favela não será mais adjetivada de forma pejorativa. E a frase causa efeito na relação com a frase de abertura da tese.

## REFERÊNCIAS

- Acsegrad, H., Mello, C. C. A., Bezerra, G. N. (2009). *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Afonso, M. H. F., Souza, J. V. de, Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2011). Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo ProKnow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(2), 47–62.
- Agência de Classificação de Risco Austin Rating. (2021). Recuperado de: <https://www.austin.com.br/MidiaCenter.html>
- Alencar Júnior, J. S. de. (2005). Org.: Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. *Banco do Nordeste do Brasil*.
- Almada, J. A. B. (2018, set./dez.) Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 4 (15), 197-221.
- Albuquerque Júnior, D. M. (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez.
- Aledo, A., Climent-Gil, E., & Valejjo-Romero, A. (2018). Vulnerabilidad, riesgo e impacto en la gestión social de grandes proyectos. In: Aledo, A., & Dominguez-Gómez, J. *Evaluación de Impacto Social: Teoría, Método y Casos*. Publicacions Institucionals Universitat d'Alacant.
- Alves, D. S. (2014). Pesquisa interdisciplinar em estudos ambientais. In: Vieira, I. C. G., Toledo, P. M. de, & Santos, R. A. de O. (Orgs.). *Ambiente e Sociedade na Amazônia: Uma Abordagem Interdisciplinar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 53-77.
- Andrade, C. D. (2012 [1945]). Nosso tempo. In: Andrade, C. D. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, M. C. de. (1986). *Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas.
- Araújo, T. B. (1981). A Industrialização do Nordeste: Intenções e resultados. In: *Anais do Seminário Internacional sobre Disparidade Regional*. Fórum Nordeste, Recife.
- Araújo, T. B. (2000). *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan.
- Araújo, A. M. C. (2011). O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: Oliveira, R. V. de, Gomes, D., & Targino, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 161-190.
- Araújo, M. A. A. de, & Azevedo, F. F. (2017). A produção de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil: um olhar sobre o uso do território pelas corporações espanholas Iberdrola e Gestamp. In: Zaar, M. H., Vasconcelos P. Junior, M., & Capel, H. (Eds.). *La electricidad y el territorio: Historia y futuro*. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica.
- Araújo, M. A. A. de. (2019). *Território, técnica e eletrificação: as novas configurações do circuito espacial de produção de energia elétrica no estado do Rio Grande do Norte*,



*nordeste do brasil*. Tese (Doutorado em Geografia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

- Awards & Certification Program (2020). *Green Destinations*. Recuperado de: <https://greendestinations.org/programs-and-services/awards-certification/>
- Azevedo, F. F. (2016). Entre utopias e realidades, conquistas e desafios das políticas sociais recentes no Brasil (fim do século xx e início do século xxi). In: *Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona. Recuperado de <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-colquio/FFransualdoAzevedo.pdf>
- Azevedo, F. F. (2013). Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. *Mercator*, 12, número especial (2), 113-132.
- Bakhtin, M. M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec.
- Barros, M. A. S., Magalhães, R. G., & Rui, A. M. (2015). Species composition and mortality of bats at the Osório Wind Farm, southern Brazil. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, 50 (1), 31-39.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bauman, Z. (1999). *Globalización. Las consecuencias humanas*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bortoluzzi, S. C., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Valmorbidia, S. M. I. (2011). Avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 4 (2), 202-222.
- Boullón, R. C. (1997). *Planificación Del Espacio Turístico*. 3. ed. México: Trillas.
- Bramwell, B., & Sharman, A. (1999). Collaboration in Local Tourism Policymaking. *Annals of Tourism Research*, 26 (2), 392-415.
- Brandão, C. A. (2017a). Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na Escala Nacional do Brasil. In: Suertegaray, D. M. A., Silva, C. A. da, Pire, C. L. Z., & Paula, C. Q. de. *Geografia e conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Brandão, C. A. (2017b, out. 16). Por uma geoeconomia política do Brasil no contexto do Sul. In: *Palestra de abertura da Semana de Geografia*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Brasil. (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).
- Brasil. (2021). *Atlas da Vulnerabilidade Social*. Recuperado de <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>
- Brasil. (2015). *Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015*. Brasília: Ministério do Turismo.

- Brasil. Ministério da Integração Nacional (2006). *Construindo um Brasil de todas as regiões: política nacional de desenvolvimento regional*. Brasília, DF: MI; IICA.
- Brasil. Ministério do Turismo (2018). *Estatísticas básicas de turismo*. Brasil – ano Base 2018. Brasília-DF, jan. 2019. Recuperado de: <http://www.turismo.gov.br/>
- Brasil. (2014). *Programas de Integração à Produção Associada ao Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brumatti, P. N. M. (2014). Sociedade, cultura e natureza. *Caderno Virtual de Turismo*, 14 (3), 280-297.
- Brumatti, P. N. M. (2020). *O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Bruna Jr., E. D., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2012). Seleção e análise de um portfólio de artigos sobre avaliação de desempenho na cadeia de suprimentos. *Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, 7 (1), 113-125.
- Brundtland, G. H. (1988). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-1988. *Nosso futuro comum (Relatório Brundtland)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Buarque, C. (1993). *A revolução nas prioridades; da modernidade técnica à modernidade ética*. 2. ed. Brasília: Ined.
- Budowski, G. (1976). Tourism and environmental conservation: conflict, coexistence, or symbiosis? *Environmental conservation*, 3 (1), 27-31.
- Han, B.-C. (2020). “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han”. *Revista IHU On-line*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597343-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han>.
- Carmo, P. S. (2007). *Sociologia e sociedade pós-industrial: uma introdução*. São Paulo: Paulus.
- Carrete, M., Sánchez-Zapata, J. A., Benítez, J. R., Lobón, M., Montoya, F., & Donazar, J. A. (2012). Mortality at wind-farms is positively related to large-scale distribution and aggregation in griffon vultures. *Biological Conservation*, 145 (1), 102-108.
- Carvalho, O. (1988). *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cater, E. (2006). Ecotourism as a western construct. *Journal of Ecotourism*, 5 (1-2), 23-39.
- Celade. (1999). *América Latina: población económicamente activa, 1980-2025*. Julho, número 64.
- Cepal. (2018). *Agenda Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe*. Cepal.
- Cepal. (2019). *Panorama Social da América Latina*. Cepal.
- Clarke, H. R., & Ng, Y. (1993). Tourism, Economic Welfare and Efficient Pricing. In: *Annals of Tourism Research*, 20 (1), 613-632.
- Coelho, A. M., Ribeiro, L. M., & Fontes Filho, J. R. (2007). *A Experiência como vantagem competitiva para o turismo*. Fundação Getúlio Vargas – FGV.

- Cohen, E. (1972). Toward a Sociology of International Tourism. *Social Research*, 39 (1), 164-182.
- Coimbra, A. M. (2003). Histórias contadas em sala de aula: a construção da identidade social de gênero da mulher. In: Lopes, L. P. M. *Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras.
- Costa, H. A. (2009). *Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília.
- Costa, J. M. F. (2017). Medidas de compensação ambiental para instalação de parques eólicos nas áreas da rede Natura 2000. *RevCEDOUA* (63-88).
- Cruz, R. C. A. (2006). Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: Lemos, G., Inés, A., Arroyo, M., & Silveira, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Cruz, R. C. A. (2012). *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca.
- Cruz, R. C. A. (s/d). Turismo, Produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem.
- Cruz, R. C. A. et al. (2002). Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: Souza, M. J. S. *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Vol. 1. Brasília: UnB/MMA, 25-38.
- Cruz, R. C. A., Sabino, A. L., Molina, F. S., & Chagas, R. P. (2007). *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. Editora Roca.
- Damasceno, V. D. (2014). *O olhar de alunos sobre as TIC no processo de ensino e de aprendizagem: “A tecnologia é uma ferramenta, quem tem que trabalhar é o cérebro do professor e do aluno”*. Tese (Doutorado em Letras). Pelotas: UCPEL.
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo: Entrevista a Maria Serena Palieri*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Delicado, A., Silva, L., Junqueira, L., Horta, A., Fonseca, S., & Truninger, M. (2013). Ambiente, paisagem, patrimônio e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100, 11-36.
- Dencker, A. F. M. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.
- Diegues, A. C. S. (1992). Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em perspectiva*, 6 (1-2), 22-29.
- Diegues, A. C. S. (2001). *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Domínguez, M. D. M. R. (2001). *Competitividade e análise estratéxica do sector turístico: unha primeira aproximación á potencial creación dun cluster institucional para a mellora competitiva da zona Rías Baixas*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Dowbor, L. (2002). *A reprodução social*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes.
- Dye, T. R. (2014). Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas (Comentário Modelos: da teoria à prática) In: Heidemann, F. G., & Salm, J. F. *Políticas públicas e*

- desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Ensslin, L., Ensslin, S. R., & Pacheco, G. C. (2012). Um estudo sobre segurança em estádios de futebol baseado na análise da literatura internacional. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17 (2), 71-91.
- Ensslin, L., Ensslin, S. R., & Pinto, H. M. (2013). Processo de investigação e Análise bibliométrica: avaliação da qualidade dos serviços bancários. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, 17 (3).
- Favareto, A. S., & Moralez, R. (2014). *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. 1. ed. Porto Alegre: Zouk.
- Felipe, J. L. A. (1986). *Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Universitária.
- Ferreira, W. L. S. (2019). Potenciais impactos ambientais de parques eólicos sobre morcegos no extremo sul do Brasil. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, Fortaleza.
- Filgueiras, L. A. M., Druck, G., & Amaral, M. F. do (2004). O conceito de informalidade: problema ou solução – um exercício de aplicação empírica dos conceitos. *Caderno CRH*, Salvador, 17 (41), 211-229.
- Fiori, J. L. (2000). A propósito de uma “Construção interrompida”. In: Tavares, M. C. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2009). *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Artmed.
- Fonseca, M. A. P., Júnior, A. P dos S., Nunes, M. R. de O. (2015). Políticas de Turismo, investimentos internacionais e a dinamização do mercado imobiliário na Costa das Dunas/RN. In: *Anptur: Anais do evento*.
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27 (2), 389-394.
- Fernandes, F. (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freyre, G. (1977). *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Freyre, G. (1978). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Furtado, C. (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (1998). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2001 [1984]). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Gorayeb, A., Brannstrom, C., Meireles, A., J. de A., & Mendes, J. de S. (2018). Wind power gone bad: Critiquing wind power planning processes in northeastern Brazil. *Energy research & social science*, 40, 82-88.
- Habermas, J. (1999). *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus.
- Hall, C. M. (2001). *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Harvey, D. (1993). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2010). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Loyola.
- Hofstaetter, M. (2016). *Energia Eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Hofstaetter, M., & Pessoa, Z. S. (2015). Impactos Socioambientais e Regionais da Energia Eólica no Rio Grande do Norte. In: *Anais do 7o. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Brasília, DF: UNB-ANPPAS. Recuperado de <http://www.anppas.org.br/novosite/arquivos/pgt16.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007*. Estudos e Pesquisas: Informação Econômica (13). Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Cidades*. IBGE. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>
- Instituto Humanista Unisinos. (2016, junho 08). “Hoje há mais escravos do que havia antes da proibição da escravidão”, constata Manfred Max Neeff, economista [IHU]. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/556075-hoje-ha-mais-escravos-do-que-havia-antes-da-proibicao-da-escravidao>
- Instituto Humanista Unisinos. (2020). Carta de Clara e Francisco. Direto do Brasil para o Encontro Mundial em Assis - Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594766-carta-de-clara-e-francisco-direto-do-brasil-para-o-encontro-mundial-em-assis>
- Instituto Humanista Unisinos. (2020). O turismo em tempos de Covid-19: Nada será como antes, amanhã – Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598053-o-turismo-em-tempos-de-covid19-nada-sera-como-antes-amanha>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Irving, M. A. (2003). Turismo como instrumento de desenvolvimento local. In: D’Ávila, M. I., & Pedro, R. *Tecendo o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Irving, M. A. (2006). Áreas protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 8 (13).

- Irving, M. A., Bursztyn, I., Sancho, A. P., & Melo, G. M. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 5 (4).
- Iwama, A. Y., Batistella, M., Ferreira, L. da C., Alves, D. S., & Ferreira, L. da C. (2016). Risco, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar. *Ambiente & Sociedade*, 19 (2), 95-118.
- Jamal, T. B., & Getz, D. (1995). Collaboration theory and community tourism planning. In: *Annals of Tourism Research*, 22 (1), 186-204.
- Kaztman, R. (2000). *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. BIDBanco Mundial-CEPAL-IDEA, v. 5, p. 275-301.
- Kikuchi, R. (2008). Adverse impacts of wind power generation on collision behaviour of birds and anti-predator behaviour of squirrels. *Journal for Nature Conservation*, 16 (1), 44-55.
- Knafou, R., Bruston, M., Deprest, F., Duhamel, P., Gay, J., & Sacareau, I. (1997). Une approach géographique du tourisme. *L'Espace Géographique*, 3, 193-204.
- Körösy, N. (2008). Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8 (2), 56-68.
- Krein, A. E. B. (2017). *Relações Formais e Informais de Trabalho nos Governos Lula e Dilma Por Uma Perspectiva de Gênero e Raça*. Tese (Mestrado). Campinas: Unicamp.
- Krippendorff, J. (2001) *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Kunz, T. H., Arnett, E. B., Cooper, B. M., Erickson, W. P., Larkin, R. P., Mabee, T. et al. (2007). Assessing impacts of wind-energy development on nocturnally active birds and bats: guidance document. *The Journal of Wildlife Management*, 71 (8), 2449-2486.
- Lacerda, R. T. O., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2011). Contribuições à gestão estratégica de organizações quando analisados na visão de seu desempenho. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 2 (9), 327-528.
- Lacerda, R. T. O., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2012). Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. *Gest. Prod.*, São Carlos, 19 (1).
- Lamas, S., Silva, C. B., Hofstaetter, M., Souza, C. R. de, & Marques Júnior, S. (2018). Sustentabilidade no turismo ou turismo sustentável : uma revisão conceitual. In: Santos, M. C., Perna, F., Santos, J. A. C., Pereira, L. N., & Renda, A. I. (Eds.). *Sustentabilidade: o futuro do turismo*. Faro: UAlg ESGHT, 85-102.
- Lamas, S., Silva, C. B. de, & Nascimento E. D. (2020). Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as. *Revista Turisma: estudos e práticas*. Natal, UERN.
- Lefebvre, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes.
- Lefebvre, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Leff, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Furb.

- Lipoversky, G. (2020). “O coronavírus é um sintoma da hipermodernidade”. Entrevista com Gilles Lipovetsky. *Revista IHU On-line*. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597016-o-coronavirus-e-um-sintoma-da-hipermodernidade-entrevista-com-gilles-lipovetsky>
- Lucas, Manuela de, Ferrer, M., Bechard, M. J., & Muñoz, A. R. (2011). Griffon vulture mortality at wind farms. In: Meireles, A. J. A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. *Confins* (Paris), 11, p. 1-23.
- Macedo, L. D. de. (2015). Produção de energia elétrica por fonte eólica no Brasil e aspectos de seu impacto na região Nordeste e Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Unicamp.
- Marandola Jr., E., & Hogan, D. J. (2006). As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, 20 (1), 33-43.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Max-Neef, M. (1993). *Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.
- Melo, T. S. (2018). *Solvitur Ambulando: uma viagem rumo à autodeterminação popular. Análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da Metanarrativa capitalista*. Tese (Doutorado em Geografia). Goiânia: Universidade Federal do Goiás.
- Mendonça, F. A. (2004). Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 10, 139-148.
- Migraine, M. V. (2004). *Eoliennes, sons et infrasons: effets de l'eolien industriel sur la sante deshommes*.
- Minayo, M. C. S. (2011). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S., Assis, S. G., & Sousa, E. R. (2005). *Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ministério do Turismo. (2016). *Mapa do Turismo Brasileiro*. Recuperado de <https://dados.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro>
- Ministério da Integração Nacional. (2006). *Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão Preliminar)*. Brasília: Ministério da Integração Nacional.
- Ministério do Turismo. (2018). *Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro*. Brasília: Programa de Regionalização do Turismo.
- Mirasgedis, S., Tourkolias, C., & Diakoulaki, D. (2014). Valuing the visual impact of wind farms: An application in South Evia, Greece. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 39, 296-311.
- Monteiro Neto, A., Brandão, C. A., & Castro, C. N de. (2017). Desenvolvimento Regional Brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. In: Monteiro Neto, A.,

- Brandão, C. A., & Castro, C. N de. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Moreira, R. (1979). *O Nordeste Brasileiro: uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, 26 (1), 1-19.
- Mowforth, M., & Munt, I. (2003). *Tourism and sustainability: Development, globalisation and new tourism in the third world*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Munt, I. (1994). The 'Other' Postmodern Tourism: Culture, Travel and the New Middle Class. *Theory, Culture and Society*, 11, 101-123.
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Neri, M., Jameli, D., Bernard, E., & Melo, F. P. L. (2019). Green versus green? Adverting potential conflicts between wind power generation and biodiversity conservation in Brazil. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 17 (3), 131-135.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, A. de. (2012). Planejamento Elétrico: uma agenda amigável com a natureza. In: Veiga, J. E. da (org.). *Energia Eólica*. São Paulo: Senac São Paulo.
- Oliveira, F. de. *Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Organização Mundial do Turismo. (1994). EMBRATUR. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais*. Brasília: EMBRATUR.
- Organização Mundial do Turismo. (2001). *Cuenta satélite de turismo: recomendaciones sobre el marco conceptual*. Nueva York: Naciones Unidas; Madrid: Organización Mundial del Turismo, 2001.
- Organização Mundial do Turismo. (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto alegre: Bookman.
- Pedersen, E.; Wayne, K. P. (2007). Wind turbine noise, annoyance and self-reported health and well-being in different living environments. *Occup Environ Med*, 64, 480-486.
- Pessoa, Z. S. (2012). *A metrópole periférica: Identidade e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Natal-RN/BRASIL*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Pine, B. J. (1994). *Personalizando produtos e serviços – Customização Maciça*. São Paulo: Makron Books.
- Pires, M. S. (2009). *Turismo e pós-modernidade: teoria, cultura e sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília.
- Pires, L. F. A. (2011, set.) Parque Eólico Alegria. In: *Seminário Brazil Windpower*. Rio de Janeiro.
- Plataforma Agenda AGENDA 2030. *Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de <http://www.agenda2030.com.br/ods/7/>
- Prado Júnior, C. (1978). *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense.



- Przeworski, A. (1995). *O Estado e a economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Rahnema, M. (2010 [1997]). Introduction. In: Rahnema, M.; Bawtree, V. (eds.). *The post-development reader*. New York: Zed Books, pp. IX-XIX.
- Ramos Filho, W. (2020). Nudez, por Wilson Ramos Filho. CGN. Recuperado de <https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/nudez-por-wilson-ramos-filho>
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rist, G. (2001). *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Rosa, Ensslin, Ensslin, & Lunkes (2011). Processo de Investigação e Análise Bibliométrica: Avaliação da Qualidade dos Serviços Bancários. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, 17 (3), art. 4, 325-349.
- Rozendo, C., Ferraz, E., & Bastos, F. (2014). Que bons ventos as trazem? A investida das usinas eólicas e a reconfiguração dos territórios rurais no Estado do Rio Grande do Norte: desafios e perspectivas. In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/MG.
- Ruíz, O. L. Manuel Castells e a era da informação. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Recuperado de <http://www.comciencia.br/reportagens/internet/net16.htm>
- Ruschmann, D. V. M. (2001). *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 7. ed. Campinas: Papirus.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sales, T. B., Santos, C. A., & Freitas, A. J. L. (Orgs.). *Lives: mundo do trabalho na pandemia*. Sobral-CE: SertãoCult, 2021. Capítulo 1 - Os trabalhadores do turismo em tempos de pandemia. Mediação: Telma Bessa, com: Moema Hofstaetter
- Sales, T. B., Santos, C. A., & Freitas, A. J. L. (Orgs.). *Lives: mundo do trabalho na pandemia*. Sobral-CE: SertãoCult, 2021. Capítulo 9 - A economia solidária e as alternativas à coronacrise. Mediação: Telma Bessa, com: Joannes Forte.
- Sanson, C. (2018). Razões estruturais do déficit da condição social no Brasil. In: Souza, R. S. R., Alves, C. F., & Penzim, A. M. B. (2018). *Religião, política e transformação social: experiências de fé*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Sanson, C. (2009). *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Sanson, C. Myrrha, L. & Hofstaetter, M. (2020). Os trabalhadores do turismo no Rio Grande do Norte no contexto da pandemia COVID-19. In: Oliveira, D. A., & Pochmann, M. (orgs.). *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. 1 ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva.
- Santos, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Santos, M. (1991). A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 9, 7-17.
- Santos, M. (1994). O retorno do território. In: Santos, M., Souza, M. A. A., & Silveira, M. L. (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, p.15-20.

- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço Técnica e Tempo: Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2008). *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2012). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp.
- Santos e Silveira (2014 [2001]). *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M., & Silveira, L. (2014). *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. H. C. (1997). Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 40 (3).
- Sen, A. (1999). The possibility of social choice. *American economic review*, 89 (3), 349-378.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Schneider, S. (2005). As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul - RS, 9, (3), 75-109.
- Sharpley, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8 (1).
- Silva, M. N. de F. (2019). *Turismo e Desenvolvimento: Uma Proposta para medição e avaliação da Vulnerabilidade Social nos Territórios Turísticos*. Tesis Doctoral. Universidad de Alicante e UFC.
- Silva, R. M. da. (2020). Perspectivas da Economia Popular Solidária: Trabalho, Reciprocidade e Autogestão. In: *6ª Semana Social Brasileira Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho Mutirão por Economia: Alternativa ao Modelo Econômico*. Caderno 2, Coleção Mutirão de Formação, CNBB, SSB, Brasil.
- Silva, V. de P. da. (2017). (Des)conexão entre grandes empreendimentos, educação e mudança de paradigma: a chave para uma sociedade melhor. In: Suertegaray, D. M. A., da Silva, C. A., Pire, C. L. Z., & de Paula, C. Q. *Geografia e conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2003). Desenvolvimento: Significado e Estratégia. Recuperado de <http://paulsinger.com.br/desenvolvimento-significado-e-estrategia-paul-singer-2008/>

- SIMT/IPEA. (2018). *Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo extrator de dados do turismo dados com e sem coeficientes*. Recuperado de [https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/tutorial\\_extrator\\_dados.pdf](https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/tutorial_extrator_dados.pdf)
- Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sovacool, B. K., Ali, S. H., Bazilian, M., Radley, B., Nemery, B., Okatz, J. et al. (2020). Sustainable minerals and metals for a low-carbon future. *Science*, 367 (6473), 30-33.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável, conceitos e impacto ambiental*. Vol. 1. São Paulo: Aleph.
- Souza, J. (2017). *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Tasca, J. E., Ensslin, L., Ensslin, S. R., & Alves, M. B. M. (2010). An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. *Journal of European Industrial Training*, 34 (7), 631-655.
- Tasso, J. P. F. (2014). *À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros*. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável). Brasília: Universidade de Brasília.
- Taveira, M. S. da (2015). *Turismo e comunidades de praia: São Miguel do Gostoso no caminho do mar e na direção dos ventos*. Tese (Ciências Sociais). Natal: UFRN.
- Théry, H., Mello, N. A., Hato, J., & Girardi, E. P. (2009). *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.
- Théry, H., & Mello-Thery, N. A. (2012). Disparidades e Dinâmicas Territoriais no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume Especial 30 Anos, 68-91.
- Théry, H., & Mello-Thery, N. A. de. (2015). Disparidades e dinâmicas do território brasileiro. In: *XV Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Havana, Cuba.
- Trad, L. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis*, 19 (3).
- Transforming Tourism: Tourism in the 2030 Agenda*. (2017). Recuperado de: <http://www.transforming-tourism.org/fileadmin/baukaesten/sdg/downloads/sdg-complete.pdf>
- Umbelino, G. J. M. (2006). *Proposta metodológica para a avaliação da população residente em áreas de risco ambiental: o caso da bacia hidrográfica do Rio da Onça/MG*. Dissertação (Mestrado em Demografia). Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.
- UNWTO & UNDP. (2017). World Tourism Organization. (2017). *World Tourism Day*. Recuperado de <http://wtd.unwto.org/>
- UNWTO & OEA. (2018). UNWTO TOURISM HIGHLIGHTS, 2018 EDITION. Recuperado de <https://www.unwto.org/global/publication/unwto-tourism-highlights-2018>
- UNWTO. (2020, ago./set.). *World Tourism Barometer and Statistical Annex*. Recuperado de: <https://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/wtobarometereng.2020.18.1.5>
- UNWTO. (2021, mar.). *World Tourism Barometer e anexo estatístico*. UNWTO World Tourism Barometer (versão em inglês), 19 (2). Recuperado de: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/wtobarometereng.2021.19.1.2>

- Uriely, N. (2005). The Tourist Experience: Conceptual Developments. *Annals of Tourism Research*, 32 (1), 199-216.
- Uriely, N., Yonay, Y., & Simchai, D. (2002). Backpacking Experiences: A Type and Form Analysis. *Annals of Tourism Research*, 29 (2), 520-538.
- Vainer, C. B., & Araújo, F. G. B. (1992). *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI.
- Vanclay, F. (2002). Conceptualising social impacts. *Environmental Impact Assessment Review*, 22 (3), 183-211.
- Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Velasco, M. G. (2010). Governanza del Turismo: retos y estrategias de las redes de destinos turísticos. In: *Anais do XV Congresso AECIT*, Islas Canarias.
- Vignoli, J. R. (2000). *Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe*. Cepal.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Unicamp, 22 (44).
- World Economic Forum. (2017). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017: Paving the way for a more sustainable and inclusive future*. Recuperado de <http://www.sela.org/media/2756841/the-travel-and-tourism-competitiveness-report-2017.pdf>
- World Economic Forum. (2019). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019*. Recuperado de <https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019>
- Zaoual, H. (2006). *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ.
- Zoellner, J., Schweizer-Ries, P., & Wemheuer, C. (2008). Public acceptance of renewable energies: Results from case studies in Germany. *Energy policy*, 36 (11), 4136-4141.

## APÊNDICES

### *Apêndice A – Formulário Google Forms para os moradores dos municípios*

O Formulário está disponível no seguinte link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd0-7IPIEYOMOVyWodRGpM8YBFP0zZHeQ3Vpx1O1KBumA3JsQ/viewform>



## Pesquisa de avaliação das vulnerabilidades em localidades turísticas com presença de parques eólicos (São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo)

Esta pesquisa busca captar a percepção da população que mora em localidades turísticas e com a presença de parques eólicos, a cerca das suas realidades. É uma das etapas da tese desenvolvida por Moema Hofstaetter no Doutorado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa tem orientação do professor Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

O questionário está voltado para os moradores dos municípios de Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso.

É garantida a confidencialidade dos dados, que serão usados exclusivamente para fins acadêmicos.

Sua participação é voluntária. Você NÃO será identificado(a).

O tempo de resposta do questionário é de 10 minutos, em média.

Desde já agradeço a sua atenção e disponibilidade.  
Moema Hofstaetter  
Doutoranda em Turismo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Favor informar o nome da rua onde fica a sua casa, SEM o número:

Sua resposta

Qual o nome da localidade onde você mora (bairro, vila, comunidade, assentamento, entre outros):

Sua resposta

Moro em:

- ☐ São Miguel do Gostoso
- ☐ Rio do Fogo

## Dados demográficos

1. Qual o gênero com o qual você se identifica:

- ☐ masculino
- ☐ feminino
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

2. Você é:

- ☐ responsável/arrimo de família
- ☐ esposo ou esposa do responsável
- ☐ filho ou filha
- ☐ outra situação

3. Qual a sua idade:

- ☐ menor de 17 anos
- ☐ entre 18 e 29 anos
- ☐ entre 30 e 59 anos
- ☐ maior de 60 anos

4. Você se considera:

- ☐ branco (a)
- ☐ preto (a)
- ☐ amarelo (a)
- ☐ pardo (a)
- ☐ indígena e/ou quilombola
- ☐ não sabe

5. Você é:

- ☐ casado(a)
- ☐ solteiro (a)
- ☐ divorciado (a)
- ☐ viúvo (a)
- ☐ mora junto
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_



6. Você mora no município desde:

- ☐ menos de 2 anos
- ☐ de 2 a 5 anos
- ☐ de 6 a 10 anos
- ☐ de 11 a 20 anos
- ☐ mais de 20 anos
- ☐ a vida toda (desde que nasceu)

#### Renda e trabalho

7. Trabalha no município?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ só estudo

8. Se sim, no que trabalha?

- ☐ turismo (condição de empregador: dono de pousada, hotel ou dono de qualquer empreendimento turístico)
- ☐ turismo (na condição de empregado)
- ☐ empresa de energia eólica
- ☐ prefeitura
- ☐ empregado público
- ☐ empregado privado
- ☐ empregado temporário
- ☐ trabalho com pesca, agricultura, maricultura
- ☐ aprendiz ou estagiário
- ☐ trabalho doméstico (caseiro, jardineiro, diarista)
- ☐ aposentado
- ☐ desempregado
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

9. Seu trabalho é:

- ☐ formal
- ☐ informal
- ☐ segurado especial
- ☐ aposentado
- ☐ desempregado
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

10. Você tem contrato de trabalho?

- ☐ trabalho com carteira assinada
- ☐ trabalho por conta própria, sem carteira assinada
- ☐ trabalho por conta própria, mas pago previdência (MEI, outros)
- ☐ sou servidor público
- ☐ não trabalho

11. Você é:

- ☐ contratado pela empresa
- ☐ terceirizado
- ☐ servidor público
- ☐ outra situação
- ☐ não cabe (não trabalho ou sou aposentado)

12. Você trabalha quantas horas na semana:

- ☐ menos de 10 horas
- ☐ entre 11 e 20 horas
- ☐ entre 21 e 30 horas
- ☐ entre 31 e 40 horas
- ☐ entre 41 e 44 horas
- ☐ mais de 44 horas
- ☐ não trabalho

13. Qual o valor que você recebe pelo seu trabalho:

- ☐ nenhuma renda
- ☐ até 1/2 salário mínimo (até R\$ 522,50)
- ☐ acima de 1/2 até 1 salário mínimo (entre R\$ 522,50 até R\$ 1.045,00)
- ☐ acima de 1 até 2 salários mínimos (entre R\$ 1.45,00 até 2.090,00)
- ☐ acima de 2 até 5 salários mínimos (entre R\$ 2.090,00 até R\$ 5.225,00)
- ☐ acima de 5 até 10 salários mínimos (entre R\$ 5.225,00 até 10.450,00)
- ☐ acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 10.450,00)

14. Quantas pessoas vivem deste rendimento:

- ☐ apenas eu
- ☐ eu e mais 1 pessoa
- ☐ eu e mais 2 pessoas
- ☐ eu e mais 3 pessoas
- ☐ eu e mais de 4 pessoas
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

15. Tem algum outro rendimento?

- ☐ aposentadoria
- ☐ pensão
- ☐ arrendamento de terra
- ☐ aluguel
- ☐ não tenho outro rendimento
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

16. Durante a pandemia você ou alguém da sua família acessou o auxílio emergencial de R\$ 600,00 do governo federal?

- ☐ sim, eu acessei
- ☐ sim, eu e mais outra(s) pessoa(s) da minha família
- ☐ sim, alguém da minha família, que vive na mesma casa acessou
- ☐ não conseguimos acessar
- ☐ está em análise
- ☐ ninguém tentou
- ☐ na família ninguém se encaixa nos critérios

## Capital humano

17. Você tem filhos?

☐ sim

☐ não

18. Quantos filhos

☐ não tenho

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5 ou mais

19. Qual a idade dos filhos:

- ☐ menos de 14 anos
  - ☐ entre 15 e 17 anos
  - ☐ mais de 18 anos
  - ☐ Não tenho filhos
- 

20. Na sua casa, moram pessoas com mais de 65 anos?

- ☐ sim
  - ☐ não
- 

21. A aposentadoria ou a pensão desta pessoa ajuda na renda da casa?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não respondeu
- ☐ não tem ninguém nesta situação na minha casa



22. Até onde você estudou:

- ☐ até o quinto ano do ensino fundamental
- ☐ tenho o ensino fundamental incompleto
- ☐ ensino fundamental completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino médio completo
- ☐ curso técnico/tecnólogo
- ☐ ensino superior incompleto
- ☐ ensino superior completo
- ☐ especialização
- ☐ mestrado
- ☐ doutorado

23. Você recebe algum benefício de assistência social

- ☐ sim
- ☐ não

24. Qual?

- ☐ Bolsa família
- ☐ BPC (benefício de prestação continuada)
- ☐ Vale gás
- ☐ Vale aluguel
- ☐ Pronaf
- ☐ não recebo
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

25. Sua casa é:

- ☐ própria
- ☐ alugada
- ☐ financiada
- ☐ cedida
- ☐ conquista da reforma agrária
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

26. Você recebeu casa do Programa Minha Casa minha Vida?

☐ sim

☐ não

27. Sua casa tem:

|                             | sim                   | não                   |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| água encanada               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| energia elétrica            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| esgoto sanitário            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| fossa séptica               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| coleta de lixo              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| banheiro                    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| internet                    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| a rua da sua casa é calçada | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

28. No seu bairro ou na sua localidade tem:

|                             | sim                   | não                   |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| praça                       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| parques                     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| área de lazer para crianças | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| área de lazer para jovens   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| área de lazer para idosos   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

### Questões específicas sobre parques eólicos

29. Você mora vizinho a um parque eólico?

- ☐ sim (até 500 metros de distância)
- ☐ sim (até 1 quilômetro de distância)
- ☐ sim (até 2 quilômetros de distância)
- ☐ não
- ☐ não respondeu

30. O parque eólico causa algum problema para você ou para alguém na sua casa? Qual:

- ☐ insônia
- ☐ dor de cabeça
- ☐ uso de remédio controlado
- ☐ problemas no trabalho
- ☐ problemas na moradia (rachaduras ou outros)
- ☐ não causa nenhum problema
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

31. Você já ouviu falar de pessoas que tiveram algum problema causado pelo parque eólico? Se sim qual:

- ☐ nunca ouvi falar disso
- ☐ insônia
- ☐ dor de cabeça
- ☐ uso de remédio controlado
- ☐ problemas no trabalho
- ☐ problemas na moradia
- ☐ perda da terra
- ☐ perda da propriedade
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

32. O parque eólico trouxe melhorias para o município?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não sei avaliar

33. Se sim, escreva a mais importante:

Sua resposta \_\_\_\_\_

34. Você trabalha em um parque eólico ou conhece alguém que trabalha?

- ☐ sim, eu trabalho
- ☐ sim, conheço alguém que trabalha
- ☐ não

35. Se sim, trabalha em qual função:

- ☐ vigia
- ☐ pedreiro
- ☐ mestre de obras
- ☐ técnico
- ☐ serviços gerais
- ☐ assistente social
- ☐ psicólogo
- ☐ não sei
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

36. Você tem área arrendada para o parque eólico?

☐ sim

☐ não

37. Se sim, qual o valor que você recebe:

☐ menos de R\$ 500,00/mês

☐ entre 500,00 e 999,00/mês

☐ entre 1.000,00 e 1.999,00/mês

☐ mais de 2.000,00/mês

☐ não arrendo terra, portanto não recebo nenhum valor



### Questões específicas sobre o turismo

38. O turismo trouxe melhorias para o município?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ não sei avaliar

39. Escreva a mais importante:

Sua resposta

---

40. O turismo melhorou a vida das pessoas que vivem no município?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ tá tudo igual
- ☐ piorou
- ☐ não sei avaliar

41. Escreva no que melhorou:

Sua resposta

---

42. Escreva no que piorou:

Sua resposta

---

## Capital social

43. Você está satisfeito com a sua condição de vida? (acesso a saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)

|            | Sim                   | Não                   | Não tenho opinião     |
|------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| saúde      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| educação   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| moradia    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| saneamento | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| trabalho   | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| lazer      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

44. Você participa de alguma associação ou organização comunitária?

- ☐ Conselho comunitário
- ☐ Fórum
- ☐ Sindicato
- ☐ Associação artesanal, de pesca, agricultura, rendeiras
- ☐ Economia solidária
- ☐ Associação particular (bugueiros, barraqueiros, balseiros, hotéis, pousadas)
- ☐ Igreja (de qualquer forma e tipo)
- ☐ Não participo
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

45. Você confia nos representantes da prefeitura? (de 1 a 5, sendo 1 (pouco) e 5 (muito))

|            | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |                   |
|------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| não confio | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | confio totalmente |

46. A população é ouvida pelos representantes na prefeitura?

- ☐ sim
- ☐ as vezes
- ☐ nunca
- ☐ não sei avaliar

47. A violência aumentou ou diminui nos últimos anos (sendo 1 diminui muito e 5 aumentou muito)

|          | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |          |
|----------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|
| diminuiu | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | aumentou |

48. O que falta para a sua vida ser melhor? Escreva a principal questão:

Sua resposta

Voltar

Enviar

Página 7 de 7

## ANEXOS

### *Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Tcle*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos a participar da pesquisa de dissertação: *Intersecções entre o turismo e os parques eólicos no litoral norte potiguar: elementos para a discussão sobre o desenvolvimento territorial e as vulnerabilidades sustentadas*. A mesma está sendo desenvolvida por Moema Hofstaetter, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientada pelo Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo. Seus resultados vão compor a sua tese. Todas as informações contidas na entrevista serão utilizadas para fins acadêmicos, resguardando os direitos civis. As informações não imputarão em situações de constrangimento moral ou dano de qualquer outra natureza. Sua participação é livre e voluntária, declarando que não recebeu nenhum tipo de benefício nem remuneração.

Desse modo, ciente do fim desta pesquisa, eu, \_\_\_\_\_  
concordo em participar da referida entrevista e disponibilizo o uso das informações prestadas, resguardando o seu uso de forma ética e legal.

Natal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020/21.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Função/Cargo: \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**

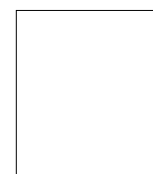
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

*Consentimento Livre e Esclarecido*

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa *Intersecções entre o turismo e os parques eólicos no litoral norte potiguar: elementos para a discussão sobre o desenvolvimento territorial e as vulnerabilidades sustentadas*, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do participante da pesquisa**



Impressão  
datiloscópica do  
participante

*Declaração do pesquisador responsável*

Como pesquisador responsável pelo estudo *Intersecções entre o turismo e os parques eólicos no litoral norte potiguar: elementos para a discussão sobre o desenvolvimento territorial e as vulnerabilidades sustentadas*, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Assinatura do pesquisador responsável:**

**2/2**

PAPEL SEM TIMBRE

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

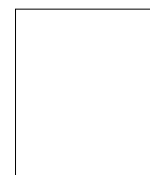
Eu, \_\_\_\_\_, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada *Intersecções entre o turismo e os parques eólicos no litoral norte potiguar: elementos para a discussão sobre o desenvolvimento territorial e as vulnerabilidades sustentadas* poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, os pesquisadores Francisco Fransualdo de Azevedo e Moema Hofstaetter a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Moema Hofstaetter, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal (data).

**Assinatura do participante da pesquisa**



Impressão  
datiloscópica do  
participante